

Revista
Internacional
para a Língua
Portuguesa

Relações Sino-Lusófonas em Transformação:
Geopolítica, Sustentabilidade e Imaginários

Publicação Semestral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

A RILP cumpre a totalidade das normas de referência do Catálogo Latindex – sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e está inserido no QUALIS/Capes na área “Interdisciplinar”. A RILP foi aprovada para inclusão no European Reference Index for the Humanities (ERIH PLUS) da European Science Foundation (ESF). A RILP encontra-se em contacto com a Scielo Portugal, no sentido de aferir sobre a próxima reunião do comité consultivo de forma a que possa submeter os últimos números da revista para avaliação.

A Revista Internacional para a Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção, que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Presidente: Astrigilda Silveira (Presidente da AULP)

Editores científicos: Pedro Anjos (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal e AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa) e Thaysa Cunha (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal e CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau, I.P / FCT)

Diretor: Cristina Montalvão Sarmento (Secretária-Geral da AULP)

Coordenação editorial: Cristina Montalvão Sarmento e Pedro Anjos

Conselho de acompanhamento científico: Astrigilda Silveira (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); João Nuno Calvão da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal); Rui Martins (Universidade de Macau, RAEM-China); Sebastião António (Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola); Sandra Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Narciso Matos (Universidade Politécnica de Moçambique, Moçambique); Albano Ferreira (Universidade Katavala Bwila, Angola); Orlando Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança, Portugal); António Meirelles (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); João Martins (Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Timor-Leste); António Pereira (Universidade do Porto, Portugal); Agostinho Rita (Instituto Universitário de Contabilidade e Administração e Informática, São Tomé e Príncipe); Bettencourt Capece (Universidade Zambeze, Moçambique); Samba Camará (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau).

Revisão científica: André Bueno (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil – orientalismo@gmail.com); Bruna Patrícia Cardoso Peixoto (Universidade do Minho, Portugal – bpeixoto@elach.uminho.pt); Catarina Xu (Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, República Popular da China – catarinaxu@shisu.edu.cn); Jessica Falconi (Instituto Superior de Economia e Gestão, Portugal – jessicafalconi@iseg.ulisboa.pt); João Marcelo Mesquita Martins (Universidade do Minho, Portugal); Leonardo Marcotulio (Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal – Imarcotulio@ua.pt); Patrícia Oliveira (Universidade Lusófona, Portugal – patricia.oliveira@ulusofona.pt); Paulo Elicha Tembe (Southeast University, Nanquim, República Popular da China – paulo_tembe@yahoo.com.br); Paulo Duarte (Universidade do Minho, Portugal – pauloduarte@eeg.uminho.pt); Tiago Manuel Silva Luís Carvalho (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal – tiagosilvacarvalho13@gmail.com); Sofia Gaspar (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal – Sofia.Gaspar@iscte-iul.pt).

Montagem e arranjo gráfico: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Capa/contracapa: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Impressão e acabamentos: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Sede do Impressor: Travessa Sá e Melo, 209, 4470-116 Maia

Tiragem: 250 exemplares

Depósito Legal: 28038/89

ISSN: 2182-4452

e-ISSN: 2184-2043

Distribuição gratuita aos membros associados

Número de registo na ERC: 123241

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.rilp2026.50>

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), NIPC: 501902830

Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida à sede da redação:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2.º, 1050-203 Lisboa

Tel: 217816360 | Email: rilp@aulp.org

Para referência de números anteriores, disponibilizados em formato digital com o ISSN 2184-2043: www.rilp-aulp.org

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

RILP

Revista Internacional para a Língua Portuguesa

Relações Sino-Lusófonas em Transformação: Geopolítica, Sustentabilidade e Imaginários

Editores científicos

Pedro Anjos

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Thaysa Cunha

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau, I.P / FCT

Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP

Índice

APRESENTAÇÃO

<i>Pedro Anjos e Thaysa Cunha</i>	9
---	---

RELAÇÕES SINO-LUSÓFONAS EM TRANSFORMAÇÃO: GEOPOLÍTICA, SUSTENTABILIDADE E IMAGINÁRIOS

ESG e geopolítica global: como sustentabilidade e governança corporativa moldam relações internacionais <i>Frederico Meco Milonga Rafael, Ana Paula Duarte Gomes , Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins e Manuel Fidel Sonhi Manassa</i>	15
Strategic ambitions and discursive divergences: China's belt and road initiative in official and academic narratives <i>Francisco Leandro e Rodrigo Franklin Frogeri.</i>	29
China's role in global health governance: a comprehensive analysis of health diplomacy through the cases of Mozambique and Angola <i>Anabela Rodrigues Santiago</i>	67
As relações Angola – China: win – win ou win – lose? <i>Paixão António José</i>	83
“O olhar chinês sobre nós”: construção de metaimagens em A China vence o passado de José de Freitas e Toda a China de António Graça de Abreu <i>Charles Chon Neng Cheung</i>	95

From screen to reality: deconstructing the representations of chinese immigrants in Angolan film <i>Nossa Senhora da Loja do Chinês</i> (2022)	
<i>Wang Xi e Peilin YU</i>	117
Da sacralização à demonização: a evolução simbólica da figura da serpente nas culturas lusófona e chinesa	
<i>Yuxiong Zhang</i>	143
Aculturação e interação pessoal: um estudo sobre a integração de estudantes chineses de portugueses em mobilidade académica em Portugal	
<i>Jing Zhang, Catarina Gaspar</i>	157
Entre traços e tons: estratégias de aprendizagem de mandarim dos alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás, Brasil	
<i>Sâmi Vieira Attux e Francisco José Quaresma de Figueiredo</i>	177
O texto-mentor e o texto-alvo, um percurso didático com gramática para falar numa língua estrangeira	
<i>Paula Cristina Ferreira e Ana Vieira Barbosa</i>	217
AUTORES – BIOGRAFIAS	235

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Pedro Anjos

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Thaysa Cunha

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
Centro Científico e Cultural de Macau, I.P / FCT

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.9-12>

Este número da Revista Internacional para a Língua Portuguesa (RILP) reúne um conjunto diversificado de estudos que refletem a crescente atestam a crescente maturidade, complexidade e dinamismo das relações entre a China e os países de língua portuguesa. Sob o tema “*Relações Sino-Lusófonas em Transformação: Geopolítica, Sustentabilidade e Imaginários*”, a edição propõe uma leitura multidisciplinar sobre os desafios, oportunidades e representações que marcam o diálogo sino-lusófono contemporâneo.

Num contexto internacional marcado por profundas reconfigurações geopolíticas, pela emergência de novas agendas de sustentabilidade e pela intensificação das mobilidades culturais e académicas, os artigos aqui reunidos analisam diferentes dimensões das interações no espaço sino-lusófono. As contribuições abrangem áreas como as relações internacionais, a diplomacia da saúde, a governança global, os estudos culturais, a mobilidade académica, a aprendizagem de línguas e os imaginários interculturais, com tópicos quem dialogam sobre o estado da cooperação sino-lusófono, as suas assimetrias, os seus discursos e as suas potencialidades futuras.

O número abre com o artigo “*ESG e Geopolítica Global: Como Sustentabilidade e Governança Corporativa Moldam Relações Internacionais*”, de Frederico Meco Milonga Rafael, Ana Paula Duarte Gomes, Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins e Manuel Fidel Sonhi Manassa, que examina o impacto crescente das agendas ESG na redefinição das relações internacionais e dos equilíbrios geopolíticos contemporâneos. Os autores examinam o impacto crescente das agendas ESG – deixando de ser meras métricas corporativas para se assumirem como autênticos vetores de influência geopolítica e instrumentos estratégicos na redefinição das relações internacionais e dos equilíbrios globais e das cadeias de valor. Esta arquitetura global ganha contornos mais específicos quando confrontada com as grandes narrativas estratégicas da República Popular da China.

Segue-se “*Ambições Estratégicas e Divergências Discursivas: A Iniciativa Faixa e Rota da China nas Narrativas Oficiais e Académicas*”, de Francisco Leandro e Rodrigo Franklin Frogeri, que problematiza as diferentes leituras políticas e académicas em torno da Iniciativa ‘Uma Faixa, Uma Rota’, revelando as complexas camadas de interpretação que circundam o projeto. Esta governança global encontra aplicações práticas e humanas em setores vitais como o da saúde e do desenvolvimento soberano. A dimensão da saúde global como extensão do soft power e da cooperação institucional é abordada por Anabela Santiago em “*China’s Role in Global Health Governance: A Comprehensive Analysis of Health Diplomacy through the Cases of Mozambique and Angola*”, num estudo que analisa o papel da diplomacia da saúde chinesa na África lusófona e onde a economia política e a perceção mútua de equidade nestas parcerias continuam no centro do debate científico. Ainda no âmbito das relações sino-angolanas, Paixão António José questiona os equilíbrios e assimetrias destas parcerias em “*As Relações Angola–China: Win–Win ou Win–Lose?*”, sugerindo, através de uma leitura empírica contemporânea, caminhos para um reequilíbrio financeiro e estratégico mais simétrico.

Os imaginários culturais e as representações interculturais ocupam igualmente um lugar central nesta edição. Charles Chon Neng Cheung, em “*O olhar Chínês sobre nós*”, propõe uma reflexão sobre perceções e representações mútuas entre a China e o espaço lusófono. Por sua vez, Wang Xin e Peilin Yu analisam as representações dos imigrantes chineses no cinema angolano em “*From Screen to Reality: Deconstructing the Representations of Chinese Immigrants in Angolan Film Nossa Senhora da Loja do Chinês (2022)*”, recorrendo à lente dos estudos pós-coloniais e urbanos para evidenciar como o cinema contemporâneo pode, por vezes, fixar estereótipos visuais e simplificar a complexa experiência humana da imigração. Já Yuxiong Zhang explora os simbolismos interculturais em “*Da Sacralização à Demonização: A Evolução Simbológica da Figura da Serpente nas Culturas Lusófona e Chinesa*”, evidenciando os diferentes significados atribuídos à serpente em contextos culturais, históricos e sociais distintos.

As dinâmicas de mobilidade académica e aprendizagem linguística são igualmente analisadas em dois artigos que evidenciam a crescente importância do intercâmbio educativo sino-lusófono. Jing Zhang e Catarina Gaspar estudam os processos de integração e aculturação de estudantes chineses em Portugal em “*Aculturação e Interação Pessoal: Um Estudo sobre a Integração de Estudantes Chineses de Português em Mobilidade Académica em Portugal*”, trazendo à luz as complexidades psicológicas e sociais da imersão e apontando caminhos para ultrapassar a tendência à separação cultural através de políticas de acolhimento mais eficazes. Deslocando o foco para o ecossistema sul-americano, no contexto

brasileiro, Sâmí Vieira Attux e Francisco José Quaresma de Figueiredo discutem estratégias de aprendizagem de mandarim em “*Entre traços e tons: estratégias de aprendizagem de mandarim dos alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás, Brasil*”, propondo uma análise sobre as estratégias cognitivas e as motivações instrumentais que movem os estudantes na apropriação da língua.

Por fim, Paula Cristina Ferreira e Ana Vieira Barbosa, em “*O texto-mentor e o texto-alvo, um percurso didático com gramática para falar numa língua estrangeira*”, apresentam uma reflexão pedagógica sobre metodologias de ensino de línguas estrangeiras, contribuindo para o debate em torno das práticas didáticas em contextos multiculturais.

Ao reunir investigadores provenientes de diferentes geografias e áreas científicas, este número da RILP procura contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica das relações sino-lusófonas contemporâneas. Entre geopolítica, sustentabilidade, cultura e educação, os artigos aqui publicados evidenciam a pluralidade de perspetivas que hoje moldam os diálogos entre a China e os países de língua portuguesa, demonstrando a vitalidade e relevância deste campo de estudos em permanente transformação.

O sucesso e a densidade deste segundo volume temático dedicado às relações sino-lusófonas resultam do esforço partilhado e do compromisso intelectual de autores e revisores científicos, a quem dirigimos o nosso sincero agradecimento pelo rigor, disponibilidade e empenho demonstrados ao longo de todo o processo editorial.

Na sequência da expressiva adesão registada durante a preparação do número anterior da Revista Internacional em Língua Portuguesa, foi possível dar continuidade a este projeto editorial através da presente edição, acolhendo novos contributos científicos dedicados às dinâmicas políticas, económicas, culturais e académicas que caracterizam o espaço sino-lusófono contemporâneo e que validam a RILP como um espaço privilegiado para decifrar essas dinâmicas e desenhar o futuro do espaço sino-lusófono.

Importa igualmente assinalar que este ciclo editorial coincidiu com a realização do XXXV Encontro da AULP, acolhido pela Universidade de Macau, num ano particularmente simbólico para a instituição, marcado pelas comemorações do seu 45.º aniversário. O encontro constituiu um relevante espaço de reflexão e intercâmbio académico, reforçando a atualidade e pertinência dos temas abordados neste volume.

Cumpre-nos expressar um especial reconhecimento ao Prof. Doutor Rui Martins, Vice-Reitor para os Assuntos Globais da Universidade de Macau, pelo apoio e incentivo prestados desde as fases iniciais deste projeto, bem como à Prof.^a Doutora

Carmen Amado Mendes, Presidente do Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., pela divulgação da chamada de artigos junto da comunidade académica.

Dirigimos igualmente uma palavra de agradecimento ao Instituto Confúcio da Universidade do Minho, pela facilitação de contactos para revisão científica, bem como à equipa do Departamento de Estudos Asiáticos da mesma universidade, cuja colaboração se revelou fundamental para assegurar o rigor académico e a qualidade científica da presente publicação.

Por fim, cumpre reconhecer o apoio permanente da equipa da AULP, com especial destaque para a sua Secretária-Geral, Prof.^a Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, pela flexibilidade e acompanhamento assegurados ao longo da coordenação editorial.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que este número contribua para o aprofundamento do debate académico em torno das relações sino-lusófonas e para o reforço de uma comunidade científica cada vez mais coesa e empenhada na promoção da língua portuguesa enquanto espaço de produção e circulação de conhecimento.

**Relações Sino-Lusófonas
em Transformação:
Geopolítica, Sustentabilidade
e Imaginários**

ESG e geopolítica global: como sustentabilidade e governança corporativa moldam relações internacionais

Frederico Meco Milonga Rafael

Universidade de Aveiro, Portugal

Ana Paula Duarte Gomes

Universidade de Aveiro, Portugal

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins

Universidade de Aveiro, Portugal

Manuel Fidel Sonhi Manassa

Universidade Lueji A'Nkonde, Angola

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.15-28>

Resumo

Este artigo analisa de que forma os critérios ESG (Ambiental, Social e de Governança) influenciam a geopolítica global, com enfoque na sustentabilidade, na governança corporativa e na transição energética. Apesar da crescente centralidade do ESG nos domínios financeiro e empresarial, a sua dimensão geopolítica e o seu papel enquanto instrumento de poder internacional permanecem insuficientemente explorados na literatura. Com base numa revisão bibliográfica sistemática de publicações entre 2000 e 2025, o estudo acompanha a evolução do ESG desde a Responsabilidade Social Corporativa até à sua consolidação nas estratégias de investimento, nas políticas públicas e na governação global. O artigo articula o ESG com o modelo *Triple Bottom Line* e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, analisando igualmente a sua relação com os direitos humanos e com as cadeias globais de fornecimento de minerais críticos essenciais à transição energética. Conclui-se que o ESG ultrapassa a sua função técnica e normativa, assumindo-se como um instrumento estratégico de governação e influência geopolítica.

Palavras-chave: ESG, geopolítica, sustentabilidade, desenvolvimento global, governança corporativa.

Abstract

This article examines how Environmental, Social, and Governance (ESG) criteria influence global geopolitics, with a particular focus on sustainability, corporate governance, and the energy transition. Despite the growing centrality of ESG in financial and corporate domains, its geopolitical dimension and its role as an instrument of international power remain insufficiently explored in the literature. Based on a systematic literature review of publications from 2000 to 2025, the study traces the evolution of ESG from Corporate Social Responsibility to its consolidation within investment strategies, public policies, and global governance frameworks. The article links ESG to the Triple Bottom Line model and the Sustainable Development Goals, while also analysing its relationship with human rights and global supply chains of critical minerals essential to the energy transition. It

concludes that ESG goes beyond a purely technical and normative function, emerging as a strategic instrument of governance and geopolitical influence.

Keywords: ESG, geopolitics, sustainability, global development, corporate governance.

Introdução

Nos últimos anos, a integração dos critérios *Environmental, Social and Governance* (ESG) tem assumido um papel central nas estratégias empresariais, nos fluxos de investimento internacional e na formulação de políticas públicas. Paralelamente, a intensificação de desafios globais – como as alterações climáticas, a transição energética, o aumento das desigualdades sociais e o recrudescimento de tensões geopolíticas – tem contribuído para uma redefinição do próprio conceito de geopolítica, que passa progressivamente a incorporar dimensões ambientais, sociais e de governação. Neste contexto, o ESG emerge não apenas como um instrumento técnico de avaliação de sustentabilidade, mas como um elemento estruturante das dinâmicas económicas e políticas globais.

A literatura académica tem vindo a demonstrar que a adoção de práticas ESG está associada a melhorias no desempenho financeiro, na gestão do risco e na reputação corporativa (Friede, Busch & Bassen, 2015). Estudos posteriores aprofundam esta relação ao evidenciar o alinhamento do ESG com o modelo *Triple Bottom Line* e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçando o seu papel enquanto ferramenta de sustentabilidade empresarial e de governação económica global (Ioannou & Serafeim, 2019; Mishra & Pandey, 2025). Adicionalmente, observa-se uma crescente institucionalização do ESG através de requisitos de reporte obrigatório, da padronização de métricas e da incorporação destes critérios em políticas públicas e estratégias regulatórias.

Apesar deste avanço, a maioria das abordagens permanece centrada no nível empresarial ou financeiro, dedicando atenção limitada às implicações geopolíticas do ESG. Autores como Krisch (2006) e Stewart (2025) chamam a atenção para a ambiguidade conceptual do ESG e para a forma como este se insere num cenário de pluralismo normativo, no qual múltiplos regimes, interesses e atores coexistem sem uma hierarquia clara. Esta ambiguidade abre espaço à instrumentalização do ESG enquanto mecanismo de poder, particularmente quando padrões definidos por centros financeiros globais são aplicados a contextos marcados por fragilidade institucional, como sucede em muitos países produtores de minerais críticos.

É precisamente neste ponto que se identifica um *gap* relevante na literatura existente. Embora o ESG seja amplamente analisado enquanto instrumento de sustentabilidade empresarial, permanece insuficientemente explorado enquanto ferramenta de governação e influência geopolítica, sobretudo no contexto da transição energética e das cadeias globais de fornecimento de minerais críticos. A literatura

recente sobre mineração, direitos humanos e governação global evidencia que estes setores concentram tensões significativas entre sustentabilidade declarada, interesses económicos e estratégias geoestratégicas (Deberdt & Le Billon, 2023; Mufungizi & Mpaka, 2025).

Face a este vazio analítico, o presente artigo propõe uma leitura integrada do ESG enquanto instrumento que ultrapassa a lógica normativa ou reputacional, assumindo uma dimensão estratégica nas relações internacionais contemporâneas. A investigação orienta-se pela seguinte questão central: de que forma os critérios ESG influenciam a geopolítica global e a formulação de políticas públicas, tendo em conta as especificidades regionais e setoriais associadas à transição energética?

O objetivo do estudo é triplo: analisar a evolução conceptual do ESG desde a Responsabilidade Social Corporativa até à sua consolidação como linguagem dominante nos mercados globais; explorar a sua articulação com a governação global e os direitos humanos, em particular nas cadeias de valor associadas aos minerais críticos; e avaliar o seu impacto geopolítico, evidenciando assimetrias de poder entre o Norte e o Sul Global. A delimitação temporal da análise compreende o período entre 2000 e 2025, permitindo acompanhar a emergência, consolidação e expansão do ESG no contexto das transformações económicas e políticas globais.

Metodologicamente, o artigo assenta numa abordagem qualitativa baseada numa revisão bibliográfica sistemática. Recorre-se a fontes secundárias, nomeadamente artigos científicos publicados em revistas indexadas e livros especializados, identificados através de bases de dados internacionais como *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*. Complementarmente, são analisadas fontes primárias constituídas por relatórios, estratégias e documentos oficiais de organizações internacionais e instituições multilaterais, bem como publicações de *think tanks* e organizações não-governamentais. Esta distinção entre fontes secundárias e primárias permite enquadrar o ESG simultaneamente enquanto conceito analítico e enquanto instrumento normativo e político.

O artigo encontra-se estruturado em várias secções. Após a presente introdução, procede-se à análise do estado da arte sobre a evolução do ESG e a sua articulação com o *Triple Bottom Line* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Seguidamente, explora-se a relação entre ESG, governação global e direitos humanos, com especial enfoque nas cadeias de fornecimento de minerais críticos. A secção de discussão examina o ESG como resposta a desafios geopolíticos no contexto da transição energética, bem como as suas limitações e críticas, incluindo o risco de *greenwashing* e a falta de padronização global. Por fim, a conclusão sintetiza os principais resultados e defende que o ESG se tem afirmado como um instrumento central na reconfiguração das dinâmicas geopolíticas contemporâneas, ainda que marcado por assimetrias de poder e desafios de implementação.

Estado da arte

Evolução do ESG

O conceito de *Environmental, Social and Governance* (ESG) não emergiu de forma linear nem consensual, mas resulta de um processo gradual de transformação das abordagens à responsabilidade corporativa, profundamente influenciado por dinâmicas económicas, financeiras e políticas. As suas origens remontam às práticas de Responsabilidade Social Corporativa (CSR), que durante várias décadas assumiram um carácter predominantemente voluntário, normativo e filantrópico, frequentemente dissociado das estratégias centrais das empresas.

A partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, este enquadramento começou a revelar limitações evidentes, sobretudo no que respeita à sua capacidade de influenciar decisões de investimento e de responder a riscos sistémicos globais. É neste contexto que o ESG emerge como uma reformulação pragmática da CSR, promovida essencialmente por atores financeiros. O relatório *Who Cares Wins* (United Nations Global Compact, 2004) constitui um marco fundamental ao defender que a integração de fatores ambientais, sociais e de governação não representa apenas uma exigência ética, mas um elemento central da gestão do risco e da criação de valor económico a longo prazo.

A literatura académica identifica, assim, uma primeira fase do ESG marcada pela sua consolidação enquanto ferramenta de análise financeira, orientada para investidores institucionais e mercados de capitais (Friede, Busch & Bassen, 2015). Nesta fase, o foco recai sobretudo na correlação entre desempenho ESG e desempenho financeiro, procurando legitimar o conceito junto do setor financeiro global.

Numa segunda fase, mais recente, o ESG expande-se para além da esfera estritamente financeira, passando a ser incorporado em políticas públicas, estratégias regulatórias e agendas de governação global. Este alargamento reflete-se na crescente adoção de requisitos de reporte obrigatório, na padronização de métricas e na articulação do ESG com iniciativas multilaterais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris (Ioannou & Serafeim, 2019).

Contudo, esta expansão não ocorre sem controvérsia. Diversos autores sublinham a ambiguidade conceptual do ESG, bem como a coexistência de múltiplas interpretações e instrumentos, frequentemente moldados por interesses económicos e políticos divergentes (Stewart, 2025). A ausência de uma definição universalmente aceite e a proliferação de padrões concorrentes levantam questões sobre a eficácia do ESG enquanto mecanismo de transformação estrutural, abrindo espaço a práticas de *greenwashing* e a usos estratégicos do conceito.

Neste sentido, o ESG deve ser compreendido não apenas como um conjunto técnico de métricas de sustentabilidade, mas como um campo de disputa normativa, no qual diferentes atores – Estados, empresas, instituições financeiras e

organizações internacionais – procuram definir regras, padrões e prioridades. Esta perspectiva é particularmente relevante quando o ESG é analisado no contexto da transição energética e das cadeias globais de fornecimento de minerais críticos, onde se cruzam interesses económicos, preocupações ambientais e estratégias geopolíticas.

Para além da sua estrutura tripartida, a relevância do ESG reside na forma como estes três pilares são operacionalizados e hierarquizados por diferentes atores. A literatura evidencia que a dimensão da governação assume um papel transversal, funcionando como elemento articulador entre as componentes ambiental e social. Ioannou e Serafeim (2019) demonstram que regimes de governação corporativa mais robustos estão associados a maior qualidade do reporte ESG e a uma integração mais consistente da sustentabilidade nas decisões estratégicas, reforçando a ideia de que o ESG não é apenas um conjunto de métricas, mas um sistema de incentivos e controlo institucional.

Ao mesmo tempo, estudos empíricos têm sublinhado que a adoção de critérios ESG é frequentemente moldada por lógicas financeiras e de gestão do risco. A meta-análise de Friede, Busch e Bassen (2015) mostra que a crescente incorporação do ESG nos mercados de capitais resulta menos de uma mudança normativa profunda e mais da perceção de que fatores ambientais, sociais e de governação afetam diretamente o desempenho económico e a exposição ao risco. Esta leitura contribuiu para consolidar o ESG como uma linguagem comum entre investidores, empresas e decisores públicos, mas também reforçou críticas quanto à sua instrumentalização e seletividade.

Por fim, abordagens mais recentes chamam a atenção para a dimensão política do ESG e para as assimetrias inerentes à sua aplicação global. Stewart (2025) argumenta que a ambiguidade conceptual do ESG permite a sua apropriação por diferentes atores com objetivos distintos, transformando-o num espaço de disputa normativa. Esta dinâmica é particularmente visível quando padrões ESG definidos em centros financeiros globais são aplicados a contextos marcados por fragilidade institucional, como os países produtores de minerais críticos, evidenciando tensões entre sustentabilidade declarada, governação efetiva e interesses geopolíticos.

O conceito de ESG assenta em três pilares que cobrem as dimensões, ambiental, social e de governança, descritas no quadro 1:

Triple Bottom Line e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em conformidade com Mishra et al. (2025), a investigação em torno do ESG tem evoluído significativamente em articulação com o conceito de *Triple Bottom Line (TBL)*, proposto por Elkington, bem como com os Objetivos de Desenvol-

vimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. O conceito TBL está associado a uma nova abordagem empresarial, que passa a incluir aspetos sociais e ambientais, para além do lucro financeiro. Assim, o ESG é cada vez mais entendido como uma estrutura operacional que permite às empresas conciliar objetivos financeiros com desempenhos ambientais e sociais, além de práticas eficazes de governação interna.

No estudo bibliométrico intitulado *Triple Bottom Line and Environmental Sustainability: Evolution of Global ESG Research*, os autores analisam como o ESG se tem alinhado progressivamente com os ODS – destacando-se aqueles que se relacionam com o trabalho digno, o crescimento económico sustentável e o consumo responsável (Mishra et al., 2025).

Nos últimos anos, diversas organizações internacionais, governos nacionais e bolsas de valores têm introduzido exigências formais para a divulgação de relatórios corporativos que incluam critérios ESG (Ioannou & Serafeim, 2019). Este movimento reflete um esforço crescente de padronização e transparência.

A adesão a essas práticas tem vindo a aumentar substancialmente. Até 18 de junho de 2021, aproximadamente 54% das empresas que integram o índice S&P 500 já haviam publicado dados relacionados com ESG até ao ano de 2020 (Huang & Ge, 2024).

ESG, governança global e direitos humanos

O Pacto Global das Nações Unidas (2000), baseado em dez princípios fundamentais relacionados com os direitos humanos, o trabalho digno, a proteção ambiental e o combate à corrupção, consolidou a responsabilidade corporativa como um pilar da governação internacional (Coutinho, 2021). Organizações como a *Global Witness* (2021) e a *Human Rights Watch* têm vindo a expor como as cadeias de valor estão, frequentemente, associadas a graves violações de direitos humanos, como é o caso das cadeias de abastecimento de minerais, sobretudo em zonas de conflito. O quadro 2 ilustra os dez princípios do Pacto global da ONU e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Com o avanço da globalização económica, o debate sobre a governança global tornou-se ainda mais relevante, especialmente quando empresas multinacionais começaram a exercer influência comparável à de Estados soberanos em certos contextos. Ruggie (2013, como citado em Sethi (2014), defende-se que a governação transnacional deve incorporar obrigações explícitas para as empresas no que toca ao respeito pelos direitos humanos, especialmente em sectores de alto risco, como o extrativo (Sethi, S. P. 2014)

Segundo Stewart (2025) é analisado como o conceito de ESG tem vindo a transformar o discurso sobre responsabilidade social corporativa, deslocando-o

de uma lógica centrada em valores éticos para uma perspectiva orientada para o valor, onde o retorno financeiro, o risco e o desempenho económico ganham protagonismo. O autor também sublinha a ambiguidade conceptual do ESG e a forma como este é apropriado por diferentes atores (políticos, investidores e empresas) para fins diversos e, por vezes, contraditórios.

Krisch (2006) aponta que a governação global é caracterizada por um *pluralismo normativo*, ou seja, por uma multiplicidade de regimes e normas que coexistem sem uma hierarquia definida. No sector extrativo, isto traduz-se na sobreposição entre tratados internacionais de direitos humanos, normas voluntárias (como o Pacto Global e iniciativas multistakeholder), regulamentações nacionais e a pressão da sociedade civil – gerando um cenário complexo em termos de responsabilização.

ESG e a mineração de minerais críticos

De acordo com a Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency*, 2021), a transição energética exigirá uma duplicação da produção de minerais estratégicos como o lítio, o cobalto e as terras raras até 2040. Para responder a este desafio, foi criada a Parceria para a Segurança de Minerais (*Minerals Security Partnership* – MSP), composta por países como os Estados Unidos, Japão e União Europeia. Esta iniciativa visa garantir o fornecimento sustentável destes recursos (Deberdt, DiCarlo & Park, 2024).

Apesar de ser atualmente o maior produtor mundial de minerais estratégicos, a China não integra a MSP. O país optou por desenvolver uma estratégia autónoma de regulação ESG, que reforça o seu posicionamento geopolítico (Deberdt & Le Billon, 2023). A China combina uma longa tradição de mineração interna com uma presença crescente em operações internacionais, o que lhe permite assumir uma posição de liderança no setor.

As empresas e instituições chinesas têm vindo a adotar cada vez mais padrões ESG e critérios socioambientais em diversos sectores. Este movimento tem gerado debates sobre o papel da China como possível definidora de normas globais. A integração limitada aos mecanismos ocidentais de governação levou o país a desenvolver um sistema normativo próprio. Esta abordagem é estratégica, permitindo à China enfrentar crises de legitimidade tanto internas quanto externas, ao mesmo tempo que constrói a sua imagem como uma potência global responsável (Deberdt, DiCarlo & Park, 2024).

A integração de princípios ESG no setor mineiro da República Democrática do Congo (RDC) revela-se profundamente ligada às dinâmicas geopolíticas globais. Sendo um dos maiores fornecedores mundiais de minerais críticos, como o cobalto e o cobre, a RDC ocupa uma posição estratégica na transição energética

mundial. Esta centralidade coloca o país no epicentro de disputas internacionais, em que a procura por cadeias de abastecimento sustentáveis se cruza com interesses geoestratégicos de grandes potências. Contudo, a fragilidade institucional, a corrupção e os conflitos armados locais comprometem a eficácia das normas ESG, tornando evidente a tensão entre os objetivos de sustentabilidade global e a realidade geopolítica no terreno (Mufungizi & Mpaka, 2025).

Por outro lado, a adoção de práticas ESG na RDC pode ser interpretada não apenas como um mecanismo de responsabilidade corporativa, mas também como uma estratégia geopolítica. Ao alinhar-se com padrões internacionais de transparência e sustentabilidade, o país tem a oportunidade de atrair investimento responsável, reforçar a sua legitimidade institucional e reposicionar-se no cenário global (Mufungizi & Mpaka, 2025).

Rustad e Le Billon (2014) complementam esta visão ao analisarem a fragilidade da governação em torno dos minerais críticos. Com frequência, estes recursos acabam capturados por elites políticas ou grupos armados, perpetuando ciclos de pobreza e instabilidade em vez de promoverem o desenvolvimento sustentável.

O impulso global rumo à descarbonização tem vindo a criar condições favoráveis para o surgimento de novas estratégias de desenvolvimento em todo o mundo. Países ricos em minerais críticos têm apostado em modelos de desenvolvimento baseados na extração, com o objetivo de aproveitar economicamente os seus recursos naturais. Um exemplo recente é o da Austrália, que em junho de 2023 lançou a sua aguardada *Estratégia de Minerais Críticos 2023–2030* (Sinclair & Coe, 2024).

Na América Latina, emergiu uma corrente de pensamento conhecida como “desenvolvimentismo verde”, que procura explorar as potencialidades da riqueza mineral como via para alcançar o desenvolvimento sustentável. Esta abordagem baseia-se em estudos político-económicos sobre nacionalismo de recursos e neo-extrativismo, particularmente em regimes populistas associados à chamada “maré rosa” e ao contexto pós-neoliberal. Esses governos promoveram estratégias de desenvolvimento centradas na extração de recursos como forma de financiar programas sociais ambiciosos (Cohen, D. A., & Riofrancos, T. 2020).

Esta literatura, de natureza amplamente comparativa, procura identificar quais as estratégias governamentais mais eficazes. Abordagens excessivamente nacionalistas – como no caso da Bolívia (Obaya, 2021) e do México (Marmolejo Cervantes & Garduño-Rivera, 2022) – que limitam o envolvimento de empresas estrangeiras, podem conduzir à estagnação, caso não existam capacidades técnicas e financeiras internas suficientes. Por outro lado, modelos altamente liberalizados, como o da Argentina, podem fragilizar a capacidade dos governos

para coordenar iniciativas estratégicas e criar cadeias de valor (Obaya, López & Pascuini, 2021).

O Chile é frequentemente citado como um exemplo bem-sucedido. O país implementou políticas públicas orientadas para o desenvolvimento de indústrias nacionais, promovendo coligações entre empresas estatais, atores privados nacionais e investidores internacionais (Irrarazaval & Carrasco, 2023).

Historicamente, a exploração de minerais nos países do Sul Global tem beneficiado, sobretudo, as grandes multinacionais. Estas empresas aproveitam-se, muitas vezes, da abundância de recursos naturais e de regulamentos laborais e ambientais menos exigentes nesses países, o que lhes permite reduzir custos operacionais e maximizar os lucros (Bebbington et al., 2018; UNCTAD 2021).

Discussão

1. ESG como resposta a desafios geopolíticos.

As práticas ESG têm-se revelado eficazes na redução de tensões políticas, ao promoverem maior transparência, integridade institucional e combate à corrupção. Um exemplo emblemático é o Pacto Global das Nações Unidas, que através dos seus 10 princípios fundamentais, exige o compromisso das empresas com os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a luta contra a corrupção.

Estas diretrizes têm incentivado governos e empresas a adotarem normas mais compatíveis com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando assim o papel do ESG como instrumento de harmonização normativo no plano internacional.

Mais do que uma resposta a exigências reputacionais, o ESG contribui ativamente para a estabilidade política internacional. Ao alinhar interesses públicos e privados com os ODS, cria-se uma base sólida para o reforço da cooperação multilateral e para a mitigação de riscos políticos e institucionais em contextos marcados por incertezas (Williamson, 2022).

Para além do seu impacto normativo, o ESG tem vindo a funcionar como um mecanismo indireto de coordenação política em contextos internacionais marcados por fragmentação regulatória. A adoção voluntária, mas progressivamente institucionalizada, de princípios ESG permite reduzir assimetrias regulatórias entre Estados e criar referenciais comuns de conduta para empresas multinacionais que operam em múltiplas jurisdições. Esta função é particularmente relevante em sectores transnacionais, nos quais a ausência de um regime jurídico global vinculativo é parcialmente compensada por normas e padrões ESG amplamente reconhecidos.

Neste enquadramento, o alinhamento entre ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça a sua dimensão estratégica enquanto instrumento de

governança global “soft”, capaz de influenciar comportamentos estatais e empresariais sem recorrer a mecanismos coercivos formais. Ao integrar metas ambientais, sociais e institucionais num quadro comum, o ESG contribui para a convergência de agendas nacionais e internacionais, facilitando a cooperação multilateral e a coordenação de políticas públicas em áreas sensíveis como o clima, os direitos humanos e a transparência institucional.

Contudo, a eficácia do ESG enquanto resposta a desafios geopolíticos não é uniforme nem isenta de tensões. Como sublinha Williamson (2022), a utilização do ESG como instrumento de estabilidade política depende fortemente das capacidades institucionais dos Estados e da forma como os princípios são implementados. Em contextos marcados por fragilidade governativa ou elevados níveis de desigualdade, o ESG pode revelar limitações significativas, correndo o risco de se afirmar mais como um referencial normativo externo do que como um mecanismo efetivo de transformação política e institucional. O quadro 3 esquematiza o ESG como resposta a desafios Geopolíticos.

2. ESG e transição energética

O caso do lítio no Chile e na Argentina demonstra como estratégias híbridas – que combinam elementos de nacionalismo de recursos com parcerias internacionais – podem gerar benefícios económicos e tecnológicos significativos. Ambos os países têm conseguido avançar na cadeia de valor do lítio ao equilibrar o controlo estatal com a atração de investimento estrangeiro (Irrazaval & Carrasco, 2023).

Por contraste, a Bolívia oferece um exemplo dos riscos associados a uma abordagem excessivamente nacionalista. A limitação ao investimento externo, sem a existência de suporte técnico e financeiro interno adequado, tem travado o desenvolvimento do setor (Obaya, 2021).

A Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency*, 2024) prevê um aumento exponencial na procura de minerais críticos para a produção de tecnologias limpas, salientando a urgência de criar cadeias de abastecimento mais resilientes e sustentáveis.

Contudo, esse crescimento não está isento de desafios éticos e sociais. A Organização *Global Witness* (2023) documenta diversas violações de direitos humanos nas cadeias de fornecimento de minerais críticos, particularmente em países africanos envolvidos na produção de tecnologia limpa. A *Human Rights Watch* (2022) reforça a necessidade de processos rigorosos de diligência devida para proteger os trabalhadores e as comunidades afetadas por estas atividades extrativas.

Neste contexto, Le Billon (2012) analisa como os recursos naturais, longe de garantirem prosperidade, podem fomentar conflitos nos países produtores, caso não existam mecanismos adequados de governação e regulamentação internacional.

Com o objetivo de responder a estes riscos, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2019) publicou um guia prático – *Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas* – com orientações claras para que as empresas minimizem os riscos ESG associados às suas cadeias de abastecimento de minerais críticos. No quadro 4 ilustra-se a esquematização dos critérios ESG e a Transição Energética.

3. Limitações e críticas ao ESG

Apesar dos avanços significativos, a abordagem ESG não está isenta de críticas. Uma das principais limitações apontadas diz respeito à falta de padronização global, o que dificulta a comparação entre métricas, avaliações de desempenho e a verificação independente das práticas relatadas pelas empresas.

Outro desafio relevante é o risco de greenwashing, isto é, a adoção superficial de discursos e ações “verdes” sem mudanças estruturais reais nos modelos de negócio ou cadeias de valor. Esta prática pode minar a credibilidade das políticas ESG e gerar desconfiança tanto por parte dos consumidores quanto dos investidores.

Além disso, alguns estudos alertam para a possibilidade de que a implementação desigual dos critérios ESG acabe por reproduzir ou até ampliar desigualdades socioeconómicas e geográficas, especialmente no contexto da transição energética. Países e comunidades com menor capacidade institucional ou tecnológica podem ser deixados para trás neste processo (Kügerl, Hitch & Gugerell, 2023).

O quadro n.º 5 faz um comparativo do ESG como um Instrumento Geopolítico vs um Instrumento de Sustentabilidade.

O ESG pode ser simultaneamente um pilar de sustentabilidade empresarial e um mecanismo estratégico de influência internacional. O seu impacto depende dos atores que o promovem, dos contextos geopolíticos e da forma como é implementado e regulamentado.

Conclusão

Este artigo procurou responder à questão de investigação sobre de que forma os critérios ESG influenciam a geopolítica global e a formulação de políticas públicas, considerando as especificidades regionais e setoriais, bem como o contexto da transição energética.

A análise realizada permite concluir que os critérios ESG ultrapassaram o seu enquadramento inicial enquanto instrumentos voluntários de responsabilidade corporativa, assumindo-se progressivamente como mecanismos centrais de governação económica e influência geopolítica. A sua incorporação em políticas

públicas, estratégias industriais e regimes de investimento tem contribuído para a redefinição das relações entre Estados, empresas e mercados globais.

Da investigação desenvolvida resultam quatro conclusões principais. Em primeiro lugar, o ESG funciona como um instrumento de mitigação de riscos políticos, económicos e reputacionais, ao promover maior transparência, padrões de governação e alinhamento com objetivos globais de sustentabilidade. Em segundo lugar, o ESG assume uma dimensão assimétrica de poder, uma vez que os seus padrões e métricas são maioritariamente definidos por atores do Norte Global, condicionando o acesso de países produtores de recursos naturais – sobretudo do Sul Global – às cadeias de valor internacionais. Em terceiro lugar, no contexto da transição energética, o ESG desempenha um papel ambivalente: simultaneamente viabiliza investimentos responsáveis em minerais críticos e reproduz tensões geopolíticas, sobretudo em contextos marcados por fragilidade institucional e desigualdades socioeconómicas. Por fim, a ausência de padronização global e a ambiguidade conceptual do ESG limitam o seu potencial transformador, abrindo espaço a práticas de *greenwashing* e a usos estratégicos que nem sempre se traduzem em benefícios sociais e ambientais efetivos.

Apesar dos contributos apresentados, este estudo apresenta limitações inerentes à sua natureza qualitativa e à dependência de fontes secundárias e institucionais. Neste sentido, futuras investigações poderão aprofundar empiricamente o impacto do ESG em contextos nacionais específicos, analisar comparativamente diferentes modelos regulatórios ou explorar a perceção de atores locais – como comunidades afetadas e governos do Sul Global – face à implementação de padrões ESG. Estes desenvolvimentos são fundamentais para compreender de forma mais completa o papel do ESG na reconfiguração das dinâmicas geopolíticas contemporâneas.

Referências bibliográficas

- Assembly, G. (2015). *Resolution adopted by the General Assembly on 11 September 2015*. New York: United Nations.
- Bebbington, A. J., Abdulai, A.-G., Bebbington, D. H., Hinfelaar, M., & Sanborn, C. A. (2018). *Governing extractive industries: Politics, histories, ideas*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198820932.001.0001>
- Belcaid, K. (2024). Morocco's green shield: ESG stock performance under global climate, economic, geopolitical and oil uncertainties. *Sustainable Futures*. <https://doi.org/10.1108/JFRA-05-2025-0372>
- Cohen, D. A., & Riofrancos, T. (2020). Latin America's green new deal. *NACLA Report on the Americas*, 52(2), 117-121. <https://doi.org/10.1080/10714839.2020.1768726>
- Coutinho, L. de M. (2021). O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável = *The UN Global Compact and sustainable development*. *Revista do BNDES*, 28(56), 501-518. Recuperado de <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22029>

- Deberdt, R., & Le Billon, P. (2023). Green transition mineral supply risks: Comparing artisanal and deep-sea cobalt mining in a time of climate crisis. *The Extractive Industries and Society*, 14, 101232. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2023.101232>
- Deberdt, R., DiCarlo, J., & Park, H. (2024). Standardizing “green” extractivism: Chinese & Western ESG instruments in the critical mineral sector. *The Extractive Industries and Society*, 19, 101516. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2024.101516>
- Forbes (Williamson, S. K.). (2022). Geopolítica é o novo “G” em ESG. *Revista Forbes*.
- Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: Aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(4), 210-233. <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>
- Global Witness. (2023). *A rush for lithium in Africa risks fuelling corruption and failing citizens*. Recuperado de <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/transition-minerals/a-rush-for-lithium-in-africa-risks-fuelling-corruption-and-failing-citizens>
- GRI. (2021). *Global Reporting Initiative Standards*. Recuperado de <https://globalreporting.org>
- Human Rights Watch. (2022). *Human Rights in the Life Cycle of Renewable Energy and Minerals*. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Recuperado de <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/climatechange/cfis/life-cycle-minerals/subm-hr-life-cycle-cso-hrw.pdf>
- Huang, S., & Ge, J. (2024). Is there heterogeneity in ESG disclosure by mining companies? A comparison of developed and developing countries. *Environmental Impact Assessment Review*, 104, 107348. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2023.107348>
- IEA. (2024). *Critical Minerals Market Review*. Recuperado de <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ee01701d-1d5c-4ba8-9df6>
- Ioannou, I., & Serafeim, G. (2019). The consequences of mandatory corporate sustainability reporting. In *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198802280.013.20>
- Irrazaval, F., & Carrasco, S. (2023). One step forward, two steps back? Shifting accumulation strategies in the lithium production network in Chile. *The Extractive Industries and Society*, 15, 101327. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2023.101327>
- Krisch, N. (2006). The pluralism of global administrative law. *European Journal of International Law*, 17(1), 247-278. <https://doi.org/10.1093/ejil/chi163>
- Le Billon, P. (2012). Bankrupting peace spoilers: Can peacekeepers curtail belligerents’ access to resource revenues? In P. Lujala & S. Rustad (Eds.), *High-value natural resources and post-conflict peacebuilding* (pp. 25-48). Routledge.
- Marmolejo Cervantes, M. Á., & Garduño-Rivera, R. (2022). Mining-energy public policy of lithium in Mexico: Tension between nationalism and globalism. *Resources Policy*, 77, 102686. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2022.102686>
- Mishra, P., & Pandey, V. K. (2025). Triple bottom line and environmental sustainability: Evolution of global ESG research – A bibliometric analysis. *Environmental Sciences Europe*, 37(1), 136. <https://doi.org/10.1186/s12302-025-01184-9>

- Mufungizi, A., & Mpaka, J. (2025). Transforming resource wealth into sustainable futures: ESG integration in the Democratic Republic of Congo's mining sector. *Resources Policy*, 89, 104312. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2025.104312>
- Obaya, M. (2021). The evolution of resource nationalism: The case of Bolivian lithium. *Resources Policy*, 70, 101912. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2021.101912>
- Obaya, M., López, A., & Pascuini, P. (2021). Curb your enthusiasm: Challenges to the development of lithium-based linkages in Argentina. *Resources Policy*, 70, 101912. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2020.101912>
- OECD. (2019). *Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct*. Recuperado de <https://www.oecd.org>
- Rustad, S. A., Le Billon, P., & Lujala, P. (2017). Has the Extractive Industries Transparency Initiative been a success? Identifying and evaluating EITI goals. *Resources Policy*, 51, 151-162. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2016.12.004>
- Sethi, S. P. (2014). Review of *Just Business: Multinational Corporations and Human Rights*, by John Gerard Ruggie. *Journal of Business Ethics*, 123(3), 361-362. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2198-4>
- Sinclair, L., & Coe, N. M. (2024). Critical mineral strategies in Australia: Industrial upgrading without environmental or social upgrading. *Resources Policy*, 91, 104860. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2024.104860>
- Stewart, R. (2025). Towards a better understanding of ESG ratings. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 15(3), 624-643. <https://doi.org/10.1080/20430795.2025.2479538>
- UNCTAD. (2021). *World Investment Report 2021: Investing in Sustainable Recovery*. United Nations Conference on Trade and Development. Recuperado de <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2021>
- UNGC. (2000). *United Nations Global Compact Principles*. Recuperado de <https://unglobalcompact.org>
- United Nations Global Compact. (2004). *Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world*. United Nations. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>

Data de receção: 2/10/2025

Data de aprovação: 11/2/2026

Strategic ambitions and discursive divergences: China's belt and road initiative in official and academic narratives

Francisco Leandro

University of Macau, China

Rodrigo Franklin Frogeri

Universidad Científica Del Sur, Peru

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.29-66>

Abstract

The present article seeks to analyse and interpret the discursive construction and strategic orientation of China's Belt and Road Initiative (BRI). It aims to elucidate how the initiative is framed within geopolitical, economic, sociocultural, technological, environmental, and institutional contexts, while critically assessing the coherence and divergences between China's official narratives and academic discourses. In total, 4,413 academic articles and eight official BRI documents published between 2015 and 2023 were examined through lexical and content analysis. The findings reveal both convergences and contrasts in how the initiative is strategically framed and interpreted. Whereas official sources emphasise historical legitimacy, cultural diplomacy, and institutionalised multilateral engagement, the academic literature explicitly addresses practical challenges such as infrastructure-related environmental risks, geopolitical rivalries, cybersecurity vulnerabilities, and uneven economic benefits.

Keywords: Cultural diplomacy, Environmental Impact, Geopolitics, Sustainable development, International cooperation.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar e interpretar a construção discursiva e a orientação estratégica da *Belt and Road Initiative* – BRI da China. Pretende-se esclarecer de que forma a iniciativa é enquadrada nos contextos geopolítico, económico, sociocultural, tecnológico, ambiental e institucional, bem como avaliar criticamente a coerência e as divergências entre as narrativas oficiais chinesas e os discursos académicos. No total, foram analisados 4.413 artigos académicos e oito documentos oficiais da BRI publicados entre 2015 e 2023. As análises ocorreram por meio de análise lexical e de conteúdo. Os resultados revelam tanto convergências como contrastes na forma como a iniciativa é estrategicamente enquadrada e interpretada. Enquanto as fontes oficiais enfatizam a legitimidade histórica, a diplomacia cultural e o envolvimento multilateral institucionalizado, a literatura académica aborda explicitamente desafios práticos como os riscos ambientais decorrentes das infraestruturas, as rivalidades geopolíticas, as vulnerabilidades na cibersegurança e os benefícios económicos desiguais.

Palavras-chave: Diplomacia cultural, Impacto ambiental, Geopolítica, Desenvolvimento sustentável, Cooperação internacional.

1. Introduction

Twelve years after Chinese President Xi Jinping unveiled the “Silk Road Economic Belt” (September 2013) in Kazakhstan and announced the “21st-Century Maritime Silk Road Development Strategy” in Indonesia (October 2013), the Belt and Road Initiative (BRI) stands as one of the most significant global policy frameworks shaping contemporary geopolitics (Beeson and Crawford 2023; National Development and Reform Commission 2023, 2024). Initially designated “one belt, one road” (一帶一路), the strategy evolved into the broader and more inclusive “Belt and Road Initiative”, emphasizing cooperation over unilateral strategy (Ma, Mohsin, and Muhammad 2023).

Since its inception, China has rapidly expanded the BRI (e.g., Lei, 2024; Vangeli, 2017) signing over 200 cooperation agreements with 154 states and 32 international organizations, involving investments approaching USD 1 trillion, and covering 83% of countries with established diplomatic ties (National Development and Reform Commission, 2024). This extensive global engagement underscores the BRI’s ambitious scope and multifaceted nature (e.g., Abrão & Amineh, 2024; He, 2018; Plagemann et al., 2021). According to Flint and Zhu (2019), the BRI is an integrated economic and political project that transforms politics at multiple scales, creating opportunities for global cooperation and conflict. Additionally, it may transform China’s international security policy and intensify strategic competition between China and other major powers in the Indo-Pacific region (Li, 2020). Ultimately, it represents an exercise in geocultural power (Winter, 2021).

The geopolitical significance of the BRI can be analyzed through classical theories such as Spykman’s Rimland Theory (e.g., Astarita & Marconi, 2023), which underscores the strategic importance of coastal Eurasia for global power (Gul et al., 2022; Lu et al., 2018). Spykman (1944) famously posited that “who controls the Rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world,” highlighting maritime access and economic control as fundamental to global influence. Similarly, Mackinder’s Heartland Theory stresses the critical role of Eastern Europe and central Eurasia, suggesting that dominance in these regions equates to global dominance (Mackinder 1904).

The BRI operationalizes these geopolitical theories by structurally integrating economic corridors and maritime routes into a global network (Lu et al., 2024; Yang et al., 2021). It encompasses material dimensions, such as the six international economic corridors across Eurasia (Li 2018) and three maritime economic passages (Sen, 2023), and intangible initiatives, including the Digital Silk Road (DSR) and Health Silk Road (HSR) (Leandro, 2023). These dimensions aim to facilitate global connectivity (Rippa 2020), circumvent trade choke points (e.g., Wu & Ji, 2020), promote international trade evolution (e.g., Lee et al., 2018), and foster a new

global financial order (e.g., Ji & Lim, 2022; Leandro, 2025; Petry, 2023), ultimately enhancing China's global status (Cooper and Zhang 2018; Vieira 2025). Through strategic infrastructure investments, China seeks consent-based economic access to critical regions, thus reinforcing its global influence (Cai, 2023; Wu & Yin, 2025).

However, the BRI does not operate unchallenged. Competing initiatives, including India's Asia-Africa Growth Corridor (AAGC) (Nanwani 2019), the European Union's Global Gateway (Tagliapietra 2024), and the India–Middle East–Europe Economic Corridor (IMEC) (Banerjee and Singh 2024), reflect global contestation over infrastructure influence (Chan 2020; Lesch and Loh 2022; Marcoux and Sylvestre-Fleury 2022). According to Jones and Zeng (2019), China's BRI is a loosely defined and indeterminate project shaped by competing domestic interests, which may undermine its key foreign policy objectives. Similarly, Oliveira et al. (2020) argue that the BRI is characterized by dynamism and instability, reflecting a global strategy that occasionally aligns with, but often contradicts, local realities. It has evolved from a peripheral outreach to a comprehensive global initiative, with local governments increasingly interpreting and reshaping its guidelines to serve their own developmental agendas (Zeng 2019). Rather than functioning as a purely geopolitical project, the BRI is better understood as a geo-economic and geo-civilizational strategy aimed at promoting inclusive globalization and contributing to global governance (Wang and and Liu 2019).

Scholars highlight the BRI's strategic intent, power asymmetries, and implications for global order (Kennan and Lukacs 1997; Mahan 2011). They also critique its environmental, social, and normative impacts (Afzaal 2023; Chan and Song 2020). These divergences reflect broader tensions between state-driven discourse control and academic pluralism (Woo 2023). The discursive divergences arise from the differing purposes of state and academic discourse: the former seeks to legitimize and promote policy, while the latter aims to critique and contextualize it (Chan and Song 2020; Jiang 2023). These perspectives often challenge the benign image projected by official narratives, revealing the complexities and contradictions of the BRI. Understanding discursive divergences is essential for robust policy analysis (Mackinder 1904; Spykman 1944), particularly when addressing the disjunction between rhetorical commitments and practical realities. Recognizing this gap allows for the development of more nuanced and context-sensitive policy responses. In the sphere of international relations, such divergences significantly shape how countries perceive and engage with initiatives like China's BRI.

Therefore, this paper aims to analyze and interpret the discursive construction and strategic orientation of China's Belt and Road Initiative by combining lexical and content analysis of official BRI documents and academic literature. The objective is to elucidate how the initiative is framed within geopolitical, economic,

socio-cultural, technological, environmental, and institutional contexts, and to critically assess the coherence and divergence between China's official narratives and academic discourses.

2. Theoretical Background

2.1. Theoretical Foundations and Applications in Academic and Official Representations

The concept of discursive divergences refers to the varying interpretations, representations, and constructions of meaning within discourse, often shaped by competing ideological, institutional, or cultural perspectives. The theoretical foundation of discursive divergences is grounded in the premise that language is inherently non-neutral; it functions as a social practice that both constructs and reflects power relations, ideologies, and identities (Fairclough & Wodak, 1997). This perspective is central to several theoretical traditions.

Social constructivism posits that reality is constructed through language and interaction, emphasizing the role of discourse in shaping social understanding (Jahedi, Abdullah, & Mukundan, 2014). Critical Discourse Analysis (CDA), particularly as developed by Fairclough and Wodak (1997), and van Dijk (1993), investigates how discourse sustains and challenges power structures. Within this framework, discursive divergences are conceptualized as sites of ideological struggle, where dominant and marginalized voices contest meaning, often within institutional or political contexts (Fairclough & Wodak, 1997; van Dijk, 1993).

Foucauldian Discourse Theory further contributes to this understanding by emphasizing the relationship between discourse, knowledge, and power. Foucault's notion of "orders of discourse" illustrates how discursive formations define what can be said, by whom, and in what context, thereby shaping regimes of truth (Foucault, 1972). The concepts of interdiscursivity and discursive hybridity describe the interaction and blending of multiple discourses within a single communicative event, often resulting in hybrid forms that reflect tensions between differing ideological or cultural frameworks (Fairclough, 1995).

Additionally, discourse analysis distinguishes between micro-level (language in use) and macro-level (institutional and societal) discourses. Discursive divergences frequently arise when everyday speech practices conflict with broader policy or media narratives, revealing gaps in meaning and representation (Fairclough, 1995).

Combining CDA and Foucauldian Discourse Theory, and considering official and academic sources as two poles of societal power, this research examines discursive divergences through the lens of academic and official representations. These divergences are not merely linguistic variations but reflect deeper epistemological and ideological conflicts that actively shape social realities.

2.2. Discursive Divergences in BRI Narratives

Discursive divergences refer to the contrasting ways in which state and academic actors conceptualize and interpret geopolitical initiatives such as the BRI (Woo 2023). These differences are deeply embedded in distinct epistemological orientations, institutional mandates, and political objectives. For instance, official Chinese discourse typically portrays the BRI as a cooperative and development-driven strategy aimed at fostering connectivity and mutual prosperity (Jiang 2023). In contrast, academic analyses often adopt a more critical stance, interrogating the strategic and geopolitical dimensions of the initiative. Chan and Song (2020) have emphasized the BRI's potential to reshape regional power dynamics and global influence structures. Moreover, Aslam (2024) highlights how technological and infrastructural narratives within the BRI are often intertwined with broader cybersecurity and strategic concerns, reflecting a complex interplay between development rhetoric and geopolitical ambition.

The theoretical referent visual model of the Belt and Road Initiative (BRI) is presented in Figure 1 (Leandro, 2025). The BRI is conceptualized as a Chinese-led, multi-sectoral, intergenerational, and globally oriented initiative aimed at fostering access through consensual engagement. Figure 1 delineates the core dimensions of the BRI – namely, the material, intangible, and global aspects (including auxiliary

Figure 1. Dimensions of China's Belt and Road Initiative

Material Dimensions	Land	Three Domestic Axes		The Belt is Composed of Six International Economic Corridors		
		Axis 1		China-Central and Western Asia Economic Corridor		CCWAEAC
		Kashgar-Urumqi-Shanghai		China-Pakistan Economic Corridor		CPEC
		Axis 2		China-Mongolia-Russia Economic Corridor		CMREC
		Harbin-Guangdong		New Economic Land Belt		NELB
		Axis 3		China-Bangladesh-India-Myanmar Economic Corridor		CBIMEC
	Kunming-Shanghai		China-Indochina Peninsula Economic Corridor		CICPEC	
	Maritime	Maritime Silk Road		The Road is Composed of Three Blue (Maritime) Economic Passages		
		South and Southeast	Guangdong Fujian Zhejiang Shanghai Jiangsu Shandong Hebei	China-Indian Ocean-Africa-Mediterranean Blue Economic Passage (Extension to Lusophone B&RI)		CIOAMBEP
				China-South Pacific Blue Economic Passage		COSPBEP
China-Arctic-Europe Blue Economic Passage (Silk Polar Maritime Road)				Northwest Passage goes along the Northern Canadian and Alaskan coasts		CAEBEP
				Northeast Passage follows the Russian and Norwegian coasts		
				Transpolar Sea Route crosses the Arctic through the North Pole (Still not available)		
Space Silk Road		The Space Silk Road is composed of China's International Space Programs and the China's Belt and Road Space Information Corridor		SSR		
Intangible and Global Dimensions	Intangible Dimensions		Supplementary Initiatives with Global Reach			
	Green Silk Road (GSR)		2012 Global Governance Concept Community with a Shared Future for Mankind		2022 Global Security Global Security Initiative (GSI)	
	Education Silk Road (ESR)	Cultural Silk Road (CSR)	2020 Data Global Security Global Initiative on Data Security (GIDS)			
	Health Silk Road (HSR)		2021 Global Development Global Development Initiative (GDI)		2023 Global Culture Global Civilization Initiative (GCI)	
	Digital Silk Road (DSR)	Cyber-space Silk Road (CSR)	2021 Global Visions on Democracy Global Think Tank Network for Democracy Studies - Beijing Initiative (GDS)		2023 Global Artificial Intelligence (AI) Global Initiative for Artificial Intelligence Governance	

Source: Leandro (2025, pp. 212–213).

initiatives with international scope) – which collectively constitute a discursive arena wherein official narratives and academic interpretations contend.

The material dimension, comprising land corridors, maritime passages, and the Space Silk Road (SSR), is officially presented as infrastructure for trade and development. However, scholars argue that these corridors reflect classical geopolitical strategies aimed at securing access to the Heartland and Rimland, as theorized by Mackinder (1904) and Spykman (1944), thereby extending China's strategic reach (Kennan and Lukacs 1997; Mahan 2011).

The intangible dimension, including initiatives such Global Security Initiative (GSI) and Global Development Initiative (GDI), are framed by Chinese authorities as contributions to global governance and peace. These narratives emphasize historical continuity, global governance reform, and China's peaceful rise (Jiang 2023). Yet, academic critiques suggest these are mechanisms for reshaping international norms in line with Chinese political values, raising concerns about ideological influence and normative contestation (Chan and Song 2020; Jiang 2023). This intangible dimension further includes supplementary initiatives, such as the Digital Silk Road, Health Silk Road, and Green Silk Road, which are portrayed as progressive and inclusive. These initiatives reflect China's ambition to position itself as a global leader in sustainability, technology, and public health. For instance, the Digital Silk Road (DSR) promotes Chinese digital infrastructure and standards across partner countries, reinforcing China's influence in global data governance and cybersecurity (Aslam 2024).

The HSR, particularly in the aftermath of the COVID-19 pandemic, exemplifies China's strategic use of health diplomacy to project soft power and reshape global health governance. Through the provision of medical aid, vaccine distribution, and the construction of healthcare infrastructure. As Yuan (2023, p. 337) notes, "the HSR presents a delicate balancing act as it provides much-needed healthcare assistance to participating countries while simultaneously raising concerns about debt sustainability, transparency, and geopolitical influence". In the same vein Gyu (2021) observes that "through the HSR and DSR, China is not only trying to improve its national image which was damaged after the COVID-19 outbreak but also to reinforce cooperative relations through the BRI and expand its range". These perspectives underscore how the HSR operates at the intersection of altruism and ambition, offering both tangible health benefits and strategic leverage in global affairs.

Similarly, the Green Silk Road aligns with international environmental agendas while simultaneously promoting Chinese green technologies and standards. These supplementary initiatives – both the HSR and the Green Silk Road – they enable China to set technological and normative benchmarks in emerging sectors, thereby reinforcing its role as a norm entrepreneur in global governance (Yuan 2023). This

dual function of development aid and geopolitical leverage is further illuminated when viewed through the lens of classical geopolitical theories. Mackinder's Heartland theory, for instance, remains a relevant analytical framework for understanding how infrastructural and logistical dominance can translate into strategic control (Lasserre 2020; Mackinder 1904). These insights underscore the importance of critically examining the intersection of development, discourse, and power in contemporary international relations.

The official Chinese discourse on the BRI, as reflect the connectivity and mutual benefit: Framed as a "win-win" initiative promoting global development and cooperation; a sort of historical continuity, drawing on the legacy of the ancient Silk Road to legitimize contemporary geopolitical ambitions; a perceived undirect intent towards global governance reform, advocating for a multipolar world order and alternatives to Western-dominated institutions; all of this in the context of China's peaceful rise, positioning China as a benevolent global actor contributing to peace, development, and shared prosperity. These narratives are strategically constructed to enhance China's soft power, international legitimacy, and geopolitical influence, particularly in the Global South.

Several factors contribute to the existence of these divergences between official and academic narratives: 1) purpose and function, as official narratives serve diplomatic and strategic purposes, while academic narratives aim to understand and critique; 2) control of discourse as states often seek to control the narrative to maintain legitimacy and influence, while academia values pluralism and contestation; 3) access to information -academics may rely on independent fieldwork, data analysis, and theoretical frameworks, whereas official narratives may selectively present information; 4) Finally, also a degree of ideological orientation, as official narratives are often shaped by national ideology and policy goals, whereas academic narratives may reflect diverse ideological and methodological positions.

3. Methodology

The methodological approach of this study is qualitative and follows an inductive logic. An interpretivist epistemology was adopted to examine the dimensions (geopolitical, economic, socio-cultural, technological, environmental, and institutional) of the BRI. The study's methodological process consists of three distinct phases. First, a Systematic Literature Review (SLR) was conducted following the principles of the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). The PRISMA 2020 statement provides updated guidelines for reporting systematic reviews (Page et al. 2021). Transparent systematic reviews are a key component of rigorous research, as they enhance reliability and ensure the replicability of a study (Sarkis-Onofre et al. 2021).

Table 1. Systematic Literature Review procedure

Database	Search string	Results	Included
SCOPUS	TITLE-ABS-KEY (“Belt and Road Initiative”) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , “ar”))	4073	4413
Web of Science	(“Belt and Road Initiative”) (Topic) Document Types: Article	3062	
Grand total		7135	

Source: Developed by the authors.

To identify the most relevant studies in the literature, we searched the leading databases that index the most significant scientific journals in the field of Social Sciences, specifically Web of Science and SCOPUS (Webster and Watson 2002). Table 1 details the search procedure and the results of the SLR.

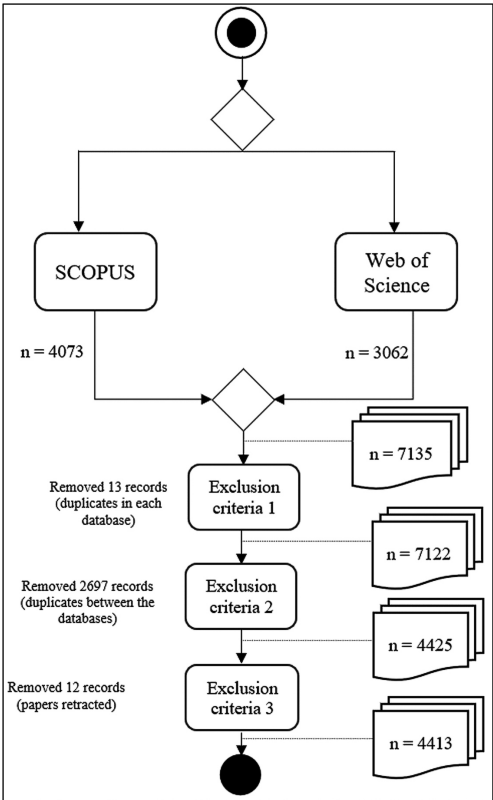
Our Systematic Literature Review (SLR) identified a total of 7,135 publications related to the Belt and Road Initiative. After applying exclusion criteria, including the removal of duplicates within each database, duplicate removal across databases,

and the exclusion of retracted publications, we obtained a final set of 4,413 publications for analysis in this study. Figure 2 graphically details the literature review process.

The second phase of the methodological process involved identifying, collecting, and reviewing official BRI documents. Table 2 presents a list of the documents used in this study, along with their respective web addresses in both English and Chinese.

Finally, in the third phase, the results from stages 1 and 2 were cross-analyzed to identify associated themes, research opportunities, and relationships between the dimensions of the BRI. In the next section, the authors provide a detailed explanation of the data analysis techniques applied in each stage of the study.

Figure 2. Systematic literature review schema



Source: Developed by the authors based on PRISMA 2020.

Table 2. Official BRI documents

1. (EN) Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road (2015). http://2017.beltandroadforum.org/english/n100/2017/0410/c22-45.html (CH) 《推动共建丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路的愿景与行动》2015 https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/201503/t20150328_10410165.shtml
2. (EN) Joint Communiqué of the Leaders Roundtable of the Belt and Road Forum for International Cooperation (2017) http://2017.beltandroadforum.org/english/n100/2017/0516/c22-423.html (CH) 《“一带一路”国际合作高峰论坛圆桌峰会联合公报（全文）》2017 https://www.gov.cn/xinwen/2017-05/15/content_5194232.htm
3. (EN) Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution (2017) https://eng.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydylyw/201705/201705110537027.pdf (CH) 《共建“一带一路”：理念、实践与中国的贡献》2017 https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/202001/t20200117_10410166.shtml
4. (EN) Joint Communiqué of Leaders' Roundtable of the Second Belt and Road Forum for International Cooperation (2019) http://english.scio.gov.cn/BRF2019/2019-04/28/content_74730528.htm (CH) 《第二届“一带一路”国际合作高峰论坛圆桌峰会联合公报》2019 https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/201904/t20190427_9869090.shtml
5. (EN) The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects (2019) (CH) 《共建“一带一路”倡议进展、贡献与展望》2019 https://www.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydyllgw/201904/201904220254037.pdf
6. (EN) Report on the Findings and Recommendations from the Meetings of the Advisory Council of the Belt and Road Forum for International Cooperation in 2019 and 2020 (2021) https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/202112/P020211222325476959329.pdf (CH) 《“一带一路”国际合作高峰论坛咨询委员会2019 – 2020年度研究成果和建议报告》2021 https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/202112/P020211222325477639910.pdf
7. (EN) Chair's Statement of the Third Belt and Road Forum for International Cooperation (2023) http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1020/c127-1271.html (CH) 《第三届“一带一路”国际合作高峰论坛主席声明》2023 https://www.mfa.gov.cn/wjb_673085/zzjg_673183/gjjjs_674249/gjzzyhygk_674253/ydylfh_692140/zywj_692152/202310/t20231018_11163400.shtml
8. (EN) A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions (2023) https://english.www.gov.cn/news/202309/26/content_WS6512703dc6d0868f4e8dfc37.html (CH) 《共建“一带一路”：构建人类命运共同体的重大实践》2023 https://www.gov.cn/zhengce/202310/content_6907994.htm

Source: Developed by the authors.

3.1. Research data analysis process

The data analysis was conducted using Natural Language Processing (NLP) techniques (Parks and Peters 2023). The analytical process followed five stages: (i) data collection, (ii) preparation, (iii) exploration, (iv) analysis, and (v) evaluation. Since this study involved two phases of data collection, we organized these stages accordingly, as shown in Table 3.

Table 3. Research data analysis process

Stage	Description	Stage 1 of the study (RSL)	Stage 2 of the study (BRI official documents)
I.	Data Collection	Collection of metadata from the articles identified in the SLR (e.g., year of publication, journal of publication, author affiliations, title, and abstract). The export function for .RIS files from Web of Science and SCOPUS was used.	Collection of texts available on web pages and PDF files of the documents listed in Table 5.
II.	Data Preparation	The collected data (.RIS files) were imported into the Zotero reference management software. Subsequently, the data were exported in .CSV format and then imported into Microsoft Excel.	Textual data available on web pages were copied and pasted into a Microsoft Word document. The same procedure was applied to PDF documents.
III.	Data Exploration	The documents generated in the previous stage were reviewed by researchers for inconsistencies, accuracy, and data organization. Then, compound words in the text (e.g., Silk and Road Spirit, Maritime Silk Road, Belt and Road Initiative, etc.) had their spaces and conjunctions replaced with an underscore character (e.g., Belt and Road Initiative became Belt_Road_Initiative). This preprocessing step was necessary for data analysis in the Iramuteq software (Ratinaud 2019) ⁹ , ²⁶]]}, "author": [{"dropping-particle": "", "family": "Ratinaud", "given": "Pierre", "non-dropping-particle": "", "parse-names": false, "suffix": ""}], "id": "ITEM-1", "issued": {"date-parts": [{"2019"}]}, "title": "Iramuteq", "type": "webpage", "uris": [{"http://www.mendeley.com/documents/?uuid=a6f30596-ee3d-4b56-b7a9-a2457556e403"}], "mendeley": {"formattedCitation": "(Ratinaud 2019.	
		The abstracts from the Microsoft Excel file were copied and pasted into a new Microsoft Word document. This document was then formatted for use in Iramuteq (see Salviati, 2014) and exported in .TXT (plain text) format.	The Word document was formatted for use in Iramuteq, and the data were exported in .TXT (plain text) format.
IV.	Analyses	Each of the .TXT files generated in the previous stage was imported separately into Iramuteq. Lexical Analysis techniques, including word cloud, similarity analysis, and the Reinert Method (Descending Hierarchical Classification, DHC) (Reinert 1990), were applied to both textual corpora independently.	
		The textual corpora from the classes generated by the Reinert Method (Reinert 1990) were analyzed using Content Analysis (Bardin 2013). The analyses were conducted separately for each textual corpus.	
V.	Evaluation	The results were assessed in relation to the study's objectives and the scientific literature.	

Source: Developed by the authors.

The Reinert method, also known as the ALCESTE method (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*) or Descending Hierarchical Classification (DHC), is a statistical and automated text analysis technique designed to identify discourse structures and patterns (Reinert 1990). This methodology consists of five main steps: first, the text is segmented into contextual units, typically sentences or small excerpts; second, lexical forms are reduced to group semantically similar words; third, the data is organized into a presence-absence matrix of words per unit (contingency table); fourth, a descending hierarchical classification algorithm groups contextual units based on statistical similarities and differences, generating clusters of textual fragments; finally, a qualitative interpretation of these classes is conducted, highlighting characteristic vocabulary and representative excerpts to uncover key semantic contexts and underlying representations within the analyzed corpus (Reinert 1990).

For the analyses using the Reinert method, we employed the Iramuteq software, version 0.7 alpha 2. Iramuteq enables various types of lexical analysis, with notable methods including Descending Hierarchical Classification (DHC) – the Reinert method, Similitude Analysis (Marchand and Ratinaud 2012), and Factorial Correspondence Analysis, which uses a Cartesian plane to represent different words and variables associated with each DHC class (Chaves et al. 2017; Ramos, Lima, and Amaral-Rosa 2019). As indicated in Table 3, Content Analysis, based on the perspective of Lawrence Bardin (2013), was applied to the classes generated by DHC. Content Analysis is a methodological technique that involves a systematic process for interpreting messages, structured into three fundamental stages: first, pre-analysis, where objectives are defined and the material is organized; second, material exploration, in which content is categorized and coded according to specific rules; and finally, result processing and interpretation, analyzing frequencies or relationships between categories to extract latent meanings (Bardin 2013).

Following Bardin's (2013) guidelines, the coding rules for the categories adopted in this study were as follows: (i) Mutually exclusive – each content element belongs to only one category; (ii) Exhaustive – the set of categories must cover all possibilities present in the analyzed content; (iii) Objective – categories must be clearly defined to ensure consistent coding by different analysts; (iv) Relevant – categories must be directly related to the research objectives; (v) Homogeneous – categories should maintain internal coherence, avoiding inappropriate conceptual overlaps.

4. Analysis and Discussion

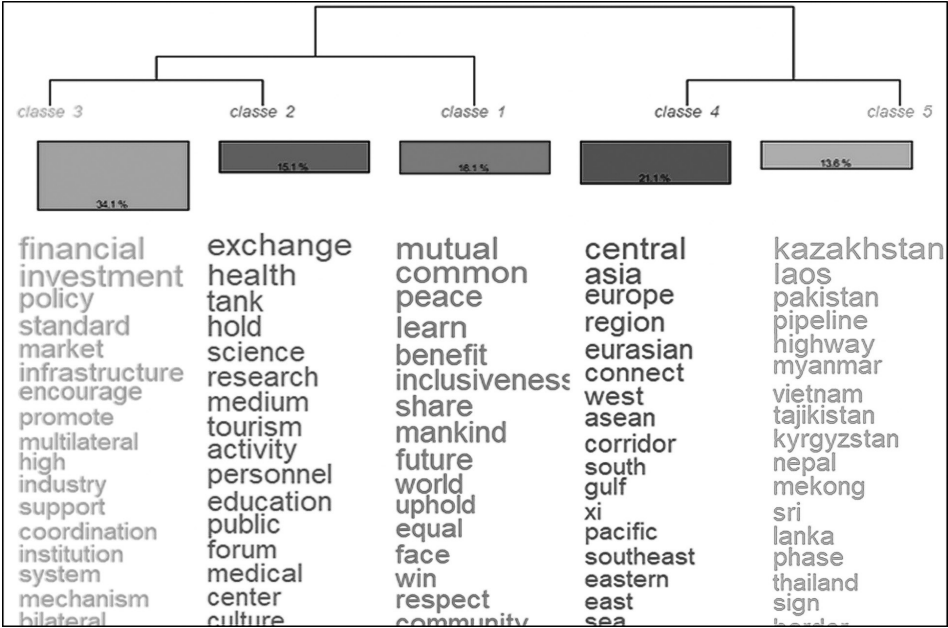
Our analysis is structured into three parts. First, we present the lexical analysis of the textual corpus from the BRI documents, followed by its content analysis. Next, we examine the lexical analysis of the textual corpus derived from the SLR and subsequently discuss its content analysis. Finally, we conduct a cross-analysis of the results from both corpora.

4.1. Analysis of the official BRI documents

The textual corpus related to the BRI documents comprises 55 pages formatted in Microsoft Word, containing a total of 27,799 words. The document was imported into the Iramuteq software and analyzed, yielding a total of 22,392 occurrences (tokens) distributed across 2,103 distinct forms (types).

The analysis of the corpus of official BRI documents was carried out by the Reinert’s method (Figure 3).

Figure 3. Reinert’s method applied to the official BRI documents



Source: Developed by the authors.

Figure 3 represents the hierarchical descending classification obtained through Reinert’s ALCESTE method, showcasing five distinct classes, each associated with specific semantic fields indicated by representative vocabulary. This method segments the textual corpus into context units (u.c.), analyzing their statistical distribution based on the co-occurrence of vocabulary (Reinert, 1990).

To complement and deepen our analysis of the data, we conducted a content analysis on the textual corpus of each of the previous classes. In the pre-analysis step, the Class 1 text was read and familiarized to gain a preliminary understanding of the content. The initial analysis of the text indicates a thematic emphasis on the BRI as an instrument promoting international cooperation and global governance. Throughout the text, several recurring concepts are evident, notably cooperation, mutual benefit, development, economic prosperity, peace, inclusiveness, openness, shared destiny, and mutual learning between civilizations. These concepts suggest that the initiative is strategically positioned as an inclusive and sustainable development framework aimed at fostering peaceful interactions and cross-cultural dialogue among participating nations.

Based on this thematic orientation, it can be hypothesized that the BRI is intentionally communicated as a global governance model designed to achieve mutual benefits and win-win cooperation through inclusive economic and cultural exchange. In this context, the identified units of analysis – primarily thematic and semantic – serve as key interpretative tools for assessing the initiative's discursive construction and its implied political, economic, and socio-cultural objectives. The next step involves categorizing and coding the textual content according to recurring thematic units. The analysis yields categories such as (Table 4).

The textual corpus of Class 1 strongly conveys a narrative centered around global peace, sustainable economic prosperity, and cooperative international relationships

Table 4. Categories and key themes for Class 1

Category	Key Concepts and Themes
International Cooperation	• Cooperation models and governance. • Equality, respect, and inclusiveness in international relations. • Strengthening global connectivity through economic integration and cultural exchanges.
Mutual Benefit and Win-Win Outcomes	• Emphasis on collaborative economic growth. • Integration of economic strategies among participating countries • Encouraging sustainable investment and infrastructure development.
Global Peace and Stability	• Reference to historical experiences (e.g., lessons from world wars). • Importance of peace as the foundation for economic cooperation. • Commitment to peaceful coexistence principles.
Cultural and Civilizational Inclusiveness	• Dialogue among civilizations to promote cultural diversity. • Encouragement of cultural exchanges and respect for differing cultural traditions. • Advocacy for mutual respect among nations regardless of their development path or cultural background.
Building a Shared Future and Destiny	• Highlighting interconnectedness and joint responsibility for global governance. • Advocating shared aspirations and collective action to meet global challenges. • Promoting a common identity based on equality and mutual respect.

Source: Developed by the authors.

under the Belt and Road Initiative. It positions China as both a proactive initiator and a responsible partner committed to the global community's common prosperity, stability, and cultural inclusiveness. The thematic prominence of mutual benefit and shared destiny serves to legitimize and advocate for cooperative global governance as envisioned by China within the framework of the BRI.

After analyzing the textual corpus of Class 1, we applied the same procedures to Classes 2 and 3 (Table 5), as well as Classes 4 and 5 (Table 6). To compile the results effectively and avoid redundancy in the analyses, we structured the subsequent analyses into tables.

The second-class corpus serves as an explicit roadmap or blueprint for how China operationalizes the Belt and Road Initiative. It combines thematic narratives from soft power strategies with practical implementation actions. The initiative is thus presented as holistic and inclusive, encompassing economic, cultural, ecological, scientific, and diplomatic spheres to achieve comprehensive international cooperation and global governance. The textual corpus clearly articulates specific objectives, practical mechanisms, and operational structures to validate and promote the initiative as a positive, inclusive, transparent, and mutually beneficial platform for global development and connectivity.

The third-class corpus represents a highly operational, strategic, and institutional approach to the Belt and Road Initiative. It specifically focuses on the detailed economic, financial, infrastructural, and technological mechanisms through which the initiative seeks practical implementation. This corpus positions the BRI explicitly within global market norms and standards, emphasizing transparency, risk management, regulatory alignment, and financial stability. At the same time, it maintains an ideological stance on inclusivity, openness, and environmental sustainability. Overall, the narrative reinforces China's role not merely as an initiator but also as an integrative leader, actively shaping a global governance model through comprehensive strategic planning, financial cooperation, and sustainable development. In Table 6, we present the categories and main themes for Classes 4 and 5.

In Class 4, the BRI is described as a carefully coordinated, practical global strategy deeply grounded in physical infrastructure connectivity, financial and economic integration, technological innovation, and sustainable development. The narrative explicitly addresses cooperation on multiple levels—bilateral, regional, and multilateral—and emphasizes practical implementation and sustainability. In summary, the Class 4 textual corpus portrays the BRI as a strategically structured initiative focused on practical outcomes, economic integration, infrastructural connectivity, financial stability, technological innovation, environmental responsibility, and comprehensive social benefits.

Table 5. Categories and key themes for Class 2 and 3

Class	Categories	Key Concepts and Themes
2	Sectoral Cooperation	Coal, oil, gas, marine technology, ocean engineering, environmental protection industries
	Cultural Exchanges	Scholarships, cultural exchanges, arts festivals, film production; Confucius Institutes, Chinese cultural centers abroad; Promotion weeks, tourism routes; Hosting international sports events
	Institutional Cooperation & Governance	Integrity evaluations, anti-corruption cooperation agreements; Extradition treaties and judicial cooperation
	Environmental and Green Development	Green development, environmental protection industries; Desalination, ecological preservation, green technology transfers
	Public Diplomacy & Communication	Science and technology innovation action plan; Joint laboratories, technology transfer centers.
3	Economic Integration	Deep integration of markets; Market rules and international norms; Free flow of economic factors; Integrated industrial chains; Trade and investment facilitation
	Financial Cooperation	Financial integration; Currency stability systems; Cross-border; currency swaps and RMB settlements; Financial risk early warning systems; Silk Road Fund and investment mechanisms
	Infrastructure and Connectivity	Infrastructure connectivity; Cross-border infrastructure; Comprehensive civil aviation; Multi-modal transport systems; Economic corridors and zones
	Regulatory and Policy Alignment	Policy communication and objectives coordination; Intergovernmental macro policy exchange mechanisms; Regulatory coordination mechanisms; Signing bilateral and multilateral investment treaties
	Sustainable Development	Green finance and green bonds; Ecological and environmental protection; Green infrastructure, green energy; Blue economy, marine resources, and sustainable maritime cooperation
	Innovation and Technology	Science and technology innovation; Innovation cooperation and sci-tech capability; Emerging industries, biotechnology, new materials; Digital transformation; AI governance initiative
	People-to-people Bonds	People-to-people exchanges and cultural cooperation; Youth and women's exchanges; Local and municipal partnerships; Civil society engagement

Source: Developed by the authors.

Table 6. Categories and key themes for Class 4 and 5

Class	Categories	Key Concepts and Themes
4	Infrastructure as a Core Pillar	Ports, railways, highways, aviation routes, pipelines; Infrastructure projects and corridors (Gwadar Port, Horgos border center, Lancang-Mekong, Hambantota Port, etc.); Information technology infrastructure (optical cables, satellites).
	Financial Integration and Stability	Financial institutions' cooperation, Silk Road Fund, Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB); Currency swaps, cross-border financial regulatory cooperation; Risk management and financial crisis management.
	Strategic Regulatory Coordination	Coordination of economic policies, standards alignment, regulatory frameworks; Joint agreements on standards, rules alignment for transport, trade, and investments.
	Cultural and Social Dimension	Human resources and education cooperation, scholarship programs; Health initiatives, disaster relief, emergency aid, poverty alleviation.
	Technological Cooperation and Innovation	Digital infrastructure, submarine cables, spatial satellite communication; Innovation systems, AI governance, sci-tech capacity building.
5	Historical Symbolism and Modern Legitimacy	Historical Silk Road references; Symbolism of Eurasian cooperation, trade, and cultural exchange.
	Geopolitical and Strategic Spatial Planning	Eurasian continental corridors (China-Europe, China-Mongolia-Russia, China-Central Asia-West Asia corridors); Maritime Silk Road and its strategic routes (South China Sea, Indian Ocean, South Pacific); Specific regional references (Southeast Asia, Central Asia, Africa, Europe, Oceania, Latin America).
	Infrastructure as Strategic Leverage	Emphasis on transport (road, rail, ports, aviation); Key projects mentioned: Gwadar Port, Addis Ababa-Djibouti railway, Hambantota Port, China-Europe freight trains; Logistic hubs and economic zones (Horgos Border Center, Malacca Coastal Industrial Park).
	Economic Corridors and Strategic Routes	"Six corridors, six routes, multiple countries, multiple ports" framework; China-Pakistan, Bangladesh-China-India-Myanmar corridors; China-Indochina Peninsula and China-Central Asia-West Asia economic corridors.
	Institutionalized Multilateral Engagement	Shanghai Cooperation Organization (SCO), ASEAN, APEC, ASEM, CICA, China-Arab States Cooperation Forum, Greater Mekong Subregion (GMS); High-level visits and summits for political facilitation.
	Regional Development and Balanced Growth within China	Development of inland China (Xinjiang, Chongqing, Shaanxi, Gansu, Yunnan, Guangxi); Coastal and border region development (Shanghai FTZ, Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area); Cross-border cooperation and regional integration.

Source: Developed by the authors.

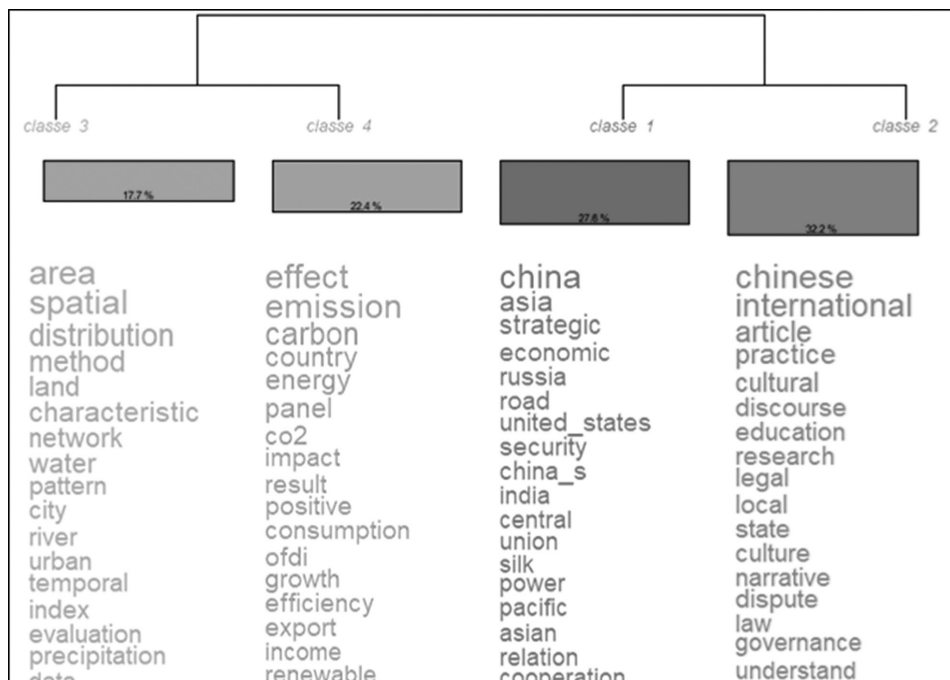
Class 5 reveals the strategic, geographic, and symbolic narratives that underpin the Belt and Road Initiative. The text explicitly positions the initiative as a sophisticated spatial-economic development strategy designed to promote global integration by reviving historical trade routes. The frequent mentions of specific geographic corridors, cities, infrastructure projects, and regional frameworks articulate a well-defined strategic vision. By continuously connecting historical narratives with contemporary strategies, the text legitimizes the Belt and Road Initiative as both historically rooted and future-oriented. Overall, the corpus strongly communicates a vision of coordinated international economic integration through well-defined strategic geographic frameworks and multilateral cooperation mechanisms, clearly positioning China as a central architect and driver of global economic connectivity and regional cooperation.

4.3. Analysis of the SLR Documents

The textual corpus derived from the documents included in the Systematic Literature Review (SLR) comprises 1,933 pages formatted in Microsoft Word, totaling 873,820 words. This document was imported into the Iramuteq software and subsequently classified, resulting in a total of 892,438-word occurrences.

Figure 4 illustrates the DHC performed by Reinert's method, resulting in four classes:

Figure 4. Reinert's method applied to the SLR corpus



Source: Developed by the authors.

As shown in Figure 4, Classes 1 and 2 are lexically connected, which suggests that they address related themes. Consequently, content analysis was conducted on both classes, and the results are reported in Table 7.

Table 7. Categories and key themes for Classes 1 and 2

Category	Key Concepts and Themes
Geopolitical Strategy	• National policies and international positioning (Class 1) • Geopolitical competition (U.S., China, Russia, EU) (1) • Strategic alliances and partnerships (1) • Regional impacts (Asia-Pacific, Eurasia, Africa, Middle East) (1) • Multipolarity, Xiism (2) • Global Governance (2) • Hegemony (2)
Economic Development and Integration	• Infrastructure and connectivity (roads, railways, maritime routes) (Class 1) • Trade relations and agreements (1) • Foreign Direct Investment (FDI) (1) • Economic impacts and risks (1) • Debt-trap (2) • Trade corridors (2)
Environmental and Social Impacts	• Environmental sustainability issues (Class 1 and 2) • Green BRI (2) • Biodiversity conservation (2) • Social and cultural impacts (1) • Health (e.g., Health Silk Road) (1) • Education and technology transfer (1)
Security Concerns	• National security (1) • Cybersecurity and technology (Digital Silk Road, 5G) (1) • Maritime security (South China Sea) (1) • Regional stability and conflict (1)
Diplomacy and Soft Power	• International influence strategies (1) • Cultural diplomacy (1) • Chinese soft power (2) • Yan'an literature (2) • Confucius Institutes (2) • Public diplomacy narratives (1) • International organizations cooperation (EU, ASEAN, SCO) (1)
Institutional Aspects	• Investment arbitration (2) • Taxation issues (2) • Dispute resolution (2)
Challenges and Critiques	• Criticisms from Western countries (1) • Implementation challenges (1) • Financing and debt sustainability concerns (1) • Local resistance and disputes (1)

Source: Developed by the authors.

According to our analysis, the BRI is widely presented as a geopolitical project. The use of terms such as “hegemonic project,” “geoeconomic diplomacy,” and “strategic ambition” in academic and policy discussions highlights China’s effort to use the BRI for more than just economic goals. Many scholars (e.g., Hu et al. 2021; Ul Mansoor 2024; Zhixin 2018) argue it functions as a broad geopolitical strategy. However, research consistently points to contradictions (e.g., Ferchen 2023; Murton and Narins 2024; Owen 2020) and vulnerabilities (e.g., Lai 2020; Ljungwall and Bohman 2017) in China’s approach. Western countries and regional actors often describe the initiative as vague (Zeng 2019), economically coercive (Jain and Chakrabarti 2023), and geopolitically disruptive (Jones and Zeng 2019). Scholars also note internal constraints, particularly debates around “Xiism,” which is seen as both assertive and flawed, reflecting major challenges to China’s global ambitions (Harman and Davies 2019).

Economic connectivity remains central to the BRI (e.g., Forough 2019; Ngampramuan and Piboonsate 2021; Szadziwski 2020; Zhang 2020). The initiative focuses heavily on infrastructure projects aimed at boosting trade across Asia (De Vienne and Jammes 2020), Europe (Sielker and Kaufmann 2020), Africa (Carrai 2021), and the Middle East (Evron 2019). While it helps reduce China’s economic pressures and supports partner countries, critics warn about debt risks (TARRÓSY, 2020), “debt-trap diplomacy” (Al-Fadhat and Prasetio 2024; Yang 2024), and unequal development (e.g., Apostolopoulou and Pant 2022; Wang et al. 2022). These issues often lead to economic benefits flowing mainly to China and local elites (Jones and Zeng 2019; Shakhanova and Garlick 2020), increasing inequality in some partner nations (Mosyakov, Shpakovskaya, and Ponka 2024).

Environmental sustainability is another key concern in BRI discussions (e.g., Jalil et al. 2021; Khan, Liu, and Khan 2022; Latief et al. 2024; Li et al. 2024). Large-scale projects risk damaging ecosystems, reducing biodiversity, and causing environmental instability (F. Wang et al. 2021) – especially in sensitive areas like the Arctic (Liu, 2018; Mariia, 2019), Southeast Asia (Ng et al. 2020), and Central Asia (Naboureh et al. 2021). Although China promotes a “Green BRI” in its official narratives (e.g., Lu 2020), many scholars and policymakers remain skeptical (e.g., Tishehyar and Bakhshi 2020). They cite vague standards and inconsistent environmental results on the ground (Höra 2022; Lee Jones and Zeng 2019; Zeng 2019).

Diplomatic relations and soft power play a central role in how the BRI is framed (Toettoe 2023; Zhu, Ma, and Krever 2024). China seeks to balance its geopolitical ambitions with efforts to build a positive international image (Jain and Chakrabarti 2023). Programs like the “Health Silk Road” (e.g., Cao 2020) and various education initiatives (e.g., Confucius Institutes) showcase its use of

cultural diplomacy (Chou and Demiryol 2024; Sattar et al. 2024). China also uses historical narratives, such as the “Silk Road” to signal peaceful intentions (Winter, 2021; Winter, 2020). However, these narratives often face skepticism (e.g., Nedopil 2022) and are challenged by competing international discourses (Lv, Liu, and Xu 2024; Shenin 2018). Institutional and cultural divergences (e.g., Liu et al. 2023) further complicate the implementation of BRI projects abroad (Oliveira et al. 2020). Differences in legal frameworks (Rodiles 2022), governance structures (Gerstl, 2020), and business practices (Chan and Pun 2022) create barriers to effective collaboration between China and host countries. However, the extent to which these efforts mitigate geopolitical tensions and foster long-term trust remains a subject of ongoing debate.

Security and strategic competition are also major themes (e.g., Bharti and Kumari 2024; Saeed 2017). The BRI sits at the intersection of economic goals and security concerns (e.g., Li 2020; Vaezi and Khazaii 2021). Geopolitical rivalries with the United States (Blanchard 2021), Japan, India (Bhuiyan and Yi 2023), Russia (Ruiz-Ramas 2020), and the European Union (Duarte and Ferreira-Pereira 2022) frequently emerge in BRI discussions. Security risks include maritime disputes (Hu, Liu, and Lee 2021), cybersecurity threats linked to the Digital Silk Road (Hemmings 2020), and regional instability (Noorali and Ahmadi 2022). Chinese investments often raise concerns about security vulnerabilities in partner countries, particularly due to the dual-use nature of technologies like 5G networks (Dahdal and Ghafar 2025).

Recipient countries show a wide range of responses to the BRI – from strong support to strategic caution or outright resistance. Nations like Pakistan (e.g., Ali, Arshad, and Rogers 2024) and Cambodia (e.g., Hu et al. 2019) welcome the BRI for its economic benefits, despite recognizing long-term risks (Mackenzie et al. 2023; Wei, Fang, and Tao 2023). In contrast, countries like Vietnam (Pham and Ba 2021) and Indonesia (Iksan and Soong 2023) adopt hedging strategies, balancing cooperation with China against ties to Western powers. Many Western and some Eastern European countries are increasingly cautious (Cotella and Berisha 2021; Jakimow 2019), evaluating the BRI through a security lens. This often leads to hesitancy or outright rejection of deeper participation.

We now analyze the categories and themes of Classes 3 and 4 corpora (Table 8).

The environmental impact of the BRI remains a critical area of concern, particularly regarding biodiversity conservation (Bohnett et al. 2022) and climate change resilience (Bogojevic et al. 2021). Infrastructure development along the BRI route poses significant risks to biodiversity, with many Key Biodiversity Areas (KBAs) remaining unprotected (Wang et al. 2022). Climate-induced water stress in Pakistan is projected to increase by 36.92% compared to current levels,

Table 8. Categories and key themes for Classes 3 and 4

Category	Key Concepts and Themes
Energy Transition, Sustainability and Environmental Impact	• Environmental vulnerability (3) • Biodiversity threats and conservation (3) • Climatic impacts and ecological degradation (water stress, air pollution) (3) • Energy transformation, renewable energy (4) • Clean energy investment, low-carbon strategy (4) • Sustainable energy systems and carbon neutrality (4) • CO2 emissions and ecological footprints (4) • Renewable vs. non-renewable energy sources (4) • Environmental governance and regulations (4)
Economic Development and Foreign Trade	• Trade facilitation, logistics infrastructure (3) • Trade efficiency and comparative Advantage (3) • Cross-border and multimodal transport development (3) • Impact of foreign trade on productivity and economic growth (4) • Industrial specialization and international competitiveness (4) • Bilateral agricultural trade (4)
Foreign Direct Investment (FDI) and Economic Spillovers	• Impact of China's outward investment on partner countries (4) • Spillover effects on host-country productivity and regulatory quality (4) • Sectoral impacts and regional differentiation in FDI outcomes (4)
Regional Development and Urbanization	• Urban development, expansion, and land-use changes (3) • Urban resilience and socio-environmental impacts (3) • Development of inland and port cities under BRI (3) • Tourism impacts on regional economic development (4) • Human capital and socio-economic effects (4) • Urbanization patterns and regional inequality (4)
Agriculture, Food Security, and Land Management	• Agricultural productivity and vulnerability • Land carrying capacity and food security • Sustainable agricultural practices and dietary shifts
Public Health and Social Development	• Health status and infrastructure • Public health risks (tick-borne diseases, infectious and non-infectious diseases) • Health infrastructure development and regional disparities
Technological Innovation and Industrial Transformation	• Digital infrastructure and smart manufacturing (3) • Technological spillovers, technology transfer (3) • Intellectual property rights and innovation (3) • Green innovation and renewable energy (4) • Technological spillovers and industrial upgrading (4) • Impact of digitalization and infrastructure on innovation (4)
Tourism and Socioeconomic Development	• Impact of tourism on economic sustainability (4) • Relation between tourism receipts and CO2 emissions (4) • Interaction between tourism and international trade (4)

Source: Developed by the authors.

highlighting the broader ecological vulnerabilities associated with the initiative (Waheed et al. 2023). These environmental challenges intersect with economic integration and trade patterns, where the BRI facilitates increasingly close ties and complex trade structures. However, despite efforts to enhance connectivity, multimodal transportation freight corridors and seaports remain underutilized, limiting the full potential of economic integration (Mayer and Zhang 2021). The agricultural sector is equally affected, as climate change has significantly increased the vulnerability of farmland productivity in countries such as Bangladesh and Myanmar (Wang et al. 2019). Additionally, rising population demands have outpaced local land resources, exacerbating food security concerns and straining agricultural sustainability (Alhussam et al. 2023).

Regional Development and Urbanization also exhibit complex transformations within the BRI framework (Ma 2022). Despite economic challenges, Iran's urban space has expanded continuously, reflecting broader regional urbanization trends (Lu, Chen, and Ren 2021). Simultaneously, urban resilience demonstrates an overall upward trajectory, suggesting adaptive capabilities in response to infrastructural and socio-economic shifts (e.g., Lee 2022; Zhang and Wen 2022).

Technology and innovation play an indispensable role in driving sustainable economic growth. Technology transfers, particularly in the domain of green innovation, are recognized as key mechanisms for reducing emissions and fostering long-term industrial efficiency (Cao et al. 2023; Nazneen et al. 2023). The digitalization of industries and the diffusion of technological spillovers further amplify these benefits, enhancing overall productivity while promoting environmentally responsible practices (Hu 2024). Another critical dimension of the BRI is technology transfer and innovation, especially in recipient countries that urgently require adaptation technologies to address developmental gaps (e.g., Chen 2024; Raslan 2024). The increasing density of technological mergers and acquisitions within the BRI network signifies growing interconnectivity and knowledge exchange. This trend positions technology as a vital driver of economic and infrastructural progress within the BRI framework (Uctu and Sahbaz 2024).

Economic growth and sustainability remain at the core of the BRI, with strong empirical evidence indicating that foreign trade and foreign direct investment (FDI) contribute positively to economic expansion (Asiri et al. 2023), productivity (Zhang and Ji 2024), and technological upgrading (Khan et al. 2021). However, these economic benefits are accompanied by significant environmental pressures, particularly in terms of rising CO₂ emissions (e.g., Shinwari et al. 2022). This creates a fundamental tension between economic ambitions and sustainability goals, necessitating strategic approaches to balance industrial expansion with environmental responsibility (Mao et al. 2024). Within this framework, renewable

energy and technological innovation emerge as critical mitigating factors (Khan et al. 2021). Empirical findings consistently demonstrate that investments in renewable energy and green technological advancements significantly reduce carbon emissions (Wang, Dong, and Dong 2021). Consequently, BRI countries are increasingly urged to prioritize clean energy initiatives and embed sustainability within their economic development strategies to ensure long-term environmental and economic stability.

Nonetheless, the environmental impacts associated with the BRI remain complex, particularly regarding CO₂ emissions. While trade openness with China has been found to reduce emissions in certain contexts, especially when aligned with sustainable policies, trade among BRI countries themselves can lead to higher emissions (Jamatutu et al. 2024). This is particularly evident in lower-income nations, where industrial expansion often prioritizes economic growth over environmental considerations (Muhammad and Long 2021). These dynamics further underscore the critical role of widespread adoption of renewable energy and green technological innovation as essential measures for achieving sustainable environmental management within the BRI framework.

Another significant dimension of BRI-related economic activity is tourism, which serves as a powerful driver of economic growth (Li et al. 2020). The expansion of tourism industries within BRI countries has been positively correlated with economic development (Umurzakov, Tosheva, and Salahodjaev 2023), benefiting from improved infrastructure and increased connectivity (Chen, Zhang, and Ji 2022). However, the environmental implications of tourism remain varied (e.g., Latief et al. 2024; Sun et al. 2021), necessitating integrated planning approaches to ensure that tourism-driven economic expansion does not undermine sustainability objectives.

Ultimately, the complex interplay between economic growth, sustainability, and technological advancement within the BRI framework requires a holistic policy approach. While economic integration and foreign investments offer substantial growth opportunities, their long-term success is contingent on environmental stewardship, governance quality, and the strategic adoption of clean energy and innovative technologies. Addressing these challenges effectively will determine the extent to which the BRI can achieve its dual goals of fostering economic prosperity and ensuring environmental sustainability across participating nations.

4.5. Cross-Analysis of Systematic Literature Reviews and Belt and Road Initiative Policy Documents

Given the objective—to elucidate how the initiative is framed within geopolitical, economic, socio-cultural, technological, environmental, and institutional contexts,

and to critically assess the coherence and divergence between China’s official narratives and academic discourses – a synthesis of the results from both official documents and the systematic literature review (SLR) reveals both strong alignment in some areas and significant divergence in others (Table 9).

Table 9. Synthesis of Contextual Framing

Context	Official Narrative	Academic Discourse (SLR)	Alignment/Divergence
1. Geopolitical	Peaceful, cooperative, inclusive. China as a responsible leader promoting global harmony and stability through multilateralism.	Narrative is contested; perceived through a security lens in regions like Eastern Europe, Southeast Asia, and the West. Hedging strategies (e.g., Vietnam, Indonesia) reflect concerns over dependence and geopolitical tension.	Divergence: Official narrative downplays tensions; academic discourse highlights them as central to BRI’s global challenges.
2. Economic	Focus on mutual prosperity, win-win cooperation, shared growth, and economic integration.	Recognizes opportunities but highlights risks like debt sustainability, dependency, unequal benefits, and structural barriers from legal and governance differences.	Partial Coherence, Partial Divergence: Both agree on economic importance, but academic views raise concerns about fairness, sustainability, and feasibility.
3. Socio-Cultural	Emphasizes cultural inclusiveness, mutual learning, and people-to-people bonds to foster soft power and improve China’s image.	Skeptical about whether cultural initiatives can overcome trust deficits, especially in countries with historical apprehensions about China.	Divergence: Official view is idealistic; academic discourse is skeptical about the depth and impact of socio-cultural efforts.
4. Technological	Promotes technological connectivity, digital infrastructure, and innovation-led growth for shared advancement.	Acknowledges tech transfer but raises concerns about technological dependency, cybersecurity, unequal benefits, and inconsistent adoption of sustainable tech.	Partial Divergence: Official narrative is optimistic; academic discourse highlights risks of dependency and uneven gains.
5. Environmental	Framed around sustainable development, green projects, ecological cooperation, and low-carbon pathways.	Notes implementation gaps; environmental commitments often lag. Carbon-intensive projects persist in countries with weak regulations despite green rhetoric.	Clear Divergence: Official commitments are often aspirational; academic discourse highlights a gap between rhetoric and practice.
6. Institutional	Highlights harmonized governance, policy coordination, and shared rules under Chinese-led mechanisms.	Points to institutional mismatches - legal incompatibility, governance gaps, and rule-of-law issues undermine effective cooperation.	Divergence: The official seamless governance narrative contrasts with fragmented, inconsistent real-world institutional realities.

Source: Developed by the authors.

The official Chinese narrative frames the BRI as a holistic, harmonious, and mutually beneficial model of global governance, rooted in principles of cooperation, inclusiveness, and shared prosperity. In contrast, academic discourse offers a more critical and nuanced perspective, highlighting the persistent gap between the rhetoric and its practical implementation. Scholars point to underlying challenges related to geopolitical tensions, governance mismatches, environmental sustainability, and risks of technological dependence. This divergence in perspectives underscores that the BRI extends beyond an economic initiative; it represents a strategic projection of China's vision for global governance. However, its reception and long-term success are deeply influenced by a complex interplay of geopolitical trust, economic pragmatism, and the degree of institutional compatibility between China and its partner countries.

5. Conclusion

This study offers a comprehensive examination of both official and academic narratives surrounding China's Belt and Road Initiative, illuminating the intricate interplay among geopolitical, economic, socio-cultural, technological, environmental, and institutional dimensions. By employing systematic lexical and content analyses of official BRI documents alongside a corpus derived from an extensive Systematic Literature Review (SLR), the research reveals patterns of both coherence and divergence in the strategic framing and interpretation of the initiative. These findings underscore the multifaceted nature of the BRI and highlight the discursive tensions that shape its global reception and scholarly critique.

Official BRI documents consistently frame the initiative as a comprehensive strategy aimed at fostering international cooperation, economic integration, sustainable development, and cultural diplomacy. These narratives strategically foreground principles such as mutual benefit, peace, inclusiveness, and shared global prosperity, positioning China as both a proactive architect and a responsible stakeholder within a multilateral global order. In contrast, academic discourses – derived from the Systematic Literature Review (SLR) – critically interrogate the initiative's underlying geopolitical motivations. They highlight persistent tensions related to economic dependency, environmental sustainability, and strategic security. These scholarly perspectives often emphasize structural vulnerabilities and raise concerns regarding debt sustainability, ecological degradation, and the potential for strategic coercion embedded within the BRI framework.

The comparative analysis reveals a pronounced divergence between the optimistic framing found in China's official narratives and the more critical assessments prevalent in scholarly literature (Table 9). Official sources tend

to emphasize historical continuity, cultural diplomacy, and institutionalized multilateralism, portraying the Belt and Road Initiative as a benign and inclusive global development strategy. In contrast, academic discourse critically engages with the initiative's practical implications, drawing attention to infrastructure-related environmental risks, intensifying geopolitical rivalries, cybersecurity vulnerabilities, and the uneven distribution of economic benefits. These scholarly evaluations suggest a more cautious and nuanced interpretation of the BRI's outcomes, highlighting the complexity and contestation embedded within its global implementation.

The BRI emerges as a complex and strategically nuanced initiative with far-reaching implications across multiple global dimensions. While official discourses effectively communicate an inclusive and collaborative vision, critical academic analyses provide essential insights into potential strategic vulnerabilities and practical challenges. Continued multidisciplinary research is necessary to further elucidate the multifaceted impacts of the BRI, fostering greater understanding of China's evolving role in global governance and strategic international engagement.

This study employed rigorous scientific methodologies in the collection, analysis, and interpretation of data. Nonetheless, several limitations warrant consideration. First, the content analysis approach, while systematic, carries an inherent risk of reductionism. Segmenting texts into predefined analytical categories may obscure nuanced meanings, contextual subtleties, and interpretive depth present in the original material. This limitation is further compounded by the decision to analyze only the abstracts of scientific publications, rather than full-text documents, potentially restricting the richness of the data. Second, the categorization and interpretive processes are subject to researcher bias. The construction of analytical categories and the interpretation of textual elements reflect subjective judgments, shaped by the researchers' perspectives and methodological choices. These limitations underscore the importance of cautious interpretation and suggest avenues for future research that incorporate more comprehensive datasets and triangulated analytical frameworks.

Acknowledgments

This research was supported by the University of Macau under Project SGR2023-00026-FSS and Foundation for Research Support of the State of Minas Gerais – FAPEMIG (Brazil) under process APQ-06588-24. The use of generative artificial intelligence tools, specifically Microsoft Copilot, was conducted in accordance with the University of Macau's guidelines. These tools provided limited assistance in the literature review, final list of references and proofreading stages, ensuring compliance with ethical and academic standards.

Data available

Frogeri, R. F., & Leandro, F. (2025). Dataset – Strategic Ambitions and Discursive Divergences: China's Belt and Road Initiative in Official and Academic Narratives. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.17108719>

Declaration of interest

The authors declare no conflict of interest related to the research, authorship, or publication of this academic paper.

References

- Abrão, Almeida Ferreira, and M. P. Amineh. 2024. "Brazilian Perception of the China-Led Belt and Road Initiative." *Journal of Contemporary China*. doi: 10.1080/10670564.2023.2299792.
- Afzaal, Muhammad. 2023. *A Corpus-Based Analysis of Discourses on the Belt and Road Initiative*. Vol. 10. Singapore: Springer Nature Singapore.
- Al-Fadhat, F., and H. Prasetyo. 2024. "How China's Debt-Trap Diplomacy Works in African Countries: Evidence from Zimbabwe, Cameroon, and Djibouti." *JOURNAL OF ASIAN AND AFRICAN STUDIES* 59(5):1463–83. doi: 10.1177/00219096221137673.
- Alhussam, M. I., J. F. Ren, H. X. Yao, and O. Abu Risha. 2023. "Food Trade Network and Food Security: From the Perspective of Belt and Road Initiative." *AGRICULTURE-BASEL* 13(8). doi: 10.3390/agriculture13081571.
- Ali, I., N. Arshad, and R. A. Rogers. 2024. "New Era of Pakistan's Embrace of China: Impact on Pakistan-U.S. Relations." *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 9(1–4):127–47. doi: 10.1142/S237740023500070.
- Apostolopoulou, E., and H. Pant. 2022. "'Silk Road Here We Come': Infrastructural Myths, Post-Disaster Politics, and the Shifting Urban Geographies of Nepal." *Political Geography* 98. doi: 10.1016/j.polgeo.2022.102704.
- Asiri, M. A. Y., C. Liu, X. D. Liu, and E. Sumarliah. 2023. "How Foreign Direct Investment and Other Belt and Road Initiative Aspects Shape Sustainable Economic Development in Middle East Nations." *JOURNAL OF INDUSTRIAL INTEGRATION AND MANAGEMENT-INNOVATION AND ENTREPRENEURSHIP* 08(03):387–412. doi: 10.1142/S2424862223500161.
- Aslam, Abdullah Muhammad. 2024. *A Corpus-Based Analysis of Discourses on the Belt and Road Initiative: Corpora and the Belt and Road Initiative*. Vol. 2. doi: 10.1515/csh-2024-0004.
- Astarita, C., and M. Marconi. 2023. "Reading Spykman in Beijing." *ESPACE POLITIQUE* (49–50). doi: 10.4000/11r69.
- Banerjee, Suvajit, and Surender Singh. 2024. "Examining the India-Middle East-Europe Economic Corridor (IMEC) as a Collaborative Infrastructure for Transcontinental Policymaking: An ICIO-LP Analysis." *Asia Europe Journal* 22(4):481–506. doi: 10.1007/s10308-024-00712-1.
- Bardin, Laurence. 2013. *L'analyse de Contenu*. PUF.
- Beeson, M., and C. Crawford. 2023. "Putting the BRI in Perspective: History, Hegemony and Geoeconomics." *CHINESE POLITICAL SCIENCE REVIEW* 8(1):45–62. doi: 10.1007/s41111-022-00210-y.

- Bharti, M. S., and S. Kumari. 2024. "China's Security Presence and BRI in African Countries: Implications for the United States and the European Union." *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 9(01):21–41. doi: 10.1142/S2377740023500021.
- Bhuiyan, M. S., and W. Yi. 2023. "India and Japan Response to the Belt and Road Initiative: What China Should Do?" *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 09(01):249–67. doi: 10.1142/S2377740023500124.
- Blanchard, J. M. F. 2021. "The United States – China Rivalry and the BRI." *Vestnik RUDN. International Relations* 21(2):288–303. doi: 10.22363/2313-0660-2021-21-2-288-303.
- Bogojevic, S., M. M. Zou, S. Bogojević, and M. M. Zou. 2021. "Making Infrastructure 'Visible' in Environmental Law: The Belt and Road Initiative and Climate Change Friction." *Transnational Environmental Law* 10(1):35–56. doi: 10.1017/S2047102520000278.
- Bohnett, E., A. Coulibaly, D. Hulse, T. Hctor, B. Ahmad, L. An, and R. Lewison. 2022. "Corporate Responsibility and Biodiversity Conservation: Challenges and Opportunities for Companies Participating in China's Belt and Road Initiative." *ENVIRONMENTAL CONSERVATION* 49(1):42–52. doi: 10.1017/S0376892921000436.
- Cai, K. G. 2023. "China's Initiatives: A Bypassing Strategy for the Reform of Global Economic Governance." *CHINESE POLITICAL SCIENCE REVIEW* 8(1):1–17. doi: 10.1007/s41111-022-00215-7.
- Cao, J. H. 2020. "Toward a Health Silk Road China's Proposal for Global Health Cooperation." *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 6(1):19–35. doi: 10.1142/S2377740020500013.
- Cao, X., F. Zhao, Y. Y. Wang, Y. Deng, H. Zhang, and X. Z. Huang. 2023. "The Belt and Road Initiative and Enterprise Green Innovation: Evidence from Chinese Manufacturing Enterprises." *FRONTIERS IN ECOLOGY AND EVOLUTION* 11. doi: 10.3389/fevo.2023.1176907.
- Carrai, M. A. 2021. "Adaptive Governance along Chinese-Financed BRI Railroad Megaprojects in East Africa." *World Development* 141. doi: 10.1016/j.worlddev.2020.105388.
- Chan, D. S. W., and N. Pun. 2022. "Reactive to Domestic Constraints: Dynamic Operations of a China-Backed Copper Mine in Myanmar, 2011-2021." *EURASIAN GEOGRAPHY AND ECONOMICS* 63(5):653–77. doi: 10.1080/15387216.2021.1955721.
- Chan, L. H. 2020. "Can China Remake Regional Order? Contestation with India over the Belt and Road Initiative." *GLOBAL CHANGE PEACE & SECURITY* 32(2):199–217. doi: 10.1080/14781158.2020.1772215.
- Chan, Seng In, and Weiqing Song. 2020. "Telling the China Story Well: A Discursive Approach to the Analysis of Chinese Foreign Policy in the 'Belt and Road' Initiative." *Chinese Political Science Review* 5(3):417–37. doi: 10.1007/s41111-020-00146-1.
- Chaves, Maria Marta Nolasco, Ana Paula Rodrigues dos Santos, Neusa Pereira dos Santos, and Liliana Müller Larocca. 2017. "Use of the Software IRAMUTEQ in Qualitative Research: An Experience Report." *Studies in Systems, Decision and Control* 71:39–48. doi: 10.1007/978-3-319-43271-7_4.
- Chen, Y. N. 2024. "Technology Transfer on the Belt and Road: Pathways for Structural Transformation in Ethiopia's Standard Gauge Railways." *EUROPEAN JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH* 36(3):668–94. doi: 10.1057/s41287-023-00610-z.

- Chen, Y. T., D. Y. Zhang, and Q. Ji. 2022. "Impacts of Regional Cooperation Agreements on International Tourism: Evidence from a Quasi-Natural Experiment." *INTERNATIONAL REVIEW OF ECONOMICS & FINANCE* 82:663–76. doi: 10.1016/j.iref.2022.08.006.
- Chou, Meng Hsuan, and Tolga Demiryol. 2024. "Knowledge Power or Diplomacy? University Alliances and the Belt and Road Initiative." *Higher Education* 87(6):1693–1708. doi: 10.1007/s10734-023-01085-x.
- Cooper, A. F., and Y. Zhang. 2018. "Chinese Leadership in the Evolution of 'Hub' and 'Parallel' Globally Oriented Institutions." *Chinese Political Science Review* 3(1):28–47. doi: 10.1007/s41111-017-0081-z.
- Cotella, G., and E. Berisha. 2021. "THE IMPACT OF CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE ON THE WESTERN BALKAN REGION: AN EROSION OF EU CONDITIONALITY?" *EUROPEAN SPATIAL RESEARCH AND POLICY* 28(2):165–86. doi: 10.18778/1231-1952.28.2.09.
- Dahdal, A. M., and A. A. Ghafar. 2025. "The Digital Silk Road: 'Tech-Diplomacy' as a Paradigm for Understanding Technological Adoption and Emerging Digital Regulations in MENA." *ASIAN JOURNAL OF LAW AND SOCIETY*. doi: 10.1017/als.2024.30.
- De Vienne, M. S., and J. Jammes. 2020. "China's Maritime Nexus in Southeast Asia Economic and Geostrategic Challenges of the Belt and Road Initiative in Brunei." *Asian Survey* 60(5):905–27. doi: 10.1525/AS.2020.60.5.905.
- Duarte, P. A. B., and L. C. Ferreira-Pereira. 2022. "The Soft Power of China and the European Union in the Context of the Belt and Road Initiative and Global Strategy." *Journal Of Contemporary European Studies* 30(4):593–607. doi: 10.1080/14782804.2021.1916740.
- Evron, Y. 2019. "The Challenge of Implementing the Belt and Road Initiative in the Middle East: Connectivity Projects under Conditions of Limited Political Engagement." *China Quarterly* 237:196–216. doi: 10.1017/S0305741018001273.
- Fairclough, N., & Wodak, R. (1997). Critical discourse analysis. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse as social interaction: Discourse studies: A multidisciplinary introduction* (Vol. 2, pp. 258–284). Sage Publications.
- Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Longman.
- Ferchen, M. 2023. "The Contradictions in China's Developmentalist Foreign Policy." *Orbis* 67(4):471–95. doi: 10.1016/j.orbis.2023.08.002.
- Flint, C., and C. P. Zhu. 2019. "The Geopolitics of Connectivity, Cooperation, and Hegemonic Competition: The Belt and Road Initiative." *GEOFORUM* 99:95–101. doi: 10.1016/j.geoforum.2018.12.008.
- Forough, M. 2019. "Intervention with Chinese Characteristics: The Belt and Road Initiative Reconfiguring (Afro-)Eurasian Geo-Economics." *Conflict, Security and Development* 19(3):275–81. doi: 10.1080/14678802.2019.1608023.
- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge* (A. M. Sheridan Smith, Trans.). Pantheon Books. (Original work published 1969)
- Gerstl, A. 2020. "GOVERNANCE ALONG THE NEW SILK ROAD IN SOUTHEAST ASIA AND CENTRAL AND EASTERN EUROPE: A COMPARISON OF ASEAN, THE EU AND 17+1." *JEBAT-MALAYSIAN JOURNAL OF HISTORY POLITICS AND STRATEGIC STUDIES* 47(1):121–49.

- Gul, A., M. Munir, M. Hussain, and M. Hussain. 2022. "Revisiting US-China Strategic Competition in Central Asia and Its Impact on Pakistan." *JOURNAL OF PUBLIC AFFAIRS* 22. doi: 10.1002/pa.2764.
- Gyu, Lee Dong. 2021. "The Belt and Road Initiative after COVID: The Rise of Health and Digital Silk Roads." *The Asan Institute for Policy Studies*. Retrieved June 23, 2025 (<https://en.asaninst.org/contents/the-belt-and-road-initiative-after-covid-the-rise-of-health-and-digital-silk-roads/>).
- Harman, S., and S. E. Davies. 2019. "Xiism as a Hegemonic Project in the Making: Sino-Communist Ideology and the Political Economy of China's Rise." *Review Of International Studies* 45(3):491–501. doi: 10.1017/S026021051800027X.
- He, B. 2018. "Chinese Expanded Perceptions of the Region and Its Changing Attitudes Toward the Indo-Pacific: A Hybrid Vision of the Institutionalization of the Indo-Pacific." *East Asia* 35(2):117–32. doi: 10.1007/s12140-018-9291-8.
- Hemmings, J. 2020. "Reconstructing Order: The Geopolitical Risks in China's Digital Silk Road." *Asia Policy* 15(1):5–21. doi: 10.1353/asp.2020.0002.
- Höra, E. 2022. "Norm Entrepreneurship with Chinese Characteristics? Constructing a 'Green Bri.'" *European Review of International Studies* 9(3):458–82. doi: 10.1163/21967415-09030005.
- Hu, F., X. K. Zhang, M. M. Hu, and D. L. Cook. 2019. "Chinese Enterprises' Investment in Infrastructure Construction in Cambodia." *ASIAN PERSPECTIVE* 43(1):177–207. doi: 10.1353/apr.2019.0006.
- Hu, H. 2024. "Digitalization and Dependence: Evaluating the Impact of the Belt and Road Initiative on Achieving Sustainable Development Goals 8 and 9 and Shaping Digital Autonomy." *JOURNAL OF ECONOMIC INTEGRATION* 39(4):991–1017. doi: 10.11130/jei.2024024.
- Hu, Z., Y. Ge, D. Du, and Y. Liu. 2021. "China's geopolitical strategy on the way to the great rejuvenation: The National Neighborland Theory." *World Regional Studies* 30(3):443–53. doi: 10.3969/j.issn.1004-9479.2021.03.2021165.
- Hu, Z. H., C. J. Liu, and P. T. W. Lee. 2021. "China's Global Investment and Maritime Flows in the Context of the Belt and Road Initiative." *JOURNAL OF CONTEMPORARY CHINA* 30(129):465–80. doi: 10.1080/10670564.2020.1827357.
- Iksan, M., and J. J. Soong. 2023. "The Political Economy of Indonesia's Development Strategy under China-USA Power Rivalry and Hegemonic Competition: A Middle Power with Its Hedging Strategy." *Chinese Economy* 56(4):304–20. doi: 10.1080/10971475.2022.2136696.
- Jain, S., and S. Chakrabarti. 2023. "The Yin and Yang of China's Power: How the Force of Chinese Hard Power Limits the Quest and Effect of Its Soft Power." *Asian Perspective* 47(1):145–66. doi: 10.1353/apr.2023.0006.
- Jakimow, M. 2019. "Desecuritisation as a Soft Power Strategy: The Belt and Road Initiative, European Fragmentation and China's Normative Influence in Central-Eastern Europe." *ASIA EUROPE JOURNAL* 17(4):369–85. doi: 10.1007/s10308-019-00561-3.
- Jalil, A., A. Rauf, W. Sikander, Y. H. Zhang, and T. B. Wang. 2021. "Energy Consumption, Economic Growth, and Environmental Sustainability Challenges for Belt and Road Countries: A Fresh Insight from 'Chinese Going Global Strategy.'" *Environmental Science and Pollution Research* 28(46):65987–99. doi: 10.1007/s11356-021-15549-z.
- Jamatutu, S. A., K. Abbass, S. Gawusu, K. E. Yeboah, I. A. M. Jamatutu, and H. M. Song. 2024. "Quantifying Future Carbon Emissions Uncertainties under Stochastic Modeling and Monte Carlo Simulation: Insights for Environmental Policy Consideration for the Belt and Road Ini-

- tiative Region.” *JOURNAL OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT* 370. doi: 10.1016/j.jenvman.2024.122463.
- Ji, X. B., and G. Lim. 2022. “The Chinese Way of Reforming Global Economic Governance: An Analysis of China’s Rising Role in the Group of Twenty (G-20).” *CHINESE ECONOMY* 55(4):282–92. doi: 10.1080/10971475.2021.1972546.
- Jiang, Yuan. 2023. “Revealing China’s Diplomatic Narratives of the Belt and Road Initiative.” *Journal of Language and Politics* 22(1):87–106. doi: 10.1075/JLP.22005.JIA/CITE/REFWORKS.
- Jones, L., and J. H. Zeng. 2019. “Understanding China’s ‘Belt and Road Initiative’: Beyond ‘grand Strategy’ to a State Transformation Analysis.” *Third World Quarterly* 40(8):1415–39. doi: 10.1080/01436597.2018.1559046.
- Jones, Lee, and Jinghan Zeng. 2019. “Understanding China’s ‘Belt and Road Initiative’: Beyond ‘Grand Strategy’ to a State Transformation Analysis.” *Third World Quarterly* 40(8):1415–39. doi: 10.1080/01436597.2018.1559046.
- Kennan, George F., and John Lukacs. 1997. *George F. Kennan and the Origins of Containment, 1944–1946: The Kennan-Lukacs Correspondence (Volume 1)*. 1st ed. University of Missouri.
- Khan, A., C. G. Yang, J. Hussain, and Z. Kui. 2021. “Impact of Technological Innovation, Financial Development and Foreign Direct Investment on Renewable Energy, Non-Renewable Energy and the Environment in Belt & Road Initiative Countries.” *RENEWABLE ENERGY* 171:479–91. doi: 10.1016/j.renene.2021.02.075.
- Khan, H., W. L. Liu, and I. Khan. 2022. “The Role of Financial Development and Institutional Quality in Environmental Sustainability: Panel Data Evidence from the BRI Countries.” *ENVIRONMENTAL SCIENCE AND POLLUTION RESEARCH* 29(55):83624–35. doi: 10.1007/s11356-022-21697-7.
- Lai, H. 2020. “The Rationale and Effects of China’s Belt and Road Initiative: Reducing Vulnerabilities in Domestic Political Economy.” *Journal of Contemporary China* 1–18. doi: 10.1080/10670564.2020.1790896.
- Lasserre, Frédéric. 2020. “Mackinder, Models and the New Silk Road: A Deceiving Tool?” *Network For Strategic Analysis* (August):1–9.
- Latief, R., Y. S. Pei, S. A. Javeed, and U. Sattar. 2024. “Environmental Sustainability in the Belt and Road Initiative (BRI) Countries: The Role of Sustainable Tourism, Renewable Energy and Technological Innovation.” *Ecological Indicators* 162. doi: 10.1016/j.ecolind.2024.112011.
- Leandro, Francisco José. 2025. *Is China a Global Power?: The Three Great Walls of the Middle Kingdom*. Palgrave Macmillan.
- Leandro, José Francisco. 2023. “The Last Five Decades of Sino-Portuguese Relations: The Quest for the Belt and Road Initiative.” *Daxiyangguo – Portuguese Journal of Asian Studies* (30):13–79. doi: 10.33167/1645-4677.daxiyangguo2023.30/pp.13-79.
- Lee, J. W. 2022. “Sustainable Competitive Advantages for Regional Development: An Exploratory Study of the China (Anhui) Pilot Free Trade Zone.” *JOURNAL OF ASIAN FINANCE ECONOMICS AND BUSINESS* 9(7):17–26. doi: 10.13106/jafeb.2022.vol9.no7.0017.
- Lee, P. T. W., S. W. Lee, Z. H. Hu, K. S. Choi, N. Y. H. Choi, and S. H. Shin. 2018. “Promoting Korean International Trade in the East Sea Economic Rim in the Context of the Belt and Road Initiative.” *JOURNAL OF KOREA TRADE* 22(3):212–27. doi: 10.1108/JKT-03-2018-0015.

- Lei, Y. 2024. “China-Latin America Relations in the Context of the Belt and Road Initiative.” *DEVELOPMENT POLICY REVIEW* 42(6). doi: 10.1111/dpr.12814.
- Lesch, M., and D. M. H. Loh. 2022. “Field Overlaps, Normativity, and the Contestation of Practices in China’s Belt and Road Initiative.” *Global Studies Quarterly* 2(4). doi: 10.1093/isagsq/ksac068.
- Li, M. J. 2020. “The Belt and Road Initiative: Geo-Economics and Indo-Pacific Security Competition.” *INTERNATIONAL AFFAIRS* 96(1):169–+. doi: 10.1093/ia/iiz240.
- Li, T. H., H. Shi, Z. Z. Yang, and Y. Ren. 2020. “Does the Belt and Road Initiative Boost Tourism Economy?” *ASIA PACIFIC JOURNAL OF TOURISM RESEARCH* 25(3):311–22. doi: 10.1080/10941665.2019.1708758.
- Li, Y. 2018. “The Greater Eurasian Partnership and the Belt and Road Initiative: Can the Two Be Linked?” *Journal of Eurasian Studies* 9(2):94–99. doi: 10.1016/j.euras.2018.07.004.
- Li, Y., C. Y. N. Liu, U. T. Lao, and J. T. Dang. 2024. “Navigating the Path to Environmental Sustainability: Exploring the Role of Fintech, Natural Resources and Green Energy in Belt and Road Countries.” *Resources Policy* 88. doi: 10.1016/j.resourpol.2023.104485.
- Liu, N. Y. 2018. “Will China Build a Green Belt and Road in the Arctic?” *REVIEW OF EUROPEAN COMPARATIVE & INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW* 27(1):55–62. doi: 10.1111/reel.12238.
- Liu, Z. H., F. C. Wang, S. D. Feng, J. Luo, Q. Z. Tang, R. F. Littrell, and A. Shirov. 2023. “Navigating Cultural Convergence and Divergence in Sino-Russian Cooperation under the Belt and Road Initiatives: An Organizational Analysis Using Hofstede’s Cultural Dimensions Theory.” *CROATIAN INTERNATIONAL RELATIONS REVIEW* 29(94):1–23. doi: 10.2478/CIRR2023.29.94.01.
- Ljungwall, C., and V. Bohman. 2017. “Mending Vulnerabilities to Isolation: How Chinese Power Grows out of the Development of the Belt and Road Initiative.” *RUSI Journal* 162(5):26–33. doi: 10.1080/03071847.2017.1401905.
- Lu, C., J. Chen, and M. Ren. 2021. “The spatio-temporal analysis on the evolution of urban space in Iran based on remote sensing images from ESA.” *World Regional Studies* 30(4):864–72. doi: 10.3969/j.issn.1004-9479.2021.04.2020048.
- Lu, M., Y. Chen, Y. Lu, and E. Li. 2018. “The spatial balance pattern between land and sea transport in Europe-Asia under the Belt and Road Initiative.” *Dili Xuebao/Acta Geographica Sinica* 73(8):1526–39. doi: 10.11821/dlxb201808010.
- Lu, M. X. 2020. “Corporate Environmental Responsibility: Another Road to Achieve Ecological Civilization and Green BRI.” *CHINESE JOURNAL OF ENVIRONMENTAL LAW* 4(2):182–99. doi: 10.1163/24686042-12340057.
- Lu, S., N. Chen, W. Zhou, and S. W. Li. 2024. “Impact of the Belt and Road Initiative on Trade Status and FDI Attraction: A Local and Global Network Perspective.” *INTERNATIONAL REVIEW OF ECONOMICS & FINANCE* 89:1468–95. doi: 10.1016/j.iref.2023.09.003.
- Lv, P., P. Q. Liu, and W. E. Xu. 2024. “China’s Digital Silk Road Investment Effect: A Boon for European Countries or a Danger to Security?” *EUROPEAN JOURNAL OF INTERNATIONAL MANAGEMENT* 23(2–3). doi: 10.1504/EJIM.2024.138663.
- Ma, H. T. 2022. “Urbanization under Globalization: How Does the Belt and Road Initiative Affect Urbanization Levels in Participating Countries.” *JOURNAL OF GEOGRAPHICAL SCIENCES* 32(11):2170–88. doi: 10.1007/s11442-022-2042-1.

- Ma, L., A. Mohsin, and H. Muhammad. 2023. "Bilateral Trade Between China and Other Countries: Role of 'One Belt, One Road.'" *Journal of Comparative Asian Development* 19(1). doi: 10.4018/JCAD.303675.
- Mackenzie, E., S. Milne, L. van Kerkhoff, and B. Ray. 2023. "Development or Dispossession? Exploring the Consequences of a Major Chinese Investment in Rural Cambodia." *JOURNAL OF PEASANT STUDIES* 50(4):1478–1500. doi: 10.1080/03066150.2022.2026929.
- Mackinder, H. J. 1904. "The Geographical Pivot of History." *The Geographical Journal* 23(4):421–37. doi: 10.2307/1775498.
- Mahan, Alfred Thayer. 2011. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. Read Books Ltd.
- Mao, X. Y., Y. Wang, H. Zameer, and H. H. Song. 2024. "Can Chinese Outward Foreign Direct Investment Help the Belt and Road Low-Carbon Development? Evolutionary Game in China's Environmental Responsibility." *ENVIRONMENT DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY* 26(5):11049–88. doi: 10.1007/s10668-023-03207-y.
- Marchand, Pascal, and Pierre Ratinaud. 2012. "L'analyse de Similitude Appliquée Aux Corpus Textuels : Les Primaires Socialistes Pour l'élection Présidentielle Française." Pp. 687–99 in *Actes des 11èmes Journées Internationales d'Analyse des Données Textuelles (JADT)*.
- Marcoux, J. M., and J. Sylvestre-Fleury. 2022. "China's Contestation of International Norms on State-Owned Enterprises and Government Procurement through the Belt and Road Initiative." *ASIA PACIFIC LAW REVIEW* 30(2):325–47. doi: 10.1080/10192557.2022.2085413.
- Mariia, K. 2019. "China's Arctic Policy: Present and Future." *Polar Journal* 9(1):94–112. doi: 10.1080/2154896X.2019.1618558.
- Mayer, Maximilian, and Xin Zhang. 2021. "Theorizing China-World Integration: Sociospatial Reconfigurations and the Modern Silk Roads." *REVIEW OF INTERNATIONAL POLITICAL ECONOMY* 28(4):974–1003. doi: 10.1080/09692290.2020.1741424.
- Mosyakov, D. V., M. A. Shpakovskaya, and T. I. Ponka. 2024. "Myanmar's Role in China's Belt and Road Initiative." *Vestnik RUDN. International Relations* 24(3):439–49. doi: 10.22363/2313-0660-2024-24-3-439-449.
- Muhammad, S., and X. L. Long. 2021. "Rule of Law and CO2 Emissions: A Comparative Analysis across 65 Belt and Road Initiative(BRI) Countries." *JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION* 279. doi: 10.1016/j.jclepro.2020.123539.
- Murton, G., and T. Narins. 2024. "Corridors, Chokepoints and the Contradictions of the Belt and Road Initiative." *AREA DEVELOPMENT AND POLICY* 9(4):445–65. doi: 10.1080/23792949.2024.2311904.
- Naboureh, A., J. Bian, G. Lei, and A. Li. 2021. "A Review of Land Use/Land Cover Change Mapping in the China-Central Asia-West Asia Economic Corridor Countries." *Big Earth Data* 5(2):237–57. doi: 10.1080/20964471.2020.1842305.
- Nanwani, S. 2019. "Belt and Road Initiative: Responses from Japan and India – Bilateralism, Multilateralism and Collaborations." *GLOBAL POLICY* 10(2):284–89. doi: 10.1111/1758-5899.12666.
- National Development and Reform Commission. 2023. "BRI: Decade of Achievements and Prospects of High-Quality Development Forum Held in Hong Kong."
- National Development and Reform Commission. 2024. "Belt and Road Initiative Cooperation Documents." Retrieved (<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/list/c/10059>).

- Nazneen, S., X. Hong, N. U. Din, B. Jamil, and K. Hussain. 2023. “The Moderating Role of Technological Innovation between Tourism and Carbon Emission: Short and Long-Run Panel Analysis.” *ENVIRONMENTAL SCIENCE AND POLLUTION RESEARCH* 30(18):53103–14. doi: 10.1007/s11356-023-25892-y.
- Nedopil, C. 2022. “Green Finance for Soft Power: An Analysis of China’s Green Policy Signals and Investments in the Belt and Road Initiative.” *ENVIRONMENTAL POLICY AND GOVERNANCE* 32(2):85–97. doi: 10.1002/eet.1965.
- Ng, L., A. Campos-Arceiz, S. Sloan, A. C. Hughes, D. C. F. Tiang, B. V Li, and A. M. Lechner. 2020. “The Scale of Biodiversity Impacts of the Belt and Road Initiative in Southeast Asia.” *BIOLOGICAL CONSERVATION* 248. doi: 10.1016/j.biocon.2020.108691.
- Ngampramuan, S., and W. Piboonsate. 2021. “Impacts of Lancang-Mekong Cooperation On Chinese Investment in Eastern Economic Corridor.” *ABAC Journal* 41(3):212–27.
- Noorali, H., and S. A. Ahmadi. 2022. “Highlighting the Geopolitical Challenges Facing the China One Belt One Road Initiative.” *Geopolitics Quarterly* 18(66):1–34.
- Oliveira, Gustavo de L. T., Galen Murton, Alessandro Rippa, Tyler Harlan, and Yang Yang. 2020. “China’s Belt and Road Initiative: Views from the Ground.” *Political Geography* 82(May). doi: 10.1016/j.polgeo.2020.102225.
- Owen, C. 2020. “The Belt and Road Initiative’s Central Asian Contradictions.” *CURRENT HISTORY* 119(819):264–69.
- Page, Matthew J., Joanne E. McKenzie, Patrick M. Bossuyt, Isabelle Boutron, Tammy C. Hoffmann, Cynthia D. Mulrow, Larissa Shamseer, Jennifer M. Tetzlaff, Elie A. Akl, Sue E. Brennan, Roger Chou, Julie Glanville, Jeremy M. Grimshaw, Asbjørn Hróbjartsson, Manoj M. Lalu, Tianjing Li, Elizabeth W. Loder, Evan Mayo-Wilson, Steve McDonald, Luke A. McGuinness, Lesley A. Stewart, James Thomas, Andrea C. Tricco, Vivian A. Welch, Penny Whiting, and David Moher. 2021. “The PRISMA 2020 Statement: An Updated Guideline for Reporting Systematic Reviews.” *The BMJ* 372. doi: 10.1136/bmj.n71.
- Parks, Louisa, and Wim Peters. 2023. “Natural Language Processing in Mixed-Methods Text Analysis: A Workflow Approach.” *International Journal of Social Research Methodology* 26(4):377–89. doi: 10.1080/13645579.2021.2018905.
- Petry, J. 2023. “Beyond Ports, Roads and Railways: Chinese Economic Statecraft, the Belt and Road Initiative and the Politics of Financial Infrastructures.” *EUROPEAN JOURNAL OF INTERNATIONAL RELATIONS* 29(2):319–51. doi: 10.1177/13540661221126615.
- Pham, S. T., and A. D. Ba. 2021. “Vietnam’s Cautious Response to China’s Belt and Road Initiative: The Imperatives of Domestic Legitimation.” *ASIAN PERSPECTIVE* 45(4):683–708.
- Plagemann, J., S. Datta, and S. N. Chu. 2021. “The Paradox of Competing Connectivity Strategies in Asia.” *THIRD WORLD QUARTERLY* 42(10):2265–81. doi: 10.1080/01436597.2021.1941846.
- Ramos, Maurivan Güntzel, Valderez Marina do Rosário Lima, and Marcelo Prado Amaral-Rosa. 2019. “IRAMUTEQ Software and Discursive Textual Analysis: Interpretive Possibilities.” *Advances in Intelligent Systems and Computing* 861:58–72. doi: 10.1007/978-3-030-01406-3_6.
- Raslan, R. A. A. 2024. “Climbing up the Ladder: Technology Transfer-Related Policies in the Context of the Belt and Road Initiative.” *UTRECHT LAW REVIEW* 20(1):19–43. doi: 10.36633/ulr.922.
- Ratinaud, Pierre. 2019. “Iramuteq.” Retrieved September 26, 2019 (<http://www.iramuteq.org/>).

- Reinert, Max. 1990. "ALCESTE UNE METHODOLOGIE D'ANALYSE DES DONNEES TEXTUELLES ET UNE APPLICATION: AURELIA DE GERARD DE NERVAL." *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique* 26(1):24–54.
- Rippa, A. 2020. "Mapping the Margins of China's Global Ambitions: Economic Corridors, Silk Roads, and the End of Proximity in the Borderlands." *EURASIAN GEOGRAPHY AND ECONOMICS* 61(1):55–76. doi: 10.1080/15387216.2020.1717363.
- Rodiles, A. 2022. "Infrastructural Developmentalism and Its Many Types of Global Law: A Comparative Look at the Un Sustainable Development Goals and China's Belt and Road Initiative." *London Review of International Law* 10(3):367–90. doi: 10.1093/lril/lrac017.
- Ruiz-Ramas, R. 2020. "China-Russia relations in the age of the Belt and Road Initiative: Mutual adaptation to asymmetry." *Estudos Internacionais* 8(3):28–47. doi: 10.5752/P.2317-773X.2020V8N3P28-47.
- Saeed, M. 2017. "From the Asia-Pacific to the Indo-Pacific: Expanding Sino-U.S. Strategic Competition." *China Quarterly of International Strategic Studies* 3(4):499–512. doi: 10.1142/S2377740017500324.
- Sarkis-Onofre, Rafael, Ferrán Catalá-López, Edoardo Aromataris, and Craig Lockwood. 2021. "How to Properly Use the PRISMA Statement." *Systematic Reviews* 10(1):13–15. doi: 10.1186/s13643-021-01671-z.
- Sattar, A., A. Hassan, M. N. Hussain, U. Sakhi, and T. T. Hordofa. 2024. "Does China's Education and Cultural Diplomacy Promote Economic Growth in the Belt and Road Countries?" *Chinese Economy* 57(1):18–32. doi: 10.1080/10971475.2023.2234791.
- Sen, T. 2023. "Inventing the 'Maritime Silk Road.'" *MODERN ASIAN STUDIES* 57(4):1059–1104. doi: 10.1017/S0026749X22000348.
- Shakhanova, G., and J. Garlick. 2020. "The Belt and Road Initiative and the Eurasian Economic Union: Exploring the 'Greater Eurasian Partnership.'" *Journal of Current Chinese Affairs* 49(1):33–57. doi: 10.1177/1868102620911666.
- Shenin, S. Y. 2018. "The silk road of the 21st century: Debate in the USA." *World Economy and International Relations* 62(9):60–70. doi: 10.20542/0131-2227-2018-62-9-60-70.
- Shinwari, R., Y. J. Wang, A. Maghyereh, and B. Awartani. 2022. "Does Chinese Foreign Direct Investment Harm CO2 Emissions in the Belt and Road Economies." *ENVIRONMENTAL SCIENCE AND POLLUTION RESEARCH* 29(26):39528–44. doi: 10.1007/s11356-021-18357-7.
- Sielker, F., and E. Kaufmann. 2020. "The Influence of the Belt and Road Initiative in Europe." *Regional Studies Regional Science* 7(1):288–91. doi: 10.1080/21681376.2020.1790411.
- Spykman, Nicholas John. 1944. *The Geography of the Peace*. Harcourt, Brace.
- Sun, X. H., Y. Chenggang, A. Khan, J. Hussain, and S. Bano. 2021. "The Role of Tourism, and Natural Resources in the Energy-Pollution-Growth Nexus: An Analysis of Belt and Road Initiative Countries." *JOURNAL OF ENVIRONMENTAL PLANNING AND MANAGEMENT* 64(6):999–1020. doi: 10.1080/09640568.2020.1796607.
- Szadziewski, H. 2020. "Converging Anticipatory Geographies in Oceania: The Belt and Road Initiative and Look North in Fiji." *Political Geography* 77. doi: 10.1016/j.polgeo.2019.102119.
- Tagliapietra, S. 2024. "The European Union's Global Gateway: An Institutional and Economic Overview." *WORLD ECONOMY* 47(4):1326–35. doi: 10.1111/twec.13551.

- Tarrósy, I. 2020. “China’s Belt and Road Initiative in Africa, Debt Risk and New Dependency: The Case of Ethiopia.” *African Studies Quarterly* 19(3–4):8–28.
- Tishehyar, M., and E. Bakhshi. 2020. “Russia and China’s New Silk Road Plan; Opportunities and Challenges.” *Central Eurasia Studies* 13(2):419–43. doi: 10.22059/jcep.2020.290497.449874.
- Toettoe, B. 2023. “Chinese Development Aid and Finance: Effective Soft Power Tool or Public Diplomacy Liability? A Spatial Study of Project Influence.” *International Journal of China Studies* 14(1):49–77. doi: 10.22452/ijcs.vol14no1.3.
- Uctu, R., and A. Sahbaz. 2024. “The Impact of the China’s Belt and Road Initiative on Innovation, Knowledge Transfer and Information Diffusion: Opportunities, Challenges, and Criticism.” *JOURNAL OF SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY MANAGEMENT*. doi: 10.1108/JSTPM-01-2023-0013.
- Ul Mansoor, S. I. 2024. “China’s Geopolitical Strategy: Crafting a New World Order.” *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 9(01):337–59. doi: 10.1142/S2377740023500161.
- Umurzakov, U., S. Tosheva, and R. Salahodjaev. 2023. “Tourism and Sustainable Economic Development: Evidence from Belt and Road Countries.” *JOURNAL OF THE KNOWLEDGE ECONOMY* 14(1):503–16. doi: 10.1007/s13132-021-00872-0.
- Vaezi, T., and O. Khazaii. 2021. “China’s Silk Road Initiative; Strengthening China-Russia Competition or Cooperation in Central Asia in the Field of Energy (2014–2019).” *Central Eurasia Studies* 14(1):127–51. doi: 10.22059/jcep.2021.310345.449953.
- Vangeli, A. 2017. “China’s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative.” *CHINA & WORLD ECONOMY* 25(5):101–24. doi: 10.1111/cwe.12216.
- van Dijk, T. A. (2001). Critical discourse analysis. In D. Tannen, D. Schiffrin, & H. Hamilton (Eds.), *Handbook of discourse analysis* (pp. 352–371). Blackwell.
- Vieira, V. G. R. 2025. “From Economic to Structural Power: Agential Capitalism, the Belt and Road Initiative, and China’s Economic Statecraft after the 2008 Crisis.” *JOURNAL OF POLITICAL POWER*. doi: 10.1080/2158379X.2025.2467987.
- Waheed, A., T. B. Fischer, S. Kousar, and M. I. Khan. 2023. “Disaster Management and Environmental Policy Integration in Pakistan – an Evaluation with Particular Reference to the China-Pakistan Economic Corridor Plan.” *ENVIRONMENTAL SCIENCE AND POLLUTION RESEARCH* 30(48):105700–731. doi: 10.1007/s11356-023-29310-1.
- Wang, B., H. Yan, Z. Feng, and Y. Yang. 2022. “Changes in the Ecological Characteristics of Key Biodiversity Areas in the BRI Region.” *Journal of Resources and Ecology* 13(2):328–37. doi: 10.5814/j.issn.1674-764x.2022.02.015.
- Wang, C., J. Wang, X. Sun, M. Wang, S. Wang, and H. Cui. 2019. “Vulnerability of farmland productivity and climatic impact in Bangladesh, India, and myanmar, based on gimms 3g ndvi in 1982–201.” *Shengtai Xuebao* 39(21):7793–7804. doi: 10.5846/stxb201808231798.
- Wang, F., J. T. Zhang, Q. S. Ge, and Z. X. Hao. 2021. “Projected Changes in Risk of Heat Waves throughout Belt and Road Region in the 21st Century.” *CHINESE SCIENCE BULLETIN-CHINESE* 66(23):3045–58. doi: 10.1360/TB-2020-1171.
- Wang, J. D., X. C. Dong, and K. Y. Dong. 2021. “How Renewable Energy Reduces CO₂ Emissions? Decoupling and Decomposition Analysis for 25 Countries along the Belt and Road.” *APPLIED ECONOMICS* 53(40):4597–4613. doi: 10.1080/00036846.2021.1904126.

- Wang, X., J. X. Yang, Q. Zhou, M. M. Liu, and J. Bi. 2022. "Mapping the Exchange between Embodied Economic Benefits and CO2 Emissions among Belt and Road Initiative Countries." *Applied Energy* 307. doi: 10.1016/j.apenergy.2021.118206.
- Wang, Yiwei, and Xuejun and Liu. 2019. "IS THE BELT AND ROAD INITIATIVE A CHINESE GEO-POLITICAL STRATEGY?" *Asian Affairs* 50(2):260–67. doi: 10.1080/03068374.2019.1602388.
- Webster, Jane, and Richard T. Watson. 2002. "Analyzing the Past To Prepare for the Future : Writing a Review." *MIS Quarterly* 26(2):xiii–xxiii. doi: 10.2307/4132319.
- Wei, Y., Z. Fang, and H. Tao. 2023. "Integrated risk assessment of meteorological and hydrological disasters in China-Pakistan Economic Corridor." *Nongye Gongcheng Xuebao/Transactions of the Chinese Society of Agricultural Engineering* 39(17):107–15. doi: 10.11975/j.issn.1002-6819.202303018.
- Winter, T. 2020. "Silk Road Diplomacy: Geopolitics and Histories of Connectivity." *INTERNATIONAL JOURNAL OF CULTURAL POLICY* 26(7):898–912. doi: 10.1080/10286632.2020.1765164.
- Winter, T. 2021. "Geocultural Power: China's Belt and Road Initiative." *GEOPOLITICS* 26(5):1376–99. doi: 10.1080/14650045.2020.1718656.
- Winter, Tim. 2021. "Geocultural Power: China's Belt and Road Initiative." *Geopolitics* 26(5):1376–99. doi: 10.1080/14650045.2020.1718656.
- Woo, E. 2023. "Narrating the Belt and Road Education Policy: A Critical Policy Discourse Analysis." *HIGHER EDUCATION POLICY* 36(4):677–99. doi: 10.1057/s41307-022-00279-9.
- Wu, J. W., and W. W. Yin. 2025. "Initiative as Institution: How the Belt and Road Initiative Influences Chinese Firms' Participation in Global Value Chains." *CHINESE JOURNAL OF INTERNATIONAL POLITICS* 18(1):63–84. doi: 10.1093/cjip/poae025.
- Wu, X. N., and Y. Ji. 2020. "The Military Drivers of China's Belt and Road Endeavor: Expanding the Global Reach from Land Mass to the Maritime Domains." *CHINA REVIEW-AN INTERDISCIPLINARY JOURNAL ON GREATER CHINA* 20(4):223–44.
- Yang, H. 2024. "Counterframing, Blame Avoidance, and China's Rhetorical Response to 'Debt-Trap Diplomacy.'" *JOURNAL OF CONTEMPORARY CHINA*. doi: 10.1080/10670564.2024.2361330.
- Yang, Z. H., Q. C. Meng, and C. J. Li. 2021. "Selecting the Strategic Port of 'the Belt and Road' Based on the Global Network." *COMPLEXITY* 2021. doi: 10.1155/2021/9967773.
- Yuan, S. Y. 2023. "The Health Silk Road: A Double-Edged Sword? Assessing the Implications of China's Health Diplomacy." *WORLD* 4(2):333–46. doi: 10.3390/world4020021.
- Zeng, J. H. 2019. "Narrating China's Belt and Road Initiative." *Global Policy* 10(2):207–16. doi: 10.1111/1758-5899.12662.
- Zhang, C. 2020. "Regional Transformation of the Horn of Africa Implications for BRI Implementation." *CHINA QUARTERLY OF INTERNATIONAL STRATEGIC STUDIES* 6(3):287–309. doi: 10.1142/S2377740020500190.
- Zhang, M. Z., and T. Z. Wen. 2022. "The Rise of Chengdu between Geopolitics and Geo-Economics: City-Regional Development under the Belt and Road Initiative and Beyond." *TRANSACTIONS OF THE INSTITUTE OF BRITISH GEOGRAPHERS* 47(4):971–89. doi: 10.1111/tran.12542.
- Zhang, Y., and F. Ji. 2024. "The Belt and Road Initiative, Outward Foreign Direct Investment and Total Factor Productivity-Evidence from China." *GLOBAL POLICY* 15:23–40. doi: 10.1111/1758-5899.13437.

- Zhexin, Z. 2018. “The Belt and Road Initiative: China’s New Geopolitical Strategy?” *China Quarterly of International Strategic Studies* 4(3):327–43. doi: 10.1142/S2377740018500240.
- Zhu, R. P., Z. P. Ma, and R. Krever. 2024. “Domestic Accounts of China’s Belt and Road Initiative as an Internally Oriented Soft Power Exercise.” *CHINA REPORT* 61(1):63–76. doi: 10.1177/00094455241289183.

Data de receção: 9/10/2025

Data de aprovação: 2/3/2026

China's role in global health governance: a comprehensive analysis of health diplomacy through the cases of Mozambique and Angola

Anabela Rodrigues Santiago

Universidade de Aveiro / CEI-ISCTE, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.67-81>

Abstract

This article examines China's role in global health governance through a comparative analysis of its health diplomacy in Mozambique and Angola. Responding to debates on the Health Silk Road, vaccine diplomacy and China-Africa cooperation, the article asks how Chinese health initiatives operate simultaneously as instruments of global health cooperation and as mechanisms of diplomatic influence. The article adopts a qualitative comparative case-study design based on document analysis of official statements, cooperation agreements, policy documents, international organization reports and peer-reviewed literature. The analytical framework combines complex interdependence and soft power: complex interdependence explains why health has become a transnational governance domain involving multiple channels and actors, while soft power explains how health cooperation can generate attraction, credibility and diplomatic leverage. The comparison shows that Mozambique illustrates a cooperation model centred on medical missions, emergency health support and large-scale hospital infrastructure, whereas Angola illustrates a more integrated model linking health cooperation to post-conflict reconstruction, technological modernization and economic partnership. The findings suggest that China's health diplomacy produces tangible benefits for recipient countries, including infrastructure, medical supplies, training and crisis response capacity. However, these benefits coexist with risks related to transparency, sustainability, policy autonomy and asymmetric dependence. The article contributes to the literature by showing how Chinese health diplomacy in Portuguese-speaking African countries should be understood neither as purely humanitarian cooperation nor as purely geopolitical strategy, but as a hybrid form of health governance in which public health, development finance and foreign policy are closely intertwined.

Keywords: China; global health governance; health diplomacy; soft power; complex interdependence; Health Silk Road; Mozambique; Angola

Introduction

Global health governance has become a central domain of international relations. Pandemics, infectious diseases, fragile health systems and the social determinants of health exceed the capacity of individual states and require cooperation among governments, international organizations, development agencies, private firms, civil society and scientific communities. In this context, global health is no longer only a technical or humanitarian field; it is also a diplomatic, economic and geopolitical arena (Kickbusch & Liu, 2022; Youde, 2019).

China's growing role in this field is one of the most important transformations in contemporary global health governance. Since the 2002-2003 SARS outbreak,

and especially after the COVID-19 pandemic, China has expanded its engagement with multilateral health institutions, bilateral health cooperation, vaccine provision, medical missions and health infrastructure projects. These initiatives are often presented by Beijing as expressions of South-South cooperation, mutual benefit and the vision of a ‘Community of Shared Future for Mankind’. Yet they are also interpreted by many scholars and policy observers as instruments through which China consolidates influence, reputation and strategic partnerships in the Global South (Cabestan, 2022; Husain & Bloom, 2020; Liu et al., 2022).

Africa occupies a particularly important position in this process. China-Africa health cooperation predates the Belt and Road Initiative (BRI), but the BRI and its health-related branch, the Health Silk Road (HSR), have given this cooperation a more systematic and strategic framing. Chinese health diplomacy in Africa now includes the construction and rehabilitation of hospitals, deployment of medical teams, donations of equipment and medicines, public health training, malaria prevention, emergency response and COVID-19 vaccine diplomacy (Bouey, 2017; Killeen et al., 2018; Tambo et al., 2017).

This article focuses on Mozambique and Angola, two Portuguese-speaking African countries that provide analytically useful cases for understanding the differentiated operation of Chinese health diplomacy. Both countries have long-standing relations with China and participate in broader China-Africa cooperation frameworks, but their health sectors, political economies and strategic relationships with Beijing differ. Mozambique highlights the role of medical missions, vaccine donations, hospital infrastructure and direct service provision. Angola highlights a broader model in which health cooperation intersects with post-conflict reconstruction, industrialization, technological modernization and economic partnership.

The article addresses the following research question: how does China’s health diplomacy operate as both a contribution to global health governance and a mechanism of soft-power projection in Mozambique and Angola? It advances three arguments. First, Chinese health diplomacy is best understood through a combined analytical framework: complex interdependence explains the governance environment in which health cooperation becomes necessary, while soft power explains how such cooperation can be converted into influence. Second, the Mozambican and Angolan cases show that Chinese health diplomacy is not uniform; it adapts to recipient-country needs and to the broader structure of bilateral relations. Third, the benefits of Chinese health cooperation should be assessed together with its limitations, particularly regarding transparency, sustainability and the risk of asymmetric dependence.

Methodological approach

The article adopts a qualitative comparative case-study design based on document analysis. The previous formulation of the study as a mixed-methods design has been revised because the empirical material is primarily qualitative. Quantitative information is used in a limited supporting role, mainly to describe specific cooperation outputs such as vaccine doses, hospital capacity or the scale of selected projects. This adjustment improves the congruence between research design, data and conclusions.

The documentary corpus includes: (i) official Chinese policy documents and public statements; (ii) FOCAC and BRI-related documents; (iii) official announcements and cooperation agreements involving China, Mozambique and Angola; (iv) reports and publications from international organizations and reputable policy institutions; and (v) peer-reviewed academic literature on China's global health diplomacy, the HSR and China-Africa cooperation. The analysis covers the period from the launch of the BRI in 2013 to the most recent cooperation announcements available in 2025, while also acknowledging earlier medical missions where they are relevant to understanding continuity.

The analysis proceeded in three steps. First, the documents were examined to identify the main instruments of Chinese health diplomacy: infrastructure, medical teams, vaccines and public-health capacity building. Second, these instruments were coded according to the analytical categories in Table 1: interdependence, soft power and asymmetric dependence. Third, the Mozambican and Angolan cases were compared across four dimensions: dominant form of cooperation, institutional framing, benefits for the recipient health system and risks or limitations.

Mozambique and Angola were selected for three reasons. First, both are Portuguese-speaking African countries and members of the Community of Portuguese-Speaking Countries. Second, both have long-standing political and economic relations with China, but these relations differ in sectoral intensity and strategic profile. Third, they represent different modalities of Chinese health diplomacy: Mozambique is more clearly associated with direct service provision, medical missions and health infrastructure, while Angola illustrates a more integrated model linking health cooperation to reconstruction, industrialization and broader economic partnership.

The study has limitations. It relies on public documents and secondary sources, and the availability of comparable quantitative data is uneven. Some Chinese and African official sources emphasize diplomatic success and may underreport implementation problems. For this reason, the article treats official announcements as evidence of policy intention and diplomatic framing, not as sufficient proof of long-term health outcomes. The conclusions therefore focus on governance implications and observable cooperation patterns rather than on epidemiological impact.

Literature Review and Conceptual Framework

Global health governance and health diplomacy

The literature on global health governance emphasizes the increasing density of actors, institutions and norms involved in addressing health problems beyond national borders. The World Health Organization (WHO) remains a central institution, but global health governance is now shaped by states, philanthropic foundations, public-private partnerships, regional organizations, development banks, non-governmental organizations and commercial actors (Fidler, 2010; Holst, 2020). This institutional pluralism creates opportunities for cooperation but also produces fragmentation, competition over agendas and unequal capacities among states.

Health diplomacy refers to the use of health cooperation to achieve both health and foreign-policy objectives. It can include technical assistance, humanitarian response, vaccine distribution, medical training, health infrastructure, disease surveillance and participation in international institutions. The concept is especially relevant because health interventions frequently carry political meaning: they can generate trust, demonstrate solidarity, create institutional access and shape perceptions of leadership (Kickbusch & Liu, 2022).

China in global health governance: the WHO, the Health Silk Road and vaccine diplomacy

China's engagement in global health has expanded from relatively bounded medical assistance programmes to a more visible role in global health governance. Its engagement with the WHO has increased substantially since the SARS outbreak, when international criticism focused on delayed reporting and limited transparency. In subsequent years, Beijing sought to strengthen cooperation with international health institutions, expand disease surveillance and present itself as a responsible stakeholder in global health (Chan et al., 2010; Husain & Bloom, 2020).

The COVID-19 pandemic intensified both the opportunities and controversies of Chinese global health engagement. China faced criticism regarding the early management of the outbreak, but later sought to repair its international image by providing medical supplies, technical expertise and vaccines to countries in need. This shift illustrates how health crises can become moments of reputational contestation. China's support for multilateralism, including its financial and diplomatic engagement with the WHO, has allowed it to present itself as a defender of global cooperation at moments when Western leadership appeared fragmented or inward-looking (Cabestan, 2022; Wise, 2025).

From the perspective of complex interdependence, this engagement reflects the reality that China cannot be separated from global health governance. China's domestic health governance, disease surveillance, pharmaceutical production and international partnerships have direct implications for other countries. From the perspective of soft power, however, China's multilateral engagement also serves reputational purposes by presenting Beijing as a provider of global public goods.

The Belt and Road Initiative (BRI), announced in 2013, has become a central platform for China's international economic and diplomatic strategy. Although initially centred on infrastructure and connectivity, the initiative has expanded into digital, cultural, environmental and health-related domains. The Health Silk Road (HSR) institutionalizes this health dimension by linking disease control, medical infrastructure, public-health training, vaccine provision and emergency response to the broader BRI framework (Cao, 2020; Huang, 2022; Rolland, 2024; Zeng et al., 2023).

The HSR operates through several instruments. The first is infrastructure development, including hospitals, laboratories and specialized medical facilities. The second is the deployment of medical personnel and expert teams. The third is the provision of vaccines, medicines and equipment, which became especially visible during COVID-19. The fourth is scientific and technical cooperation, including training and research partnerships. Together, these instruments allow China to combine health objectives with diplomatic presence, market access and institutional influence.

This combination gives the HSR a dual character. It can address real needs in recipient health systems, particularly in countries facing infrastructure gaps and shortages of specialized personnel. At the same time, it embeds health cooperation in China's broader foreign-policy strategy. The challenge is therefore not to classify the HSR as either altruistic or strategic, but to analyse how humanitarian, developmental and geopolitical logics interact.

COVID-19 made vaccine access a central issue in global health governance. Many countries in the Global South faced delays in obtaining vaccines from Western pharmaceutical companies and through multilateral mechanisms. China used this context to supply Sinopharm and Sinovac vaccines through donations, commercial sales and bilateral agreements. This vaccine diplomacy helped meet urgent public-health needs and reinforced China's narrative of solidarity with developing countries (de Bengy Puyvallée & Storeng, 2022; Liu et al., 2022; Rinaldi et al., 2024).

Vaccine diplomacy also exposed tensions in global health governance. Critics questioned the transparency of bilateral deals, the political selectivity of some vaccine shipments and the extent to which health goods were used to consoli-

date strategic relations. The vaccine phase therefore illustrates the article's central argument: health cooperation is part of complex interdependence, but it can also become an instrument of soft power and strategic positioning.

In Africa, these developments build on earlier Chinese medical missions and on the institutional framework of the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). The literature identifies both opportunities and risks. On the one hand, Chinese engagement can address concrete needs in under-resourced health systems, especially where infrastructure, equipment and specialized training are insufficient. On the other hand, scholars raise concerns about debt sustainability, limited transparency, fragmented accountability and the possibility that health cooperation may increase recipient-country dependence on Chinese finance, technology and expertise (Bouey, 2017; Guo et al., 2024; Yuan, 2023).

Complex interdependence, soft power and asymmetric dependence

This article uses complex interdependence as the macro-level framework and soft power as the mechanism through which health cooperation may translate into influence. Keohane and Nye's theory of complex interdependence challenges realist assumptions that international politics is primarily structured by military force and hierarchical state power. It emphasizes multiple channels of interaction, the absence of a single issue hierarchy and the reduced utility of military force in many areas of transnational politics (Keohane & Nye, 1977, 2012). Global health is a clear example of such interdependence: epidemics cross borders, medical supply chains are transnational, and pandemic preparedness depends on information exchange, scientific cooperation and institutional coordination.

Soft power, by contrast, explains how states influence others through attraction, credibility, agenda-setting and the perceived legitimacy of their actions rather than through coercion or direct payment (Nye, 2004). In health diplomacy, soft power may be generated when a country provides vaccines, medical teams, technical assistance or hospital infrastructure in ways that produce goodwill and reputational benefits. However, soft power is not neutral. It can coexist with economic interests, strategic goals and geopolitical competition.

The relationship between the two concepts is therefore hierarchical rather than interchangeable. Complex interdependence explains why health cooperation matters in an interconnected world; soft power explains how a state can use that cooperation to strengthen its diplomatic position. A further concept is required to capture the asymmetry of China-recipient relations: asymmetric dependence. Recipient countries may benefit from Chinese health assistance while simultaneously becoming reliant on Chinese finance, technology, equipment,

expertise or future maintenance. This does not eliminate agency on the part of African governments, but it does shape the range of policy choices available to them.

Taken together, these concepts allow the article to treat China's global health engagement as neither purely humanitarian nor purely geopolitical. Rather, the WHO, the HSR and vaccine diplomacy are understood as interconnected arenas through which China manages transnational health risks, strengthens diplomatic relationships and projects an image of responsible international leadership, while also generating potential dependencies that must be assessed critically.

Table 1. Analytical framework and operationalization

Concept	Analytical function	Operational indicators used in the article	Application to Mozambique and Angola
Complex interdependence	Macro-framework for understanding health as a transnational governance domain.	Multilateral engagement; bilateral agreements; non-military channels; interconnection between health, development and foreign policy.	WHO, FOCAC, BRI/HSR, bilateral health protocols and pandemic response.
Soft power	Mechanism through which health cooperation can generate attraction, credibility and diplomatic leverage.	Medical teams; vaccine donations; health infrastructure; public narratives of solidarity and shared future.	China's image as a reliable partner in Mozambique and Angola, especially during COVID-19 and through hospital projects.
Asymmetric dependence	Critical lens for assessing the long-term effects of cooperation.	Reliance on external financing, technology, equipment, training, maintenance and future assistance.	Risks for sustainability, procurement autonomy and policy alignment in both cases, though with different intensity.

Table 1 summarizes the analytical framework and clarifies how the three core concepts are operationalized in the empirical analysis. Indeed, complex interdependence is used to identify the governance channels through which health cooperation takes place; soft power captures the reputational and diplomatic effects of Chinese health initiatives; and asymmetric dependence provides a critical lens for assessing the long-term risks associated with reliance on Chinese finance, technology, equipment and expertise.

Chinese health diplomacy in Mozambique and Angola

Mozambique: medical missions, infrastructure and crisis response

China's health cooperation with Mozambique reflects a gradual transition from traditional medical assistance to a broader model combining service provision, infrastructure and crisis response. Earlier cooperation included medical teams, donations and professional exchanges. More recently, the cooperation agenda has become more closely associated with large-scale health infrastructure and the modernization of the Mozambican health system (Bruyn, 2018).

A prominent example is the agreement for the construction of a China-funded National Surgical Centre at Maputo Central Hospital. Public information on the project indicates a total construction area of approximately 20,300 square metres and capacity for 475 beds, including emergency, diagnostic, inpatient, administrative and logistical spaces (Belt and Road Portal, 2025; Macao News, 2025). This type of project is significant because it addresses a concrete health-system gap: the limited availability of specialized surgical capacity and high-complexity treatment infrastructure.

Medical diplomacy also remains visible. The visit of the Chinese navy hospital ship Peace Ark to Mozambique in August 2024 provided medical services to thousands of patients and involved surgical procedures, diagnostic examinations and exchanges with local health actors (China Military, 2024). Such missions operate at two levels. At the health level, they provide direct services and specialist support. At the diplomatic level, they symbolize China's capacity to deliver rapid, visible assistance and to cultivate goodwill among both elites and local populations.

COVID-19 added a vaccine dimension to this cooperation. Mozambique received Chinese Sinopharm vaccine donations, including a reported batch of 200,000 doses and later a larger donation of one million doses in 2021 (Forum Macao, 2021; Club of Mozambique, 2021). These donations contributed to the national vaccination campaign at a moment of intense global competition for vaccine access. They also strengthened China's image as a responsive partner when many African states faced delayed access to vaccines through other channels.

The Mozambican case therefore illustrates a model in which Chinese health diplomacy is highly visible and centred on concrete public health outputs: medical missions, vaccines and hospital infrastructure. The benefits include improved access to specialized care, symbolic reassurance during emergencies and potential long-term capacity gains. The risks concern sustainability, maintenance, procurement dependence and the extent to which infrastructure projects are integrated into national health planning and financing systems.

Angola: reconstruction, modernization and integrated economic-health cooperation

China's health cooperation with Angola has developed within a broader relationship shaped by post-conflict reconstruction, oil-backed finance, infrastructure development and strategic partnership. Health cooperation is therefore less isolated from economic policy than in many other cases. It forms part of a wider bilateral agenda that includes infrastructure, finance, trade, technology and industrial development (Leandro et al., 2024; Zhou et al., 2023).

Since the mid-2000s, Chinese engagement in Angola's health sector has included hospital construction and rehabilitation, provision of equipment and medicines, dispatch of medical teams and support for communicable disease control, including malaria-related initiatives (BPC, 2014; Tambo et al., 2017). These activities responded to the need to rebuild a health system weakened by decades of civil conflict and uneven territorial access to services.

The COVID-19 pandemic deepened the diplomatic salience of health cooperation. Angola received a Chinese donation of 200,000 doses of the Sinopharm vaccine in March 2021, and Angolan officials publicly framed China as a strategic partner in the fight against the pandemic (China Daily, 2021). As in Mozambique, vaccines operated as both a public health resource and a diplomatic signal. In Angola, however, vaccine diplomacy was embedded in a broader strategic partnership characterized by infrastructure finance and economic interdependence.

Angola's accession to the BRI in 2023 and the signing of cooperation instruments in 2025 further show the integration of health into a wider development agenda. The 2025 health cooperation protocol and economic partnership agreement were presented as instruments to strengthen public health cooperation, medical teams, training, research exchange and economic modernization (MFA, 2025; Prensa Latina, 2025). This suggests that health cooperation is increasingly linked to industrialization, local capacity and technological upgrading.

The Angolan case thus illustrates a more integrated and strategic model than the Mozambican case. Health diplomacy is linked not only to emergency response and service provision, but also to economic diversification, technological cooperation and the construction of long-term institutional ties. The benefits include health-system reconstruction, training and potential support for local production or procurement capacity. The risks concern the depth of dependence on Chinese finance and technology, possible policy alignment costs and the difficulty of ensuring transparent long-term evaluation of outcomes.

Table 2. Comparative indicators of Chinese health diplomacy in Mozambique and Angola

Dimension	Mozambique	Angola	Analytical implication
Dominant cooperation profile	Medical missions, vaccine donations and large-scale hospital infrastructure.	Post-conflict reconstruction, hospital support, vaccines, medical teams and broader economic-health partnership.	Chinese health diplomacy adapts to different recipient-country needs and bilateral political economies.
Illustrative infrastructure	China-funded National Surgical Centre at Maputo Central Hospital, announced with approximately 20,300 m2 and 475 beds.	Hospital construction/modernization and health-sector support within broader reconstruction and development cooperation.	Infrastructure generates visible soft-power gains but creates long-term maintenance and financing questions.
COVID-19 vaccine diplomacy	Sinopharm donations, including reported batches of 200,000 doses and one million doses in 2021.	Donation of 200,000 Sinopharm doses in March 2021.	Vaccines served both public-health and reputational functions.
Medical teams and direct services	Peace Ark hospital ship mission in 2024 and continuing medical cooperation.	Chinese medical teams and training under bilateral and FOCAC-related frameworks.	Direct services reinforce China's image as a reliable and technically capable partner.
Main benefits	Specialized care capacity, emergency support, visibility of assistance and pandemic response.	Reconstruction support, training, modernization and integration with economic diversification strategies.	Benefits are concrete but must be evaluated in relation to sustainability and recipient-country ownership.
Main risks	Maintenance costs, procurement dependence, limited evidence of long-term outcomes.	Deepened dependence on Chinese finance, technology and strategic alignment.	The key governance issue is not cooperation itself, but the asymmetry embedded in cooperation.

Table 2 summarizes the main instruments of China's engagement in global health governance, as part of a broader strategy in which public-health goals are combined with diplomatic, reputational and geopolitical interests. The table therefore strengthens the argument that global health functions for China both as a field of complex interdependence and as a source of soft power.

Discussion: benefits, limitations and implications

The comparison confirms that China's health diplomacy in Mozambique and Angola cannot be reduced to a single model. In Mozambique, Chinese engagement is especially visible through medical missions, vaccines and high-profile hospital infrastructure. In Angola, health cooperation is more deeply embedded in a strategic economic relationship involving reconstruction, finance, modernization and BRI-linked development. These differences matter because they affect the type of dependence that may emerge. Mozambique may face dependence related to maintenance, equipment, specialized training and future health infrastructure support. Angola may face broader dependence related to finance, technology, economic partnership and strategic alignment.

At the same time, both cases reveal common patterns. First, Chinese health diplomacy provides tangible goods that many recipient countries need: facilities, vaccines, medicines, equipment and medical personnel. Second, these goods are diplomatically visible and therefore generate reputational benefits for China. Third, the initiatives are commonly framed through narratives of South-South cooperation, solidarity and shared development. Fourth, the long-term effects are difficult to assess because public data on implementation, costs, maintenance arrangements, procurement obligations and health outcomes remain limited.

The findings support the combined theoretical framework. Complex interdependence explains the structural conditions under which health cooperation becomes necessary: no state can manage pandemics, medical supply chains and health-system resilience in isolation. Soft power explains how China can convert this cooperation into influence, especially when assistance is visible, timely and directed toward countries that perceive Western-led mechanisms as insufficient or delayed. Asymmetric dependence explains why cooperation may produce both benefits and constraints for recipient countries.

The analysis also suggests that the label 'soft power' should be used carefully. China's health diplomacy may generate attraction, but attraction is not always spontaneous or purely cultural. It may be produced through material provision, institutional access and the ability to respond to urgent needs. In this sense, China's health diplomacy combines soft power with elements of structural power and development finance. Health cooperation becomes a platform through which China can shape expectations, partnerships and policy preferences in recipient countries.

For global health governance, the implications are significant. China's rise introduces additional resources and alternative channels of cooperation, which can benefit countries facing infrastructure and capacity deficits. However, it also complicates governance by intensifying competition over norms, standards, trans-

parency and accountability. The central policy challenge is therefore to maximize the health benefits of Chinese cooperation while strengthening recipient-country ownership, procurement transparency, fiscal sustainability and independent evaluation of outcomes.

Conclusion

China's expanding role in global health governance is one of the defining features of the post-SARS and post-COVID-19 international health landscape. Through the BRI, the HSR, WHO engagement, medical missions, health infrastructure and vaccine diplomacy, China has positioned itself as an indispensable actor in global health cooperation. This role is especially visible in Africa, where health-sector needs intersect with development finance, infrastructure deficits and geopolitical competition.

This article has argued that China's health diplomacy in Mozambique and Angola is best understood through the interaction of complex interdependence, soft power and asymmetric dependence. Complex interdependence explains why health cooperation has become a necessary field of international relations. Soft power explains how China uses health cooperation to strengthen credibility, goodwill and diplomatic influence. Asymmetric dependence explains why the same cooperation can create vulnerabilities related to finance, technology, maintenance and policy autonomy.

The comparative analysis shows that Mozambique and Angola represent distinct modalities of Chinese health diplomacy. Mozambique demonstrates a model centred on direct medical assistance, vaccine donations and high-profile hospital infrastructure. Angola demonstrates a more integrated model in which health cooperation is tied to reconstruction, economic partnership and technological modernization. In both cases, Chinese cooperation creates tangible opportunities for health-system strengthening, but it also requires careful scrutiny of transparency, sustainability and long-term autonomy.

The article contributes to debates on global health governance by showing that Chinese health diplomacy should not be analysed as either humanitarian cooperation or geopolitical strategy alone. It is a hybrid governance practice in which health, development and foreign policy are mutually reinforcing. Future research should move beyond official announcements and examine implementation outcomes, financing conditions, maintenance capacity, procurement chains and the perceptions of health professionals and communities in recipient countries. Such research is essential for assessing whether China's growing role in global health governance produces durable health gains or primarily consolidates new forms of asymmetrical influence.

References

- Belt and Road Portal. (2025). China-funded surgical center to be built at Mozambique's largest hospital. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/0KGVMK17.html>
- Bouey, J. (2017). China's engagement with development assistance for health in Africa. *Global Health Research and Policy*. <https://doi.org/10.1186/S41256-017-0045-8>
- BPC. (2014). Chinese cooperation in Mozambique and Angola: A focus on agriculture and health. *BRICS Policy Center*, 2(3).
- Bruyn, T. de. (2018). Varying presence, diverging approaches: The influence of the emerging powers on health cooperation in Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 36, 35-68. <https://doi.org/10.4000/cea.3015>
- Cabestan, J.-P. (2020). China's response to the 2014-2016 Ebola crisis: Enhancing Africa's soft security under Sino-US competition. *China Information*, 35(1), 3-24. <https://doi.org/10.1177/0920203X20978545>
- Cabestan, J.-P. (2022). The COVID-19 health crisis and its impact on China's international relations. *Journal of Risk and Financial Management*, 15(3), 123.
- Callahan, W. A. (2016). China's 'Asia Dream': The Belt Road Initiative and the new regional order. *Asian Journal of Comparative Politics*, 1(3), 226-243. <https://doi.org/10.1177/2057891116647806>
- Cao, J. (2020). Toward a Health Silk Road: China's proposal for global health cooperation. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 6(1), 19-35. <https://doi.org/10.1142/s2377740020500013>
- Chan, L. H., Chen, L., & Xu, J. (2010). China's engagement with global health diplomacy: Was SARS a watershed? *PLoS Medicine*, 7(4), e1000266. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000266>
- China Daily. (2021). Angola receives COVID-19 vaccines donated by China. https://subsites.china-daily.com.cn/cidca/2021-03/26/c_615174.htm
- China Military. (2024). Chinese hospital ship Peace Ark leaves Mozambique for South Africa. https://eng.chinamil.com.cn/CHINA_209163/TopStories_209189/16332196.html
- Club of Mozambique. (2021). China donates a million vaccine doses to Mozambique. <https://clubofmozambique.com/news/china-donates-a-million-vaccine-doses-to-mozambique/>
- de Bengy Puyvallee, A., & Storeng, K. T. (2022). COVAX, vaccine donations and the politics of global vaccine inequity. *Globalization and Health*, 18(1), 26. <https://doi.org/10.1186/s12992-022-00801-z>
- Fidler, D. P. (2010). The challenges of global health governance. *Council on Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/report/challenges-global-health-governance>
- Forum Macao. (2021). Mozambique receives 200,000 more doses of Sinopharm COVID-19 vaccine. https://www.forumchinapl.com/en/economic_trade/view/3833
- Guo, B., Fan, V., Strange, A., & Grepin, K. A. (2024). Understanding China's shifting priorities and priority-setting processes in development assistance for health. *Health Policy and Planning*, 39(Supplement_1), i65-i78. <https://doi.org/10.1093/heapol/czad095>
- Herrero, A. G., & Xu, J. (2017). China's Belt and Road Initiative: Can Europe expect trade gains? *China & World Economy*, 25(6), 84-99. <https://doi.org/10.1111/cwe.12222>
- Holst, J. (2020). Global health – emergence, hegemonic trends and biomedical reductionism. *Globalization and Health*, 16(1), 42. <https://doi.org/10.1186/s12992-020-00573-4>

- Huang, Y. (2022). The Health Silk Road: How China adapts the Belt and Road Initiative to the COVID-19 pandemic. *American Journal of Public Health*, 112(4), 567-569. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2021.306647>
- Husain, L., & Bloom, G. (2020). Understanding China's growing involvement in global health and managing processes of change. *Globalization and Health*, 16, 39. <https://doi.org/10.1186/s12992-020-00569-0>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1977). Power and interdependence: World politics in transition. *Little, Brown*.
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2012). Power and interdependence. *Longman*.
- Kickbusch, I., & Liu, A. (2022). Global health diplomacy – reconstructing power and governance. *The Lancet*, 399(10341), 2156-2166. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00583-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00583-9)
- Killeen, O. J., Davis, A., Tucker, J. D., & Mason Meier, B. (2018). Chinese global health diplomacy in Africa: Opportunities and challenges. *Global Health Governance*, 12(2), 4-29.
- Leandro, F. J. B. S., Li, Y., & Costa, C. M. (2024). Forty years of China-Angola relations: Rethinking the strategic partnership. In Y. Li, F. J. B. S. Leandro, J. Tavares da Silva, & C. Rodrigues (Eds.), *The Palgrave handbook on China-Europe-Africa relations*. *Palgrave Macmillan*. https://doi.org/10.1007/978-981-97-5640-7_23
- Lee, S. T. (2023). Vaccine diplomacy: Nation branding and China's COVID-19 soft power play. *Place Branding and Public Diplomacy*, 19(1), 64-78. <https://doi.org/10.1057/s41254-021-00224-4>
- Li, C., Chen, J. Y., & Huang, Y. M. (2020). Challenges and opportunities for China entering global research and development for emerging infectious diseases: A case study from Ebola experience. *Infectious Diseases of Poverty*, 9, 27. <https://doi.org/10.1186/s40249-020-00643-0>
- Liu, L., Huang, Y., & Jin, J. (2022). China's vaccine diplomacy and its implications for global health governance. *Healthcare*, 10(7), 1276. <https://doi.org/10.3390/healthcare10071276>
- Macao News. (2025). China funds a state-of-the-art surgical centre in Mozambique. <https://macao-news.org/news/lusofonia/china-mozambique-surgical-centre/>
- MFA. (2025). List of the outcomes of the implementation of the follow-up actions of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202506/t20250611_11646041.html
- Nye, J. S. (2004). Soft power: The means to success in world politics. *PublicAffairs*.
- Prensa Latina. (2025). Angola and China sign agreements on health and economic partnership. <https://www.plenglish.com/news/2025/06/12/angola-and-china-sign-agreements-on-health-and-economic-partnership/>
- Rinaldi, A. L., Lima, R. de C., & Apolinario Junior, L. (2024). The US-China rivalry: Health diplomacy and vaccine donations strategies. *Journal of Current Chinese Affairs*. <https://doi.org/10.1177/18681026241289153>
- Rolland, N. (2024). The Health Silk Road: A branch of China's Belt and Road Initiative. *The National Bureau of Asian Research*, Special Report No. 113.
- Tambo, E., Tang, S., Ai, L., & Zhou, X.-N. (2017). The value of China-Africa health development initiatives in strengthening 'One Health' strategy. *Global Health Journal*, 1(1), 33-46. [https://doi.org/10.1016/S2414-6447\(19\)30062-4](https://doi.org/10.1016/S2414-6447(19)30062-4)

- Tambo, E., Khayeka-Wandabwa, C., Muchiri, G. W., Liu, Y. N., Tang, S., & Zhou, X. N. (2019). China's Belt and Road Initiative: Incorporating public health measures toward global economic growth and shared prosperity. *Global Health Journal*, 3(2), 46-49. <https://doi.org/10.1016/j.glohj.2019.06.003>
- Wise, J. (2025). China to give extra \$500m to WHO over next five years. *BMJ*, 389, r1066. <https://doi.org/10.1136/bmj.r1066>
- Yuan, S. (2023). The Health Silk Road: A double-edged sword? Assessing the implications of China's health diplomacy. *World*, 4(2), 333-346. <https://doi.org/10.3390/world4020021>
- Zeng, W., Ding, M., & Liu, H. (2023). China's Health Silk Road construction during the COVID-19 pandemic. *Global Public Health*, 18(1), 2185799. <https://doi.org/10.1080/17441692.2023.2185799>
- Zhou, J., Wang, Y., Nwoko, N. S., & Qadir, S. (2023). China's new global health governance. *Asian Journal of Comparative Law*, 18(1), 38-59. <https://doi.org/10.1017/asjcl.2022.30>

Data de receção: 17/11/2025

Data de aprovação: 18/6/2026

As relações Angola – China: *win – win ou win – lose?*

Paixão António José

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.83-94>

Resumo

Este artigo analisa a relação entre Angola e China, dois países geograficamente distantes, com contextos históricos, políticos e económicos distintos. Apesar dessas diferenças, interesses estratégicos e económicos aproximaram os dois Estados, tornando Angola um dos parceiros mais relevantes da China desde o início do século XXI. A literatura sobre o tema apresenta interpretações divergentes: alguns autores defendem que a relação é uma oportunidade de desenvolvimento mútuo em que Angola se beneficia da experiência chinesa em infraestrutura e modernização, enquanto a China consolida sua posição estratégica em África, enquanto outros apontam para um desequilíbrio de poder, em que Angola estaria em desvantagem.

Este estudo utiliza uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), combinando análise documental, dados económicos e indicadores de soft e hard power, permitindo uma avaliação epistemológica crítica da relação bilateral. Os dados apresentados mostram que, embora existam assimetrias, há evidências de evolução para uma relação potencialmente win-win, especialmente no período pós-2010, quando Angola demonstrou maior capacidade de gestão financeira e reequilíbrio das negociações.

Palavras-chave: *Relações bilaterais, Comércio, Diplomacia, Poder, Metodologia científica.*

Abstract

This paper examines the relationship between Angola and China, two countries geographically distant and historically distinct. Despite these differences, strategic and economic interests have drawn them together, making Angola one of China's key partners in Africa since the early 21st century. Literature on the subject is divided: some consider it a mutually beneficial opportunity – Angola benefits from Chinese expertise in infrastructure and modernization, while China strengthens its strategic position – while others see it as an unbalanced relationship.

Using a mixed-methods approach, including document analysis, economic data, and soft and hard power indicators, this study critically evaluates the bilateral relationship. Evidence suggests that, despite asymmetries, there is a trend toward a win-win partnership, particularly after 2010, when Angola demonstrated effective financial management and rebalanced its position.

Keywords: *Bilateral Relations, Trade, Diplomacy, Power, Scientific Method.*

Introdução

As relações sino-angolanas remontam à década de 1960, quando a República Popular da China apoiou a luta de independência de Angola (1960–1975), fornecendo armamentos e treinamento militar aos três principais movimentos de libertação: MPLA, UNITA e FNLA (CAMPOS; VINES, 2008). Após a independência, em novembro de 1975, a China não obteve reconhecimento preferencial do governo angolano, que se alinhou à URSS, gerando um período de afastamento estratégico.

A guerra civil (1978–2002) e a fragmentação política levaram a China a diversificar suas estratégias de actuação, inicialmente apoiando a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) partido na oposição, mas posteriormente reconhecendo a independência angolana e estabelecendo relações diplomáticas em 1983, consolidando o primeiro acordo comercial em 1984. A criação da Comissão Conjunta de Economia e Comércio em 1988, com primeira reunião somente em 1999, simboliza a retomada gradual de uma relação diplomática estável (CAMPOS; VINES, 2008).

A análise histórica evidencia que a relação sino-angolana evoluiu a partir de interesses estratégicos e pragmáticos, e não apenas por afinidade ideológica. Esta perspectiva metodológica permite compreender as dinâmicas de equilíbrio e desequilíbrio no contexto das relações internacionais.

Equilíbrio versus Desequilíbrio nas Relações Internacionais

As relações internacionais ocorrem em dois níveis: *multilateral* – quando os Estados cooperam no âmbito de organizações internacionais, regionais, sub-regionais, cúpulas, cartéis etc. – *bilateral* – quando os Estados cooperam directamente entre si *vis-à-vis*.

Embora o direito internacional deva reger as relações entre Estados, esses dois níveis podem se pautar tanto pelo cumprimento quanto pela violação das normas internacionais. Na maioria dos casos, sempre que a relação entre Estados infringe tais normas, surgem conflitos que, em muitas situações, resultam em desequilíbrios nas relações. Por outro lado, uma relação saudável entre Estados deve ocorrer em um ambiente de pleno respeito às normas internacionais. Entretanto, os Estados, como principais actores das relações internacionais, enfrentam diversos desafios para estabelecer laços entre si. Dependendo das razões e circunstâncias, a relação pode ser equilibrada ou desequilibrada. Assim, elencam-se a seguir as características típicas de cada tipo de relação entre Estados:

Table 1. Dinâmicas de Equilíbrio e Desigualdade nas Relações entre Estados

Relação Equilibrada	Relação Desequilibrada
Benefícios recíprocos para ambas as partes	Benefícios concentrados em apenas um lado
Interdependência (cada Estado depende em certa medida do outro)	Dependência excessiva de apenas um Estado
Respeito à soberania e às decisões internas	Imposição de condições externas que limitam a autonomia
Capacidade de negociação equivalente	Assimetria de poder económico, militar ou político
Diversificação da cooperação (comércio, cultura, ciência, educação etc.)	Cooperação restrita a um setor, gerando vulnerabilidade
Distribuição equilibrada de ganhos	Falta de alternativas de parceiros estratégicos

Fonte: elaborado pelo autor.

Características típicas uma relação equilibrada ou desequilibrada entre Estados: Espectro Angola e China

Essa secção traz alguns elementos comparativos que ajudam não só a conhecer, mas também a compreender ambos países e a necessidade ou não de cooperar entre si, de igual modo, ajuda a perceber o nível de equilíbrio ou desequilíbrio existente nessa relação.

As relações internacionais podem variar em termos de equilíbrio e reciprocidade, sendo fortemente influenciadas por factores económicos, políticos, históricos e culturais. Uma relação equilibrada caracteriza-se por benefícios recíprocos, interdependência, respeito à soberania e capacidade de negociação equivalente. Ao passo que uma relação desequilibrada se manifesta quando há concentração de benefícios em apenas um dos lados, dependência excessiva de um Estado, imposição de condições externas e assimetrias de poder económico, militar ou político.

No caso específico de Angola e China, o espectro da relação bilateral evidencia uma trajectória de desequilíbrio inicial, que gradualmente evoluiu para elementos de equilíbrio, à medida que mecanismos institucionais, instrumentos jurídicos e capacidade de gestão económica angolana se consolidaram.

Table 2. Angola – China Soft & Hard power

Dados	Angola	China
SOFT POWER		
Ano de independência	1975	1949
Dimensão geográfica	1.246.700 km ²	9.6 milhões km ² (Terceiro maior do mundo)
População	37.9 bilhões	1.409 bilhões
PIB	US\$80.4 bilhões (2024)	US\$18.74 trilhões (2024)
PIB Per capita	US\$2, 122.08	US\$13, 303.15
Nível de literacia (Ensino superior)	4.5% da População	7.8% da População (2023)
Cultura política ¹	Paroquial	Participativa
HARD POWER		
Poder militar	56/145 global 1.0961 pontos	3/145 global 0.0788 pontos
Orçamento de defesa (2025)	US\$2.09 bilhões	US\$246 bilhões

Fonte: elaborado pelo autor, com dados colhidos em <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php> consultado em 21 de agosto de 2025

Principais Instrumentos Jurídicos da Cooperação Angola – China

As relações entre Angola e a China tiveram início oficial em 1983, pouco depois da abertura da Embaixada da China em Angola. No entanto, o primeiro instrumento jurídico desta relação foi estabelecido em 2002, também conhecido como *Modelo Angolano*, marcando o início de uma nova era nas relações entre os dois Estados. Entretanto, outros mecanismos surgiram, como destaque para:

- Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação nos Media.
- Memorando de Entendimento sobre Investimento em Infraestruturas da Economia Digital.
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Desenvolvimento Verde, Ecológico e de Baixo Carbono.
- EDIT (Base de Dados Electrónica de Tratados de Investimento), em 2023.

No entanto, a tabela abaixo apresenta alguns dos instrumentos jurídicos mais relevantes na cooperação entre ambos os Estados. Estes instrumentos representam o alcance da parceria desde 2002 até aos dias actuais.

¹ Cultura política: conjunto de valores, crenças, atitudes, sentimentos e orientações que os cidadãos têm em relação à política, ao sistema político e às instituições, Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), classificam a cultura política em três tipos: Paroquial: pouca consciência sobre o sistema político. Súdita: cidadãos reconhecem a autoridade, mas participam pouco. Participativa: cidadãos ativos, engajados e conscientes do funcionamento político.

Table 3. Quadro Jurídico da Cooperação Angola–China

Instrumento / Acordo	Ano / Data de Vigência	Objetivo / Foco	Principais Detalhes / Âmbito
Modelo Angolano	Pós-2002	Reconstrução económica pós-guerra	Empréstimos chineses pagos com exportações de petróleo a preços reduzidos; financiamento de projetos de infraestruturas (estradas, hospitais, escolas, centrais hidroelétricas, desenvolvimento urbano)
Protocolo sobre Equipas Médicas Chinesas em Angola	Junho de 2025	Cooperação em saúde	Equipa médica de 12 membros (ortopedia, pediatria, acupuntura); intercâmbio de conhecimentos, assistência médica, formação e colaboração em investigação
Acordo-Quadro de Parceria Económica para o Desenvolvimento	Junho de 2025	Desenvolvimento partilhado	Promove comércio, investimento e diversificação económica; reforça a cooperação China–África e a capacidade de Angola produzir e exportar bens com valor acrescentado
Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI)	Dezembro de 2023	Segurança do investimento	Estabelece um quadro jurídico estável, transparente e não discriminatório para investidores; inclui mecanismos de arbitragem e proteção
Memorandos de Entendimento (MoUs)	Março de 2024	Cooperação setorial	Agricultura; intercâmbio de media; infraestruturas da economia digital; desenvolvimento verde, ecológico e de baixo carbono
Acordo de Isenção Mútua de Vistos	Assinado em 2014, em vigor desde 2015	Mobilidade diplomática	Isenção de visto para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço
Câmara de Comércio Angola–China (CAC)	Fundada em 2016	Promoção económica e comercial	Apoia investimentos, comércio e intercâmbio tecnológico; representa membros junto de instituições públicas
Fórum Empresarial Angola–China (FONAC)	2024 / 2025	Parcerias empresariais e investimento	Promove a colaboração entre empresas angolanas e chinesas em vários setores (petróleo, gás, minerais, agricultura)
Fórum Económico e Comercial China–África	Contínuo	Cooperação económica multilateral	Debate oportunidades de comércio e investimento; Angola participa para reforçar relações bilaterais

Fonte: <https://cipra.gov.ao/noticias/1426/politica/visita-de-estado-a-republica-popular-da-china/doze-acordos-assinados>, acedido em 28 de outubro de 2025.

Fluxo de Negócios Angola – China

As relações comerciais entre Angola e a China tiveram início com um conjunto de empréstimos concedidos por Beijing, em resposta à necessidade urgente de Angola em reconstruir infraestruturas sociais capazes de atender às demandas da população. O país encontrava-se devastado após quase 27 anos de conflito armado, e os cofres do Estado estavam vazios, apesar do preço elevado do petróleo, principal commodity de Angola, no mercado internacional à época. Assim, para compreender a complexidade dessa dinâmica, adoptou-se uma abordagem metodológica que combina análises quantitativas e qualitativas. No plano quantitativo, foram colectados dados económicos e financeiros, incluindo receitas petrolíferas, déficits orçamentários, níveis de endividamento externo, fluxo de comércio bilateral, investimentos directos estrangeiros e indicadores macroeconómicos, como PIB, inflação e reservas cambiais. Esses dados foram obtidos de fontes oficiais, como o Banco Nacional de Angola, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério das Finanças, relatórios chineses e organismos internacionais, e analisados por meio de técnicas estatísticas, como séries temporais, comparações percentuais e regressões, permitindo avaliar o impacto financeiro das relações bilaterais e a evolução da capacidade de pagamento do país ao longo do tempo.

No plano qualitativo, a investigação considerou discursos políticos, relatórios de mídia e de organizações não governamentais, entrevistas indirecta semiestruturadas com especialistas em economia e relações internacionais, além da observação de padrões de consumo e estilos de vida da elite política angolana. A análise de conteúdo desses materiais permitiu compreender percepções de credores internacionais, da sociedade civil e de stakeholders, bem como factores simbólicos e institucionais que influenciam a gestão dos recursos públicos e a confiança externa. Essa combinação metodológica revela não apenas os números, mas também o contexto social e político que molda a relação Angola-China.

Para muitos credores internacionais, a situação soava contraditória: como um país com receitas elevadas do petróleo poderia alegar falta de recursos? Essa descrença foi reforçada pelo estilo de vida ostentatório de diversos líderes angolanos e seus familiares, evidenciado por automóveis de luxo em ruas mal pavimentadas de Luanda, mansões e outras propriedades privadas, bem como por padrões de consumo visíveis na diáspora, aparentemente sustentados pelos recursos do contribuinte. Essa análise qualitativa ajuda a explicar por que a comunidade internacional ignorou o apelo de Angola durante a conferência de doadores em Bruxelas, em 2001.

Enquanto o Ocidente se afastava, Beijing enxergou um campo vasto de oportunidades para estreitar laços com Luanda, retomando uma ambição histórica que remontava à década de 1960, quando a China apoiou militarmente a luta de liber-

tação, e alinhando-se à estratégia de expansão global de Beijing, posteriormente consolidada pela iniciativa Belt and Road.

Com base em análises quantitativas de fluxos financeiros e linhas de crédito, a China apoiou inicialmente a reconstrução de Angola com uma linha de crédito, seguida por outras nos anos subsequentes. Embora críticos tenham alertado para o risco de Angola entrar numa “armadilha da dívida”, dados recentes indicam que, a partir da década de 2010, o país começou a demonstrar capacidade efetiva de pagamento, reequilibrando as relações comerciais. O que inicialmente se configurava como mera ajuda financeira transformou-se gradualmente numa parceria comercial sólida, marcada por crescimento consistente no fluxo de negócios. A integração de análises quantitativas, como receitas comerciais, balanço de pagamentos e investimentos chineses, com análises qualitativas, como percepções de stakeholders, entrevistas e observações de campo, permite compreender de maneira abrangente a dinâmica bilateral, evidenciando tanto os resultados económicos quanto o contexto político e social que os molda. Assim, a tabela a seguir ilustra as receitas geradas pelo comércio entre Angola e China no período de 2015 a 2025, fornecendo dados empíricos que fundamentam a análise e demonstram a evolução desta parceria estratégica.

Tabela 4. Fluxo de negócios Angola – China

<i>Fluxo de Negócios Angola – China 2015 -2020</i>					
2015	2016	2017	2018	2019	2020
US\$18,27 mil milhões	US\$12.788 mil milhões	US\$23 mil Milhões	US\$26 milhões	US\$19,5 mil milhões	US\$206 milhões
<i>Fluxo de Negócios Angola – China 2021 -2025</i>					
2021	2022	2023	2024	2025	
US\$23,3 mil milhões	US\$30 mil milhões	US\$23.4 mil milhões	US\$24 mil Milhões	US\$2,8 mil Milhões (primeiro trimestre)	

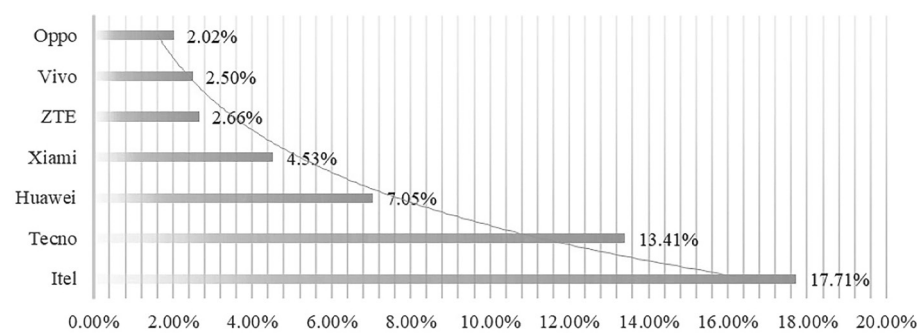
Fonte: elaborado pelo autor, com dados colhidos em https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/2402 consultado em 20 de agosto de 2025.

Balança comercial Angola – China

De acordo com o Relatório Anual de 2024 do INE (Instituto Nacional de Estatística), a balança comercial entre Angola e a China tem vindo a alterar-se gradualmente em comparação com as décadas de 2000 e 2010, período em que o petróleo e outros recursos minerais eram as principais commodities exportadas por Angola, enquanto a China concedia sucessivos empréstimos.

Desde 2015, Angola passou também a exportar para a China produtos como café, granito, cerveja, mandioca e banana. No setor mineiro, contudo, o petróleo continua a ser a commodity mais valorizada pelo mercado chinês.

Gráfico 1. Quota de Mercado de telemóveis Chineses em Angola



Fonte: elaborado pelo autor, com dados colhidos em <https://pti.ao/itel-destrona-apple-e-pressiona-samsung-em-participacao-de-mercado-em-angola/>, consultado e, 26 de setembro de 2025.

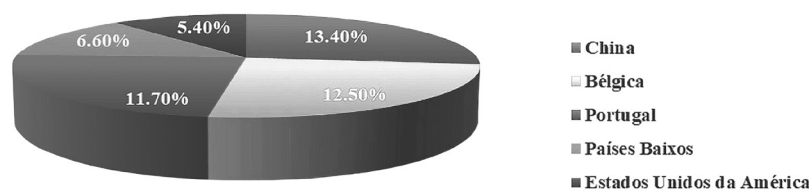
Por outro lado, Angola importa da China viaturas de várias marcas – com destaque para Jetour, Changan, Geely e Yutong –, bem como telemóveis das marcas ITEL, Tecno, Huawei, Xiaomi, ZTE, Vivo e Oppo, que estão entre as mais utilizadas no mercado angolano.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2022-2027 definiu a diversificação da economia como principal objectivo do quinquénio. Para concretizar esse desiderato, Angola conta com os seus parceiros comerciais internos com destaque para o sector privado, bem como com os seus parceiros internacionais. O comércio interafricano assume um lugar de destaque, dada a necessidade de circulação do capital no continente, em conformidade com a Agenda 2050 da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Agenda 2063 da União Africana (UA), embora os números ainda permaneçam bastante baixos.

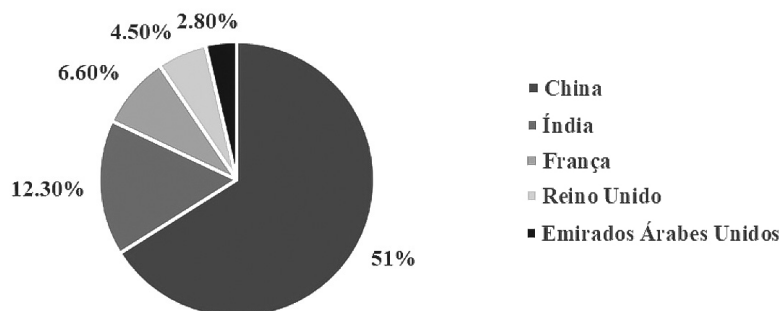
De acordo com o relatório do INE divulgado em 2023, a China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola, tanto em exportações como em importações. Os dados apontam que as máquinas (19,3%), seguidas pelos combustíveis (18,6%), lideram a lista dos bens mais importados, ao lado dos produtos agrícolas (14,9%), químicos (13,2%) e veículos e outros meios de transporte (7,8%).

A China mantém-se como o principal fornecedor de Angola, seguida pela Bélgica, Portugal, Países Baixos e Estados Unidos da América, conforme ilustra o gráfico.

Gráfico 2. Principais Parceiros nas Importações de Angola em 2023-2024



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dado de colhidos em https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/2663 consultado em 29 de setembro de 2025.

Gráfico 3. Principais Parceiros nas Exportações de Angola em 2023-2024

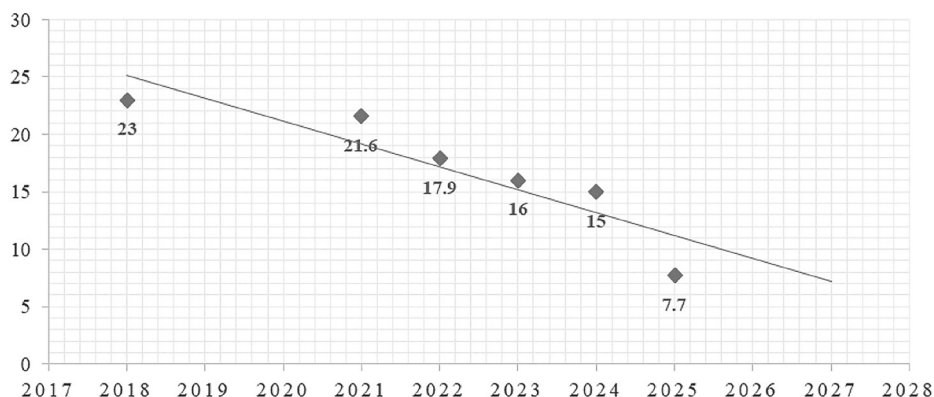
Fonte: gráfico elaborado pelo autor, dados extraídos em https://www.forumchinapl.org.mo/pt/economic_trade/view/2663 consultado em 25 de setembro de 2025.

No que diz respeito às exportações, os combustíveis e os diamantes continuam entre os produtos mais relevantes. No geral, a China é o país que mais compra a Angola, seguida pela Índia, França, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos, conforme ilustra o gráfico.

Nível de Transparência nas Relações Angola – China

Com base nos argumentos apresentados, pode-se afirmar que o nível de transparência das relações Angola e a China enquadra-se nos padrões consagrados pelo direito internacional e por outras normas igualmente relevantes que regem o sistema internacional. A existência de instrumentos jurídicos claros, que explicitam a fundamentação e os objetivos das parcerias, constitui um elemento essencial para a compreensão do grau de transparência que caracteriza essa relação bilateral.

Gráfico 4. Evolução da Dívida de Angola à China (2018–2025)
(Em mil milhões de US\$)



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, dados extraídos em <https://observador.pt/2024/09/02/angola-e-o-maior-parceiro-economico-africano-da-china-com-258-projetos-financiados/> consultado em 27 de setembro de 2025.

No âmbito económico, Angola consolidou-se como o principal parceiro da China em África, contabilizando 258 projectos financiados ao longo das últimas décadas. Entre 2002 e 2022, os empréstimos concedidos pela China a Angola totalizaram aproximadamente 45 mil milhões de dólares.

Porém, a evolução da dívida externa angolana para com a China demonstra uma trajetória decrescente: em 2018, situava-se em 23 mil milhões de dólares; em 2021, reduziu-se para 21,6 mil milhões; em 2022, para 17,9 mil milhões; em 2023, para 16 mil milhões; e, em 2024, atingiu o valor de 15 mil milhões de dólares. No primeiro semestre de 2025, o montante baixou para 8,9 mil milhões de dólares. Não obstante, segundo dados do Ministério das Finanças de Angola, a previsão é de que até o final de 2025 a dívida seja amortizada para cerca de 7,7 mil milhões de dólares, o que representará uma redução significativa e um marco importante no equilíbrio financeiro entre os dois Estados.

Conclusão

Em síntese, a análise científica das relações Angola–China indica que a parceria evoluiu historicamente de um contexto de assimetria e conflito de interesses para uma relação mais estratégica e institucionalizada. Inicialmente marcada pelo apoio militar durante os movimentos de libertação e pela participação da China em grupos opositores ao governo angolano, a relação passou por um período de desconfiança e desequilíbrio económico e risco de armadilha da dívida.

A partir de 2002, com a implementação do Modelo Angolano e a formalização de instrumentos jurídicos como memorandos de entendimento, acordos de protecção recíproca de investimentos e fóruns de cooperação económica, observou-se um aumento da transparência e da previsibilidade nas relações bilaterais. Dados recentes sobre o fluxo de negócios, a balança comercial e a redução da dívida chinesa indicam que Angola conseguiu reequilibrar a relação, demonstrando capacidade de gestão financeira e diversificação económica.

A avaliação epistemológica, baseada em indicadores de soft e hard power, sugere que a relação, embora ainda assimétrica em termos militares e económicos, apresenta características de uma parceria potencialmente win–win: há interdependência crescente, benefícios mútuos e diversificação da cooperação em sectores estratégicos.

Portanto, pode-se concluir que, sob uma perspectiva científica e metodológica, as relações Angola–China são dinâmicas e em evolução, com tendência ao equilíbrio, desde que ambos os Estados mantenham políticas de transparência, gestão financeira rigorosa e diversificação económica. Este cenário reforça a relevância de uma abordagem baseada em técnica e método científico para compreender, monitorar e aprimorar relações bilaterais complexas, garantindo resultados academicamente robustos e socialmente sustentáveis.

Lista de Acrónimos

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UA – União Africana
MoU – Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding)
APPRI – Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos
CAC – Câmara de Comércio Angola–China
FONAC – Fórum Empresarial Angola–China
INE – Instituto Nacional de Estatística

Bibliografia

- (Macau), S. P. (17 de Julho de 2024). *Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e a CPLP (Macau)*. Acesso em 21 de Setembro de 2025, disponível em Relações entre a China e Angola: https://www.forumchinapl.org.mo/pt/country_invest/view/7302
- America, D. o. -U. (23 de Abril de 2012). *Office of the Historian*. Acesso em 20 de Setembro de 2025, disponível em The Chinese Revolution 1949: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/chinese-rev>
- Angola, G. d. (06 de Dezembro de 2023). *CIPRA – Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola*. Acesso em 21 de Agosto de 2025, disponível em Angola e China assinam acordo para protecção recíproca de investimentos: <https://governo.gov.ao/noticias/1202/governo/acordo-bilateral/angola-e-china-assinam-acordo-para-proteccao-reciproca-de-investimentos>
- Angola, G. d. (15 de Março de 2024). *CIPRA -Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola*. Acesso em 24 de Setembro de 2025, disponível em Doze Acordos Assinados: <https://cipra.gov.ao/noticias/1426/politica/visita-de-estado-a-republica-popular-da-china/doze-acordos-assinados>
- Angola, G. d. (01 de Dezembro de 2024). *Negócios Angola-China Acima Dos Usd 24 Mil Milhões Em 2024*. Acesso em 28 de Setembro de 2025, disponível em SCM.gov.ao: <https://scm.gov.ao/web/noticias/neg%C3%B3cios-angola-china-acima-dos-usd-24-mil-milh%C3%B5es-em-2024>
- China, C. -C. (01 de Abril de 2025). *Câmara de Comércio Angola China*. Acesso em 15 de Agosto de 2025, disponível em Câmara de Comércio Angola China: <https://cacangolachina.com/oficial/>
- GPT, C. (2025). Chat GPT. *Artificial intelligence*.
- INE, I. N. (30 de Junho de 2025). *INE*. Acesso em 15 de Maio de 2025, disponível em Anuário Estatístico do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e inovação: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTUyODc%3D>
- Manuel, F. (06 de Janeiro de 2025). *PTI – Portal de T.I*. Acesso em 26 de 09 de 2025, disponível em IteI destrona Apple e pressiona Samsung em participação de mercado em Angola: <https://pti.ao/itel-destrona-apple-e-pressiona-samsung-em-participacao-de-mercado-em-angola/>

- Numbers, G. F.-S. (10 de Janeiro de 2025). *Global Fire Power*. Acesso em 20 de Setembro de 2025, disponível em 2025 Military Strength Raking: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>
- Observador. (28 de Outubro de 2024). *Observador*. Acesso em 27 de Setembro de 2025, disponível em Angola é o maior parceiro económico africano da China com 258 projetos financiados: <https://observador.pt/2024/09/02/angola-e-o-maior-parceiro-economico-africano-da-china-com-258-projetos-financiados/>
- Studies, C. -C. (30 de Junho de 2025). *China Power Csis.org*. Acesso em 21 de Setembro de 2025, disponível em What Does China Really Spend on its Military: <https://chinapower.csis.org/military-spending/>

Data de receção: 19/9/2025

Data de aprovação: 5/5/2026

“O olhar chinês sobre nós”: construção de metaimagens em *A China vence o passado* de José de Freitas e *Toda a China* de António Graça de Abreu

Charles Chon Neng Cheung

Universidade Católica Portuguesa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.95-115>

Resumo

Neste artigo, explora-se a metaimagem portuguesa na literatura de viagem sobre a China, comparando *A China vence o passado* (1964), de José de Freitas, e *Toda a China* (2013-2014), de António Graça de Abreu. Com base na leitura integral e codificação temática, identificam-se 76 segmentos, codificados em cinco valências: “forasteiro bem acolhido”, “indesejável”, “exótico”, “português, povo periférico” e “avançado”. Com apoio dos dados quantitativos da codificação, é realizada uma análise imagológica das metaimagens, examinando e comparando o cenário, as vozes e as condições históricas. Em ambos os relatos, o viajante é interpelado como português, europeu, ocidental e estrangeiro – e é acolhido, rejeitado, exotizado ou desconhecido pelo “olhar chinês”. Freitas privilegia o institucional e o discurso reportado, com predominância de “forasteiro bem acolhido” e “indesejável” e ocorrências de “avançado”; Abreu enfatiza o quotidiano e a autoironia no espaço público, reforçando “exótico” e “português, povo periférico”. O estudo mapeia continuidades e deslocamentos diacrónicos na construção do “olhar chinês sobre nós”, oferecendo os primeiros dados empíricos para investigações da metaimagem neste par cultural.

Palavras-chave: Imagologia; Literatura de viagens; Codificação Temática; Portugal-China; José de Freitas; António Graça de Abreu.

Abstract

This article explores the Portuguese meta-image in travel writing about China by comparing *A China vence o passado* (1964), by José de Freitas, and *Toda a China* (2013-2014), by António Graça de Abreu. Drawing on complete reading and thematic coding, 76 segments are identified and coded into five valences: “welcomed outsider,” “undesirable,” “exotic,” “Portuguese, a peripheral people,” and “advanced.” Using quantitative data from the coding, an imagological analysis of the meta-images is conducted, examining and comparing settings, voices, and historical conditions. In both narratives, the traveler is interpellated as Portuguese, European, Western, and foreign—and is welcomed, rejected, exoticized, or ignored by the “Chinese gaze.” Freitas privileges the institutional and reported speech, with a predominance of “welcomed outsider” and “undesirable,” plus instances of “advanced”; Abreu foregrounds the everyday and self-irony in public space, reinforcing “exotic” and “Portuguese, a peripheral people.” The study maps diachronic continuities and shifts in constructing the “Chinese gaze on us,” offering the first empirical data for investigations of the meta-image within this cultural pair.

Keywords: Imagology; Travel Writing; Thematic Coding; Portugal–China; José de Freitas; António Graça de Abreu.

Introdução

A viagem não apenas transporta pessoas e objetos, mas também produz e circula imagens do Outro e de “nós”, que moldam perceções e identidades – temas críticos e permanentemente em debate. Entre a autoimagem (como nos vemos) e a heteroimagem (como vemos o Outro), ainda existe um entre-lugar a que chamamos “metaimagem”: a projeção de como supomos que o Outro nos vê (Leerssen, 2016, p. 24). Um exemplo conhecido surge na *Peregrinação* (1614) de Fernão Mendes Pinto (1509-1583), quando o narrador atribui a um menino chinês raptado uma crítica irónica à fé hipócrita dos piratas portugueses, sugerindo que os chineses veriam os gananciosos portugueses como devotos de boca, mas ladrões de facto (Pinto, 2023, pp. 211-212). Ao longo dos últimos quatro séculos, muitos outros portugueses também visitaram, imaginaram e narraram a China, construindo retratos do Outro e, por contraste, de si próprios (Yao, 2021, p. 199). Estudos anteriores sobre estes relatos da China abordam a heteroimagem dos chineses (Wang, 2023) e a formação da autoimagem portuguesa (Lopes, 2015, pp. 82-89), mas pouco se explorou o entre-lugar – a metaimagem.

Para ajudar a colmatar esta lacuna, o presente estudo exploratório recolhe e analisa dados empíricos relativos à construção do olhar chinês sobre portugueses em *A China vence o passado* (1964), de José de Freitas (?-?), e *Toda a China* (Volumes I e II, 2013-2014), de António Graça de Abreu (1947-). Enquanto a obra de Freitas desempenhou um papel relevante ao informar leitores portugueses sobre a China de Mao Tsé-tung no contexto do Estado Novo (Cardina, 2010, pp. 203-204), Abreu oferece ao Portugal democrático narrativas de viagens por todas as províncias chinesas na China pós-Mao em transformação societal entre 1977 e 2013. Assim, comparar *A China vence o passado* com *Toda a China* permite observar continuidades e deslocações na construção da metaimagem portuguesa, do “olhar chinês sobre nós”.

Em relação a estes dois títulos, colocam-se as seguintes três questões de investigação: (i) que tipos de metaimagem portuguesa são construídos? (ii) como são construídas estas metaimagens? (iii) que semelhanças e diferenças emergem entre os relatos dos dois viajantes-autores? Para responder a estas questões, procede-se à construção e análise imagológica de um *corpus* de metaimagens a partir de uma perspetiva indutiva. Importa esclarecer que o objetivo não é determinar o que os chineses efetivamente pensam dos portugueses, mas sim descrever como os dois viajantes-autores constroem esse “olhar chinês sobre nós”. Ao fazê-lo, procura-se contribuir para a consolidação da imagologia no eixo sino-português, oferecendo um primeiro mapeamento diacrónico de metaimagem portuguesa em relatos de viagens à China.

O artigo estrutura-se em três secções. Na primeira, delinea-se um enquadramento teórico-metodológico que articula a literatura de viagem, a contextualização histórica das obras e a imagologia. Em segundo lugar, apresentam-se os métodos de construção e organização do *corpus* de metaimagens, expondo resultados categorizados e quantificados relativos à construção de metaimagem. Na terceira e última secção, adota-se a análise imagológica para abordar, um a um, os tipos de metaimagem identificados, descrevendo-os, situando-os nos seus contextos de enunciação e comparando as suas construções entre os dois viajantes-autores.

1. Literatura de viagem, contextualização e imagologia

A China vence o passado e *Toda a China* são considerados, no presente estudo, como obras de “literatura de viagens”, termo que, em sentido lato, abrange escritos, relatos, crónicas e narrativas sobre “a deslocação no espaço [...] de alguém que relata, habitualmente na primeira pessoa, uma experiência que o leitor assume como real, instituindo-se o autor como protagonista da narrativa” (Castanheira, 2011, p. 391). Viajar e escrever pressupõem a procura da novidade. Contudo, o viajante não é uma tábua rasa; pelo contrário, leva consigo propósitos de viagem e preconceitos acerca de terras desconhecidas. Em simultâneo, os lugares visitados não são fixos: estão em transformação permanente, sujeitos a dinâmicas socioculturais, políticas, económicas, entre outras. Por isso, para estudar a obra, importa conhecer o contexto e o perfil do viajante-autor, bem como o seu itinerário e as suas condições pragmáticas de viagem.

Antes de *A China vence o passado* (1964), José de Freitas (?-?) escreveu cinco livros sobre a China e o Japão¹, todos estes publicados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que sugere um interesse sustentado pelo Extremo Oriente². Era filho de Amadeu de Freitas (1876-1932), jornalista de destaque que, em 1923, dirigiu, por um breve período, o influente diário *O Século*³. O próprio José de Freitas trabalhou como repórter no *Diário de Notícias*, *República* e *Diário Popular* e ganhou relevo no jornalismo português na década de 1950. Em 1964,

¹. Estes livros incluem: *Chang Kai Chek* (1941; Parceria A. M. Pereira); *A China Antiga e Moderna* (1941; Cosmos); *A Batalha do Extremo Oriente* (1942; Parceria A. M. Pereira); *O Imperialismo Japonês* (1944; Cosmos); e *O Plano Secreto Japonês para a Conquista do Mundo: (memorando Tanaka)* (1944; Livraria Francesa).

². Alguns dados biográficos de José de Freitas encontram-se em Caeiro (2016, pp. 51-54) e em Aresta (2021). Este último regista as datas de nascimento e falecimento de Freitas (1910-1976), um intervalo plausível face às datas documentadas dos seus títulos publicados. Todavia, no âmbito da presente investigação não foi possível localizar outras provas documentais que confirmem essas datas, apesar da pesquisa de documentos digitais na base de dados Digitarq da Torre do Tombo.

³. Alguns dados biográficos de Amadeu de Freitas encontram-se em Freitas (1923), “Almoço de homenagem a Amadeu de Freitas, redator principal de *O Século*” (1924), Marques (1981, p. 429) e Rebello (1984, pp. 77-78).

viajou pela China como correspondente do *Diário Popular* durante cerca de um mês, do qual resultaram reportagens publicadas nos jornais e a publicação de *A China vence o passado*. Este volume foi considerado pelo ex-maoísta Guerreiro Jorge (entrevistado em 2007 por Cardina, 2010, p. 202) como “passaporte interessante para a nossa chegada ao maoísmo”, embora “não marcado politicamente” nem censurado⁴. No mesmo ano de publicação, *A China vence o passado* teve uma segunda edição, com mudança de capa e adição de uma nota preambular de duas páginas. Considerando que não há passagens de metaimagem nesta nota à 2.ª edição, não se afigura problemática a utilização aqui da primeira edição, que se revelou mais acessível durante a investigação.

De acordo com *A China vence o passado*, José de Freitas obteve o visto após um ano de diligências. Chegou a Hong Kong e seguiu de barco para Macau, onde contou com o apoio de Hermann Machado Monteiro, Luís Gonzaga Gomes e Ho Yin. Com o jornalista macaense Choi Leong Seong, que muitas vezes era o único intérprete, Freitas atravessou a fronteira em Macau e entrou em Tai Leong (Daliang), onde foi recebido pelo governador local. Em Cantão, com o guia Fong, visitou comunas, fábricas e museus. Seguiu depois de comboio via Tchang-Xá (Changsha) para Han-Keu (Hankou) e continuou até Pequim, onde visitou bairros operários, escolas e instituições e reuniu-se com jornalistas e líderes da Associação de Cultura. Prosseguiu para Xangai e para as suas cidades-satélite industriais e voou para Hang-Tcheu (Hangzhou) e Nan-Tchang (Nanchang), regressando ao Sul da China. Embora Freitas sublinhe a sua independência – “enviado especial de um grande jornal e pago só por ele” (p. 41) e “exclusivamente com dinheiro do meu jornal” (p. 36) –, os relatos mostram que a viagem foi, muitas vezes, mediada e coreografada por autoridades chinesas.

António Graça de Abreu (1947-) terá lido *A China vence o passado* antes da sua primeira viagem à China, em 1977, tanto mais que se autodefinia como “meio maoísta” (Abreu, 2013a, p. 208). À semelhança de Freitas, a viagem teve uma finalidade profissional, mas de uma profissão diferente: exercer funções como professor de português e como funcionário da editora oficial Edições em Línguas Estrangeiras, na sequência de um convite do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), no âmbito das relações deste com o Partido Comunista da China (PCC) (Abreu, entrevista em Pinto, 2014). Contudo, a “crença” no maoísmo,

⁴. Quer no *Índice de Relatórios de Censura* (disponível em <https://ciencia.ucp.pt/files/115507260/indice-rel-censura.pdf>), compilado por Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, quer no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não se encontra qualquer relatório de censura relativo a *A China vence o passado*. Porém, todos os livros de José de Freitas referidos na nota 1 foram submetidos à Censura e autorizados (ver os relatórios 1311/41, 1619/42, 1759/42, 2672/44 e 2704/44). Note-se que os quatro primeiros dígitos destas referências correspondem aos números atribuídos inicialmente pelo órgão de censura e os dois últimos ao ano do despacho.

segundo o próprio viajante, desvaneceu-se rapidamente (Abreu, 2013b). Desde 1985, traduziu do chinês para o português – recorrendo também a versões em outras línguas europeias – uma peça de teatro e nove antologias de poesia chinesa, tendo obtido, em 1991, o Grande Prémio de Tradução Literária.

Segundo o viajante-autor, os dois volumes de *Toda a China*, publicados em Portugal em 2013 e 2014, reúnem 74 relatos escritos entre 1977 e 2013, alguns dos quais saíram na imprensa de Macau entre 2010 e 2013 (Abreu, 2013a, p. 18). Para concluir o projeto de “viajar por toda a China”, Abreu realizou, em 2013, uma última viagem de três meses por territórios chineses já conhecidos e inéditos (2013a, p. 18). Não se apresenta, portanto, um itinerário único e coerente, mas sim um conjunto de deslocações que atravessam tempos e espaços. Em muitos casos, as viagens de Abreu foram autónomas, não organizadas por instituições nem acompanhadas por guias, ao contrário das de Freitas em pleno período maoísta, marcado por um maior controlo de acesso e de liberdade de circulação. Além disso, Abreu dispunha de uma certa competência linguística em chinês-mandarim, que lhe permitia a comunicação direta com os locais. Os relatos articulam observação de terreno com conhecimento histórico da China, da poesia chinesa e da presença portuguesa nos lugares visitados. Acresce que o autor é casado com uma mulher natural de Xangai, com quem tem filhos, mantendo laços familiares na China (Abreu, 2013a, pp. 160-161). Tudo isto lhe confere uma relação mais próxima e pessoal com a China do que a de Freitas. Porém, os dois viajantes portugueses partilham um elemento visível – a aparência – que os permite se destacarem entre os chineses, onde quer que estejam na China.

Resumindo as diferenças do contexto histórico: enquanto o jornalista José de Freitas saiu do Portugal do Estado Novo, em 1964, para a China de Mao Tsé-tung – pouco depois do Grande Salto em Frente (1958-60) e da subsequente Grande Fome (1958-61) –, António Graça de Abreu partiu do Portugal pós-25 de Abril para a China pós-Mao (Mao faleceu em 1976), em rápida transformação rumo às reformas de abertura de Deng Xiaoping. Abreu viria, entre 1977 e 2013, a realizar numerosas viagens por todas as províncias da China, algumas delas mais de uma vez, testemunhando, assim, o desenvolvimento acelerado daquele país oriental. Por conseguinte, *A China vence o passado* e *Toda a China*, lidos em conjunto, constituem um campo fértil para a recolha e a análise de dados sobre metaimagens numa perspetiva diacrónica. Mapear as oscilações históricas das imagens nacionais e identificar os respetivos “pontos de viragem” são, segundo Leerssen (2016, p. 18), tarefas importantes para a imagologia.

A imagologia define-se como o estudo das imagens discursivas nacionais, orientado para compreender e desconstruir a sua lógica retórica e narrativa, em

vez de aferir uma realidade antropológica subjacente (Leerssen, 2016). Todas as imagens na literatura de viagem são, antes, palavras escritas pelo viajante-autor na retrospectiva, sendo esse um processo de seleção narrativa por natureza. Isto não nega a autenticidade do narrador, mas sublinha o pressuposto construtivista de que ninguém consegue reconstruir, de forma objetiva e integral, tudo o que ocorreu na realidade. Deste modo, a reconstrução de imagens na literatura de viagem é, em simultâneo, uma construção discursiva sujeita à experiência e ao conhecimento do viajante-autor. Quanto à metaimagem, os relatos nutrem a construção do olhar do Outro sobre o Nós, desde que tanto o “Nós” como o “Outro” sejam imagens generalizadas, definidas por um grupo homogêneo da mesma nação, cultura ou etnia. Para demonstrar a generalização de imagens nacionais, a análise imagológica tipicamente articula três planos complementares – textual, contextual e intertextual – para mapear a circulação dos lugares-comuns, situar historicamente a sua enunciação e descrever o seu funcionamento nos géneros e nas estratégias de enunciação.

Estudos existentes sobre metaimagens têm mostrado que as imagens aparecem hoje com frequência em registo irónico e que o antagonismo se intensifica precisamente no âmbito das metaimagens (Leerssen, 2016, p. 24). Num estudo de referência, Millas (2009) demonstra, para o caso do par grego-turco, que além de imagens negativas recíprocas, ambos os lados imaginam o olhar acusatório do Outro sobre o Nós. Estas imputações alimentam uma desconfiança persistente, mesmo após melhorias diplomáticas, e ligam-se a sentimentos de medo, insegurança e vergonha. Tendo em conta estas conclusões da literatura, o presente estudo exploratório não parte de uma hipótese *a priori*, mas concentra-se antes na recolha e análise de dados empíricos, por incidir num par cultural ainda pouco estudado em termos de metaimagens.

2. Construção, organização e apresentação do *corpus*

Para garantir transparência e replicabilidade, esta secção descreve os métodos de construção e organização do *corpus* e expõe, no final, os dados quantitativos de codificação. Na preparação do *corpus*, procurou-se incluir segmentos que pudessem sugerir o olhar chinês sobre os portugueses, nomeadamente discursos diretos e indiretos dos chineses, bem como observações e reflexões dos narradores sobre os comportamentos e pensamentos dos chineses. Dado que, em *A China vence o passado* e *Toda a China*, os portugueses são frequentemente referidos pelos narradores e interlocutores chineses como “europeus”, “ocidentais” ou “estrangeiros”, estas designações identitárias, quando dirigidas aos narradores-protagonistas e/ou aos “seus povos”, são igualmente consideradas como metaimagens dos portugueses. Todavia, todas estas designações serão codificadas separadamente, permitindo

uma distinção entre as mesmas na próxima secção de discussão, particularmente na subsecção 3.4.

Na construção e organização do *corpus*, combinaram-se métodos manuais e digitais de leitura, codificação, pesquisa de palavras-chave, categorização e organização com apoio do *software* de análise qualitativa NVivo (versão 15.3.0). A primeira edição de *A China vence o passado* (com cerca de 77 850 palavras) e os dois volumes de *Toda a China* (com cerca de 148 620 palavras no total) foram digitalizados e submetidos a reconhecimento ótico de caracteres (OCR) com a aplicação *vFlat Scan*, obtendo-se textos pesquisáveis. Não foi feito um controlo formal de qualidade do OCR, porque a leitura integral dos volumes físicos foi o procedimento principal, recorrendo-se à pesquisa digital apenas como apoio. Ainda assim, procedeu-se à correção de todos os segmentos incluídos, não se detetando problemas sistemáticos que afetassem as conclusões. A recolha e codificação dos excertos decorreram num processo iterativo, que incluiu três tarefas principais:

1. Leitura exploratória e integral, com marcação digital de ocorrências e identificação de palavras-chave relativas à construção de metaimagem;
2. Pesquisa digital nos volumes com variantes morfológicas e lexicais (caso aplicável) das entradas “português”, “Portugal”, “europeu”, “Europa”, “estrangeiro”, “Ocidente”, “ocidental”, “povo” e “nós”;
3. Codificação temática e indutiva de todos os segmentos recolhidos para a categorização em diferentes grupos.

Este processo iterativo de codificação foi conduzido por um único investigador, o autor do presente artigo. Para consistência, as categorias de códigos foram estabilizadas, revistas e aprimoradas ao longo do processo iterativo.

Realizado este processo iterativo de leitura e codificação, foram identificados 76 segmentos relacionados com a construção de metaimagem, incluindo cerca de 3 499 palavras. Os mesmos segmentos incluídos são classificados uma vez em cada uma das cinco categorias. As definições de cada categoria e subcategoria encontram-se na Tabela 1. Quanto às subcategorias, a coluna “Segmento” mostra a percentagem em relação à sua categoria subordinante. Por seu turno, as colunas “Freitas” e “Abreu” expõem percentagens relativas ao número total de segmentos naquela categoria ou subcategoria. Não são apresentados exemplos dos segmentos para cada categoria, visto que serão citados e discutidos na análise da próxima secção, à qual passamos agora.

Tabela 1. Distribuição de categorias e subcategorias das metaimagens codificadas.

Título	Definição	Segmentos	Freitas	Abreu
1. Âmbito identitário do “nós”	Escala a que o “Nós” é posicionado.	100% (76)	70% (53)	30% (23)
1.1 Estrangeiros	O “Nós” é tomado como estrangeiro na China.	50% (38)	74% (28)	26% (10)
1.2 Portugueses	O “Nós” é tomado como português.	26% (20)	70% (14)	30% (6)
1.3 Europeus	O “Nós” é tomado como europeu.	12% (9)	78% (7)	22% (2)
1.4 Ocidentais	O “Nós” é tomado como ocidental.	9% (7)	43% (3)	57% (4)
1.5 Americanos	O “Nós” é tomado como americano.	1% (1)	0% (0)	100% (1)
1.6 Russos	O “Nós” é tomado como russo.	1% (1)	100% (1)	0% (0)
2. Cenário da metaimagem	Tipo de espaço social onde o excerto constrói a metaimagem.	100% (76)	70% (53)	30% (23)
2.1 Institucional	Estabelecimentos formais (instituição oficial, escola, biblioteca, etc.).	39% (30)	83% (25)	17% (5)
2.2 Público	Transportes e espaços públicos urbanos (comboio, barco, rua, etc.).	34% (26)	50% (13)	50% (13)
2.3 Cívico-comercial	Serviços, consumo e hospitalidade (hotel, restaurante, livraria, etc.).	18% (14)	79% (11)	21% (3)
2.4 Indeterminado	Quando o local não é especificado ou é macrotopónimo (como “China”).	8% (6)	67% (4)	33% (2)
3. Modo de enunciação	Como a metaimagem é construída no texto.	100% (76)	70% (53)	30% (23)
3.1 Observação do narrador	Descrição, inferência ou comentário do narrador (sem voz local citada).	63% (48)	60% (29)	40% (19)
3.2 Discurso (in)direto do interlocutor	Voz atribuída a pessoas locais (direta ou indireta).	37% (28)	86% (24)	14% (4)
4. Tipo de metaimagem	O que se afirma ou insinua sobre o “Nós” e com que carga avaliativa.	100% (76)	70% (53)	30% (23)
4.1 Forasteiro bem acolhido	Recebido com simpatia, curiosidade positiva ou hospitalidade.	29% (22)	86% (19)	14% (3)
4.2 Indesejável	Alvo de suspeita, recusa ou antipatia.	28% (21)	90% (19)	10% (2)
4.3 Exótico	Salientado pela diferença ou pela rareza cultural.	26% (20)	40% (8)	60% (12)
4.4 Português, povo periférico	Visto como marginal ou desconhecido.	13% (10)	40% (4)	60% (6)
4.5 Avançado	Percecionado como moderno ou progressivo.	4% (3)	100% (3)	0% (0)
5. Voz local (real ou presumida)	Pessoas ou coletivos locais que servem de fonte.	100% (76)	70% (53)	30% (23)
5.1 Autoridades	Representantes e quadros institucionais (governadores, polícias, professores, etc.).	57% (43)	86% (37)	14% (6)
5.2 População	Indivíduos anónimos ou coletivos (passageiros, peões, crianças, etc.).	34% (26)	42% (11)	58% (15)
5.3 Serviços	Em atividade laboral (bilheteiros, engraxadores de sapatos, guias, etc.).	9% (7)	71% (5)	29% (2)

3. Análise textual, contextual e intertextual das metaimagens

A presente secção centra-se na categoria “tipo de metaimagem” (cf. Categoria 4 da Tabela 1), aprofundando cada subcategoria para melhor compreender a construção do “olhar chinês sobre nós”. Na análise de cada subcategoria adota-se uma abordagem imagológica em três etapas: (i) análise textual dos segmentos incluídos de ambos os viajantes-autores; (ii) análise contextual, situada nas variáveis “cenário da metaimagem” e “voz local”, bem como nos contextos históricos; e (iii) análise intertextual, que compara *A China vence o passado* e *Toda a China* e evidencia semelhanças e diferenças.

Porém, antes da análise dos segmentos, importa traçar um quadro comparativo com base nos dados quantitativos da Tabela 1. Identificaram-se 76 segmentos: 70% (53 segmentos) em *A China vence o passado* e 30% (23 segmentos) em *Toda a China*, apesar de esta última ter cerca do dobro da extensão ($\approx 77\,850$ versus 148 620 palavras), o que sugere maior densidade metaimagética no relato de Freitas. Quanto aos tipos de metaimagem, “forasteiro bem acolhido” (22 segmentos) e “indesejável” (21 segmentos) concentram-se sobretudo em Freitas (86% e 90%), ao passo que “exótico” (20 segmentos) e “periférico” (10 segmentos) pesam relativamente mais em Abreu (60% e 60%). “Avançado” (3 segmentos) ocorre apenas em Freitas (100%). Em termos de contextos de metaimagens, Freitas apresenta mais ocorrências em instituições oficiais (83%) e em interações com pessoas de autoridade (86%). Por seu turno, Abreu documenta proporcionalmente mais interações com a população (58%) e uma presença equivalente no espaço público (50%). Isto reforça a observação de que a viagem de Freitas é mais mediada pelas autoridades chinesas, enquanto a de Abreu é mais autónoma, com mais hipóteses de contactos diretos com a população local.

Partindo deste quadro comparativo com dados quantitativos, a discussão seguinte seguirá a estrutura de análises textuais, contextuais e intertextuais, mas a comparação também será assinalada quando pertinente nas primeiras duas etapas. A ênfase na comparação resulta da crença de que é por meio da comparação que se compreende mais facilmente a construção imagética, particularmente a sua variação diacrónica.

3.1. Forasteiro bem acolhido

Nesta valência, contam-se os segmentos em que o narrador interpreta como o olhar chinês sobre o viajante português é de acolhimento, cortesia ou deferência, desde gestos quotidianos de ajuda até fórmulas explícitas de amizade entre os povos chinês e português.

Análise textual

Em Freitas (1964), o acolhimento é frequentemente expresso por vozes chinesas em discurso direto e apoiado em léxico de amizade, paz e honra. Numa siderurgia, o chefe chinês afirma que ele e os trabalhadores se sentem “muito honrados com a visita de um português”, garantindo-lhe liberdade para perguntar e ver “quanto quiser” (p. 190). Depois, o viajante português foi considerado “mensageiro do teu povo”, sendo a sua presença “a visita de todo o povo” (p. 190), uma cena que cristaliza a hospitalidade como missão diplomática entre povos. Noutra passagem, a criança de uma escola saúda “o estrangeiro do outro lado dos mares” e pede que o visitante português transmita o cumprimento aos “filhos e netos” (p. 286). O acolhimento é também material: os oficiais de um museu militar ofereceram a Freitas uma medalha de “recordação amiga da visita do estrangeiro” (p. 293).

Em Abreu (2013a, 2014), o valor hospitaleiro tende a manifestar-se por pequenos privilégios práticos concedidos ao estrangeiro, mais do que por fórmulas solenes. Em 1980, após um controlo policial em Gongbei – fronteira entre Macau e o interior da China –, o viajante português foi parado e os polícias confiscaram o seu álbum do então líder nacionalista de Taiwan, Chiang Kai-shek. Porém, o viajante seguiu viagem “sem mais problemas” por ser “estrangeiro” (p. 359). Noutro episódio de 1995, em Chengdu, o visitante português obteve acesso especial ao recinto dos pandas “por ser estrangeiro e por pagar alguns *yuans* extra”, podendo até “dar uma maçã” ao animal (2013a, p. 271). Por fim, numa viagem em 2013, o viajante português comenta que “os roubos a estrangeiros são raríssimos na China” (2014, p. 148), projetando uma perceção de forasteiros privilegiados na China.

Análise contextual

Em Freitas, a hospitalidade é frequentemente enunciada por autoridades (militares, professores, dirigentes de fábricas) e encenada em instituições oficiais (museus, escolas, siderurgias), com o seu intérprete a mediar a voz chinesa. Sob esta triangulação (autoridade-instituição-intérprete), o viajante costuma ser transformado num representante do “povo português”, recebido com o discurso diplomático e institucional das autoridades chinesas.

Em Abreu, pelo contrário, a hospitalidade aparece deslocada para mais espaços públicos (jardim zoológico e, no geral, a China) e acionada por agentes de perfis mais variados. O acolhimento não resulta de um discurso diplomático, mas de observações ao privilégio que um forasteiro pode aproveitar na China.

Análise intertextual

Postos em paralelo, o “forasteiro bem acolhido” de Freitas e o de Abreu partilham o vetor da benevolência, mas divergem no registo e na função. Em Freitas, predomina o acolhimento institucional e diplomático, que enuncia a amizade sino-portuguesa e investe o visitante de uma missão mediadora. Em Abreu, prevalece o acolhimento social, materializado nos privilégios que o viajante aproveitou. A benevolência existe, mas é condicionada e contextualmente arbitrada. Em vez de grandes fórmulas em Freitas, Abreu oferece episódios com pequenas franquias que mostram o acolhimento chinês.

3.2. Indesejável

Nesta valência, que contradiz a metaimagem de “forasteiro bem acolhido”, reúne-se um conjunto de episódios em que o olhar chinês sobre o viajante português é de recusa, suspeição, contenção ou vigilância. O efeito narrativo é o de uma presença estrangeira – não especificamente portuguesa – percebida como ameaça, incómoda ou, no mínimo, não-desejada naquele espaço e tempo.

Análise textual

Em *A China vence o passado*, o “indesejável” emerge num contínuo que vai do desconforto social à contenção organizada, sendo o corpo do viajante observado, filtrado e contido. Numa cena de transporte, o narrador afirma que “não é situação agradável um europeu num barco carregado de chinas e alvo das atenções gerais” (pp. 50-51). A curiosidade chinesa, embora não agressiva, faz com que o corpo do forasteiro se destaque como intruso. Em interações de proximidade, os gestos quotidianos do viajante português falham: “Ofereço-lhes cigarros. Recusam. O chinês recusa sempre qualquer oferta de um estrangeiro desconhecido” (p. 157). Uma vez que “rarearam os europeus” em Wuhan, a curiosidade coletiva dos chineses no espaço urbano transformou-se em “pequenos ajuntamentos”, sinal de uma presença estranha que os lembrava, segundo o narrador, do Tratado de Tientsin assinado lá em 1858 após a derrota da China na expedição anglo-francesa (p. 184). Também do ponto de vista histórico, Pequim parecia-lhe “cidade hermética, de gente fechada”, onde o povo chinês “foge de contactos com o estrangeiro”, porque se lembrava da “humilhação imposta pela força das armas dos «bárbaros estrangeiros»”, que ainda na altura representavam “uma vaga ameaça” (pp. 216-7).

Porém, o viajante português sugere diferenças regionais na atitude em relação ao estrangeiro. Por exemplo, o povo de Xangai “não se recordava de outra vida a não ser aquela que levava” e “estaria, porventura, mais perto do meu [povo português]”; por isso, “sorria sem reservas” e não lhe via “o «bárbaro», mas um homem como eles” (pp. 307-308). Deste modo, as dimensões históricas e geográficas são

consideradas explicações das diferenças regionais na etiqueta social em relação ao estrangeiro.

Quanto à desconfiança face ao viajante português na China, a mesma é explicitada quando os chineses “mostram as suas instalações a poucos estrangeiros” e as “rodeiam de várias linhas de vigilância”, por receio de espionagem (pp. 183-185). Mais adiante, o viajante português acusa alguns autores ocidentais de exagerarem a vigilância chinesa aos estrangeiros, mas admite que existe “nisto um fundo de verdade” em que ele próprio foi “também acometido várias vezes” (p. 218). De facto, num enredo, o viajante suspeitava que um engraxador de hotel lhe retirava os sapatos, por ordem de autoridades, para o impedir de circular na cidade sem o guia local, mas a acusação especulativa acabou por ser contra o chinês ingénuo que apenas lhe engraxava os sapatos (pp. 186-187). Estes fragmentos constroem, por um lado, a cautela chinesa, pela qual a presença estrangeira na China é observada e controlada; por outro, a autocritica do narrador em relação à sua especulação daquilo que os chineses pensam sobre si.

A metaimagem de estrangeiro enquanto indesejável dilui-se relativamente em *Toda a China*, contando apenas dois excertos identificados, que dizem respeito à fricção procedimental e à barreira linguística. Na Expo Xangai 2010, o viajante português tentou entrar num pavilhão sem passaporte, invocando ligações a Macau e à família chinesa. O chefe de segurança perguntou-lhe: “Como é que eu sei que o que você diz é verdade?” (Abreu, 2013a, p. 97). O visitante chegou a exhibir-lhe uma fotografia da esposa e do filho para provar vínculos familiares, conseguindo assim entrar na exposição. Porém, a cena também sugere que a entrada seria impedida a um português que não trouxesse passaporte nem tivesse uma família chinesa. Numa outra narrativa, ao comprar um bilhete para Shenyang, em 2013, o viajante português não pronunciou bem o destino a que queria ir. A funcionária da bilheteira ficou impaciente quando as pessoas se acumulavam na fila, respondendo: “Não entendo o que está a dizer, você quer ir para um lugar que não existe.” (2014, p. 95). O português, no final, explicou de outra forma o destino e, assim, conseguiu comprar o bilhete. Todavia, isto também sugere que um português que não soubesse mandarim não resolveria este problema de comunicação e não seria bem atendido.

Análise contextual

Nos episódios de Freitas, a narrativa de estrangeiro como indesejável está ligada a um passado de agressões de poderes coloniais e a uma necessidade de segurança nacional no presente, materializada em “linhas de vigilância” em fábricas, recusa de objetos informacionais e gestão da mobilidade do forasteiro. Os governadores chineses citados falam em nome do povo sobre a necessidade destas medidas de

proteção. O próprio narrador também a justifica através de uma contextualização histórica, sugerindo que a prudência chinesa é inteligível à luz do seu passado.

Em Abreu, o cenário muda para a governação urbana num período mais recente: entrada de pavilhões de exposição e bilheteiras. A “voz local” não se apresenta como o “povo” em abstrato, mas como agentes funcionais de procedimento (segurança e funcionária de bilheteira), cuja tarefa é garantir conformidade documental e fluidez do serviço. A recusa contra o estrangeiro não é ideológica, mas burocrática e de barreira linguística. O estrangeiro não é “desejável” apenas quando não cumpre os requisitos operacionais (documento de identificação e comunicação eficaz).

Análise intertextual

Postos em paralelo, os dois modos do “indesejável” convergem na assimetria de poder (o chinês controla o acesso do estrangeiro), mas divergem nas razões e nos graus de recusa. Em Freitas, prevalece um paradigma de segurança e memória: o estrangeiro é potencial risco e lembrança traumática. A metaimagem que daí resulta é a de um “nós” visto como intrusão a gerir. Em Abreu, domina um paradigma procedimental: a barreira ergue-se quando o “nós” falha o rito (documento e língua). A indesejabilidade não se trata de rejeição do estrangeiro em si, mas do não cumprimento das regras que governam o fluxo. As diferenças entre Freitas e Abreu também coincidem com as mudanças contextuais, em que a China passou de uma sociedade mais controlada para mais aberta entre 1964 e 2013.

3.3. Exótico

Nesta valência, reúnem-se episódios em que o narrador atribui aos interlocutores chineses um olhar que toma o viajante-português como alteridade fascinada ou caricatural. No *corpus*, este tipo de metaimagem é mais frequente em *Toda a China* (60%; 12 segmentos) do que em *A China vence o passado* (40%; 8 segmentos).

Análise textual

Em Freitas (1964), o exotismo tende a ser observado com recato e enquadrado pelo narrador, que realça a rareza de presença de estrangeiros na China. Num barco, o viajante notou a atenção prestada à sua presença pelos passageiros, explicando que “alguns destes rapazes nunca tinham visto um estrangeiro” (p. 50). Outra vez, num comboio, “espalhara-se por todas as carruagens que um estrangeiro viajava no comboio”, levando passageiros “à entrada do meu compartimento”, alguns dos “mais afoitos sorriam-me” (p. 157). Numa visita a uma escola, as crianças tocaram o visitante português “no nariz!”, uma ação resultada do facto de que, conforme

explicou a professora, “nunca viram um estrangeiro!” (p. 92). O toque ingênuo das crianças, deste modo, sugere a aparência do português como marcador visível de diferença na China. Além disso, os chineses presumiam que o viajante português, como todos os “estrangeiros”, tomava chá com açúcar (p. 60, p. 156 e p. 194), um hábito não considerado “chinês”. Por fim, ao comentar sobre os chineses no geral, o viajante-narrador mostra-se consciente da “curiosidade perante o «bárbaro estrangeiro»” (p. 63), utilizando assim as aspas como dispositivos retóricos para se caracterizar a partir do olhar chinês.

Em Abreu (2013a, 2014), o exotismo também está relacionado, nas narrativas, com a rareza de estrangeiros na China. À semelhança de Freitas, Abreu andou de comboio, mas em 1983, chamando à atenção dos passageiros chineses que fizeram “fila para [o] olhar de viés ou observar demoradamente” (2014, p. 173). Numa viagem a Qinghai em 2013, o português observa que, “como de costume, sou o único estrangeiro” (2014, p. 35). Noutra viagem também em 2013, mas na Região Autónoma de Ningxia, o viajante português almoçou com um grupo de nove turistas chineses, especulando que “talvez a única em toda a sua vida [as companhias chinesas], têm um estrangeiro, um europeu à mesa” (2014, p. 152). Ademais, também à semelhança de Freitas, Abreu falou sobre o próprio nariz, mas num registo de autoironia: “[...] uma ou outra dentada das ratazanas, entusiasmadas com a descoberta de um estrangeiro, de nariz comprido” (2014, p. 57).

Em comparação com Freitas, o exotismo nas narrativas de Abreu é mais frequentemente acentuado pelo próprio narrador, com autoironia. Num contexto familiar, a sogra chinesa de Abreu “tratou sempre bem este exótico estrangeiro que lhe entrou em casa para lhe levar uma filha” (2013a, p. 91), uma formulação que encena, com humor, a alteridade íntima (o estrangeiro no seio da família) e condensa as tensões entre proximidade afetiva e diferença cultural. Em registos de viagem, multiplicam-se rótulos e equívocos, o narrador considera-se:

- “das estranhíssimas terras do Extremo Ocidente” (2013a, p. 181);
- “uma obtusa pessoa saída das profundezas de um qualquer inferno ou paraíso estrangeiro situado lá para as bandas do Extremo Ocidente” (2013a, p. 246);
- “o estranho *waiquoren* [estrangeiro], o feio estrangeiro, o português que provisoriamente lhes invadiu a pacatez da cidade [de Chengde]” (2013a, p. 331);
- “o exótico ocidental solitário pelas quebras recônditas do império” (2014, p. 35);
- “um confuso e exótico Extremo Ocidente” (2014, p. 147);
- “mais do que diferente, um obtuso filho das paragens do outro lado do mundo” (2014, p. 152);

- “este filho de um demónio qualquer nascido lá nas bandas do Ocidente” com “quanto exotismo e estranheza no rosto, na roupa, na fala, nos modos do homem de Portugal” (2014, p. 173);
- “rigorosamente um estrangeiro mais do que estranho” (2014, p. 199).

Partindo de um tom irónico, a autoexotização de Abreu constitui uma projecção que constrói ou reconstrói o olhar chinês sobre ele enquanto português, europeu, ocidental ou estrangeiro.

Análise contextual

Em Freitas (1964), o exotismo é filtrado por explicações que estabilizam o sentido a partir das condições sociais, tal como formula o intérprete Choi: “O estrangeiro viaja pouco de comboio [...] Seguem aqui pessoas das aldeias mais afastadas” (p. 157). Em vez de fazer do exotismo uma festa, o texto enquadra-o como efeito sociológico de escassez de contacto intercultural e, assim, neutraliza o potencial de desconforto, tal como diz o narrador: “Efectivamente, não encontrei nos curiosos passageiros qualquer sintoma de xenofobia” (p. 157). O repórter português afirma a existência de curiosidade mas não de hostilidade. Isto está explicitamente ligado pelo narrador à governança do Partido Comunista Chinês desde 1949: “A reabilitação chinesa deu a esta gente um sentido de segurança que ontem não tinha [perante o «bárbaro estrangeiro»]” (p. 63).

Em Abreu, o exotismo costuma ser expresso por uma voz local presumida pelo narrador, que utiliza adjetivos pejorativos para se caracterizar (“feio”, “confuso” e “obtusos”). A autoironia dirige-se retoricamente para a construção ou reconstrução do olhar chinês. Uma vez que Abreu viajou mais pelos espaços públicos e interiores, rurais ou periféricos – lugares onde o contacto com ocidentais é mais esporádico –, isto talvez seja uma razão pela qual há mais instâncias de (auto) exotização do que nos relatos de Freitas, que visitou mais as instituições nos espaços urbanos.

Análise intertextual

Postas lado a lado, as narrativas dos dois viajantes partilham o núcleo da valência – a raridade e visibilidade da aparência ocidental na China –, mas divergem quanto à sua forma narrativa. Em Freitas, a exotização é observada e normalizada: as cenas realçam a curiosidade sem dramatização, incorporando justificações do olhar chinês (geografia, hábitos e circulação limitada de estrangeiros). Em Abreu, a exotização é dramatizada pelo próprio narrador, acentuando, por vezes, uma autocaricatura que reforça a presença do viajante português enquanto única e distintiva.

3.4. *Português, povo periférico*

No *corpus*, encontram-se 26% (20 segmentos) de todas as 76 segmentos codificados em que o “Nós” é identificado como português. O número pode parecer reduzido, considerando que os dois viajantes em questão são portugueses. Neste contexto, na presente subsecção reúnem-se episódios em que o narrador projeta um olhar chinês que não reconhece, desloca ou dilui Portugal e os portugueses no mapa mental.

Análise textual

Em Freitas (1964), a periferia portuguesa aparece subtilmente materializada na sua curadoria do mundo chinês. Ao esperar numa sala para passar a fronteira entre Macau e a China, o narrador observa que há na mesa “dezenas de revistas, folhetos, livros e ilustrações em inglês, francês, russo e espanhol” (p. 47). Embora a ausência de português não seja problematizada nesta cena, é natural, do ponto de vista português, perguntar onde estão os materiais em português, tendo em conta que se encontra na fronteira entre Macau e a China. Uma semelhante situação aconteceu quando o visitante português estava numa livraria em Pequim, encontrando livros em inglês, francês e espanhol, mas não em português (p. 102). A única vez que o narrador explicitamente comenta a ausência de língua portuguesa foi numa visita a uma biblioteca na Escola do Magistério Secundário de Pequim (provavelmente a universidade hoje conhecida como Capital Normal University). Os chefes garantiram que há “um milhão e seiscentos mil volumes, «escritos em todas as línguas do mundo»”; porém, os chefes e o viajante descobriram que “só lá existem dois dicionários de português-inglês e inglês-português!”, uma “desolação para os chineses e para mim” (p. 299).

Comparado com Freitas, Abreu (2013a, 2014) repetidamente presume ou enfatiza que os chineses nunca ouviram falar de Portugal ou não sabem onde é Portugal:

- em 1983, “os camponeses chineses do comboio, em 1983, ignoravam existir [Portugal], mas que eu expliquei ficar no Sul da Europa” (2014, p. 173);
- em 2009, ao fotografar atores da ópera chinesa na rua da cidade de Yangzhou, tenta explicar-lhes “nem sempre com sucesso, que o meu país era Putaoya, Portugal ali ao lado de Xibanya, Espanha, na Europa” (2013a, p. 246);
- em 2013, fora de um mosteiro de Xining, na província de Qinghai, o viajante português, mal reconhecido por um grupo de crianças como “americano”, explicou que era “europeu”, mas não “português”, “porque de certeza as crianças não associariam o topónimo [de Portugal] ao nome de algum dos poucos países estrangeiros que conhecem” (2014, p. 30);

- ao andar no comboio também em 2013, a caminho de Baotou (Mongólia Interior) para Yinchuan (capital de Ningxia), o viajante português, para explicar aos companheiros chineses de onde vem, “patrioticamente a desdobrar[ou]-me na resposta, com os chavões do costume, até porque muitas destas pessoas não fazem a mínima ideia do que é e onde fica Portugal” (2014, p. 147);
- ao falar com os estudantes da Universidade de Yinchuan, em 2013, o viajante português sentiu-se também da necessidade de localizar Portugal, “um país pequeno ao lado da Espanha, da França, da Itália, no Sul da Europa” (2014, p. 163).

Resumindo, nos relatos de Abreu, supõe-se frequentemente que chineses de perfis e períodos distintos não sabem o que é Portugal ou onde este país fica.

Análise contextual

Em Freitas (1964), as ocorrências situam-se em instituições oficiais, onde o português costuma ser recebido enquanto representante do seu povo. No entanto, vários excertos categorizados em “Forasteiro bem acolhido”, da subsecção 3.1, implicam que, na verdade, os governadores e chefes chineses não têm muito que dizer sobre o povo português:

- “temos notícia de que o povo português é igualmente bom e amigo” (p. 59);
- “não esqueça as nossas saudações para o seu povo um povo amigo e distante...” (p. 150);
- “temos poucas novidades do povo português, mas sabemos que é um bom povo, amigo do povo da China” (p. 176);

Os discursos elogiosos recorrem a adjetivos vagos, “bom” e “amigo”; acresce que um governador confirma que se ouvia pouco sobre Portugal na China. Na verdade, numa ocasião em que uma funcionária dos caminhos-de-ferro se orgulhava do comboio totalmente feito na China, o viajante português, ao ser interpelado, supôs ter sido confundido com um “russo” (pp. 205-6). Esta reação pode relacionar-se com o clima da cisão sino-soviética: em 1960, a URSS retirou abruptamente os seus técnicos da China, e as polémicas ideológicas de 1963-1964 tornaram públicas.

Em comparação, Abreu (2013a, 2014), que relata mais cenas no espaço público, reitera que os chineses – crianças, camponeses, estudantes universitários, etc. – não conhecem o país ou não fazem a mínima ideia de onde este é, desde os anos 1980 até 2013. À semelhança de Freitas, Abreu também foi, em 2013, mal

reconhecido como pertencente a outro povo – não russo, mas americano – por um grupo de crianças (2014, p. 30). Isto sugere, de certo modo, que, pela sua aparência, um português pode ser tomado por russo nos anos 1960 e por americano na última década, na China.

Análise intertextual

Lado a lado, os dois autores convergem na constatação de que os chineses desconhecem Portugal, mas divergem na modalidade da sua (re)construção narrativa. Em Freitas, a periferia é subtil e material, inserida sobretudo nas descrições de cenários (inexistência de livros portugueses) e também implicada nos cumprimentos diplomáticos dos governadores chineses (português enquanto um povo “bom”, “amigo” e “distante”). Em Abreu, a periferia do povo português no olhar chinês é presumida pelo narrador, que reitera o desconhecimento de Portugal na China.

3.5. Avançado

Por último, nesta valência, reúnem-se três segmentos em que o narrador de Freitas (1964) – mas não o de Abreu (2013a, 2014) – projeta um olhar chinês que reconhece implicitamente no visitante uma disposição moderna ou progressiva.

Análise textual

Num barco, um chinês aproxima-se do viajante português para “olhar fixamente” o seu relógio não por causa do relógio em si, que o chinês “possui outro idêntico”, mas de “o ponteiro dos minutos estar colocado ao centro do mostrador” (Freitas, 1964, p. 51). O narrador não aprofunda muito a razão, mas a descrição retórica sugere que o ponteiro do relógio do viajante é de uma tecnologia mais recente do que o chinês desconhecia. Noutro passo, um chefe de uma fábrica afirma que “os vencimentos, todos nós concordamos, são ainda baixos e o nível de vida do operário na China não pode comparar-se com o dos seus camaradas de certos países da Europa” (p. 193). Terminada a visita à fábrica, o mesmo chefe pediu “críticas” ao visitante português (p. 194). O enredo implica tanto que o chinês estava a ser humilde como que o mesmo olhava o português enquanto pertencente a uma sociedade com tecnologia mais avançada.

Análise contextual

Enquanto o primeiro excerto ocorre num espaço cívico em relação a um chinês, passageiro de barco, e os outros dois, em ambientes institucionais, sob a voz de autoridade. Desta forma, sugere-se que em ambos os contextos o viajante foi visto como pertencente a um país mais avançado. Porém, nenhum destes momentos menciona explicitamente que os interlocutores chineses sabem que o viajante vem

de Portugal. Desta forma, a imagem de “avançado” talvez não seja atribuída tanto à identidade portuguesa, mas à identidade europeia ou ocidental.

Por outro lado, não se identifica em Abreu (2013a, 2014) nenhum momento em que o viajante português é posicionado ou se posiciona como mais avançado em relação aos chineses. Ao contrário, o narrador menciona várias vezes o desenvolvimento rápido da sociedade chinesa, destacando, por exemplo, o “modo como se vivia nas cidades chinesas nos anos de 1978, 1988, 1998 e 2008, sempre com enormes saltos positivos na qualidade de vida dos cidadãos” (2013a, p. 99).

Análise intertextual

Enquanto Freitas (1964) navegava ainda na década de 1960, em que o viajante era implicado como originário de um povo mais avançado do que os chineses, Abreu (2013a, 2014) não apresenta nenhuma equivalência, provavelmente porque já se trata de um período mais recente, em que o foco das narrativas relativas à modernidade reside no desenvolvimento urbano da China.

Conclusão

Para estudar a construção de metaimagem (a projeção de como supomos que o Outro nos vê a nível nacional) em *A China vence o passado* e em *Toda a China*, o presente estudo combinou métodos manuais e digitais para ler, recolher e codificar segmentos elegíveis. Assim, foram identificados 76 segmentos (70% em Freitas; 30% em Abreu), anotados e organizados em cinco tipos de metaimagens e outras variáveis contextuais de construção imagética (categorias, definições e dados quantitativos na Tabela 1). Este *corpus*, por fim, foi submetido à análise imagológica – textual, contextual e intertextual – centrada nos cinco tipos de metaimagem. O objetivo principal não foi explorar e descrever o olhar chinês sobre portugueses, mas sim a sua (re)construção discursiva realizada pelos dois viajantes-autores.

Quanto à primeira questão de investigação sobre (i) que tipos de metaimagem existem, foram identificadas, definidas e exemplificadas cinco valências: “forasteiro bem acolhido”, “indesejável”, “exótico”, “português, povo periférico” e “avançado”. Em relação à segunda questão sobre (ii) como as metaimagens são construídas, ambos os narradores oferecem as próprias observações ou reflexões ou utilizam discursos diretos ou indiretos para atribuir palavras a uma voz chinesa, real ou presumida. Estas podem ser um ou vários chineses que representam a população, autoridades ou serviços, tanto nos espaços públicos, institucionais e cívico-comerciais. O viajante é tratado como português, europeu, ocidental ou estrangeiro na China; acontece que é mal reconhecido como russo (em Freitas) ou americano (em Abreu).

Isto leva-nos à última questão sobre (iii) que semelhanças e diferenças emergem entre os relatos dos dois viajantes. Freitas oferece narrativas sobretudo ocorridas em instituições e pela voz de autoridades, com maior presença de discurso direto ou indireto, compondo ocorrências residuais de europeu ou ocidental enquanto “avançado” (apenas em Freitas) e duas valências dominantes – “forasteiro bem acolhido” e “indesejável”. A contradição entre estas duas categorias pode ser explicada, conforme mostra Freitas, pelas condições de viagem e pela história da China: por um lado, as suas visitas na China são sempre coreografadas pelas autoridades, que tomam uma posição diplomática para o receber bem; por outro, Freitas associa várias vezes à recusa ou antipatia dos chineses à invasão dos poderes ocidentais no passado. Por seu turno, Abreu projeta um olhar mais quotidiano, centrado no espaço público e na população vulgar, com autoironia do narrador e maior peso das valências “exótico” e “português, povo periférico”. Apesar destas diferenças e dos contextos históricos distintos, os dois viajantes registam igualmente a visibilidade e raridade dos estrangeiros na China, construindo um olhar chinês que acolhe, rejeita, exotiza e/ou desconhece o povo português, europeu ou ocidental.

Por conseguinte, os resultados do presente estudo contribuem para uma melhor compreensão da construção de metaimagem na literatura portuguesa de viagens à China. Em termos de imagologia, este caso sino-português oferece um exemplo distintivo de metaimagem, em que não se destaca pelo antagonismo, o que contrasta com as metaimagens estudadas em outros pares culturais (Leerssen, 2016; Millas, 2009). Embora o *corpus* seja restrito apenas aos relatos de dois viajantes, a metodologia delineada no presente trabalho constitui um ponto de partida para futuras investigações que incluirão mais títulos, talvez de diferentes períodos de tempo, para assim detetar e desconstruir padrões diacrónicos ou sincrónicos de metaimagem com maior robustez.

Referências

- Abreu, A. G. de. (2013a). *Toda a China* (Vol. I): Descobrir, desvendar, entender o mundo chinês. Lisboa, Portugal: Guerra & Paz.
- Abreu, A. G. de. (2013b). *António Graça de Abreu, é Toda a China, é TVI 24* [Vídeo]. YouTube. Consultado em https://www.youtube.com/watch?v=8w_ujW2tUDE
- Abreu, A. G. de. (2014). *Toda a China* (Vol. II): Descobrir, desvendar, entender o mundo chinês. Lisboa, Portugal: Guerra & Paz.
- Almoço de homenagem a Amadeu de Freitas, redactor principal de *O Século*. (1924, Março 15). *Ilustração Portuguesa*, 943, 337. Consultado em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1924/Marco/N943/N943_master/IlustPort1924N943.pdf
- Aresta, A. (2021, 27 de agosto). José de Freitas: Um jornalista na China. *Jornal Tribuna de Macau*. Consultado em <https://jtm.com.mo/opiniao/jose-de-freitas-um-jornalista-na-china/>

- Caeiro, A. (2016). *Peregrinação vermelha*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- Cardina, M. (2010). *Margem de certa maneira: O maoísmo em Portugal: 1964–1974* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra].
- Castanheira, M. Z. (2011). Troca de olhares entre Portugal e a Inglaterra na literatura de viagens da segunda metade do século XIX: Lady Jackson e Eduardo Coelho. *Dedalus – Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, 14/15, 391–408.
- Freitas, A. de. (1923). *Correspondência de Amadeu de Freitas (director de O Século)* (PT-AHS-ICS-PQ-CP-083). Arquivo de História Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Consultado em <https://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/correspondencia-de-amadeu-de-freitas-director-de-o-seculo>
- Freitas, J. de. (1964). *A China vence o passado*. Edições Cosmos.
- Leerssen, J. T. (2016). Imagology: On using ethnicity to make sense of the world. *Iberic@l: Revue d'études Ibériques et Ibéro-Américaines*, 10, 13–31.
- Lopes, M. dos S. (2015). *Identidade em Viagem. Para uma História da Cultura Portuguesa*. Lisboa, Portugal: UCP Editora.
- Marques, A. H. de O. (1981). *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.
- Millas, H. (2009). Perceptions of Conflict: Greeks and Turks in each other's mirrors. In O. Anastasakis, K. Nicolaïdis, & K. Öktem (Eds.), *The long shadow of Europe: Greeks and Turks in the era of postnationalism* (pp. 95–114). Leiden, Países Baixos: Brill.
- Pinto, A. (Director). (2014). *Toda a China* [Televisão]. Lisboa, Portugal: RTP. Consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/toda-a-china/>
- Pinto, F. M. (2023). *Peregrinação*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim. (Obra original publicada em 1614)
- Rebello, L. F. (1984). *100 anos de teatro português (1880–1980)*. Lisboa, Portugal: Brasília Editora.
- Wang, J. (2023). *Viajantes Lusófonos na China: Questões culturais na Literatura de Viagem a partir de Maria Ondina Braga e António Graça de Abreu* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Yao, J. M. (2021). Traduzindo a China literária. *Rotas a Oriente. Revista de Estudos Sino-Portugueses*, 1, 199–214. doi:10.34624/RO.V0I1.26205

Data de receção: 1/11/2025

Data de aprovação: 27/1/2026

From screen to reality: deconstructing the representations of chinese immigrants in Angolan film *Nossa Senhora da Loja do Chinês* (2022)

Wang Xin

Universidade de Lisboa, Portugal
Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Peilin YU

Universidade de Coimbra, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.117-141>

Resumo

Com base num enquadramento teórico e metodológico que combina a teoria pós-colonial, em particular os estudos distópicos, urbanos e migratórios, com a análise visual, este artigo examina a representação dos imigrantes chineses em Luanda no filme angolano *Nossa Senhora da Loja do Chinês* (2022). Ao analisar as principais representações visuais do filme, destaca-se como este retrata os pequenos comerciantes chineses como uma presença hegemónica, orientada pelo lucro e socialmente distante, ao mesmo tempo que ignora os múltiplos motivos socioculturais que moldam a experiência chinesa em Angola, produzindo assim uma leitura estereotipada e simplificada do complexo processo socio-histórico da migração chinesa no país. Em última instância, este artigo sublinha a complexidade da sociedade angolana pós-guerra e pós-colonial, e apela a uma abordagem mais crítica face às diversas presenças e subjetividades que compõem o seu tecido social, promovendo, deste modo, uma compreensão mútua entre a sociedade angolana e as suas populações imigrantes.

Palavras-chave: Cinema pós-colonial; Imigrantes chineses em Angola; Representações culturais; Estudos urbanos; Análise visual

Abstract

Drawing on a theoretical and methodological framework that combines postcolonial theory, particularly dystopian, urban, and migration studies, with visual analysis, this article examines the representations of Chinese immigrants in Luanda in the Angolan film *Nossa Senhora da Loja do Chinês* (2022). By analyzing key visual motifs from the film, it highlights how the film depicts small Chinese traders as a hegemonic, profit-driven, and socially detached presence, while overlooking the multiple motives and sociocultural logics shaping the Chinese experience in Angola, thus producing a stereotypical and simplified reading of the dynamics and the complex socio-historical process of Chinese migration in Angola. Ultimately, it underscores the complexity of post-war and postcolonial Angolan society and calls for a more critical approach to the diverse presences and subjectivities composing its social fabric, thereby fostering mutual understanding between Angolan society and its immigrant populations.

Keywords: Postcolonial cinema; Chinese immigrants in Angola; Cultural representations; Urban studies; Visual analysis

Introduction

In recent years, the growing visibility of Chinese migration across the African continent has become a site of intense academic and artistic interest. Anthropologists, filmmakers, and journalists alike have attempted to render legible the shifting dynamics of south–south mobility, particularly as Chinese traders, laborers, and professional elites weave themselves into postcolonial and globalized African economies (Castillo, 2020).

The Chinese official narrative, which actively cultivates a “techno-utopian” image to legitimize its presence, such as, state-sponsored documentaries *Faces of Africa* (CCTV/CGTN), the camera often adopts a panoramic, aerial perspective, focusing on the spectacle of infrastructure (Gagliardone, 2013). Although Western documentaries such as *Empire of Dust* (Van Paesschen, 2011) or *When China Met Africa* (Francis & Francis, 2010) move beyond the simple debate about Chinese presence in Africa, they often remain fixated on the cultural gap, producing commensal embarrassment (Driessen, 2019), a visual record of proximity without intimacy.

Crucially, the emergence of African gazes disrupts these perspectives. What resonates across different African cinematic engagements is a shared postcolonial impulse: the refusal to be passive spectators of globalization and the attempt to make the “Chinese presence” legible within local epistemologies and everyday realities (Sautman & Yan, 2009). Works such as Yara Costa’s *Why Are They Here? Chinese Stories in Africa* (2011) exemplify a “realist” mode of engagement, which shows the Chinese migrant not as a geopolitical abstract, but as a banal, accessible figure embedded in the everyday local marketplace. In contrast, *Nossa Senhora da Loja do Chinês* (EN: “Our Lady of the Chinese Shop”) (Claver, 2022) rather than documenting the everyday lives, they use the “Chinese figure” as a narrative device to reflect the “nightmarish present” — a landscape where foreign capital is hyper-visible but socially inaccessible (Ferguson, 2006). As the following section explores this aesthetic choice transforms the Chinese community from a group of migrants into an omnipresent, allegorical force. Moreover, this especially allows *Nossa Senhora da Loja do Chinês* to explore the distortions of power, faith, and visibility in Luanda through the haunting poetics of a dystopian present, the similar formalistic expression also adopted by another Angolan film *Ar Condicionado* (EN: “Air Conditioner”) (Fradique, 2020).

The presence of the Chinese community within a dystopian narrative

The Angolan film production collective Geração 80 (the same cinematographic company of *Ar Condicionado*) released, in 2022, the film *Nossa Senhora da Loja do Chinês*, which, through an explicitly dystopian aesthetic, explores and reveals

the multiple layers of social reality in the Angolan capital. Weaving a retrospective and chapter-fragmented narrative, the film stages a series of characters and stories whose point of intersection is an element that manifests itself omnipresently throughout the work: the Chinese man.

The plot presents a network of social disorder and individual disturbance triggered by a religious and commercialized carnival, led by a Chinese shop owner who sells, in the name of redemption and hope, a small statue of Our Lady. This commodity becomes the center of a collective obsession, plunging the local population into a fanatical blindness in pursuit of the object. Accompanied by the voice-over narration of the Chinese merchant, Zhang Wei who, while reciting a long poem, observes the daily life of Luandans with an attitude that is at once indifferent and condescending — the film seeks to represent the diffuse impact of China, both commercially and culturally, on the contemporary society of Luanda and, metonymically, of the entire country.

It is therefore not difficult to understand the choice of dystopian expression as a means of reflecting on social reality. In contemporary Angolan cinema, dystopia, unlike its traditional literary application, which projects the future, manifests itself through the fantastic dimension of the sociopolitical present (Secco, 2021; Pinto, 2022). This dystopian imagination of the present is not exclusive to Angola but shared by many other African contexts, being, in fact, a common consequence of the post-World War II period (with the processes of independence and democratization), the post-civil-war era (with proxy conflicts), and the age of globalization (marked by Africa's precarious position within the global neoliberal order that perpetuates coloniality and inequality) (Ferguson, 2006; Ferreira, 2015). It thus becomes urgent to adopt a decolonial perspective among contemporary African intellectuals and artists, in order to understand and constantly remember that the social realities of their countries derive from a succession of historical events of oppression, colonization, exploitation, and appropriation of African peoples and territories. It is precisely from this perspective that the Angolan film under analysis seeks to reveal the distortions produced by the presence of a foreign power in Angolan society.

However, while denouncing, in a dystopian manner, the negative effects of China's strong presence in Angola, the film ends up reproducing problematic representations of Chinese immigrants in Luanda, turning the figure of a small shopkeeper into an allegory of a powerful and manipulative "China". The film's director, Ery Claver, openly acknowledges this intention in an interview:

Besides, the choice also comes from the situation we are currently living in. We already have a city greatly altered by Chinese customs, commercially speaking. The construction works are led by Chinese people, and on the streets you can already see signs written in Chinese. Basically, they understand both Chinese and Portuguese, but we don't. (Claver, 2022; Origins in Portuguese; Translated by ourselves)

In order to embody this fictional allegory, one of the most distinctive aspects of the film's dystopian narrative lies in its sound *dispositif*, deliberately and emphatically characterized by the voice-over narration of the character Zhang Wei. This voice appears in almost all settings, describing and commenting on the behaviors and even the inner worlds of other characters from a position that is simultaneously omnipresent, distant, and marginal. It is crucial to emphasize the use of this technique, insofar as voice-over has been widely employed in documentary cinema, where it functions as a commentator in the form of a "disembodied voice" that, by being presented outside the space of the diegesis, is endowed with a certain "authority and power of the possession of knowledge" as well as a "privileged activity of interpretation" (Doane, 1980, p. 42). Meanwhile, Sarah Kozloff (1989) points out that, beginning with the French filmmakers of the *Nouvelle Vague*, the use of voice-over becomes increasingly common in fictional cinema, tending to integrate rather than separate this particular voice into the fabric of films, thereby encouraging diverse audience responses. According to Kozloff, these practices are primarily concentrated in forms such as literary adaptation, the imitation of *film noir*, and metafictional documentary (Kozloff, 1989, p. 42).

Against this backdrop, the importance of Zhang Wei's voice-over in the film becomes evident, particularly when examining the metaphorization of Chinese power toward which the narrative gravitates (see the following section "Who is Zhang Wei?"). The partial integration of this figure who simultaneously occupies the roles of character, narrator, and commentator, while reinforcing the supposed objectivity of his discourse and the omnipotence of his knowledge, ultimately dehumanizes and instrumentalizes his diegetic presence. The narration, sophisticatedly crafted, serves primarily a commentator function, at the expense of any sensory or affective construction of the character.

Saying that, Zhang Wei's so-called interiority is effectively predefined by his narrational commentary on Luanda's contemporary reality, without revealing any sensorial engagement with either the world or himself. The character's immunity and artificiality are therefore unveiled by the very insertion of the voice-over, becoming one of the fundamental characteristics of the film's dystopian diegesis. Yet it is precisely this sonic construction that exposes the illusory impartiality of Zhang Wei's allegorical invention and, by extension, of the Chinese community he is made to represent.

By endowing Zhang Wei with this all-seeing, detached perspective, the film inadvertently reproduces the very inequalities it seeks to critique: the asymmetry between those who are represented and those who are made to signify. What emerges is a paradoxical construction: the ordinary Chinese trader is framed as both a marginal outsider and an omnipotent observer, a cinematic condensation

that collapses multiple social positions into a single, enigmatic image, without considering the migratory process, models, and pathways of this group. Besides, the apparent “invasion” of Chinese elements, demonstrated by the film, constitutes a complex and intersectional phenomenon, which requires a more cautious and reflective reading. Therefore, the representations of Chinese migration and the meanings attributed to them should be analyzed not only through the lens of postcolonial and decolonial critique but also by considering the concrete sociocultural dynamics that shape Sino-Angolan relations in contemporary times.

An overview of Chinese migration to Angola

Existing research on the waves of Chinese migration to Angola indicates that this community is primarily composed of entrepreneurs, traders, and manual laborers who, rather than seeking long-term settlement, generally approach their sojourns with a transient mindset, embodying what might be termed “economic migratory birds”(Alves, 2013; Omoruyi, 2022; Brautigam, Tang, & Xia, 2018). Their intention to remain is typically low, a sharp contrast to those Chinese migrants who relocate to developed countries in Europe or North America (Jura et al., 2024). The latter are often members of China’s educated or professional elite, or individuals who already possess kinship ties in the host societies, and they tend to actively pursue rootedness and social integration within local mainstream environments.

A crucial turning point in the Sino-Angolan relationship came on March 2, 2004, when the two countries concluded a comprehensive “oil-for-loans” framework agreement. Between 2001 and 2006, international oil prices surged from twenty-six to sixty-six dollars per barrel, and Angola’s daily crude output nearly doubled from 740,000 to 1.5 million barrels (Alves, 2013). As enormous oil revenues combined with Chinese credit flooded the Angolan economy, the country entered a period of rapid reconstruction and double-digit GDP growth (Begu et al., 2018). Within this climate of postwar opportunity, the number of Chinese migrants grew exponentially. Nevertheless, large-scale Chinese migration to Angola is relatively recent. If calculated from the end of the civil war in 2002, it spans just over two decades, and its trajectory can be roughly divided into three phases: a prolonged period of minimal presence before 2002, a rapid surge between 2002 and 2014, and a significant outflow since 2014 (Mei-ting Schmitz, 2018a). Prior to 2002, the Chinese community in Angola numbered only between 200 and 500 people, mostly concentrated in Luanda and engaged in small-scale trade (Mei-ting Schmitz, 2018b). By the early 2000s, a few dozen Chinese merchants operated two multinational companies and three trading firms. The end of the civil war

and the ensuing reconstruction created massive demand for hardware, building materials, and consumer goods, all of which had to be imported (Schmitz, 2014). Chinese products, inexpensive yet reliable, quickly captured the market, and their prices in Angola were often five to ten times higher than in China.

From 2004 onward, under the impetus of the “Angola Model” (Jureńczyk, 2020) Chinese state-owned enterprises spearheaded migration flows, bringing in engineers and construction workers who were soon followed by independent entrepreneurs and traders. Between 2004 and 2007, the Chinese population in Angola expanded from fewer than 2,500 to over 40,000, with 50,000 visas reportedly issued in 2008 alone (Brautigam, Tang, & Xia, 2018). However, after mid-2014, the sharp decline in global oil prices plunged Angola into its worst economic crisis since the end of the war, prompting large numbers of Chinese migrants to leave; by 2019, only 60,000 to 80,000 remained (IOM, 2019).

The migratory pattern of Chinese newcomers to Angola resembles a “flying-geese” formation: state-owned enterprises and their employees act as the leading cohort, paving the way for investment-oriented migrants who expand along industrial chains, followed in turn by small-scale traders who constitute the tail of the migratory formation (Omoruyi, 2022). This layered process reflects how economic structures, state strategies, and individual aspirations intertwine to produce a distinctive form of South–South mobility, one that links postwar reconstruction, global labor circulation, and the moral economies of migration.

The historical interactions between China and Angola should not be reduced to a grand narrative of state diplomacy or economic exchange; rather, they must be understood as an evolving process of social encounters that traverse multiple historical layers, such as colonialism, the Cold War, and globalization within which diverse actors, from state institutions and aid experts to labor migrants and itinerant individuals, continuously reshape the boundaries of culture and modes of mutual recognition (Castillo, 2020). Although these relations can be traced back to the mid-twentieth century, when China expressed solidarity with African liberation movements, their reconfiguration in the post-Cold War and early twenty-first-century “Going Out” era imbued them with new meanings, combining ideological continuities with the pragmatic logic of global capitalism. Particularly after the end of Angola’s civil war, when reconstruction projects opened vast opportunities for foreign participation, Chinese state-owned companies, private companies, engineers, translators, entrepreneurs, and workers entered Angola (Schmitz, 2014). In practice, the lived experiences of these engagements often unfolded in far more ambiguous and multilayered ways than official discourse might suggest.

The social encounters between Chinese and Angolan actors occur not only on the macro level of national infrastructure projects but also within the micro-spaces of everyday life like the film showed, such as on construction sites, in markets, and within shared neighborhoods where differences in language, diet, religion, and work ethics are constantly negotiated, translated, and occasionally misinterpreted. It is in these seemingly mundane yet tension-filled domains of interaction that the categories of “China” and “Angola” are repeatedly re-imagined and re-signified (Mei-ting Schmitz, 2018). For many Chinese immigration, Angola represents both a distant site of opportunity and a place of hardship and risk, a landscape where they must continually redefine notions of home, belonging, and mobility. Conversely, in Angolan public discourse and personal narratives, the Chinese presence evokes a mixture of admiration and ambivalence: it embodies the promise of modernization and infrastructure, while simultaneously provoking reflection on dependency, sovereignty, and the meanings of postcolonial development.

Moreover, the China–Angola relationship should not be viewed merely as a one-directional flow of capital, labor, or technology, but as a complex process of cultural embedding and social reconfiguration that exposes the fragility and creativity of human encounters in the Global South. In this sense, the film itself offers a meaningful perspective through which to critically rethink the plural trajectories of globalization and the relations between China and Africa.

Taking into account the dystopian narrative that the film constructs to outline the multiple dimensions of Angola’s social reality, and through an analysis of the history of Chinese immigration in the country, this article seeks to examine how the cinematic representations in *Nossa Senhora da Loja do Chinês* are essential for understanding certain aspects of contemporary Angola, reflected and problematized through an internal gaze, on the one hand; and, on the other, it aims to reveal the symbolic images of the Chinese presence in Angola, expressed in the film through an imaginative and hyperbolic narrative about the power of Chinese immigrants in Africa.

Drawing on approaches from visual analysis, postcolonial theory, urban studies and migration studies, it argues that *Nossa Senhora da Loja do Chinês* exemplifies how aesthetic forms can reproduce global hierarchies of class and perception under the guise of allegory. By critically reading the film’s visual grammar alongside empirical knowledge of Chinese migratory trajectories in Angola, the analysis exposes how seemingly benign artistic choices such as language, gesture, framing, can become sites of cultural misrecognition. Moreover, this paper contends that recognizing such representational asymmetries is not merely a matter of correcting images, but of reclaiming ethnographic specificity in the study of Chinese mobility, visibility, and belonging in postcolonial Africa.

Who is Zhang Wei?

Nossa Senhora da Loja do Chinês presents a fertile site for examining how cinematic representations participate in the construction and recognition of Chinese migrant identities in postcolonial Angola. The film, often praised for its experimental engagement with globalization and modernity, reproduces a series of visual and narrative tropes that obscure the classed, linguistic, and regional diversity of Chinese migration to Africa. Central to this dynamic is the character of Zhang Wei, whose portrayal encapsulates a complex entanglement of ethnographic authenticity and cinematic stereotyping.

In the film, Zhang Wei is portrayed as a small-scale shop owner who navigates the fragmented social and spatial landscapes of Luanda, simultaneously distant and ever-present, his perspective framed as if he were observing the city from a position slightly above its everyday rhythms. Interestingly, we, as the Chinese audience, when we first watched the movie, did not really understand the “Mandarin” spoken by Zhang Wei, even though the film introduction, as shown in Figure 1, describes the languages as Portuguese and Mandarin. However, we realized the language spoken by Zhang Wei is actually not Mandarin, but a very specific Chinese dialect originating from the southwestern region of China.

Figure 1. The introduction of *Nossa Senhora da Loja do Chinês*



Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 11/09/2025

Why is the distinction between Mandarin and a specific Chinese dialogue spoken by Zhang Wei so important in this case? Language, particularly Mandarin and regional Chinese dialects, plays a crucial role in understanding the social and cultural positioning of the character Zhangwei within the film. Mandarin, as the standardized national language of China and the linguistic foundation derived from the Beijing dialect, not only functions as a medium of communication but also serves as a social marker that reflects an individual's educational attainment and class background. The ability or inability to speak

Mandarin fluently often signifies one's level of formal education, exposure to urban cultural norms, and proximity to the center of linguistic authority in China. In contrast, the use of regional dialects, such as those from Yunnan, Guizhou, or Sichuan, reveals much more localized social origins and provides important clues about a speaker's sending area, which is to say the specific province or community from which the migrant comes. This representation here, already, immediately destabilizes any assumption that he represents the archetypal "Chinese" figure. Unlike the Mandarin speaking professionals who dominate official discourses of China's presence abroad, Zhang Wei speaks a dialect from the Yunnan–Guizhou–Sichuan region, revealing both his working-class background and the specific *sending area* from which much of Angola's petty-trading Chinese population originates. This linguistic choice is far from incidental: it encodes social position, education level, and migratory pathway (Niu, et al., 2024). It marks him not as a transnational elite or an emissary of state capital, but as one of the countless economic sojourners whose daily lives are organized around shipment, bargaining, and survival in the informal economies like the business setting of "Loja do Chinês".

Nevertheless, the film transforms this trader into a quasi-metaphysical observer, a silent, cigarette-smoking figure whose presence seems detached from the materiality of work and commerce that structures the lives of most Chinese in Angola. In the film, the act of smoking repeatedly accompanies Zhang Wei's appearances, becoming an integral element of his cinematic portrayal.

Figure 2. The smoking moment of Zhang Wei



Figure 3. The smoking moment of ZhangWei

Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 12/10/2025

Whether sitting inside of his shop, or lingering at a street corner, the camera often captures him lighting a cigarette and slowly exhaling smoke. This recurring gesture serves not only as a visual motif but also as a reinforcement of a familiar stereotype which is the perception that Chinese men, particularly those from the working class or small business backgrounds, are habitual smokers. Through this seemingly ordinary act, the film constructs an image of cultural otherness, using a mundane behavior to signify broader assumptions about character and identity. In the social reality of China, smoking carries far more complex connotations. It functions as a form of social etiquette, a medium of male bonding, and even a subtle expression of class and status (Yao, et al., 2009). Through reducing this multifaceted practice to a symbolic shorthand for “the Chinese man,” the film simplifies a deeply embedded cultural behavior, transforming it into a repetitive visual code rather than a reflection of lived experience. His recurring gestures, particularly the habitual act of smoking, become cinematic shorthand for alienation, moral detachment, and masculine endurance. In transforming a shopkeeper into a contemplative, godlike observer of Angolan society, the film displaces the specificity of his class and labor condition, situating him instead in a position of symbolic omniscience.

This narrative strategy, while visually compelling, is anthropologically troubling. By granting a working-class trader a “God’s-eye view,” the film

inadvertently reproduces a hierarchical gaze that conflates economic marginality with epistemic superiority. It turns the Chinese petty entrepreneur who in reality occupies a position amid uncertain markets, linguistic isolation, and bureaucratic precarity which are into a figure of detached surveillance, silently judging the postcolonial landscape from above. Such a transformation not only homogenizes the Chinese migrant community but also erases the diversity of experience among different types of migrants: the corporate engineers and technicians employed by state-owned enterprises, the independent contractors, the laborers, and the shopkeepers who interact daily with Angolan customers in marketplaces and neighborhood shops.

Moreover, this misreading shows how filmic conventions and symbolic economy produce particular “ways of seeing” migration. The camera’s alignment with Zhang Wei’s perspective does not simply express his subjectivity; it authorizes a moral and visual position from which both Angolan and Chinese worlds are rendered legible. What is at stake here is not the veracity of representation but the unequal distribution of visibility and authority within it. Such representational asymmetry carries significant implications for how Chinese migrants are perceived in Angolan society. For local or western audiences unfamiliar with the internal differentiation of Chinese migration, Zhang Wei’s image risks becoming emblematic of “the Chinese in Africa” as a collective category as aloof, self-contained, and morally superior.

This conflation, in turn, may reinforce social distance and miscommunication in everyday interactions, where most Chinese small goods traders are, in fact, deeply entangled in the rhythms of local life, dependent on Angolan customers, translators, workers, and suppliers for their livelihoods. The film’s aesthetic of detachment thus mirrors and magnifies existing social hierarchies, transforming the mundane struggles of a small trader into a symbol of transcendent otherness. This process reflects the persistence of representational inequality within south–south encounters as well. The Chinese shopkeeper, situated between privilege and precarity, becomes a projection surface for both fascination and anxiety: he embodies modernization and foreign capital, yet also signifies disconnection and opacity (Mei-ting Schmitz, 2018). The way of the film itself, overlooking Zhangwei’s concrete social world which includes the networks of trade, negotiation, and coexistence that structure his daily life, but re-inscribes a colonial grammar of difference in which the Chinese presence remains both hyper visible and fundamentally misunderstood.

Zhang Wei is not as an allegory of China’s global rise, but as an ordinary migrant whose social and linguistic background situates him at the intersection of global capital and local survival. And it’s worth to mention that: To acknowledge

this specificity is to resist homogenization, to understand that the “Chinese in Angola” is not a single figure but a multiplicity of voices and trajectories. The challenge, then, is not only to critique or reflect the film’s stereotypes, but to use its misrepresentations as an entry point into the broader question of how visibility, hierarchy, and imagination shape the lived realities of Chinese migration in postcolonial Africa.

From the “City of China” to the “Bullring”: Metaphorizing the omnipresence of the Chinese

Beyond representing the ethnic, economic, and sociopolitical dimensions of the Chinese through the character Zhang Wei, the film metaphorically mobilizes other factors to construct this symbolic convergence. The result is the transmission of an implicit message: the power, influence, and presence of China and the Chinese in Angola have become evident and, to a certain extent, omnipresent. This omnipresence, however, is presented in the film not as a sign of progress, but as a troubling symptom of contemporary Angolan society.

As it traverses the city of Luanda, the film takes us through different urban spaces, among which the “City of China” and the “Bullring” stand out both for their architectural scale and for their symbolic meaning. The so-called “City of China,” where Zhang Wei’s shop is located, is an immense commercial complex that brings together numerous Chinese restaurants, shops, clinics, and supermarkets. Its advertising signs, written exclusively in Chinese, reveal a community reality marked by isolation and by an almost total absence of interaction with the local Luandan context.

Figure 4. Zoyo in the “City of China”



Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 18/10/2025.

Figure 5. Bessa in the “Bullring”



Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 18/10/2025.

The young man Zoyo, as he enters this gigantic complex in search of his friend and the mysterious “Chinese shop,” becomes lost among linguistic and cultural signs that are completely unintelligible, strange, and unsettling to him. This feeling of estrangement (at times hostile) towards the Chinese presence in Luanda constitutes, in fact, one of director Ery Claver’s intentions: to show how China occupies and transforms Angolan everyday life under the pretext of economic and commercial globalization. At the same time, the film suggests that Angolans, although affected by this transformation, remain largely unaware of it, nurturing the perception that their country seems to belong increasingly to the Chinese rather than to Angolans themselves.

Simultaneously, the film presents another urban space charged with particular socio-historical symbolism: the “Bullring.” It depicts a political rally in which figures of power deliver long speeches before feasting onstage, while the audience consists only of clothes arranged around the space and the applause, we hear is a recorded sound rather than a real reaction. The sequence functions as an allegory of the political farces in Angola: governmental corruption, ideological hypocrisy, and the suppression of freedom of expression. In one of the most striking scenes, a group of assistants, the only people physically present, rushes to steal the banquet leftovers after the event ends, a gesture that reinforces the film’s critique of inequality and political corruption.

The Chinese presence also manifests itself within this symbolic space. Zhang Wei, smoking pensively from the top of the “Bullring,” observes the satirical spectacle of Angolan politics while his off-screen voice comments: “They long only for the delights hidden in the shining silver basins... they scarcely know how to wait... for flesh and blood.”(Origins in Portuguese; Translated by

ourselves) Zhang Wei's physically elevated position and distant gaze symbolize the superiority and condescension of the "Chinese gaze" over Angola—an almost divine, cold, and watchful omnipresence. At the same time, the "Bullring" itself, as the director explains, serves as a metaphor for the fragility of power: "This great construction, without firm foundations, weak and unfinished, the Bullring, represents the vulnerability of exposed power. The surreal building is one of the eight bullrings built in Africa during the colonial period, later occupied by iconic shows" (Claver, 2022; *Origins in Portuguese*; Translated by ourselves).

Through its representation of Luanda's urban spaces, both the "City of China," symbol of the expansive and exclusive presence of Chinese economic power, and the "Bullring," an allegory of the end of colonial power and the fragility of Angolan governance, construct a narrative that positions the "Chinese" as an omnipresent and omnipotent force. The film thus suggests that the true power impacting Angola today in arbitrary and deceptive ways seems to have shifted from the former Portuguese colonizers to the new Chinese merchants, while Angolans themselves who are politicians and citizens alike that are reduced to performative figures, like the "spectators" represented by empty clothes.

However, as will be analyzed in the next section of this article, the construction of the "City of China" in contemporary reality does not exactly correspond to the representation proposed by the film. On the contrary, it reflects a specific pattern of Chinese migration and economic integration in Angola. The cinematic reading that associates this presence with a transfer of colonial power to a Chinese capitalist hegemony reproduces, to a certain extent, the old critical narrative of cultural imperialism. As Lawrence Grossberg (1996) observes, such an approach tends to prolong an outdated interpretive paradigm:

In this form, the debate over globalization is merely a continuation of earlier debates over (cultural) imperialism. That is, this form of the debate assumes that the nature of globalization itself has not changed; the difference is merely a matter of its relative degree, speed, intensity, etc. However, it is possible to argue that this model of globalization is inappropriate to the contemporary world. Whatever the nature of older forms of globalization – often encapsulated in notions of mercantilism, colonialism, imperialism, and forced migrations (i.e., the beginning of the Jewish and Black diasporas) – perhaps we must construct a new and distinct model of contemporary globalization. (Grossberg, 1996, p. 173)

According to Grossberg, the culture produced by the various forms of globalized displacement, production, and resistance "no longer speaks a single ideology or a single language" (*ibid.*). Thus, the cinematic representations of China's cultural hegemony in Angola reflect not only an overly generalized critique of globalization but also the difficulty of grasping its multiple dimensions and contemporary

dynamics. By mobilizing urban and symbolic elements such as the “City of China” and the “Bullring,” the film not only simplifies the complexity of this reality into a dystopian discourse on an alleged Chinese “cultural imperialism,” whose validity should be re-examined in light of current global transformations, but also overlooks the biocultural diversity (Maffi, 2010) inherent in that reality.

Reflections on “Loja Chinesa”

Another prominent element of Chinese presence in *Nossa Senhora da Loja do Chinês* is the striking visual dominance of Chinese characters on commercial signage.

Figure 6. Cidade Da China in the film



Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 18/10/2025

From the expansive “City of China” in Luanda to the clustered restaurants and small clinics operated by Chinese migrants, the majority of signs are written exclusively in Chinese, often devoid of any Portuguese translation. This visual prevalence of the Chinese script immediately communicates a sense of cultural distinctiveness, and to many viewers, it may appear to signal a lack of social integration or linguistic accommodation within Angolan society, as we already discussed at the beginning of the paper, with the director’s discourse previously cited. At first glance, the abundance of Chinese-only signage can be interpreted as a claim to symbolic authority, an assertion of control over space, or even as evidence of social separation. The film seems to emphasize this reading by repeatedly framing the camera on bright, bold Chinese characters, highlighting

Figure 7. Chinese Clinic Specializing in the Diagnosis and Treatment of Malaria and Dengue Fever

Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 18/10/2025

the foreignness of the community, and implicitly underscoring a narrative of imbalance between the Chinese migrants and local populations.

However, the abundance of linguistic and visual elements of Chinese culture, which manifests itself hegemonically throughout the film, should be understood as part of a set of socio-economic consequences stemming from the development of state relations between Angola and China. Firstly, due to the decades of civil war, the shortage of Angolan workers in projects carried out under China's investment strategy known as the "resources-for-infrastructure" model (Foster et al., 2009: 17) results from the lack of local specialists and, consequently, the high costs associated with recruiting Angolan labor (Gröger & Klump, 2007: 141).

This factor is directly related to the massive presence of Chinese citizens and Chinese culture in Angola's major cities, where numerous construction and infrastructural development projects are concentrated. In this context, which Hernández-León (2008) describes as an "migration industry", the widespread establishment of the Chinese community and its various businesses should not be understood as a process of assertive domination or exclusion from integration, but rather as a specific migration pattern of Chinese communities in Angola. As previously mentioned, this pattern can be interpreted through the lens of the "flying geese" migration model, in which state-owned enterprises and large Chinese corporations act as leading nodes, sending successive waves of workers, traders, and service providers to support infrastructural and commercial projects abroad. Among these activities, restaurants and clinics stand out, often functioning as complementary or supporting enterprises to these large-scale projects.

Moreover, it is also crucial to consider the interpretive lens applied by the film. By framing Chinese script as a visual indicator of social distance, the film inadvertently naturalizes the perception of cultural isolation and emphasizes power imbalances without attending to the structural factors that produce these phenomena. The camera emphasizes contrast between Angolan spaces and the insular, Chinese-scripted interiors, producing an impression of a community existing parallel to, rather than within, the local society. This cinematic choice underscores the director's thematic concern with inequality and visibility, yet it risks reinforcing the viewer's perception of separation and hierarchy, while neglecting the practical and historically grounded reasons for the migrants' linguistic practices.

Indeed, it is important to note that insularity, to avoid using terms such as subjective exclusion, is one of the characteristics frequently associated with Chinese immigrant communities in various regions of the world. However, migration studies have increasingly shown that this representation tends to generalize the experiences of Chinese migrants, reducing them to a homogeneous image that overlooks differences of class, gender, and educational level within these communities (Attané & Merli, 2024).

Although most of these studies focus on European and North American contexts, their findings deeply resonate with the mindset and lived realities of a broader Chinese migrant population. They also contribute to the development of analytical models that seek to understand the multiple stages of the complex process of integration (Safi, 2006). Among these, the advanced phase of the so-called "convergence process" stands out, in which highly educated Chinese migrants, particularly international students, tend to break away from the image of insularity and engage more actively with both local and global communities.

Evidently, the Chinese traders portrayed in the film, such as Zhang Wei, do not belong to this group of educationally high-qualified migrants. As Attané and Merli (2024) demonstrate, due to linguistic and communicational limitations, these migrants often come to be perceived as a less open community, an attitude frequently interpreted as arrogance or exclusion. Therefore, when considering the socioeconomic, geopolitical, and sociopsychological factors that shape Chinese migration to Angola, and from a South–South solidarity and development perspective, it becomes essential to stress the importance of specifying, rather than caricaturing, the reality of migrant communities.

Also, it is important to recognize the implications of this analysis for understanding intercultural interaction and the potential for dialogue. The film emphasizes visible markers of inequality, but a critical anthropological reading suggests that these markers also contain the seeds for cross-cultural understanding. The presence of

Chinese characters on shop signs need not be interpreted as a deliberate barrier; instead, it can be read as an opportunity to explore the mechanisms through which migrant communities navigate foreign urban environments, maintain social cohesion, and mediate their relationship with host societies. Through the structural and cultural reasons behind the exclusive use of Chinese, researchers and viewers alike can approach the film not as a binary confrontation between Chinese and Angolans but as a space in which the complexities of migration, adaptation, and intercultural communication are made visible. The challenge is to move beyond the immediate visual cues of inequality and to appreciate the practical, historical, and cultural logics that shape the everyday lives of Chinese migrants in Luanda.

Reinterpreting “Nossa Senhora”

The depiction of Chinese migrants selling statues of the Virgin Mary in *Nossa Senhora da Loja do Chinês* has frequently been interpreted as a visual articulation of moral opportunism or profit-seeking behavior as Figure 2. showed. On first inspection, the film appears to suggest that Chinese traders capitalize on the misfortunes of Angolans, transforming sacred objects into instruments of personal gain. Such a reading, however, risks imposing a Western and Christian-centered understanding of sacredness onto practices that emerge from Chinese religious culture, where the sacred is inseparable from daily life, social relations, and economic activity. It is therefore necessary to situate it within the broader context of Chinese popular religiosity, where instrumental and pragmatic engagement with deities is a normative and morally coherent practice (Gates, 1987), and try to understand the sale of Marian images by Chinese migrants in Angola. A particularly illustrative example is the widespread veneration of *Caishen*, the God of Wealth, whose worship demonstrates how economic aspiration and religious devotion are intertwined in Chinese society (Tang, 2010).

Moreover, in this system, the pursuit of wealth is not ethically separate from religious practice but is deeply embedded within it, rendering economic ambition and moral propriety mutually reinforcing. Ritual and commerce are conceived as continuous and complementary domains; praying to *Caishen* is itself a strategic action, and commercial activity is understood as a potential site for enacting religious efficacy (Keung, 1992a). When Chinese migrants in Angola sell statues, pictures of the Virgin Mary in the film, they may be enacting a comparable logic, although in a different cultural and religious environment. From their perspective, the Virgin functions not solely as a symbol of Christian piety but as a tangible medium through which spiritual efficacy may be translated into practical benefits. Selling the statues, posters, and so on thus reflects both a commercial activity and a form of engaged religiosity, analogous to displaying *Caishen* in a shop to attract

fortune (Gates, 1987). In this sense, the act of selling sacred objects is not a cynical exploitation of others' suffering, but a culturally informed strategy in which spiritual and economic outcomes are interdependent. The ritual circulation of sacred images and the hope for financial return are mutually constitutive, and such a practice is deeply rooted in familiar Chinese moral and religious frameworks.

Despite this, the cinematic framing in *Nossa Senhora da Loja do Chinês* does not convey the underlying religious logic. The camera repeatedly emphasizes the trader as a detached observer, often showing him alone, frequently smoking, and framed in ways that evoke isolation, aloofness, and inscrutability. These visual choices produce a perception of moral distance and instrumental calculation that aligns with broader stereotypes of Chinese migrants as opportunistic outsiders. The film thereby homogenizes a heterogeneous group, reducing the everyday lives of Chinese traders to a single emblem of profit-seeking and detachment. And, the cinematic narrative transforms an ordinary actor embedded in market networks into a symbolic figure of transcendent authority, which simultaneously erases the labor, negotiation, and social embeddedness that define their lived experiences.

This representation also shows the disjunction between cultural practices and external perceptions. Whereas the Chinese trader's actions are informed by an internalized logic of instrumental religiosity, the film translates them into an ethnocentric moral judgment (Keung, 1992b). But religious forms are often evaluated and reinterpreted through the moral and economic frameworks of observers rather than participants. Feuchtwang's work on Chinese folk religion demonstrates that daily rituals are oriented toward practical efficacy, and that success in commerce and life is often understood as inseparable from spiritual observances. Callum Brown's research on the commodification of faith further illuminates how religious objects may circulate as both symbols and instruments within social and economic networks. In the case of the Chinese migrant selling Marian images, the act is comprehensible within a framework of moral economy in which religion and livelihood are co-constitutive rather than opposed. Within the film, the Virgin is visually and narratively appropriated to illustrate moral tension, for Chinese migration, she may function analogously to *Caishen* in China, a practical medium through which spiritual and material goals are intertwined. The shop, therefore, is a liminal space in which cultural and religious logics intersect, sometimes in tension, sometimes in synthesis.

It is worth noting, moreover, that by attempting to expose the expansive commodification of a religious object by the Chinese, the film invites reflection on the reasons behind the Christian blindness of faith and the agitation surrounding the pursuit of the Virgin Mary statue among the population of Luanda. Indeed, Christianity in Africa is closely intertwined with colonialism, having been

Figure 8. Jolly and Old Man Pelle praying in front of the statue of Our Lady

Resource from <https://geracao-80.com/nossa-senhora>; Reviewed on 18/10/2025

regarded and employed as one of the principal instruments for the physical and mental manipulation of African peoples, as well as for the perpetuation of colonial oppression (Memmi, 2007; Fanon, 2015).

In this sense, the commercialization of a Christian devotional object by Chinese immigrants in Angola may be read not only as an economically opportunistic act, but also as a new form of instrumentalizing Christianity and exerting influence over Angolan society—an influence which, if no longer overtly oppressive, appears at least manipulative, according to the film’s narrative.

However, as discussed here, it is well known that the commodification of religion, its commercial dimension, and the dual valorization of materiality and spirituality are, in fact, religious and cultural practices deeply rooted in Chinese cosmology and social life. Thus, the attempt to associate Zhang Wei’s act of selling the Virgin Mary statue with Christianity’s historical role in colonial domination, as well as to symbolically link the “City of China” to the “Bullring,” ultimately contributes to the construction of a dystopian narrative about one of Angola’s contemporary realities. Yet, in doing so, the film also ends up distorting, in a generalized manner, the representations of Chinese people and their economic lives in Angola.

Limitations of our research positions and perspectives

While this paper tries to offer a critical and nuanced examination of the Angolan film *Nossa Senhora da Loja do Chinês* and its representations of Chinese migrants in Luanda, it is imperative to acknowledge certain limitations inherent in our approach. Our primary objective has been to deconstruct the film’s cinematic gaze, highlighting how it inadvertently perpetuates stereotypes and misreads the complex realities of Chinese migration. However, we as Chinese researchers, recognize that our own analysis, despite its critical intent, may at times inadvertently adopt

a similar “external observer” position, particularly concerning the integration of Angolan local perspectives.

This is a crucial point of self-reflection, as we strive to avoid the very pitfalls of representational imbalance that we critique in the film itself. Our critique rightly points to the film’s singular and often anxious narrative, which tends to overshadow the diverse and intricate attitudes within Angolan communities towards the Chinese presence. We have sought to address this by incorporating insights from Angolan scholars and journalists, revealing a spectrum of perspectives that range from recognition of China’s significant role in Angolan post-war reconstruction and infrastructure development (Kajibanga, 2023) to concerns about the so-called “new Chinese imperialism” (Marques de Morais, 2011). We also try to emphasize the importance of understanding Angola’s post-colonial and post-civil war experiences in shaping these perceptions of foreign influence. Yet, the depth to which we have been able to integrate the lived experiences, daily interactions, and nuanced sentiments of the broader Angolan society remains an area for further development.

While we acknowledge the historical and structural contexts of global power dynamics shaping relations between China and Angola, our intention is to adopt a culturally sensitive approach to how representations are constructed and perceived at the micro-level of human interaction and cultural production. This deliberate choice, while allowing for a focused and in-depth analysis of the film’s specific misrepresentations, necessarily means that certain macro-level political and economic discussions are not the central thrust of this paper. We believe that an approach characterized by narrative sensitivity and critical cultural awareness, grounded in anthropological insights, offers a unique and valuable contribution by illuminating the subtle ways in which cultural productions shape perceptions and interactions, without getting entangled in the often-polarizing debates of grand political economy. Future research, building on our findings, could certainly expand to encompass these broader dimensions, perhaps through extensive ethnographic work or comparative studies that directly foreground Angolan voices and experiences in their own right.

Actually, while we critique the film for its generalized and simplified reading of the Chinese community’s reality in Angola, we also reflect on the possibility that our own analysis, in its effort to deconstruct these portrayals, might not always fully escape the confines of an analytical framework that, at times, prioritizes the “represented” over the “representer’s” internal world. This self-reflexivity also shows the ongoing challenge of achieving truly reciprocal comprehension in cross-cultural studies and highlights the continuous need for scholarly humility and a commitment to multifaceted perspectives. Rather than a critique, this work should be seen as an invitation for more scholars to focus on the lives of ordinary

people within international relations and political and economic background. Our hope is that by openly acknowledging these limitations, the present work could contribute to a more honest discourse on the complex and evolving relationship between China and Angola.

Final considerations

This work tries to delve into the complex socio-cultural dynamics at play in a key Lusophone African nation, highlighting how global narratives intersect with local perceptions of the Chinese presence. This direct engagement with an Angolan cultural production about Chinese migrants provides a unique and timely contribution to understanding the evolving relationship between China and the Portuguese-speaking African continent, moving beyond purely economic or political analysis to explore cultural and representational dimensions.

By conceiving and interconnecting the sociocultural, spatial, and religious representations of Chinese immigrants in Luanda, the film *Nossa Senhora da Loja do Chinês* seeks to construct a dystopian narrative that symbolizes Angolan social reality, marked by the omnipresent, impactful, and, at times, arbitrary presence of the Chinese community. However, as we aim to demonstrate in this article, although such representations highlight an alarming situation in the country within the context of economic globalization, reflected in aspects such as foreign investment and commodification of capital, the integration of immigrant communities, political demoralization, and the high rates of illiteracy and unemployment among the local population, they largely stem from a generalized and simplified reading of the Chinese community's reality in Angola. This reading tends to establish a causal relationship between Angola's social problems and the Chinese presence, thus reproducing stereotypes and reductionist perceptions.

Also, the film homogenizes the heterogeneity of Chinese migration, erasing distinctions between small-scale traders, contract laborers, and employees of state-owned enterprises, and re-inscribing the figure of "China in Africa" as a monolithic emblem of economic and moral power. Such misrepresentation invites a deeper inquiry into the politics of cultural translation and visual mediation. The question is not simply how Chinese migrants are depicted, but how these depictions participate in shaping local perceptions, social relations, and everyday interactions between Angolans and Chinese residents. In Angola, it is not the engineers or corporate elites who dominate everyday life, but the shopkeepers, vendors, and small traders—the very people Zhang Wei ostensibly represents.

We wish to draw attention to a dimension absent from the film but which would, in fact, be more relevant and also darker for understanding the influence of China's governmental, economic, and political power in Angola. We refer to the sphere of

inter-state socioeconomic cooperation, in which multiple social issues are rooted, such as political corruption, labor conditions, and the situation of women. Hence, when conceiving artistic representations of a given social reality or of a specific community, authors should not only clarify their own representational stance but also, in defining their critical perspective in advance, examine the validity of the representational modalities involved, so as to avoid reproducing, as we warned in the introduction, the very stance that their works intend to denounce.

Crucially, our critique extends to the film's limited engagement with local Angolan perspectives, a significant gap that our research seeks to address. Although the film purports to offer an internal gaze on Angolan society, its portrayal of the Chinese presence often reproduces a singular, anxious narrative, rather than reflecting the diverse and complex attitudes within Angolan communities. To counter this, our analysis moves beyond the film's reductive depiction of a passive or uniformly resentful local population. This approach allows us not only to deconstruct the film's misrepresentations but also to illuminate the intricate, lived realities of cross-cultural encounters in Luanda, demonstrating how Angolans actively negotiate, adapt, and sometimes resist the transformations brought by Chinese migration.

Furthermore, a central aim of our work is to foster enhanced understanding between the Chinese and Angolan communities by dissecting the film's misrepresentations and offering nuanced, anthropologically informed interpretations of Chinese migrant behaviors and motivations. By providing a more balanced and deeply rooted understanding of both Chinese migrant experiences and Angolan perspectives, this article also challenges stereotypical portrayals and advocates for a more complex appreciation of the lived realities of Chinese individuals in Angola, thereby contributing to a more informed and reciprocal comprehension that is vital for strengthening ties and mitigating misunderstandings within the broader China-Lusophone world context.

References

- Alves, A. C. (2013). *Chinese economic statecraft: A comparative study of China's oil-backed loans in Angola and Brazil*. *Journal of Current Chinese Affairs*, 42(1), 99–130. <https://doi.org/10.1177/186810261304200105>
- Attané, I., & Merli, G. (2024). *Integration and insularity: The diversity of Chinese immigrants in France*. *Population and Societies*, 622. <https://doi.org/10.3917/popsoc.622.0001>
- Fradique. (Director). (2020). *Ar condicionado* [Film]. Geração 80.
- Begu, L., Vasilescu, M. D., Stanila, G. O., & Matis, D. (2018). *China–Angola investment model. Sustainability*, 10(8), 2936. <https://doi.org/10.3390/su10082936>
- Brautigam, D., Tang, X., & Xia, Y. (2018). *What kinds of Chinese “geese” are flying to Africa? Evidence from Chinese manufacturing firms*. *Journal of African Economies*, 27(Suppl_1), i29–i51. <https://doi.org/10.1093/jae/ejy013>

- Castillo, R. (2020). "Race" and "racism" in contemporary Africa-China relations research: Approaches, controversies and reflections. *Inter-Asia Cultural Studies*, 21(3), 310–336. <https://doi.org/10.1080/14649373.2020.1796343>
- Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation, Economic and Commercial Office of the Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Angola, & Department of Outward Investment and Economic Cooperation, Ministry of Commerce of the PRC. (2020). *Guide on foreign investment and economic cooperation by country (Angola)*. <http://www.mofcom.gov.cn/dl/gbdqzn/upload/angela.pdf>
- Claver, E. (Director). (2022). *Nossa Senhora da Loja do Chinês* [Film]. Geração 80.
- Claver, E., & Rosa, J. P. (2022). *Nossa Senhora da Loja do Chinês: de Luanda para o Mundo. Ery Claver e "Uma Grande Vontade de Filmar"*. C7NEMA. Available in: <https://c7nema.net/entrevistas/item/117674-nossa-senhora-da-loja-do-chines-de-luanda-para-o-mundo.html>
- Costa, Y. (Director). (2011). *Why are they here? Chinese stories in Africa* [Film]. Mar de Filmes.
- Doane, M. A. (1980). The Voice in the Cinema: The Articulation of Body and Space. *Yale French Studies*, 60, 33–50. <https://doi.org/10.2307/2930003>
- Driessen, M. (2019). *Tales of hope, tastes of bitterness: Chinese road builders in Ethiopia*. Hong Kong University Press.
- Fanon, F. (2015). *Os Condenados da Terra* (3ª ed.). Lisboa: Letra Livre.
- Feng, K. (2020, July 21). *Chinese business investment in Angola continues to grow. Angola Chinese News* (WeChat public account: angolaneews).
- Ferguson, J. (2006). *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Durham and London: Duke University Press.
- Ferreira, V. V. (2015). Utopia e distopias no século XXI e pós-modernismo. *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – UFMS*, 19(38), 64–82. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/2988>
- Foster, V., Butterfield, W., Chen, C., & Pushak, N. (2009). *Building bridges: China's growing role as infrastructure financier for Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: World Bank & PPAIF.
- Francis, M., & Francis, N. (Directors). (2010). *When China met Africa* [Film]. Speakit Films.
- Gates, H. (1987). *Money for the Gods. Modern China*, 13(3), 259–277.
- Gagliardone, I. (2013). China as a persuader: Soft power, development and media strategy in Africa. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*, 34(3), 25–40. <https://doi.org/10.1080/02560054.2013.845587>
- Grossberg, L. (1996). *The space of culture, the power of space*. In I. Chambers & L. Curti (Eds.), *The postcolonial question: Common skies, divided horizons* (pp. 169–188). London and New York: Routledge.
- Hernández-León, R. (2008). *Metropolitan migrants: The migration of urban Mexicans to the United States*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- International Organization for Migration. (2019). *Glossary on migration (IOM Migration Research Series No. 34)*. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf
- Jura, J., Kopiński, D., Polus, A., & Tycholiz, W. (2024). *Examining shifts in the Angola–China relations in the post-dos Santos era. African Affairs*, 123(491), 193–213. <https://doi.org/10.1093/afraf/adae005>

- Jureńczyk, L. (2020). *Analysing China's "Angola Model": A pattern for Chinese involvement in Africa? Strategic Review for Southern Africa*, 42(2), 1–25. <https://doi.org/10.35293/srsa.v42i2.73>
- Kajibanga, J. G. (2023). *O processo de aquisição de habitação própria na cidade do Kilamba em Luanda* (Unpublished Master's dissertation). ISCSP–Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Keung, H. (1992). *The moral judgement development of the Chinese people: A theoretical model. Philosophica*, 49(2), 35–47.
- Kozloff, S. (1989). *Invisible storytellers: Voice-over narration in American fiction film*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Maffi, L., & Woodley, E. (2010). *Biocultural Diversity Conservation: A Global Sourcebook* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781849774697>
- Mei-ting Schmitz, C. (2018). *Performing "China in Africa" for the West: Chinese migrant discourses in Angola. Asian and Pacific Migration Journal*, 27(1), 9–27.
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Morais, R. M. (2011). *The new imperialism: China in Angola. World Affairs*, 173(6), 67–74. <http://www.jstor.org/stable/41059534>
- Niu, Z., Li, Z., Zhang, Y., Wang, Y., & Wang, R. (2024). *Perceptions of social class through Chinese speech cues. Acta Psychologica*, 247, 104324. <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2024.104324>
- Omoruyi, E. M. M. (2022). *Skill development and employment opportunity from Chinese migrating "geese" in sub-Saharan Africa. African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*, 14(2), 289–299. <https://doi.org/10.1080/20421338.2021.1876287>
- Pinto, M. C. (2022). *A distopia do presente. Revista Cult*, 287. Available in: <https://revistacult.uol.com.br/home/distopia-do-presente/>
- Safi, M. (2006). *The immigrant integration process in France: Inequalities and segmentation. Revue française de sociologie*, 47(1), 3–48. <https://doi.org/10.3917/rfs.471.0003>
- Sautman, B., & Yan, H. (2009). African perspectives on China-Africa links. *The China Quarterly*, 199, 728–759.
- Schmitz, C. M. (2014). *Significant others: Security and suspicion in Chinese-Angolan encounters. Journal of Current Chinese Affairs*, 43(1), 41–69. <https://doi.org/10.1177/186810261404300103>
- Secco, C. L. T. (2021). *Apocalipses e catástrofes: o lugar da distopia em narrativas contemporâneas da literatura e do cinema angolanos. Gragoatá*, 26(55), 664–688. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i55.47011>
- Tang, T. L. P. (2010). *Money, the meaning of money, management, spirituality, and religion. Journal of Management, Spirituality and Religion*, 7(2), 173–189.
- Van Paesschen, B. (Director). (2011). *Empire of dust* [Film]. Savage Film.
- Yao, T., Ong, M., Lee, A., Jiang, Y., & Mao, Z. (2009). *Smoking knowledge, attitudes, behavior, and associated factors among Chinese male surgeons. World Journal of Surgery*, 33(5), 910–917.

Data de receção: 28/10/2025

Data de aprovação: 12/2/2026

Da sacralização à demonização: a evolução simbólica da figura da serpente nas culturas lusófona e chinesa

Yuxiong Zhang

Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.143-156>

Resumo

Nas línguas modernas, a figura da serpente está frequentemente associada a conotações depreciativas. Contudo, tanto os antigos chineses quanto os celtiberos praticavam a veneração ofiolátrica. Este estudo investiga a evolução da simbologia da serpente ao longo da história de Portugal e da China e procura identificar possíveis conexões entre as culturas. A partir da análise das figuras da serpente, identificamos a sua associação a símbolos de regeneração e cura nos tempos primitivos. Com o avanço do conhecimento humano, o réptil perdeu o seu caráter divino e passou a ser associado, nas doutrinas religiosas, às consequências temíveis da imprudência. Além disso, a serpente também é vinculada à figura feminina nas culturas, refletindo o papel social da mulher em diferentes períodos históricos. A evolução da sua simbologia na cultura chinesa e na lusófona revela não apenas o avanço do conhecimento humano, mas também as transformações da sociedade ao longo da história.

Palavras-chave: China; cultura; Lusofonia; religião; serpente

Abstract

In modern languages, the figure of the serpent is often associated with derogatory connotations. However, both the ancient Chinese and Celtiberians practiced ophio-worship. This study investigates the evolution of serpent symbolism throughout the history of Portugal and China and seeks to identify possible connections between the cultures. Based on the analysis of serpent figures, we identify their association with symbols of regeneration and healing in primitive times. With the advancement of human knowledge, the reptile lost its divine character and became associated, in religious doctrines, with the fearsome consequences of recklessness. In addition, the serpent is also linked to the female figure in cultures, reflecting the social role of women in different historical periods. The evolution of its symbolism in Chinese and Portuguese-speaking cultures reveals not only the advancement of human knowledge, but also the transformations of society throughout history.

Keywords: China; culture; Lusophony; religion; serpent

Introdução

De acordo com o calendário lunar inventado pelo antigo povo chinês, 2025 foi o Ano da Serpente. Para os falantes da língua portuguesa, a serpente normalmente associa-se com uma imagem negativa e conotações depreciativas. À luz do dicionário da Porto Editora, a palavra “serpente” pode ser utilizada para designar uma “pessoa traiçoeira ou má” ou “mulher velha e muito feia”¹ (Porto Editora,

¹ Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/serpente>

s.d.), cujo uso é bastante similar no Brasil, onde, segundo o dicionário Michaelis, o termo também é aplicado a “qualquer pessoa traiçoeira e de comportamento agressivo” ou “mulher feia e idosa, com aspecto de bruxa”²(Michaelis, s.d.). Entretanto, após a realização de uma pesquisa sobre o uso idiomático da palavra “serpente” na língua chinesa, Chen e Shan (2015) identificaram 21 expressões de natureza pejorativa, 11 com conotação positiva e três que possuíam sentido neutro. Sendo assim, se os chineses também atribuem aos ofídios um nome infame, por que motivo a serpente foi escolhida como um dos doze signos do zodíaco na astrologia chinesa?

Não obstante, dentro dos répteis, as serpentes conseguem atrair sempre mais atenção dos humanos e marcar a maior presença no seu imaginário (Ceríaco, 2022). Enquanto a sua agilidade e veneno podem trazer morte num instante e provoca medo e horror, a muda de pele e a revitalização depois da hibernação simbolizam renascimento nos olhares dos povos antigos. A figura da serpente nunca está ausente das crenças religiosas, das cerimónias tradicionais e das lendas de muitas culturas, desde as narrativas cosmogónicas até aos mitos escatológicos (Chao, 1979; Santos et al, 2013). Neste caso, estudar zoónimos pode incontestavelmente ajudar-nos a ter um melhor entendimento sobre as diferenças interculturais e interlinguísticas, sobretudo no contexto da globalização acelerada de hoje (Chen & Shan, 2015; Panova et al, 2023), contribuindo eventualmente para o desenvolvimento da tradução cultural e comunicação intercultural. Sendo assim, este trabalho enfoca a evolução da figura da serpente nas culturas chinesa e lusófona durante a história, designadamente nas mitologias mediterrâneas, nas narrações folclóricas portuguesas, nos relatos bíblicos e medievais, bem como nas crenças primitivas chinesas e nas diversas versões da lenda da Madame Serpente Branca, para entender a origem do simbolismo negativo dos ofídios em ambas as culturas e se existe alguma associação possível entre elas.

Da terra das serpentes ao monte da Dona Mirra

De acordo com Matangrano (2021), a serpente é considerada um tema muito popular nos poemas francófonos e lusófonos do fim do século XIX. Mas, de facto, a ligação dos portugueses com a serpente remonta às antigas religiões celtiberas, a qual possui “um papel relevo na cultura dos povos ibéricos” (Ceríaco, 2022, p. 31).

Antes de obter o totem da Lusitânia, a terra dos portugueses era cunhada como “Ophiusa”, nome atribuído pelo antigo povo grego, cujo significado é “terra das serpentes” (Varela, 1999). Isto origina da ofiolatria pelos povos celtas, cujos vestí-

² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=serpente>

gios até se encontram no território português. Os antigos celtas acreditavam que a serpente era ligada à fertilidade, à cura e também ao Outro Mundo. Na mitologia celta, a deusa da cura, Sirona, aparecia sempre com uma serpente enrolada no seu braço (Panova et al, 2023). Para o povo celta, a serpente é vista como um símbolo de conhecimento. À luz de Pinkham (1997, p. 244 in Rinaldi, 2018, p. 164), “o réptil era chamado de *naddred* ou, também, *adder*; que em galês significa *druida*, isto é, um homem sábio, serpente e mágico”.

A serpente também é uma figura muito frequente na mitologia grega, ora sendo considerada como um símbolo de saúde para os gregos da antiguidade, a qual surge em conjunto com a deusa Hygeia e na varinha de Asclépio, ora sendo associada com a sabedoria como as duas serpes que se entrelaçam no bastão de Hermes (Chao, 1979; Santos et al, 2013). Segundo Matangrano (2021), a serpente ainda era o símbolo de Apolo e Dionísio e associava-se também com Perséfone pela sua ligação ctónica e com Atena pela sua astúcia. Conforme as lendas, tanto Augusto como Alexandre Magno foram os frutos de união entre deuses e mulheres mortais, que foram possuídas respetivamente por Apollo e Zeus sob a forma de serpente (Gomes, 2008).

No *Tratado de História das Religiões* da autoria de Mircea Eliade, refere-se o facto de que, numa determinada altura, as mulheres na Alemanha, França, Portugal e outras regiões temerem que entrasse, pela sua boca, uma serpente e as fecundasse, particularmente no período menstrual (Eliade, 1994 *apud* Ribeiro, 2009). Na compreensão de Ribeiro (2009, p. 97), este mito, em conjunto com os sobre o nascimento místico e paranormal de Augusto e Alexandre, implica “uma manifestação de desejos recalcados” devido à forma fálica da serpente.

Os ofídios ainda estão associados com os mouros, mais especificamente as “mouras encantadas”. Na cultura folclórica portuguesa, as mouras encantadas são seres fantásticos que se escondiam nos castelos ermos onde havia tesouro. Estas criaturas eram perigosamente sedutoras e encantavam homens, possuindo a capacidade de transformação em serpentes (Ceríaco, 2022). Porém, em conformidade com Ribeiro (2009), as mouras encantadas eram propriamente criaturas híbridas, metade mulher e metade cobra. Até aos dias de hoje, divulgam-se oralmente, na região do Alto Douro, onde abundam castros de civilização celtibérica, lendas populares sobre a Dona Mirra, uma serpente com trança de mulher que era encarcerada por um feitiço no monte S. Leonardo, onde existiam dois dragões e um grande tesouro. Uma menina tentou quebrar o feitiço, mas falhou, até que um jovem corajoso matou os dragões à meia-noite do primeiro dia de janeiro. Guimarães (2010) acredita que as variantes lendas sobre a Dona Mirra são frutos não apenas das influências notórias mouriscas, mas também das remontas crenças ibéricas ou celtas. Em vista disso, pode-se dizer que existia uma ligação indissolúvel entre a

figura da serpente com os povos que tinham residido no território lusitano, mesmo antes da formação do conceito da nação portuguesa.

Serpentes na Bíblia e nos mitos medievais

O nascimento de Portugal entrelaça-se com a religião cristã, a qual transformou a figura da serpente numa antinomia. No cristianismo, a serpente não é vista apenas como o símbolo do veneno, tal como aquela contida no cálice na mão de S. João Evangelista, mas também é acusada pela ocorrência do pecado original, sendo ela o demónio que originou a Queda do homem (Chambel, 2003; Gomes, 2008). A perdição masculina também originou a associação da serpente à imagem da mulher, sobretudo àquelas malignas, mas desejadas (Chambel, 2003; Matagrano, 2021). No Novo Testamento e no livro do Apocalipse, a serpe foi chamada de Satanás, associando-se explicitamente com a figura diabólico (Rinaldi, 2018).

No entanto, Silva (2007) chamou a atenção para a iconografia cristã bizantina em que o Salvador emerge das águas entre uma pomba e uma serpente. A ave simboliza a vitória enquanto o réptil representa o abismo caótico, implicando “a criação do mundo, a geração virginal do Filho de Deus e o batismo de Cristo” (Silva, 2007, p. 44). No entanto, Matagrano (2021) adiantou que o cisne era ligado ao símbolo crístico na época medieval que aparece juntamente com o seu inimigo tradicional, serpente, nos Bestiários como um símbolo duelista entre o bem e o mal, o celeste e o ctónico. Segundo Silva (2007), a cobra e as aves predadoras nascem como inimigos naturais na realidade; por um lado, os ofídicos são vítimas da predação pelas aves de rapina e, por outro lado, estes alimentam-se dos seus ovos, representando um movimento cíclico.

Não obstante, a serpente nem sempre foi interpretada como o símbolo do mal na Bíblia, pois também desempenhou a função de portador de punições sagradas na cristologia, infligindo castigos aos judeus pela sua indignidade. Também foi esta a encarnação da proteção divina, isto é, serpente de bronze erigida por Moisés, “com a qual Cristo se identificou” (Jo 3,14 in Chambel, 2003, p. 27), salvando vidas das mordeduras mortíferas (Chambel, 2003; Gomes, 2008). De acordo com Gomes (2008), os exegetas cristãos associam a figura da serpente salvífica ao próprio Cristo Salvador.

Entretanto, dentro de todas as criaturas de Deus, a serpente é considerada como a mais astuta, uma vez Deus quer os seus crentes sejam “prudentes como as serpentes e simplices como as pombas” (Mateus 10:16, Almeida Revista e Atualizada). Sendo assim, Matagrano (2021) colocou um ponto de vista bastante interessante e questionou-se se a decadência da humanidade e os sofrimentos padecidos pelos humanos foram originados pela astúcia deste animal ou a própria serpe também foi uma vítima do mal manipulado pelo Diabo, tanto quanto Adão e Eva.

Ademais, outro mito sobre as serpentes foi a sua autocriação ora por divisões sucessivas, ora pelos seus excrementos ou saliva, já que estas são vistas como criaturas sem sexo. Segundo Ceríaco (2022), a reprodução mítica dos ofídios resulta da antiga crença de que mulheres engravidam sem intervenção do macho que pode ter favorecido a aceitação do dogma da Imaculada Conceição.

Quanto à simbologia da serpente na cultura portuguesa, apesar de ter obtido uma conotação depreciativa em virtude da divulgação das Escrituras Sagradas, o réptil ainda mantém certos conceitos positivos na visão folclórica e popular. Um dos exemplos é o selo municipal coimbrão na segunda metade do século II, que continha a santa protetora da cidade, uma grande serpe e um cálice. Contudo, foram adicionados adornos à figura do ofídio nas próximas centúrias e este acabou por transformar-se numa serpente alada e dragonada no final do século IV (Gomes, 2008). De facto, tanto o dragão como o brasílico são “evoluções da antiga serpente primordial, que, como se sabe, é a criatura animal demoníaca por excelência e que induziu ao pecado original” (Rinaldi, 2018, p. 336). Na Idade Média, o dragão era visto como uma gigantesca serpente alada que cuspiam fogo e habitava nas águas (Chambel, 2003; Panova et al, 2023). Não obstante, a palavra grega *drákōn*, da qual derivou o termo português “dragão”, designava originalmente qualquer serpente de grandes dimensões ou gigante serpenteforme marinho da mitologia (Chen, 2021). Além disso, a serpente também pode ser um símbolo de eternidade, tal como representam as figuras na bica de duas fontes situadas no topo dos Escadórios do Bom Jesus do Monte em Braga (Brandão, 2022).

O poder milagroso de regeneração das serpentes foi registado nos relatos relativamente às *sucuris* descobertas na América Portuguesa. Segundo a descrição do padre Francisco Soares, após alimentarem-se de presas de grande porte, estas acabaram por romper o ventre das serpentes, ficando estáticas na lama ou à beira da água. Enquanto a sua carne apodrecia, as aves carniceiras vinham aproveitar e consumi-la. Apesar de restar apenas a estrutura óssea, os répteis possuíam a capacidade para reconstruir o seu corpo e regenerar-se (Soares, 1966 *apud* Santos et al, 2013). O mesmo fenómeno místico também foi observado por Gabriel Soares de Sousa, ainda que, depois de ingerirem animais de grande porte, permanecessem imóveis e fossem parcialmente devoradas por urubus, as jiboias recuperariam gradualmente a sua forma original (Sousa, 1971 *apud* Santos et al, 2013). De acordo com os autores, o mito de regeneração das serpentes pode ter originado do facto de que os ofídios ficam submersos com a parte estomacal exposta na água durante dias depois da ingestão, o que parecia, aos europeus medievais, o sinal de morte. A partir de “um entendimento aristotélico do mundo natural”, as serpentes passaram a ganhar o poder místico de regeneração (Santos et al, 2013, p. 138).

Além disso, à luz de Varela (1999, p. 16), na visão mítica, os brasileiros associam a serpente com as “forças subterrâneas do mal”. Sendo o símbolo de eternidade, a serpente representa a vida e morte. Na compreensão de Ribeiro (2009, p. 96), a serpe é “a parte luminosa do mundo ctónico, do mundo dos mortos”, a qual vive debaixo da terra durante os meses mais escuros, onde jazem os mortos e regressa à superfície com o apelo do sol da primavera.

Do totem ofiolátrica ao dragão chinês

No que diz respeito ao animal emblemático da cultura chinesa, pode-se dizer que o dragão, ou *loong* (龙, *lóng*), designação optada para se distinguir do dragão malévolo no mundo ocidental, é o símbolo mais representativo da nação chinesa, sobretudo do povo Han (汉, *hàn*), que acredita ser descendente do dragão (Sleeboom, 2002). Este animal lendário chinês associa-se culturalmente com a sorte e fortuna e o dragão de cinco garras era utilizado exclusivamente pelo imperador ou família real como o cunho de poder supremo do filho do Céu desde a primeira dinastia feudal, Qin (秦, *Qín*, 221 a.C. – 206 a.C.).

A figura do *loong* também surgiu na primeira bandeira chinesa no século XIX, a qual consiste de um campo amarelo com um dragão azul. A bandeira foi erguida em 1866 durante a visita da delegação expedida pela dinastia Qing (清, *Qīng*, 1644 d.C – 1912 d.C) à Europa. Em 1868, durante a visita de um conjunto de altos funcionários da diplomacia aos Estados Unidos, a bandeira do dragão foi reutilizada para representar o governo Qing nas ocasiões formais (Zhou, 2020). Sendo assim, o mundo ocidental pode ter relacionado a nação chinesa estreitamente com a imagem do dragão desde então, uma vez que, antes desta dinastia imperial, não houve o costume de usar bandeira emblemática para simbolizar a nação ou Estado na história chinesa (Zhou, 2020).

Porém, a partir da perspectiva totemista do renomado erudito chinês Wen Yiduo (2014), o chamado dragão seria apenas uma serpente grande e este animal é efetivamente um misto de variados totens de animais provenientes de tribos primitivas. Contudo, o *loong* difere do dragão ocidental pelos seus chifres de veado e escamas de peixe (Chen & Shan, 2015). De acordo com Chen (2021), as grafias pictográficas arcaicas do caráter *loong*, registadas em inscrições em ossos oraculares e em bronzes rituais, evidenciam que o dragão chinês apresentava chifres na cabeça desde a Antiguidade. Apesar de possuir a capacidade de voar, o dragão chinês não tem asas. Esta hipótese foi corroborada pelo folclorista Sun Zuoyun, adiantando que a serpente adquire a forma de dragão após ser divinizada e transformar-se em totem (Yang, 1997).

À luz de Yang (1997), encontram-se um padrão serpentino nos artefactos de barro desenterrados da civilização neolítica Dawenkou (大汶口, *Dàwènkǒu*),

implicando o costume ofiolátrico de longa história na China. O povo da etnia Han já tratava a serpente como o totem da sua nação antes do aparecimento do sistema de escrita (Li, 2012; Chen & Shan, 2015). Durante a luta contra a natureza e o convívio com animais selvagens durante os tempos primordiais, o povo conheceu a agressividade da serpente e começou a sentir medo. Com o decorrer do tempo, o temor do ofídio tornou-se um tipo de reverência do antigo povo chinês, transformando este tipo de animal perigoso, que ameaçava a sua atividade agrícola e pecuária, em protetor de vida (Chao, 1979; Li, 2012). Neste caso, acredita-se que, na cultura totêmica da China antiga, a simbologia da serpente desempenhava um papel bastante positivo.

Apesar de existirem diversos caracteres utilizados para designar a serpente ou diferentes espécies desse réptil, a saber, 虺 (*huǐ*), “um tipo de serpente venenosa nos registos antigos”, 虺 (*téng*), “um tipo de serpente voadora nos registos antigos”, 蝮 (*kūi*) “um tipo de serpente venenosa”, 虺 (*fū*) “um tipo de serpente venenosa”, o ideograma 蛇 (*shé*) é mais empregado para se referir à serpente (The Commercial Press, 2016). Contudo, como se pode observar, a maioria dos caracteres referidos contém o componente 虫 (*chóng*), cujo significado em chinês moderno é “inseto”. Na linguagem coloquial, a serpente também é chamada 长虫 (*cháng chóng*), “inseto comprido”. De acordo com Xie (2020) e Yuan (2025), o caráter da serpente constitui uma variante do 它 (*tā*). Ao longo da evolução etimológica, o caráter 它 adquiriu novos significados e, durante as dinastias Qin e Han, foi-lhe acrescentado um componente a fim de especificar o sentido e evitar ambiguidade. Nas inscrições em ossos oraculares, 虫 e 它 representam grafias diferentes de um mesmo caráter utilizado para designar a serpente que acabaram por se transformar em dois caracteres distintos durante a evolução da escrita chinesa (Yuan, 2025).

De acordo com os registos na obra *Clássico das Montanhas e dos Mares* (山海经, *Shānhǎi Jīng*), nomeadamente, entre as 58 tribos totêmicas, oito veneravam a serpente (Chao, 1979). Além de registar uma coleção de mitologias chinesas, a obra clássica consta de relatos geográfico, cultural, etnográfico, zoológico e botânico do caráter fabuloso da China antiga. Segundo Cao (2024), o caráter 蛇 surgiu mais que cem vezes no *Clássico das Montanhas e dos Mares*, no qual se registam mais que vinte tipos de serpentes e quarenta e oito figuras divinas relacionadas com o ofídio, ora possuindo o corpo serpentiforme, ora sendo uma híbrida com base no réptil. Além disso, muitos deuses ou criaturas com poder divino eram descritos nos relatos com serpentes nos seus trajes, nas mãos ou sob os pés (Li, 2012; Cao, 2024).

Na mitogénia chinesa, a deusa-mãe, Nüwa (女娲), possuía cabeça humana e corpo da serpente. Acredita-se que foi esta deusa que criou os humanos com o *loess*, um tipo de solo amarelado característico da China; os bonecos de barro que

Nüwa modelou com as suas próprias mãos ganharam vida e tornaram-se os ricos. Cansada, a deusa pegou numa trepadeira, mergulhou-a no lodo e sacudiu-a no ar. As gotas caídas no chão transformaram-se em homens pobres (Chao, 2012).

A partir da dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.), a figura da deusa começou a surgir em adornamentos sepulcrais juntamente com o deus Fuxi (伏羲), o seu irmão e marido, muitas vezes, com as caudas serpentinadas entrelaçadas (Chao, 2012; Li, 2012; Martins, 2021; Panova et al, 2023). Em conformidade com Yang (1997), nas culturas antigas, a figura das duas serpes com caudas entrelaçadas simbolizava a reprodução e fertilidade. Além disso, o processo de ecdise e a forma fâlica da serpente podem igualmente ter contribuído para a veneração do réptil, a qual se relaciona com os ritos de fertilidade e o símbolo do renascimento e da eternidade (Chao, 1979; Chen & Shan, 2015).

De acordo com Chao (2012), tanto a deusa como o seu marido podem ter originado da crença primitiva de uma tribo que venerava a serpente. A criação da figura da deusa-mãe, com metade do tronco humano e metade do corpo da serpente, resultou de uma combinação de culto aos antepassados e crenças totémicas do povo antigo (Chao, 1979; Sheng, 2004). Martins (2021) associou esse totemismo animal às características climáticas da região do Rio Yangtzé, uma vez que as temperaturas elevadas e a acentuada humidade criaram condições propícias ao habitat de répteis, nomeadamente serpentes. Entretanto, Yang (1997) enfatizou o facto de que a veneração ofiolátrica não existia apenas nas tribos de etnia Han, mas também em diversas culturas antigas nas regiões que pertencem às atuais províncias do sudoeste chinês, a saber, Sichuan e Yunnan.

Acredita-se que as crenças totémicas e zoolátricas da antiguidade também deram origem aos doze signos do zodíaco chinês (Zhang, 2007). Os primeiros registos escritos relacionados com os signos chineses encontram-se nas escritas em bambu e madeiras da dinastia Qin, bem como na obra *Lunheng* (论衡, *lùn héng*) da autoria de Wang Chong, da dinastia Han. Contudo, os animais registados na dinastia Qin diferiam ligeiramente daqueles que hoje conhecemos (Zhang, 2003; Zhang, 2007). Por exemplo, o lugar da serpente era ocupado pelo carácter 虫, que, como já referido, era utilizado à época para designar a serpente.

Evolução da figura da Madame Serpente Branca na história

Não obstante, a figura da serpente que possui maior impacto tanto na cultura popular chinesa como na literatura, óperas tradicionais e cinematografia moderna da China é, sem contestação, *Bai Niangzi*, conhecida como Madame Serpente Branca (白娘子).

Apesar de existirem diversas versões, a história da Madame Serpente Branca centra-se no amor entre um espírito de serpente que obteve a forma de mulher

após práticas espirituais durante um milénio, e um humano, Xu Xian (许仙), que se tornou o seu marido na história. No taoísmo, acredita-se que a prática de meditação é uma maneira para os praticantes adquirirem longevidade, poder mágico e até imortalidade, permitindo também aos espíritos de animais e plantas obterem a forma corporal de humano (Emerson, 2020). Contudo, a história amorosa entre a serpente branca e o jovem nem sempre decorreu de forma linear, visto que os protagonistas passavam por sucessivas separações e reencontros graças à ação do monge Fahai (法海), o qual, na sua crença budista, dizia que todos os espíritos são perigosos e malvados, ameaçando a vida dos humanos (Emerson, 2020). O conto da Madame Serpente Branca é considerado por Chao (1979) como uma história de uma jovem corajosa lutar contra opressões das mulheres na sociedade feudal para buscar a sua própria felicidade, evocando uma empatia profunda.

Por um lado, com o término da época de selvajaria, a sociedade chinesa concluiu a transferência do poder da matrilinearidade para a patrilinearidade e, a partir daí, a figura divina da mulher-serpente começou a entrar em decadência (Sheng, 2004). Além disso, a identificação da nação chinesa com o totem do dragão também atenuou a ligação emocional particular do povo antigo com a serpente (Sheng, 2004). Por outro lado, à medida que a sociedade se desenvolve, a veneração totémica perdeu a sua importância, embora a crença animista tenha conseguido persistir (Li, 2012). Na cultura folclórica, o povo chinês acreditava que não apenas os humanos, mas também os animais e plantas, possuíam uma essência espiritual e estes podiam conviver com os homens com a forma humana após a prática espiritual.

Durante as dinastias Tang (618 d.C – 907 d.C) e Song (960 d.C – 1279 d.C), propagavam-se três contos sobre espíritos de serpente branca, em que as figuras da serpente se caracterizam por serem perigosamente sedutoras, inumanas, diabólicas, maliciosas e promíscuas, servindo para alertar para a conduta imprudente sexual. Trata-se dos protótipos da protagonista da história da Madame Serpente Branca (Sheng, 2004; Li, 2012). Com a popularização do budismo, as doutrinas religiosas pregavam o conceito de abstinência e a renúncia ao prazer sexual, a manifestação explícita da vontade primária era vista como imoralidade na sociedade feudal. Entretanto, segundo a filosofia confucionista, existem *Três Ordens Éticas* (三纲, *sān gāng*), indicando que o governante rege o súbdito, o pai instrui o filho, o marido preside sobre a esposa. Em vista disso, pode-se dizer que a posição da mulher chinesa se situava na posição social mais inferior naquela época. As figuras híbridas entre a serpente e mulher foram, portanto, difamadas de luxúria (Sheng, 2004).

O nome da Madame Serpente Branca surgiu pela primeira vez nos *Contos para Advertir o Mundo* (*Jingshi Tongyan*) de autoria de Feng Menglong da dinastia

Ming (1368 d.C – 1644 d.C). Embora tenha obtido mais humanidade nesta obra do século XVII, a simbologia da serpente continuou a manter as características de ferocidade e agressividade, subsistindo uma figura de potência destrutiva, manifestada na ameaça de converter a cidade num mar de sangue e submergir os seus habitantes, caso o marido humano recusasse obedecer-lhe (Sheng, 2004; Li, 2012). Contudo, neste conto, a serpente branca nunca pretendeu prejudicar a vida do jovem e desenvolveu uma relação com este meramente pela sua paixão. Porém, em conformidade com a história, depois de descobrir que a sua esposa era uma serpente através do monge Fahai, Xu Xian sentiu receio e converteu-se ao budismo (Li, 2012). Na opinião de Emerson (2020), o desfecho desta versão do conto revela que, naquela época em que o budismo prevalecia, recorrer aos templos em busca de proteção espiritual resultava de um certo temor pela parte do povo. Não obstante, o facto de a protagonista escolher o seu próprio marido manifestou o despertar da consciência feminista naquela época, lutando contra as doutrinas budistas e perspetivas confucionistas conservadoras (Li, 2012).

A história da serpente branca foi representada no palco das óperas tradicionais chinesas desde a dinastia Qing, em que a personagem da Madame Serpente Branca perdeu a inumanidade toda e os traços negativos, transformando-se numa figura bondosa e quase feérica (Sheng, 2004; Li, 2012). Essa mudança na sua caracterização coincidiu com os desfechos das óperas: após alcançar o primeiro lugar no exame imperial, o filho da Serpente Branca regressou ao pagode onde a mãe estava presa. Em reconhecimento da sua piedade filial, a torre desmoronou-se, permitindo que o espírito de serpente se reunisse novamente com a família (Li, 2012; Emerson, 2020). Não é difícil perceber que, nessa época, as mulheres usufruíam de maior liberdade e a figura da serpente desvinculou-se do símbolo diabólico e malicioso que antes representava (Li, 2012). O monge Fahai, por sua vez, passou a ser visto como o vilão que obstaculizava o amor verdadeiro.

Considerações finais

Amplamente distribuídas no mundo, podem-se encontrar vestígios das serpentes em quase todos os continentes desde a antiguidade. Ao longo da história, a serpente tem acompanhado todo o processo do desenvolvimento da sociedade humana. Por sua vez, a transformação da figura da serpente na cultura humana reflete a evolução do conhecimento dos homens sobre a realidade onde habitam e mudanças sociais. Apesar de a China e Portugal se situarem em extremos opostos da Eurásia, a serpente tem assumido e continua a desempenhar um papel imprescindível em ambas as culturas.

Nos tempos antigos, os povos lutavam contra a natureza para poderem sobreviver e prosperar. A rapidez, agilidade e veneno mortal da serpente despertavam o

temor dos povos antigos sobre este animal misterioso. Naquela época, os humanos ainda sucumbiam ao poder irresistível da natureza, o desconhecimento e receio levaram ao surgimento de crenças primitivas sobre os fenômenos naturais e à veneração de animais. Uma das venerações primárias nasceu do temor da serpente; tanto o povo celtibero como as tribos da ascendência Han praticavam o culto ofiolátrico. Durante o contacto com este animal, os nossos progenitores observaram que o ofídio possuía ainda capacidades de mudar de pele e se revitalizar depois do longo sono no frio hibernar. A partir daí, o réptil começou a estar relacionado com cura e regeneração. Por isso, não é de admirar que os deuses pagãos da medicina e da cura aparecessem frequentemente acompanhados por serpentes. Na mitologia chinesa, a deusa-mãe que criou os homens também possuía uma cauda serpentina. Foi também neste período que nasceu o sistema dos signos animais do zodíaco chinês, graças às crenças totémicas e zoolátricas associada à serpente e a outros animais.

Com o avanço da civilização humana, os homens equiparam-se com as competências essenciais para enfrentar os desafios impostos pela natureza. Embora o receio do perigo mortal da serpente ainda persista, a prática de veneração de animais foi gradualmente abandonada em muitas culturas. Na literatura popular e cultura folclórica da sociedade feudal chinesa, o caráter divino da serpente foi esquecido e começou a difundir-se o mito que o réptil é capaz de adquirir a forma de mulher, seduzir homens e lhes ameaçar a vida. Entretanto, no mundo ocidental, os animais com potencial para causar dano aos humanos também eram vistos como demoníacos, a exemplo daqueles mencionados no Antigo Testamento: a serpente, o chacal, o leão e o escorpião (Rinaldi, 2018). Ademais, a serpente foi ainda explicitamente associada ao Diabo no Novo Testamento. Daí, iniciou também a decadência simbólica da serpente na cultura portuguesa.

Curiosamente, tanto na cultura portuguesa quanto na chinesa, a serpente é relacionada com a imagem da mulher. A queda do homem do Éden vinculou estreitamente a serpente à figura da mulher maliciosa e sedutora (Chambel, 2003; Matangrano, 2021). Nas palavras de Matangrano (2021, p. 80), “ser serpente é ser, em dada medida, superior, posto que sedutora, no sentido de ser capaz de amedrontar, encantar, controlar ou mesmo destruir a criatura seduzida”. Embora inspire temor e empregue sedução, a serpente nunca provoca repulsa nem nojo, a qual representa um perigo que desperta os instintos mais profundos dos humanos, simbolizando um desejo nocivo (Matangrano, 2021). A repressão da vontade no cristianismo coincide, em certa medida, com o culto da abstinência na religião budista, em que a serpente também era utilizada na China medieval como um alerta para as consequências terríveis da imprudência sexual, tal como descritas nos primeiros contos da serpente branca. No entanto, essa evolução simbólica também se mani-

feita no plano linguístico. Tanto em português como em chinês, o uso idiomático associado à serpente tende a conservar conotações negativas. Contudo, na cultura chinesa, esta evolução ocorreu após o surgimento do sistema de signos do zodíaco, o que explica a presença da serpente entre os doze animais, apesar da sua conotação pejorativa. Importa salientar que os paralelos observados refletem sobretudo convergências simbólicas e funcionais que emergem de experiências humanas semelhantes na relação com a natureza, com o perigo representado pelos ofídios e com os sistemas religiosos e sociais que moldaram a interpretação desse animal ao longo da história, não implicando necessariamente alguma influência histórica direta entre as duas culturas.

Com o despertar da consciência feminista e liberal, as doutrinas budistas e os dogmas confucionistas começaram a perder o seu impacto. A figura da Madame Serpente Branca, que representava uma mulher que tinha coragem para lutar contra a opressão e buscar a sua própria feliz, foi purificada de características malignas, sedutoras e desumanas. Porém, isto não significa que a figura da serpente foi igualmente desmascarada na cultura chinesa, uma vez que, nas expressões idiomáticas, o ofídio continua a ser visto como um símbolo negativo, ao lado da raposa, rato e escorpião. No que se refere à cultura lusófona, graças às escrituras bíblicas, as conotações negativas da serpente permanecem enraizadas e a simbologia da serpente não escapa ao uso linguístico como instrumento para denegrir mulheres.

No final das contas, a distinção entre bem e mal na figura da serpente na cultura popular foi atribuído pelo homem. O veneno da serpente no final não passa de um meio de capturar presas, resultando de um longo processo evolutivo. As características da serpente nunca se transformaram, o que mudou foi o olhar dos humanos sobre este animal ao longo da história. Nos tempos antigos, o temor do réptil ocasionou a sua adoração e veneração. Os povos primitivos tentavam procurar uma proteção na serpente durante a sua luta contra a natureza. À medida que a civilização avançava e o conhecimento se expandia, o medo passou a adquirir ainda um sentido abominável, tornando-se associado à perdição e malevolência. Seja ela diabólica ou regenerativa, a figura da serpente está impregnada dos registos humanos sobre a evolução das sociedades. O bem e o mal contidos na figura da serpente permitem-nos conhecer melhor o mundo, a sociedade em que estamos inseridos e, também, a nós próprios.

Referências bibliográficas

- Brandão, J. (2022). Montes sagrados: Uma viagem pela iconologia portuguesa. *Revista Digital do LAV*, 15, e5-01. <https://doi.org/10.5902/1983734866499>
- Cao, X. (2024). Snake in *Shanhaijing*: The shamanic origin of Chinese ancient culture. *Open Journal of Historical Studies*, 12, 88. <https://doi.org/10.12677/OJHS.2024.121014>

- Ceríaco, L. (2022). Folclore e usos tradicionais de anfíbios e répteis em Portugal. *Bichos Vivos*, 17. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2281-1>
- Chambel, P. A. S. (2003). Os animais na literatura clerical portuguesa dos séculos XIII e XIII: Presença e funções [Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/117585>
- Chao, D. (1979). The snake in Chinese belief. *Folklore*, 90(2), 193-203. <https://doi.org/10.1080/0015587X.1979.9716142>
- Chen, Q. (2021). *Análise comparativa da figura do dragão no imaginário ocidental e chinês* (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho). RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/76622>
- Chen, C., & Shan, X. (2015). A contrastive analysis of connotations of “蛇 (she)” and “snake”. *Journal of Language Teaching & Research*, 6(1). <http://dx.doi.org/10.17507/jltr.0601.27>
- Eliade, M. (1994). *Tratado de história das religiões*. Edições Asa.
- Emerson, L. (2020). The legend of the Lady White Snake: An analysis of Daoist, Buddhist and Confucian. *HONOLULU*, 18, 45-49. <https://hilo.hawaii.edu/campuscenter/hohonu/volumes/volume18-2020>
- Gomes, S. A. (2008). A *Littera Pythagorae* e a sua simbologia cristológica na Idade Média portuguesa. *Humanitas*, 60, 177-203. <https://ucpages.uc.pt/cech/producao-cientifica/humanitas/humanitas-60-2008/>
- Guimarães, R. D. (2010). Aspetos do culto ibérico ou celta da serpente em zonas do Alto Douro: Estudo etnolinguístico e simbólico. *Revista de Letras, série II*, 9. <https://revistadeletras.utad.pt/index.php/revistadeletras/issue/view/11>
- Li, X. (2012). The evolution of White Snake's image and their cultural connotation. *Studies of Ethnic Literature*, 2, 149-155. <https://doi.org/CNKI:SUN:MZWX.0.2012-02-020>
- Martins, J. M. M. (2021). *Mitos chineses de origem: envolvências filosóficas e perspetivas contrastivas* (Tese de doutoramento, Universidade do Minho). RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/77238>
- Matangrano, B. A. (2021). A feminilidade da serpente: Subversão, simbologia e sugestão no contexto finissecular. *RiCOGNIZIONI. Rivista di Lingue e Letterature Straniere e Culture Moderne*, 8(15), 63-86. <https://doi.org/10.13135/2384-8987/5801>
- Michaelis. (s.d.). *Serpente*. Em *Michaelis Dicionário de Português*. Recuperado em 22 de fevereiro de 2026, de <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=serpente>
- Panova, E., Tjumentseva, E., Bocharikova, N., Jumanova, Z., Lobanova, J., Lepikhov, N., Koroleva, I., & Vorobeva, G. (2023). Understanding the image of a snake in different linguistic and cultural pictures of the world. *Revista EntreLinguas*, 9, e023006. <https://doi.org/10.29051/el.v9i00.17881>
- Pinkham, M. A. (1997). *The return of the serpents of wisdom*. Adventures Unlimited Press.
- Porto Editora. (s.d.). *Serpente*. Em *Infopédia – Dicionários Porto Editora*. Recuperado em 22 de fevereiro de 2026, de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/serpente>
- Ribeiro, A. V. S. F. (2009). O complexo totalizante simbólico: Religião popular, xamanismo e psicanálise nos arquivos da Inquisição portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 87-117. https://doi.org/10.14195/1645-2259_9_3
- Rinaldi, A. (2018). O mágico e o demoníaco: Figurações, práticas e efeitos na escrita literária portuguesa dos séculos XIII e XIV [Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/79818>

- Santos, C. F. M., Silva Filho, W. B., & de Moraes, E. M. A. (2013). Basiliscos que matam com o olhar e cobras que empalam com a cauda: As serpentes não peçonhentas na América portuguesa do século XVI. *Revista de Historia Iberoamericana*, 6(2), 131-148. <https://doi.org/10.3232/RHI.2013.V6.N2.05>
- Soares, F. (1966). *Coisas notáveis do Brasil*. Instituto Nacional do Livro–Ministério da Educação e Cultura.
- Sousa, G. S. de. (1971). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edusp.
- Sheng, K. (2004). The origination and evolution of the Chinese Snake–Woman motive. *Journal of Nanyang Teachers' College (Social Science)*, 3(2). <https://doi.org/CNKI:SUN:NYSF.0.2004-02-020>
- Silva, F. V. (2007). Textos canônicos e cultura popular: A pomba e a serpente. *Povos e Culturas*, 11, 33-47. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2007.8782>
- Sleeboom, M. (2002). The power of national symbols: The credibility of a dragon's efficacy. *Nations and Nationalism*, 8(3), 299-313. <https://doi.org/10.1111/1469-8219.00052>
- Sociedade Bíblica do Brasil. (1993). *Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada*.
- The Commercial Press. (2016). *Xiàndài Hànyǔ Cídiǎn* [现代汉语词典] (7th ed.). The Commercial Press.
- Varela, M. H. (1999). Para uma arqueologia da razão em língua portuguesa. *Reflexão*, 24(75). <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/10909>
- Wen, Y. (2014). *Fuxi kao*. Shanghai Guji Chubanshe.
- Xie, L. (2020). “蛇”字说释. *Journal of Kaifeng Vocational College of Culture & Art*, 40(01), 87-88. <https://doi.org/10.3969/j.issn.2096-7853.2020.01.037>
- Yang, P. (1997). 蛇崇拜与生殖文化初探. *Guizhou Ethnic Studies*, 1, 64-68. <https://doi.org/10.13965/j.cnki.gzmzyj10026959.1997.01.012>
- Yuan, R. (2025). 甲骨文“蛇”形字本相. *Sinogram Culture*, 09, 185-187. <https://doi.org/10.14014/j.cnki.cn11-2597/g2.2025.09.025>
- Zhang, L. (2003). 十二生肖的起源及墓葬中的十二生肖俑. *Sichuan Cultural Relics*, 05, 63-65.
- Zhang, S. (2007). 生肖文化的起源及其发展过程 (Dissertação de mestrado, Universidade de Língua e Cultura de Pequim). CNKI.
- Zhou, Y. (2020). Yellow Dragon Flag and the imagination of nation-state: The “National Flag”, symbol and nationalism of Late Qing Dynasty. *Academic Research*, 5, 122-128. <https://doi.org/CNKI:SUN:XSJ.0.2020-05-017>

Data de receção: 18/9/2025

Data de aprovação: 6/3/2026

Aculturação e interação pessoal: um estudo sobre a integração de estudantes chineses de português em mobilidade académica em Portugal

Jing Zhang

Universidade de Macau, RAEM (China)

Catarina Gaspar

Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.157-175>

Resumo

O presente estudo, fundamentado na Teoria de Aculturação de Berry (1997), procura analisar os processos de adaptação intercultural de estudantes chineses em mobilidade académica em instituições de ensino superior portuguesas. A análise baseou-se nos dados recolhidos através de um inquérito por questionário, scontrado nas dificuldades sentidas no domínio da interação pessoal por estudantes chineses da Universidade de Macau participantes em programas de mobilidade em Portugal. Os resultados evidenciam que estes estudantes experienciam processos de integração graduais e incompletos, marcados por desafios de natureza linguística, sociocultural e relacional, apesar de uma participação funcional no contexto académico e social de acolhimento. A análise sublinha igualmente o papel complementar desempenhado pelas instituições de origem e de acolhimento na preparação, no acompanhamento e no apoio linguístico, cultural e psicológico dos estudantes ao longo da mobilidade. Neste sentido, o estudo contribui para a compreensão dos processo de adaptação sociocultural em contexto de mobilidade, oferecendo simultaneamente uma base empírica relevante para o desenvolvimento de políticas institucionais de apoio mais eficazes. Desta forma, promove-se o aperfeiçoamento dos programas de intercâmbio educacional sino-português, bem como o reforço do bem-estar dos estudantes em ambientes interculturais.

Palavras-chave: estudantes chineses; aculturação; interação pessoal; intercâmbio educacional sino-português; mobilidade académica.

Abstract

Grounded in Berry's Acculturation Theory (1997), the present study seeks to analyse the processes of intercultural adaptation among Chinese students participating in academic mobility programs at Portuguese higher education institutions. The analysis was based primarily on data collected through a questionnaire survey focusing on difficulties in the domain of personal interaction, administered to Chinese students from the University of Macau who took part in mobility programmes in Portugal. The results indicate that these students undergo gradual and incomplete integration processes, characterised by linguistic, sociocultural and relational challenges, despite maintaining a functional level of participation in the host academic and social context. The analysis also highlights the complementary role played by home and host institutions in the preparation, monitoring and provision of linguistic, cultural and psychological support throughout the mobility period. In this regard, the study contributes to better understanding of socio-cultural adaptation processes in mobility contexts, while also providing a relevant empirical basis for the development of more effective institutional support policies. In this way, it fosters the enhancement of Sino-

Portuguese educational exchange programmes, as well as the promotion of students' well-being in intercultural environments.

Keywords: academic mobility; acculturation; Chinese students; personal interaction; Sino-Portuguese educational exchange.

Introdução

À medida que se intensificam os laços e o intercâmbio entre a China e Portugal nos domínios da educação e da cultura, observa-se um crescimento do número de estudantes universitários chineses que ingressam em instituições de ensino superior portuguesas, seja para prosseguir estudos após a licenciatura, seja ao abrigo de programas de mobilidade académica.

Segundo dados disponibilizados na página do *China Daily*¹, o número total de estudantes chineses matriculados em instituições de ensino superior no estrangeiro atingiu 1,02 milhões em 2021, posicionando a China no topo do *ranking* mundial. Este dado reflete a postura proativa das universidades chinesas na promoção da internacionalização dos seus estudantes. Neste panorama global, Portugal tem vindo a consolidar-se como um destino académico de crescente relevância para estudantes chineses, sobretudo para aqueles que se dedicam aos estudos da língua portuguesa.

O “Livro Azul – Relatório sobre o Ensino do Português em Instituições de Ensino Superior da China (1960-2020)” (Lei, 2020) apresenta uma análise sistemática da evolução e do estado atual do ensino da língua portuguesa nas universidades chinesas. Ao longo das últimas seis décadas, este ensino registou avanços significativos: o número de instituições que oferecem programas de língua portuguesa tem vindo a crescer de forma contínua, o corpo docente tem sido progressivamente qualificado e o sistema de formação tem-se tornado cada vez mais estruturado e eficaz.

De forma particularmente relevante, os intercâmbios académicos entre universidades chinesas e instituições de países de língua portuguesa têm-se intensificado, com projetos de cooperação cada vez mais consolidados. Estes projetos têm contribuído para ampliar as oportunidades de mobilidade estudantil, permitindo que um número crescente de estudantes chineses de língua portuguesa possa realizar parte da sua formação em Portugal.

¹ China Daily (2024). *China still leading source of foreign students*. Disponível em <https://www.chinadaily.com.cn/a/202403/16/WS65f4e78ba31082fc043bcf71.html>. Acesso: 18/03/2026

Estas tendências não apenas evidenciam a prioridade atribuída pelas universidades chinesas à formação de talentos fluentes em português, como também revelam o papel crescente que estes estudantes desempenham nos intercâmbios internacionais. Contudo, no decurso das interações interculturais, os estudantes chineses envolvidos em programas de intercâmbio em universidades portuguesas deparam-se com diversos desafios significativos, sobretudo de natureza burocrática, académica e cultural (Dias, 2015). Neste contexto, a adaptação cultural assume-se como uma dimensão central da experiência de estudo no estrangeiro, que não pode ser negligenciada.

A forma como os estudantes interagem com os residentes e se inserem na vida comunitária durante o período de estudos no estrangeiro influencia não só o seu desempenho académico e bem-estar, como também a profundidade e o alcance da cooperação educativa entre a China e Portugal. Assim, uma análise dos processos de adaptação cultural vivenciados por estudantes chineses de língua portuguesa em Portugal reveste-se de uma importância teórica e prática significativa.

O presente estudo, fundamentado na Teoria da Aculturação de Berry (1997), procura examinar as dificuldades na interação pessoal enfrentadas por estes estudantes durante a mobilidade académica em instituições de ensino superior portuguesas. Pretende-se, em especial, identificar os principais obstáculos percecionados e compreender os seus processos de adaptação intercultural à luz do referido enquadramento teórico.

De acordo com Berry (1997), a aculturação refere-se às transformações psicológicas e comportamentais que ocorrem quando indivíduos entram em contacto com uma cultura diferente da sua. O autor propõe quatro estratégias principais de aculturação: integração, assimilação, separação e marginalização. Entre estas, a integração é considerada a mais benéfica para o bem-estar psicológico e para o funcionamento social, pois pressupõe uma participação ativa na cultura de acolhimento, sem abdicar da identidade cultural de origem.

Com base neste enquadramento teórico, o presente estudo propõe-se analisar, a partir de dados recolhidos por questionário, os modos de aculturação evidenciados por estudantes chineses em mobilidade em instituições de ensino superior portuguesas. A análise dos dados permitirá formular algumas considerações finais, que poderão servir de referência às instituições envolvidas em programas de mobilidade – tanto de origem como de acolhimento – no desenvolvimento de medidas que favoreçam percursos de integração. Esta abordagem visa não apenas apoiar os estudantes na construção de uma experiência académica mais equilibrada e enriquecedora, mas também contribuir para o aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio, tornando-as mais eficazes e ajustadas às necessidades dos estudantes internacionais.

Teoria de Aculturação

O conceito de aculturação desenvolvido por Berry (1997) constitui uma das principais referências na psicologia intercultural, oferecendo um enquadramento teórico clássico para compreender como os indivíduos enfrentam diferenças culturais, estabelecem relações interpessoais e desenvolvem um sentimento de pertença em contextos multiculturais. Berry define a aculturação como o conjunto de processos e resultados, tanto culturais como psicológicos, decorrentes do contacto entre culturas distintas (1997, p. 8). Trata-se de um fenómeno bidirecional que envolve, por um lado, a mudança cultural, ou seja, a transformação de comportamentos e valores em resposta à exposição a uma nova cultura; e, por outro, a adaptação psicológica, que se refere ao ajustamento emocional, identitário e comportamental do indivíduo ao novo ambiente sociocultural.

Desde a sua formulação, esta teoria tem sido amplamente aplicada em estudos sobre populações migrantes, minorias étnicas, estudantes internacionais e outros grupos em situação de transição cultural. Berry propõe que a aculturação se estrutura em duas dimensões independentes: o grau de manutenção da identidade cultural de origem e o nível de envolvimento com a cultura dominante. A combinação destas dimensões resulta em quatro estratégias distintas (Berry, 1997, p. 9): 1. Integração – considerada a mais favorável ao bem-estar psicológico, envolve a participação ativa na cultura de acolhimento, sem renunciar à cultura de origem; 2. Assimilação – caracteriza-se pela adoção da nova cultura, com menor contacto com os compatriotas; 3. Separação – implica a preservação da cultura original e a recusa em envolver-se com a nova cultura; 4. Marginalização – traduz-se na perda de ligação tanto à cultura de origem como à cultura de acolhimento, resultando frequentemente em isolamento social.

Berry (1997) sublinha que o processo de aculturação é influenciado por múltiplos fatores, como a personalidade e resiliência do indivíduo, as políticas multiculturais da sociedade anfitriã, as atitudes da população local face aos grupos minoritários (por exemplo, inclusão ou discriminação), e os sistemas de apoio social (família, amigos, comunidade). Acrescenta ainda que a integração só é plenamente alcançável quando a sociedade dominante adota uma postura aberta e inclusiva face à diversidade cultural, permitindo que os grupos não dominantes escolham livremente a sua estratégia de adaptação (Berry, 1991). Assim, a integração exige um compromisso mútuo, baseado na aceitação da coexistência de diferentes identidades culturais.

A forma como os indivíduos se adaptam a um novo ambiente é um aspeto central do processo de aculturação. Sam e Berry (2010) esclarecem que a adaptação não é sinónima de aculturação, “but it follows from the change.” (p. 477). Os indivíduos que adotam uma estratégia de integração, envolvendo-se simultaneamente

com a cultura de origem e com a sociedade de acolhimento, tendem a apresentar níveis mais elevados de adaptação. Em contraste, aqueles que se orientam exclusivamente para uma das culturas (por meio da assimilação ou separação), ou que não se identificam com nenhuma (marginalização), revelam geralmente uma adaptação menos satisfatória.

Ward e Kennedy (1999) distinguem dois tipos de adaptação intercultural: a psicológica, relacionada com o bem-estar emocional e físico, e a sociocultural, observável através de comportamentos, desempenho académico e competências sociais. Estas dimensões estão interligadas: interações positivas com membros da cultura anfitriã promovem o bem-estar e a satisfação pessoal, enquanto sentir-se aceito e valorizado facilita a integração social e o sucesso académico. Uma aculturação bem-sucedida, portanto, potencia uma adaptação mais eficaz dos estudantes internacionais ao novo contexto cultural.

A teoria de Berry teve um impacto profundo na psicologia intercultural, servindo de base para desenvolvimentos posteriores. Boski (2024), por exemplo, propôs o *Modelo Tripartido de Competência Bicultural*, composto por três dimensões essenciais: símbolos (elementos culturais visíveis como vestuário, festividades, arquitetura), línguas (não apenas como meio de comunicação, mas como veículo de pensamento cultural), e valores e práticas (normas, crenças, atitudes face à autoridade, estrutura familiar, educação e ética profissional). Estas dimensões constituem o núcleo da aprendizagem cultural, sendo aplicáveis tanto à enculturação (internalização da cultura de origem) como à aculturação (adaptação à cultura de acolhimento). Boski defende que o resultado ideal da adaptação cultural é o desenvolvimento de uma competência bicultural estável e de uma identidade bicultural consolidada, entendida como uma capacidade psicológica que pode ser cultivada para além das preferências individuais.

Diversos estudos recentes têm aprofundado a compreensão sobre a integração de estudantes chineses no estrangeiro, com base na teoria da aculturação de Berry (1997). Du (2012) demonstrou que os laços sociais, tanto com a sociedade maioritária como com a comunidade chinesa, influenciam significativamente o bem-estar subjetivo dos estudantes. Em particular, a ligação com a sociedade anfitriã revelou-se essencial para aumentar a satisfação com a vida e promover emoções positivas, funcionando como um mediador importante na eficácia da estratégia de integração.

Por sua vez, Lewis (2015), através de um estudo de métodos mistos com estudantes chineses numa universidade norte-americana, constatou que a maioria dos participantes optava pela integração como estratégia preferencial. No entanto, a sua eficácia não estava diretamente relacionada com variáveis como o tempo de permanência, o género ou o desempenho académico. O autor sublinha que os

mecanismos de apoio oferecidos no início da experiência universitária são determinantes para o sucesso da integração.

Chen e Wu (2021) abordaram os desafios linguísticos enfrentados pelos estudantes chineses, identificando a dificuldade em compreender expressões idiomáticas como um dos principais obstáculos à integração. Os autores recomendam a adoção de estratégias coordenadas a vários níveis, governamental, institucional e individual, para superar estas barreiras e promover uma adaptação mais eficaz.

Num estudo com 315 estudantes chineses nos Estados Unidos, Lai *et al.* (2023) observaram que a estratégia de separação era a mais comum entre os participantes. No entanto, os dados mostraram que a integração estava associada a uma melhor adaptação sociocultural. Além disso, a adaptação psicológica revelou-se um preditor significativo do desempenho académico, sugerindo que a integração deve ser acompanhada de apoio emocional adequado.

Miao e Zhang (2024), num estudo transnacional com estudantes chineses em dez países, concluíram que estratégias de enfrentamento positivas, como a participação em atividades desportivas, estão fortemente associadas ao grau de integração. O envolvimento em práticas desportivas promove o sentimento de pertença ao grupo e reduz preconceitos em relação ao grupo externo, contribuindo para uma adaptação intercultural mais eficaz.

Apesar da ampla aplicação da Teoria da Aculturação de Berry (1997) em estudos sobre estudantes internacionais, não se identificam investigações sistemáticas que apliquem este modelo especificamente à adaptação cultural de estudantes chineses em Portugal. No entanto, a dissertação de mestrado de Fu (2019) constitui uma contribuição relevante ao explorar o processo de integração social de imigrantes chineses residentes em Portugal, com especial enfoque nas suas estratégias de adaptação cultural, redes sociais, e níveis de adaptação psicológica e sociocultural.

Recorrendo a um inquérito por questionário, Fu (2019) recolheu dados junto de imigrantes chineses a viver em Portugal e realizou uma análise estatística com base na teoria de Berry (1997). Os resultados revelam que as redes sociais globais desempenham um papel crucial na adaptação cultural, sendo que quanto maior o tempo de residência, maior o nível de adaptação. A estratégia de integração mostrou-se eficaz tanto na adaptação psicológica como na sociocultural, embora fatores como barreiras linguísticas e o nível de aceitação social continuem a influenciar negativamente o processo. O estudo destaca ainda que a participação económica e política constitui uma dimensão essencial da integração social.

Estudantes Chineses em Mobilidade em Instituições Portuguesas

Com o acelerar do processo de internacionalização do ensino superior na China, têm sido implementadas diversas políticas a nível nacional que incenti-

vam os estudantes de cursos de línguas estrangeiras a participarem em programas de mobilidade académica. Documentos estratégicos como o *Plano Nacional de Reforma e Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo (2010–2020)* e a iniciativa *Uma Faixa, Uma Rota*, sublinham a importância de formar talentos linguísticos com uma visão internacional, domínio das normas globais e competências de comunicação intercultural. Neste contexto, o português, enquanto língua oficial de vários países abrangidos pela iniciativa, adquiriu um estatuto estratégico no panorama educativo chinês.

Em resposta a estas orientações, várias universidades chinesas que oferecem cursos de português têm estabelecido parcerias com instituições de ensino superior portuguesas, permitindo aos estudantes realizarem um semestre ou um ano de estudos em Portugal, geralmente durante o segundo ou terceiro ano da licenciatura. Estes programas visam não só melhorar a proficiência linguística dos estudantes, como também aprofundar o conhecimento sobre os contextos culturais e sociais dos países de língua portuguesa, promovendo assim o desenvolvimento de competências de comunicação intercultural (Zhang, 2019; U, 2020; Grosso *et al.*, 2021).

Segundo os dados recolhidos pelas autoras deste estudo, até maio de 2024, entre as 42 instituições de ensino superior chinesas que oferecem cursos de licenciatura em Estudos Portugueses ou Língua e Cultura Portuguesa, 32 já enviaram estudantes para universidades portuguesas através de programas de mobilidade académica. Destaca-se, entre estas, a Universidade de Macau, que mantém acordos de intercâmbio com diversas universidades portuguesas e brasileiras.

No website oficial da Universidade de Macau, pode ler-se a seguinte informação:

*All students are strongly encouraged to spend one year studying in a Portuguese speaking country's university...A period of study in a Portuguese-speaking university greatly enhances the student's academic and linguistic skills and can make a significant contribution to their future.*²

Para os estudantes chineses de português, cuja formação decorre num ambiente cultural predominantemente homogéneo, a chegada a Portugal representa a entrada num novo contexto cultural. Neste cenário, surgem questões importantes: estarão estes estudantes dispostos a envolver-se ativamente com a nova cultura? Conseguirão manter os laços com a sua cultura de origem?

Com o crescimento contínuo dos intercâmbios académicos entre a China e Portugal e o aumento do número de estudantes chineses a frequentar instituições de ensino superior portuguesas, os desafios da comunicação intercultural tornam-se cada vez mais evidentes (Pires, 2022). Assim, estudos centrados na adaptação

² Disponível em: <https://fah.um.edu.mo/departament-of-portuguese/study-abroad-programmes/> Acesso: 05/10/2025.

cultural destes estudantes assumem particular relevância, quer para aprofundar o conhecimento académico nesta área, quer para apoiar a definição de políticas institucionais que favoreçam a integração e o sucesso académico.

Metodologia

Com base na Teoria da Aculturação de Berry (1997), o presente estudo incide sobre estudantes da licenciatura em Estudos Portugueses da Universidade de Macau. No terceiro ano do curso, e desde que cumpram os requisitos académicos definidos, estes estudantes podem candidatar-se voluntariamente a um período de mobilidade numa instituição de ensino superior em Portugal. Esta estadia, normalmente com a duração de um semestre ou de um ano letivo, envolve a frequência de unidades curriculares integradas no plano de estudos da universidade de acolhimento, proporcionando uma experiência académica e cultural em contextos de língua portuguesa.

A investigação teve início com duas entrevistas de grupo não estruturadas, realizadas com os 19 alunos inscritos no Curso Anual de Português Língua Estrangeira numa universidade portuguesa. As sessões decorreram nos dias 10 e 17 de novembro de 2023, com 13 e 6 participantes, respetivamente, em salas de aula da instituição de acolhimento. Foram conduzidas em mandarim e cantonês, de modo a assegurar a espontaneidade e a profundidade das respostas. As interações foram registadas através de notas de campo elaboradas pela autora chinesa durante as sessões, não tendo sido afetuada gravação áudio nem transcrições integrais.

As conversas incidiram em dois eixos principais: 1) As ações preparatórias organizadas pela Universidade de Macau antes da partida para Portugal, nomeadamente o apoio administrativo e logístico; e 2) As experiências dos estudantes durante o período de estudos em Portugal, abrangendo aspetos da vida quotidiana, vida académica e interações pessoais.

Segundo os testemunhos recolhidos, os estudantes referiram que, antes da viagem, a universidade organizou sessões informativas e prestou apoio nos procedimentos administrativos. O principal obstáculo identificado foi o processo de obtenção do visto de entrada.

Relativamente à experiência académica em Portugal, os comentários mais recorrentes dos estudantes incidiram sobre o funcionamento das aulas e a atuação dos docentes. Além disso, foram mencionadas algumas dificuldades na vida quotidiana, como o acesso aos serviços de saúde. Contudo, o problema mais recorrente apontado pelos estudantes foi a falta de oportunidades de interação com estudantes portugueses: “Não temos muitas oportunidades para conhecer ou estabelecer contacto com estudantes portugueses.” Estes relatos indicam que o principal desafio enfrentado pelos estudantes chineses durante o intercâmbio em

Portugal reside na dificuldade de comunicação e convivência com os membros da cultura anfitriã.

Dado o carácter exploratório desta componente e a ausência de um procedimento sistemático de análise qualitativa, os dados recolhidos nas entrevistas foram utilizados apenas como elemento contextual. Serviram para identificar temas relevantes que orientaram a construção do questionário aplicada na fase seguinte da investigação, centrada na análise das interações pessoais dos estudantes em mobilidade académica. Esta etapa incidiu sobre um grupo mais alargado de alunos da Universidade de Macau, incluindo os 19 participantes anteriormente referidos.

Em abril de 2024, foi aplicado um questionário online através da plataforma *Tengxun Wenjuan*. O link foi divulgado por meio de grupos de WeChat ou por correio eletrónico junto de estudantes chineses da Licenciatura em Estudos Portugueses da Universidade de Macau que se encontravam em Portugal no momento da investigação, bem como de antigos alunos que, nos últimos dez anos, tinham realizado períodos de estudo em instituições de ensino superior portuguesas. No total, foram recolhidas 108 respostas ao questionário, tendo todas sido consideradas válidas após a verificação da sua completude e consistência. Embora a adoção deste intervalo temporal mais alargado permita identificar tendências gerais de interação, importa reconhecer que as variações contextuais ocorridas ao longo desse período, assim como os efeitos da memória retrospectiva e da reconstrução dos acontecimentos, podem constituir fontes potenciais de enviesamento.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi adaptado a partir da secção relativa à interação pessoal do questionário desenvolvido por Spencer-Oatey e Xiong (2012), originalmente concebido para investigar a adaptação sociocultural de estudantes chineses em universidades britânicas. Tendo em conta as experiências dos estudantes chineses em Portugal, ao questionário original, depois de traduzido para o português, foram introduzidas algumas adaptações. Concretamente, às perguntas “Contacting your families or friends through email/telephone” e “Dealing with other nationalities who annoy you (e.g., those making noise in the library)” foram acrescentados, respetivamente, os itens “redes sociais” e “aqueles que sujam os espaços comuns”. A pergunta “Dealing with staff working in the finance or accommodation office” foi reformulada para “Lidar com os funcionários administrativos da universidade”. Por outro lado, foram eliminadas as perguntas “Being with other nationalities of the opposite sex” e “Getting used to making appointments with people before visiting them”, e foi ainda adicionada uma nova pergunta: “Manter uma relação harmoniosa com o/a senhorio/a e os colegas de quarto”.

O questionário encontra-se estruturado em duas partes: a primeira apresenta uma explicação clara dos objetivos do estudo e solicita o consentimento infor-

mado dos participantes, assegurando a confidencialidade das respostas; a segunda consiste num conjunto de questões relativas à interação pessoal, formuladas em escalas de *Likert* de 5 pontos. O questionário visa explorar uma questão central para instituições de ensino superior em contexto de internacionalização: quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes chineses que frequentam cursos anuais de português no domínio da interação pessoal?

Os dados recolhidos foram tratados em formato Excel, procedendo-se ao cálculo das médias das respostas válidas para cada item da escala, com base em estatística descritiva simples. A análise incidiu sobre a identificação de padrões de dificuldade percecionada no domínio da interação pessoal, permitindo observar tendências de adaptação sociocultural. O estudo assume, assim, uma natureza exploratória, não recorrendo a análises estatísticas referenciais.

Importa salientar que o instrumento utilizado não permite classificar individualmente estratégias de aculturação, possibilitando antes a identificação de indicadores relevantes para a análise dos processos de adaptação intercultural. Em investigações futuras, prevê-se a ampliação da amostra e o recurso a métodos estatísticos mais robustos, de modo a aumentar a objetividade da análise e a reforçar o rigor científico.

Análise dos Dados

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, procede-se a uma descrição dos resultados a partir das médias das pontuações de dificuldade associadas ao domínio da interação pessoal.

Tabela 1. Dificuldade percecionada no domínio da interação pessoal

Interação pessoal	Dificuldade
P1. Fazer amizade com chineses	1,62
P2. Fazer amizade com portugueses	3,44
P3. Fazer amizade com pessoas de outras nacionalidades (além da portuguesa)	2,93
P4. Participar nos eventos sociais locais (por exemplo), ir ao café ou participar em atividades festivas	2,81
P5. Habituar-se a viver independente dos seus pais	2,17
P6. Manter contacto com a sua família ou os seus amigos através de redes sociais/ telefone/email, etc.	1,65
P7. Lidar com os estrangeiros que te incomodam (por exemplo, aqueles que sujam os espaços comuns, ou que fazem barulho na biblioteca)	2,89
P8. Lidar com os funcionários administrativos da universidade	2,67

P9. Ser apresentado/a a estrangeiros desconhecidos	2,74
P10. Iniciar uma conversa com estrangeiros e manter a conversa por algum tempo	3,01
P11. Entender piadas, anedotas e humor em português	3,89
P12. Lidar com o contacto físico em eventos sociais (por exemplo, dar beijinhos e abraçar)	2,40
P13. Manter uma relação harmoniosa com o/a senhorio/a e colegas de quarto	2,53

Nota. Escala de Likert de 5 pontos: 1 = sem dificuldade; 5 = com extrema dificuldade. Os valores apresentados correspondem à média das respostas válidas por item (N = 108).

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários aplicados em abril de 2024.

De um modo geral, observa-se que os estudantes chineses em mobilidade académica em Portugal percecionam níveis diferenciados de dificuldade nas várias situações de interação interpessoal. Verifica-se que a dificuldade é menor no que diz respeito ao contacto com pessoas da mesma origem cultural. “Fazer amizade com chineses” (P1, M = 1,62), assim como “Manter contacto com a sua família ou os seus amigos através de redes sociais/telefone/email, etc.” (P6, M = 1,65), indicando que estas formas de interação são globalmente consideradas pouco problemáticas.

Por outro lado, as maiores dificuldades concentram-se nas interações que envolvem o contacto direto com a cultura de acolhimento. Destaca-se, em particular, “Entender piadas, anedotas e humor em português” (P11), que regista a média mais elevada (M = 3,89), revelando tratar-se do aspeto mais desafiante no domínio da interação pessoal. “Fazer amizade com portugueses” (P2, M = 3,44) e a “Iniciar uma conversa com estrangeiros e manter a conversa por algum tempo” (P10, M = 3,01) também surgem como áreas de dificuldade relativamente elevada, sugerindo obstáculos na comunicação espontânea e no estabelecimento de relações sociais com membros da sociedade de acolhimento.

As interações com pessoas de outras nacionalidades, para além da portuguesa, apresentam um grau de dificuldade intermédio (P3, M = 2,93), assim como “Lidar com os estrangeiros que te incomodam (por exemplo, aqueles que sujam os espaços comuns, ou que fazem barulho na biblioteca)” (P7, M = 2,89) e “Participar nos eventos sociais locais (por exemplo), ir ao café ou participar em atividades festivas” (P4, M = 2,81). Estes resultados indicam que, embora exista alguma abertura ao contacto intercultural, persistem desafios na adaptação às normas sociais e às práticas quotidianas.

Relativamente à vida quotidiana, “Habituar-se a viver independente dos seus pais” (P5) apresenta uma dificuldade moderada (M = 2,17), enquanto “Manter uma relação harmoniosa com o/a senhorio/a e colegas de quarto” (P13) regista

uma média de 2,53. O contacto com os funcionários administrativos da universidade também é percecionado como moderadamente difícil (P8, $M = 2,67$), sugerindo eventuais barreiras linguísticas ou culturais no relacionamento institucional.

Em síntese, os resultados evidenciam que os estudantes enfrentam maiores dificuldades nas interações linguística e culturalmente exigentes, sobretudo aquelas que implicam proximidade comunicativa e interação prolongada com falantes nativos, enquanto as interações intragrupo e mediadas por meios digitais são percecionadas como significativamente mais fáceis.

À luz do modelo de aculturação de Berry (1997), os resultados obtidos no domínio da interação pessoal permitem identificar tendências gerais no processo de adaptação intercultural dos estudantes chineses em mobilidade académica em Portugal, embora tais tendências devam ser interpretadas com prudência, atendendo ao carácter exploratório do estudo e às limitações metodológicas já reconhecidas. Importa recordar que o modelo de Berry se baseia em duas dimensões fundamentais — a manutenção da cultura de origem e o envolvimento com a cultura da sociedade de acolhimento — cuja articulação dá origem a diferentes estratégias de aculturação.

Os dados revelam, em primeiro lugar, que os estudantes percecionam poucas dificuldades nas interações intragrupo, nomeadamente no estabelecimento de amizades com outros estudantes chineses e na manutenção de contactos com familiares e amigos através de meios digitais. Estes resultados sugerem uma forte valorização da continuidade dos vínculos culturais e sociais de origem, correspondendo à dimensão de manutenção cultural definida por Berry (1997). Neste sentido, as redes sociais intragrupo parecem assumir um papel estabilizador e protetor, funcionando como um recurso relevante de apoio emocional e de gestão do stress associado à experiência de mobilidade académica. De forma consistente, o estudo de Safdar, Lay e Struthers (2003) demonstra que as redes de pessoas da mesma nacionalidade desempenham uma função protetora no ajustamento psicológico, embora possam também limitar o contacto com a sociedade de acolhimento quando assumem um papel excessivamente central no processo de adaptação.

Em contraste, as dificuldades mais acentuadas manifestam-se em contextos que implicam um envolvimento mais profundo com a cultura de acolhimento, em particular nas interações informais e espontâneas com falantes nativos de português. A elevada dificuldade percecionada na compreensão do humor em português evidencia desafios que vão além da competência linguística formal, remetendo antes para questões de natureza sociopragmática e cultural. Estudos realizados por Fu (2019) e por Chen e Wu (2021) identificaram igualmente as barreiras linguísticas, nomeadamente a dificuldade dos estudantes chineses em compreender

expressões idiomáticas, como um dos principais obstáculos ao processo de integração. Chen (1999) acresce ainda que a ansiedade associada à utilização de uma segunda língua pode afetar não só o desempenho académico, mas também dificultar o estabelecimento de relações interpessoais, inibindo as tentativas dos estudantes internacionais de fazer amigos e interagir com membros da comunidade local. Neste sentido, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes participantes no presente estudo no estabelecimento de amizades com estudantes portugueses e na manutenção de conversas prolongadas podem contribuir para um certo afastamento entre os estudantes chineses e a comunidade local portuguesa, fenómeno que Dias (2015) designa como *desconexão*.

Importa ainda sublinhar a relevância das amizades estabelecidas com membros da sociedade de acolhimento para a redução do isolamento social e a promoção do bem-estar dos estudantes internacionais. O estudo de Zhang e Brunton (2007), por exemplo, demonstrou que estudantes chineses com um maior número de amizades com estudantes locais participavam mais frequentemente em atividades de lazer com a população anfitriã e reportavam níveis significativamente mais baixos de solidão, quando comparados com aqueles cujo contacto social com estudantes locais era mais limitado. Estes resultados evidenciam que as relações interpessoais com membros da sociedade de acolhimento não só ampliam as oportunidades de participação social, como também contribuem para o desenvolvimento de um sentimento de pertença e inclusão.

No modelo de aculturação de Berry (1997), o envolvimento relacional com a sociedade de acolhimento constitui um elemento central da estratégia de integração, na medida em que permite um contacto significativo com a nova cultura sem comprometer a manutenção da identidade cultural de origem. Esta ligação à sociedade anfitriã revela-se igualmente determinante para o bem-estar dos estudantes internacionais, uma vez que, segundo Du (2012), contribui para o aumento da satisfação com a vida e para a promoção de emoções positivas, funcionando como um mediador fundamental da eficácia da estratégia de integração. Neste quadro, a dificuldade em estabelecer amizades com estudantes portugueses, identificada no presente estudo, pode constituir um fator que condiciona a consolidação de uma trajetória de integração mais consistente, conduzindo a um envolvimento social tendencialmente limitado. Tal condicionamento poderá refletir-se não só ao nível da adaptação sociocultural, mas também no bem-estar emocional dos estudantes em mobilidade académica.

Apesar disso, os resultados relativos a outras dimensões da interação pessoal – como a participação em eventos sociais, a relação com os funcionários administrativos da universidade ou a convivência com colegas de quarto e senhoriais – revelam níveis inter-médios de dificuldade, sugerindo que estes estudantes não

evitam o contacto com o contexto social português. Pelo contrário, parecem envolver-se de forma funcional nas exigências do quotidiano académico e social, ainda que esse envolvimento nem sempre se traduza numa integração relacional profunda. Resultados semelhantes são referidos por Dias (2015), que identifica as dificuldades de natureza burocrática enfrentadas por estudantes chineses como um dos desafios recorrentes no processo de adaptação intercultural, contribuindo para a contextualização dos dados obtidos no presente estudo. Para além das questões administrativas, o estudo de Ward e Kennedy (1994) indica que as diferenças culturais e as divergências nos hábitos de vida quotidiana podem constituir fatores adicionais de dificuldade no processo de adaptação, influenciando, ainda que de forma variável, a qualidade das interações pessoais. Diferenças ao nível das normas sociais, dos estilos de comunicação e das práticas de convivência quotidiana podem originar situações de incompreensão ou processos de ajustamento gradual, mesmo quando se observa uma predisposição para o contacto com a sociedade de acolhimento. Esta coexistência entre abertura ao contacto e dificuldades persistentes verificada no presente estudo pode, segundo Berry (1997), ser entendida como um indicador de um processo de adaptação progressivo e não linear, no qual a estratégia de integração se encontra em desenvolvimento e é condicionada por fatores contextuais e culturais.

Neste quadro, os dados não permitem afirmar de forma conclusiva a adoção de uma estratégia de separação entendida por Berry (1997) como a rejeição do contacto com a cultura de acolhimento. Em vez disso, parecem revelar um posicionamento intermédio, caracterizado por uma forte preservação da cultura de origem combinada com tentativas limitadas, mas reais, de envolvimento com a sociedade anfitriã. Tal posicionamento pode ser interpretado como uma forma de integração incompleta ou em construção, condicionada por fatores linguísticos, culturais e contextuais, bem como pelas oportunidades efetivas de interação intercultural disponíveis aos estudantes.

Do ponto de vista teórico, estes resultados corroboram a ideia de que a estratégia de integração, embora amplamente reconhecida como a forma mais adaptativa de aculturação, não é automaticamente alcançada pelo simples contacto prolongado com a cultura de acolhimento. Pelo contrário, a integração pressupõe condições sociais favoráveis, interações recíprocas e acesso a redes de contacto diversificadas, fatores que nem sempre estão plenamente disponíveis no contexto da mobilidade académica. Assim, os padrões observados sugerem que o percurso de adaptação dos estudantes chineses em Portugal é marcado por uma tensão contínua entre a segurança proporcionada pelas redes de origem e os desafios associados ao envolvimento intercultural, em consonância com as dinâmicas descritas por Berry (1997).

Considerações Finais

Sob a perspetiva da Teoria da Aculturação de Berry (1997), os resultados do presente estudo apontam para processos de adaptação intercultural complexos, graduais e dinâmicos entre os estudantes chineses em mobilidade académica em Portugal.

Os dados analisados evidenciam a coexistência entre a manutenção de redes sociais de origem e um envolvimento ainda limitado, embora funcional, com a sociedade de acolhimento. Estas dinâmicas sugerem tendências de adaptação intercultural que podem ser interpretadas à luz do modelo de Berry (1991, 1997), ainda que não permitam a identificação direta de estratégias de aculturação individuais.

Neste contexto, a adaptação intercultural surge não apenas como um processo individual, mas como um fenómeno fortemente condicionado por fatores institucionais, linguísticos e socioculturais. Torna-se, assim, evidente a necessidade de reforçar os mecanismos de preparação, acompanhamento e integração promovidos pelas instituições de origem e de acolhimento.

As instituições chinesas desempenham um papel determinante na preparação prévia dos estudantes para a experiência de mobilidade. Para além do ensino formal da língua portuguesa, revela-se fundamental investir em dispositivos formativos que promovam o conhecimento aprofundado da realidade sociocultural portuguesa, integrando práticas comunicativas informais, normas de interação social e expectativas académicas. Uma preparação mais abrangente poderá dotar os estudantes das ferramentas interpretativas necessárias para compreender contextos comunicativos complexos e participar com maior segurança nas interações interpessoais, influenciando, consequentemente, as estratégias de aculturação por eles adotadas ao longo da experiência de mobilidade académica.

De acordo com Berry (1991), a viabilidade da integração depende, em grande medida, do grau de abertura do grupo dominante. No contexto em análise, as universidades portuguesas assumem-se como atores institucionais dominantes e, enquanto tal, detêm uma responsabilidade central na criação de condições que favoreçam processos de integração mais consistentes ao longo do período de mobilidade. O reforço de mecanismos institucionais que promovam um contacto regular e significativo entre estudantes internacionais e estudantes locais – nomeadamente através de programas de tutoria, dispositivos de orientação social, serviços de apoio psicológico culturalmente sensíveis e atividades colaborativas – revela-se determinante para a superação de barreiras relacionais persistentes. Um acompanhamento institucional estruturado poderá, assim, contribuir para transformar uma participação essencialmente funcional numa integração social mais profunda e sustentada.

A investigação tem evidenciado a relevância do apoio psicológico e emocional nos processos de adaptação dos estudantes internacionais (Lai *et al.*, 2023), tendo em conta os desafios emocionais inerentes à mobilidade académica (Kim, 2001; Fernandes, 2018; Sahão & Kienen, 2021; Martins, 2024) e as suas potenciais repercussões no percurso académico e no desenvolvimento pessoal (Silva-Ferreira *et al.*, 2019). No contexto português, estudos anteriores identificam obstáculos de natureza linguística, cultural e estrutural que afetam de modo particular a adaptação dos estudantes chineses (Tang, 2011; Cui, 2018). Apesar do reconhecimento da importância destes serviços, a sua utilização permanece limitada entre estudantes internacionais (Smith & Khawaja, 2011), realidade igualmente observada em Portugal (Pires, 2022). Segundo Smith e Khawaja (2011), esta subutilização associa-se frequentemente ao estigma cultural em torno da saúde mental, à perceção de insuficiente sensibilidade cultural dos serviços, às barreiras linguísticas e à preferência por redes informais de apoio, como amigos ou conacionais. Torna-se, por isso, evidente a necessidade de as instituições de acolhimento em Portugal desenvolverem estratégias de apoio mais acessíveis, culturalmente sensíveis e ajustadas às especificidades dos estudantes internacionais, incluindo os estudantes chineses.

Por fim, importa salientar que, para os estudantes chineses, a integração não implica “tornar-se português”, mas antes participar nas práticas sociais quotidianas e nas redes de relações sociais da sociedade de acolhimento, sem abdicar da própria identidade cultural. Paralelamente, quando as universidades chinesas e portuguesas passam a conceber a integração como uma responsabilidade bidirecional e estrutural, e não apenas como uma exigência individual imposta aos estudantes, criam-se condições para que uma integração efetiva possa ocorrer. Só através de uma intervenção conjunta, centrada no desenvolvimento linguístico, cultural e relacional, será possível promover experiências de mobilidade académica mais completas, potenciar o bem-estar dos estudantes e reforçar, de forma sustentável, a qualidade da cooperação académica sino-portuguesa.

Importa igualmente reconhecer a natureza exploratória do presente estudo. Embora o instrumento utilizado permita identificar indicadores relevantes do processo de adaptação sociocultural, futuras investigações deverão recorrer a metodologias mais robustas que possibilitem uma análise mais precisa e abrangente das estratégias de aculturação.

Apesar destas limitações, o presente estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de adaptação dos estudantes chineses em mobilidade académica, apontando caminhos para o desenvolvimento de práticas institucionais mais inclusivas e eficazes.

Referências

- Berry, J. W. (1991). Understanding and managing multiculturalism: Some possible implications of research in Canada. *Psychology and Developing Societies*, 3(1), 17–49. <https://doi.org/10.1177/097133369100300103>
- Berry, J. W. (1997). Immigration, Acculturation, and Adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, 46(1), 5–68.
- Boski, P. (2024). *Cultural Psychology and Acculturation*. Cambridge University Press.
- China Daily (2024). *China still leading source of foreign students*. Disponível em <https://www.chinadaily.com.cn/a/202403/16/WS65f4e78ba31082fc043bcf71.html>. Acesso: 18/03/2026
- Chen, P. (1999). Common stressors among international college students: Research and counseling implications. *Journal of College Counseling*, 2, 49–65. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1882.1999.tb00142.x>
- Chen, Y., & Wu, H. (2021). An Analysis of Chinese International Students' Acculturative Strategies in Western Universities. *Proceedings of the 2021 6th International Conference on Modern Management and Education Technology (MMET 2021)*, pp.11–16. <https://doi.org/10.2991/assehr.k.211011.003>
- Cui, Z. (2018). *A relevância dos fatores culturais no processo de adaptação académica de estudantes chineses em Portugal: um estudo de caso na Universidade do Minho* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/da6e84c4-d1e0-49e2-a5d8-45796fe2ba14/full>
- Dias, R. J. C. C. M. (2015). *A Integração Cultural de Alunos Universitários Chineses no Contexto Académico Português* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. <https://www.proquest.com/docview/3044091508?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Dissertations%20&%20Theses>
- Du, Y. (2012). *Acculturation, social connectedness, and subjective well-being among Chinese international students: A test of Berry's acculturation framework* [Dissertação de mestrado, Universidade de Iowa State]. Repositório da Universidade de Iowa State University. <https://dr.lib.iastate.edu/server/api/core/bitstreams/4ff0343a-d2cb-4fcd-a3e7-7f4bc75aede2/content>
- Fernandes, M. G. G. (2018). *Aprendizagem do Português Língua Estrangeira por Alunos Chineses. Culturas, Representações e Seus Impactos na Motivação*. Instituto Politécnico de Macau.
- Fu, J. (2019). *Social Inclusion of Chinese Immigrants in Portugal: The Roles of Length of Residence and Social Networks*. [Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19950/4/master_jia_fu.pdf
- Grosso, M. J., Zhang, J., Gaspar, C., & Teixeira, M. (2021). *Referencial para o Ensino de Português Língua Estrangeira na China (REPLEC)*. Centro Científico e Cultural de Macau do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, Universidade de Macau.
- Kim, Y. Y. (2001). *Becoming Intercultural. An Integrative Theory of Communication and Cross-Cultural Adaptation*. Sage.
- Lai, H., Wang, D., & Ou, X. (2023). Cross-cultural adaptation of Chinese students in the United States: Acculturation strategies, sociocultural, psychological, and academic adaptation. *Frontiers in Psychology*, 13:924561. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.924561>
- Lei, N. (2020). *Livro Azul – Relatório sobre o Ensino do Português em Instituições de Ensino Superior da China (1960-2020)*. Instituto Politécnico de Macau.

- Lewis, L. (2015). *A Case Study Acculturation of International Undergraduate Students from China at Soraya University* [Tese de doutoramento, Universidade de Houston]. Repositório da Universidade de Houston. <https://uh-ir.tdl.org/server/api/core/bitstreams/7c35ffbf-48aa-4bb3-b208-a70ff426ffb2/content>
- Martins, J. E. A. (2024). *Saúde Mental dos Estudantes em Mobilidade Internacional no Ensino Superior – Estudo na Universidade do Porto* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/162252/2/693841.pdf>
- Miao, C., & Zhang, S. (2024). The cross-cultural adaptation of Chinese international students: an empirical study on sequential-mediated effects. *Frontiers in Psychology*, 15:1386044. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1386044>
- Pires, M. D. J. (2022). *Português no ensino superior da China: os estudantes chineses de mobilidade de crédito em Portugal e o ensino para a interação cultural* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <https://www.proquest.com/docview/3122674653?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Dissertations%20&%20>
- Theses
- Safdar, S., Lay, C.H., & Struthers, W. (2003). The Process of Acculturation and Basic Goals: Testing a Multidimensional Individual Difference Acculturation Model with Iranian Immigrants in Canada. *Applied Psychology*, 52, 555-579. <https://doi.org/10.1111/1464-0597.00151>
- Sam, D. L., & Berry, J. W. (2010). Acculturation: When Individuals and Groups of Different Cultural Backgrounds Meet. *Perspectives on Psychological Science*, 5(4), 472–481. <http://www.jstor.org/stable/41613454>
- Sahão, F. T., & Kienen, N. (2021). Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, e224238. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021224238>
- Silva-Ferreira, A. V., Martins-Borges, L., & Willecke, T. G. (2019). Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. *Avaliação*, 24(03), 594-614. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300003>
- Smith, R. A., & Khawaja, N. G. (2011). A review of the acculturation experiences of international students. *International Journal of Intercultural Relations*, 35(6), 699-713. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2011.08.004>
- Spencer-Oatey, H., & Xiong, Z. (2012) *Sociocultural adaptation*. GlobalPeople Research Tools. Available at GlobalPeople Knowledge Exchange: https://warwick.ac.uk/fac/cross_fac/global-people2/knowledgeexchange/gp_sociocultural_adaptation.pdf
- Tang, D. (2011). *A study on cultural differences between China and Portugal* [Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/7164/1/master_di_tang.pdf
- U, K. K. (2020). *Competência intercultural de estudantes secundários e universitários de Macau* [Dissertação de mestrado, Universidade de Macau]. https://umlibrary.primo.exlibrisgroup.com/discovery/fulldisplay?vid=853UOM_INST:umlibrary&tab=LibraryCatalog&docid=alma991009891089206306&lang=zh-tw&context=L
- Ward, C., & Kennedy, A. (1994). Acculturation strategies, psychological adjustment, and sociocultural competence during cross-cultural transitions. *International Journal of Intercultural Relations*, 18(3), 329–343. [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(94\)90036-1](https://doi.org/10.1016/0147-1767(94)90036-1)

- Ward, C., & Kennedy, A. (1999). The Measurement of sociocultural adaptation. *International Journal Intercultural Relations*, 23(4), 659–677. [https://doi.org/10.1016/S0147-1767\(99\)00014-0](https://doi.org/10.1016/S0147-1767(99)00014-0)
- Zhang, H. (2019). *Avaliação de Competência Intercultural: Estudantes Universitários Chineses de PLE* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <https://www.proquest.com/doc-view/2571089244?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Dissertations%20&%20Theses>
- Zhang, Z., & Brunton, M. (2007). Differences in living and learning: Chinese international students in New Zealand. *Journal of Studies in International Education*, 11, 124-140. <https://doi.org/10.1177/1028315306289834>

Data de receção: 28/10/2025

Data de aprovação: 12/5/2026

Entre traços e tons: estratégias de aprendizagem de mandarim dos alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás, Brasil

Sâmi Vieira Attux

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Francisco José Quaresma de Figueiredo

Universidade Federal de Goiás/CNPq, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.177-216>

Resumo

Este artigo analisa as estratégias de aprendizagem e as motivações de estudantes de mandarim do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás (UFG), com base na tipologia de Oxford (1990), no campo da Linguística Aplicada. A pesquisa, realizada no segundo semestre de 2024 com 33 participantes, adotou uma abordagem de métodos mistos por meio de um questionário *on-line*. Os resultados indicam predominância de estratégias cognitivas e de memória, complementadas por estratégias metacognitivas e, em menor grau, por estratégias afetivas e sociais. Quanto às motivações, observou-se maior incidência de fatores culturais, acadêmicos e profissionais, revelando uma forte orientação instrumental, frequentemente articulada a interesses pessoais. Conclui-se que o ensino de mandarim pode ser aprimorado com a integração intencional de estratégias afetivas e sociais, favorecendo maior engajamento, interação significativa e aproximação com a cultura chinesa.

Palavras-chave: Mandarim; Instituto Confúcio; Linguística Aplicada; Estratégias de Aprendizagem; Línguas Adicionais.

Abstract

This article analyzes the learning strategies and motivations of Mandarin students at the Confucius Institute for Chinese Medicine at the Federal University of Goiás (UFG), based on Oxford's (1990) taxonomy within the field of Applied Linguistics. Conducted in the second semester of 2024 with 33 participants, the study adopted a mixed-methods approach through an online questionnaire. The results indicate a predominance of cognitive and memory strategies, complemented by metacognitive strategies and, to a lesser extent, affective and social strategies. Regarding motivation, cultural, academic, and professional factors were the most recurrent, revealing a strong instrumental orientation often associated with personal interests. The study concludes that Mandarin teaching can be improved through the intentional integration of affective and social strategies, fostering greater engagement, meaningful interaction, and closer contact with Chinese culture.

Keywords: Mandarin; Confucius Institute; Applied Linguistics; Learning Strategies; Additional Languages.

Introdução

O ensino e a aprendizagem de línguas adicionais constituem uma área dinâmica e promissora, que promove a comunicação intercultural e fortalece habilidades cognitivas, profissionais e pessoais, ampliando a percepção humana e a compreensão do mundo em sua totalidade. Neste texto, adotamos o conceito de “língua adicional”, proposto por Judd, Tan e Walberg (2001), em substituição aos termos “língua estrangeira” e “segunda língua”. Segundo os autores:

[o]s estudantes podem realmente estar aprendendo não uma segunda, mas uma terceira ou quarta língua. ‘Adicional’ aplica-se a todas as línguas, exceto, é claro, à primeira língua aprendida. Uma língua adicional, além do mais, pode não ser estrangeira, pois muitas pessoas em seu país a falam normalmente. Além disso, o termo ‘estrangeiro’ pode sugerir algo estranho, exótico – sendo todas essas conotações indesejáveis. Nossa escolha do termo ‘adicional’ ressalta nossa crença de que línguas adicionais não são necessariamente inferiores, superiores ou substitutas da primeira língua do aprendiz (Judd, Tan, & Walberg, 2001, p. 5, grifo dos autores).

Considerando esse panorama, o mandarim, língua oficial da República Popular da China, constitui um exemplo contemporâneo de língua adicional que vem ganhando destaque mundial, impulsionado pelo crescimento econômico e pela abertura cultural da China nos últimos anos (Nonnenberg, 2010; Zhang & Moreira, 2020).

Vale destacar que os termos “mandarim” e “língua chinesa” são frequentemente usados como sinônimos no uso cotidiano, mas há uma distinção importante do ponto de vista linguístico. O termo “chinês” refere-se a uma família de línguas que inclui diferentes variedades, como o cantonês, o wu, entre outras, que nem sempre são mutuamente inteligíveis. Já o mandarim é uma dessas variedades. O mandarim, chamado de *putonghua* na China e de *guoyu* em Taiwan, vai além de um simples dialeto regional: constitui a forma padrão da língua falada. É o idioma oficial da China e de Taiwan, além de ser uma das línguas oficiais de Singapura. Além disso, o mandarim desempenha o papel de língua franca em um contexto de grande diversidade linguística (Ran, 2021), permitindo a comunicação entre falantes de diferentes variedades do chinês. Por isso, é a língua ensinada nas escolas, utilizada pelo governo e amplamente difundida nos meios de comunicação, como a televisão e as estações de rádio (Silveira, Leviski, & Camozatto, 2016).

O sistema de escrita do mandarim é logográfico, composto por caracteres que representam morfemas e combinam elementos de forma e de significado, diferentemente dos alfabetos baseados em letras (Boltz, 1994; DeFrancis, 1984; Xu & Yan, 2023). Esse sistema tem origens pictográficas, mas evoluiu ao longo do tempo para uma estrutura mais complexa, na qual cada caractere (sinograma) corresponde, em geral, a uma unidade de significado, e não apenas a uma representa-

ção visual direta. Por exemplo, o caractere “火” (huǒ), que significa “fogo”, apresenta traços que remetem visualmente a uma chama. No entanto, a maioria dos caracteres resulta da combinação de componentes semânticos e fonéticos, o que evidencia que a escrita chinesa não se baseia exclusivamente em imagens ou na representação direta de ideias, mas em um sistema convencional de correspondência entre forma, som e significado.

Além disso, o mandarim é uma língua tonal (Ran, 2021), com quatro tons que alteram o significado das sílabas, tornando a entonação um elemento essencial. Diante dessas características distintas do português brasileiro, evidencia-se a necessidade de investigar as estratégias de aprendizagem adotadas por seus falantes ao estudarem essa língua.

As estratégias de aprendizagem de línguas podem ser compreendidas como “[m]odos preferenciais de agir de um aprendiz, de maneira consciente ou subconsciente, buscando aprender ou adquirir uma língua” (Almeida Filho, 2025, p. 124). Elas ajudam a tornar o processo de aprendizagem mais eficiente, autônomo e eficaz, podendo ser classificadas em estratégias diretas (estratégias de compensação, cognitivas e de memória) e indiretas (metacognitivas, afetivas e sociais) (Oxford, 1990).

Para identificar as estratégias efetivamente utilizadas pelos estudantes, foi aplicado um questionário *on-line* (via *Google Forms*) aos estudantes do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás (UFG), com o objetivo de investigar, registrar e compreender as diferentes estratégias de aprendizagem adotadas por brasileiros no processo de aprendizagem do mandarim.

De maneira geral, os Institutos Confúcio são organizações criadas por meio de parcerias com universidades chinesas, com o objetivo de promover a cultura e a língua chinesas por meio de programas, como o ensino do mandarim (Qiao, 2020). O Brasil conta atualmente com 14 Institutos Confúcio (ICs). Entre eles, o Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás é o primeiro da América Latina a oferecer, além do ensino de mandarim, o de Medicina Tradicional Chinesa. Para isso, a Universidade Federal de Goiás, a Hebei University of Chinese Medicine e a Tianjin Foreign Studies University assinaram, no dia 25 de outubro de 2019, um acordo para a criação do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa em nossa universidade.

Os acordos firmados pelas Instituições de Ensino Superior brasileiras para a criação dos Institutos Confúcio configuram uma parceria que vai além da dimensão geopolítica. Esses acordos oferecem a milhares de estudantes brasileiros a oportunidade de se internacionalizarem, ampliando seus horizontes por meio do contato com culturas diversas, cujos conhecimentos e perspectivas desafiam o senso comum e enriquecem a experiência humana de maneira plural, configuran-

do-se como uma oportunidade relevante de desenvolvimento pessoal e acadêmico. Vale ressaltar que Andrade, Furnival e Martinelli (2024) afirmam que:

[p]ensar sobre o tema dos Institutos Confúcio (IC) significa sobretudo refletir sobre a temática da formação de profissionais de todas as áreas, com foco em conhecimentos da língua chinesa, de maneira interdisciplinar. São profissionais que podem estabelecer intercâmbio acadêmico com a China e trazer conhecimentos inovadores para o Brasil. Além disso, tal reflexão direciona a comunidade acadêmica a pensar sobre novas formas de ensino e aprendizado, de capacidade dos estudantes de se articularem internacionalmente, de maneira plural, cooperativa e atenta às diferentes perspectivas e visões de mundo (p. 3).

Assim sendo, a aprendizagem de mandarim amplia as possibilidades de inserção profissional e de diálogo intercultural, pois gera novos setores empregatícios e expande o diálogo entre o Brasil e a China em nível cultural e social, refletindo, com isso, diversas motivações no aprendiz (Ellis, 1996), como a motivação instrumental (ascensão profissional) e integrativa (o desejo de interagir com chineses e/ou morar na China).

Diante das evidências da crescente importância do mandarim na atual conjuntura nacional, pretendemos, por meio deste estudo, oferecer suporte teórico e prático tanto a estudantes quanto a professores de mandarim no Brasil. Assim, buscamos identificar as estratégias de aprendizagem empregadas por falantes de português brasileiro diante dos desafios específicos de uma língua tonal e não alfabética, como o mandarim.

Com base nesses objetivos, o estudo busca responder à seguinte questão: Quais são as motivações dos estudantes do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na UFG para estudar mandarim e quais estratégias são mais utilizadas nesse processo?

Com base nos resultados obtidos, apresentamos sugestões para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem do mandarim, fundamentadas na tipologia de Oxford (1990), que categoriza diferentes estratégias de aprendizagem de línguas. Pretendemos, ainda, contribuir para o fortalecimento do diálogo acadêmico entre o Brasil e a China, diante da escassez de estudos sobre a língua e a cultura chinesas no contexto brasileiro. Compreender as estratégias de aprendizagem adotadas pelos estudantes do Instituto Confúcio na UFG permitirá propor novos caminhos e metodologias de ensino que beneficiem tanto alunos quanto docentes de mandarim, possibilitando a adaptação das práticas pedagógicas ao contexto brasileiro e a otimização dos resultados de aprendizagem.

Além desta Introdução, este estudo¹ está organizado em quatro seções: a primeira apresenta o referencial teórico, dividido em três subtópicos – o contexto

¹ Cabe destacar que, para a revisão final deste texto, utilizamos o suporte de ferramentas de inteligência artificial, em particular, o modelo ChatGPT da OpenAI (2022). Esse instrumento foi empregado de forma criteriosa

histórico da China; os fundamentos da Linguística Aplicada e a tipologia de estratégias de Oxford (1990); e as motivações para a aprendizagem de línguas adicionais; a segunda descreve a metodologia empregada na condução deste estudo; a terceira apresenta e discute os dados; e, por fim, a quarta expõe as considerações finais deste estudo.

1. Rios da linguagem, pontes de motivações: o percurso do mandarim

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico que sustenta esta pesquisa, estruturado em três subtópicos inter-relacionados. No primeiro, abordamos o contexto histórico da China, destacando aspectos socioculturais, políticos e educacionais que contribuem para compreender o lugar do ensino de línguas nesse contexto. Em seguida, discutimos os fundamentos da Linguística Aplicada e a tipologia de estratégias de aprendizagem proposta por Oxford (1990), enfatizando sua relevância para a compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem de línguas adicionais. Por fim, exploramos as diferentes motivações que impulsionam o processo de aprendizagem de línguas, analisando como fatores pessoais, culturais e instrumentais se entrelaçam na construção da autonomia e do engajamento dos estudantes.

1.1. O contexto histórico da China

A China – reconhecida como um dos berços da civilização humana – possui registros arqueológicos de mais de dois milhões de anos (Arcones, 2006) e uma cultura milenar celebrada por inspirar e influenciar o mundo contemporâneo. Nas últimas décadas, especialmente após as reformas econômicas iniciadas nos anos 1970, a China consolidou-se como uma potência global, rivalizando com os Estados Unidos em influência política, comercial e cultural (Paiva, 2022; Pires & Mattos, 2016). Esse crescimento foi sustentado por investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e exportações, o que posicionou a China no centro das dinâmicas econômicas mundiais (Bresser-Pereira, 2012).

Paralelamente à ascensão econômica, o fortalecimento da China no cenário internacional também se manifesta por meio de iniciativas de diplomacia cultural, como a criação dos Institutos Confúcio, que, até 2020, eram supervisionados pelo

para aperfeiçoar a redação, reestruturar trechos e elevar a clareza do texto. Para tanto, foi apresentado o seguinte comando (*prompt*): “Reescreva este trecho para torná-lo mais claro”. Conforme advogam Barros e Pereira (2023) o ChatGPT pode ser uma ferramenta útil para aprimorar a revisão textual em textos acadêmicos. Destacamos que sua utilização foi ética, transparente e em conformidade com os princípios da integridade acadêmica. Ressaltamos, contudo, que o uso dessa tecnologia limitou-se a funções operacionais e de caráter superficial, sendo todo o conteúdo submetido à revisão crítica e à validação integral pelos autores. A reflexão apresentada é, portanto, fruto de nossa autoria intelectual.

Hanban² (Office of Chinese Language Council International), órgão vinculado ao Ministério da Educação da República Popular da China. De acordo com o Hanban (2019), os Institutos Confúcio têm como objetivo “satisfazer a demanda mundial pelo aprendizado do mandarim e promover o entendimento mútuo entre a China e outros países por meio da cooperação educacional e cultural”.

Embora parte da literatura ocidental insista em enquadrar tais iniciativas sob o rótulo de *soft power*, consideramos – em consonância com Liu (2019) – que essa interpretação é reducionista e marcada por perspectivas eurocêntricas. Tal enquadramento desconsidera o “terreno cultural de disputa” em que a China atua, ignorando as dinâmicas de poder e os preconceitos históricos (sinofobia) que moldam a forma como suas ações culturais são percebidas, incluindo a criação dos Institutos Confúcio. Como argumenta Liu (2019), ao contrário do que sugerem as leituras hegemônicas, os Institutos Confúcio não operam com a lógica de “persuasão ideológica”, mas sim buscam construir o equilíbrio simbólico entre o Ocidente e o Oriente, contestando as narrativas de superioridade cultural ocidental.

Assim sendo, em vez de reproduzir a noção de *soft power* como um conceito neutro, é necessário questioná-lo enquanto categoria analítica construída sob parâmetros ocidentais, que tende a estigmatizar as práticas culturais chinesas e a exaltar as ocidentais como “diplomacia cultural legítima”. Nessa perspectiva, os Institutos Confúcio devem ser compreendidos não como instrumentos de manipulação geopolítica, mas como espaços de mediação intercultural e de reposicionamento simbólico da China no cenário global.

A própria denominação “Instituto Confúcio” reflete a herança intelectual e filosófica do país. Confúcio defendia a educação como um processo baseado em aprendizado, reflexão e ação e enfatizava que o ensino deve respeitar as diferenças, considerando a personalidade, as habilidades e as necessidades de cada aluno (Confúcio, 2015; Strathern, 1994; Xu & Chen, 2024). Essa tradição permanece presente nas práticas pedagógicas contemporâneas e inspira os princípios educacionais dos Institutos Confúcio, que buscam unir cultura, ética e ensino de língua em um mesmo projeto formativo.

A língua, por sua vez, configura-se como um processo em constante evolução, responsável por distinguir o ser humano de outras espécies (Figueiredo, 2023). Trata-se de um fenômeno social (Bakhtin, 1997), pois permeia a existência humana e está intrinsecamente ligado à história e ao desenvolvimento da huma-

² Os Institutos Confúcio, atualmente, são geridos na China pelo Centro de Cooperação em Língua e Educação (CLEC – Center for Language Education and Cooperation), anteriormente conhecido como Hanban, subordinado ao Ministério da Educação da República Popular da China, com o apoio da Fundação Chinesa de Educação Internacional (conhecida em inglês como Chinese International Education Foundation – CIEF). Eles atuam como um braço de diplomacia cultural, ensinando mandarim e promovendo a cultura chinesa no mundo.

nidade. Além disso, língua e cultura são dimensões inseparáveis: a língua não se limita a um meio de comunicação, mas constitui a estrutura que possibilita a existência e a continuidade de uma cultura (Câmara Jr., 1955). Desse modo, a cultura se expressa por meio da língua, enquanto esta só adquire significado em um contexto cultural, configurando um sistema de interdependência que contribui para a construção da identidade de um povo.

Nesse contexto, o ensino de mandarim tem contribuído para a difusão da cultura chinesa, considerando a posição central da China nas dinâmicas econômicas globais (Bresser-Pereira, 2012). Para tanto, o país mantém uma rede global de Institutos Confúcio presente em mais de 160 países. No Brasil, o primeiro foi inaugurado em 2008 na Universidade Estadual Paulista (Unesp), seguido da criação de outras 13 unidades em instituições públicas e privadas. Diante dessa expansão, torna-se necessária a realização de estudos que analisem e divulguem os avanços alcançados até o momento. Nesse sentido, mostra-se pertinente examinar algumas das principais diferenças entre a língua portuguesa brasileira e o mandarim.

Historicamente, o mandarim pertence à família linguística sino-tibetana, enquanto o português brasileiro integra a família indo-europeia, influenciada também por línguas de origem africana e pelos idiomas dos povos originários. Desse modo, o português brasileiro se consolidou com base no uso do alfabeto romano, ao passo que o mandarim emprega caracteres (*hànzì*) em sua escrita, o que o torna uma língua com sistema de escrita predominantemente logográfico, de origem pictográfica (Boltz, 1994; DeFrancis, 1984; Ran, 2021), como afirmamos anteriormente.

Além disso, o mandarim apresenta diferenças fundamentais em relação ao português. Sua escrita é frequentemente descrita como logográfica, pois os caracteres representam unidades de significado (morfemas), em contraste com os sistemas alfabéticos, que representam sons (Coulmas, 2003; DeFrancis, 1984). Os caracteres chineses (*hànzì*) combinam, em muitos casos, elementos semânticos e fonéticos, embora a relação entre grafia e pronúncia seja irregular, o que exige dos aprendizes esforço de memorização e estratégias cognitivas específicas. Diferentemente das línguas alfabéticas, a aprendizagem do mandarim envolve o reconhecimento de um grande número de caracteres e a articulação entre forma, som e significado, além de práticas como a caligrafia, que contribuem para a consolidação do conhecimento (Shen, 2005).

Diante de diferenças tão significativas, não se espera que a aprendizagem do mandarim por falantes do português brasileiro seja uma tarefa simples. Trata-se de uma língua cujos fundamentos diferem significativamente dos do português. Por exemplo, enquanto a escrita do português brasileiro se baseia na representação de sons, os caracteres chineses (*hànzì*) fundamentam-se em conceitos e ideias.

Em razão dessas diferenças, entre outras, a China desenvolveu o *hanyu pinyin* (ou *pīnyīn*), um sistema de “romanização” ou transliteração do mandarim, com o objetivo de unificar a língua e torná-la mais acessível internacionalmente (Basseti, 2007; Ran, 2021).

A característica tonal do mandarim é descrita por Ran (2021) da seguinte forma:

O chinês é uma língua tonal. O tom esclarece a altura em que uma sílaba deve ser produzida, assim como um eventual processo da alteração em altura que por vezes acontece. Os caracteres chineses são monossilábicos. Quando uma sílaba é lida em tons diferentes, adquire significados ou funções distintas, e, portanto, corresponde a caracteres diferentes. O mandarim tem quatro tons diferentes e mais um tom neutro. (p. 64).

Devido à característica tonal do mandarim, as primeiras aulas costumam se concentrar nos tons, uma vez que a alteração tonal pode modificar completamente o significado de uma palavra. Por exemplo, a combinação das letras “m + a = ma” pode significar “mãe” (妈 *mā*) ou “cavalo” (马 *mǎ*), dependendo do tom empregado. Diante de tantos contrastes e diferenças entre o português e o mandarim, surge a questão: como estudar essa língua? Para responder a essa pergunta, recorreremos à Linguística Aplicada, cujos estudos sobre estratégias de aprendizagem oferecem orientações valiosas nesse sentido.

1.2. Os fundamentos da Linguística Aplicada e a tipologia de estratégias de Oxford (1990)

Segundo Almeida Filho (1991), a Linguística Aplicada (LA) busca investigar, com base em métodos e resultados de pesquisas teóricas, de que maneira – e em que medida – esses conhecimentos podem contribuir para a solução de problemas educacionais, sociais e culturais. Nesse sentido, a área também se organiza em torno de questões centrais, como ressalta Almeida Filho (1991, p. 3):

A persistência com que algumas dessas questões voltam a ser estudadas acaba por instituir temas mais centrais para a LA. Por exemplo, como se aprende, adquire e ensina o uso das línguas em diferentes situações? Quais as manifestações de transferência de língua materna para a língua-alvo? Como são feitas e mantidas as relações entre as pessoas através da linguagem? Por que nem todos os adultos aprendem uma segunda língua que tentam aprender?

Embora os questionamentos apresentados por Almeida Filho datem de 1991, consideramos que permanecem extremamente importantes para pensar sobre o ensino e a aprendizagem de línguas na atualidade. Adicionalmente, existem técnicas específicas que possibilitam a aprendizagem de línguas adicionais. Por exemplo, de acordo com Oxford (1990), ao longo da história, os estudantes mais bem-sucedidos recorrem a diferentes estratégias, que vão desde práticas comunicativas mais naturais até abordagens analíticas baseadas em regras, o que demons-

tra que determinados métodos podem facilitar a aprendizagem de um novo idioma (Figueiredo & Oliveira, 2017).

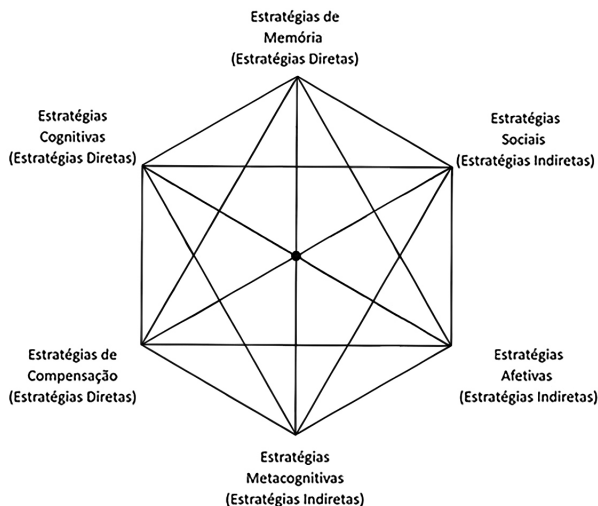
Ainda, de acordo com Oxford (1990), o processo de aprendizagem de uma nova língua envolve o desenvolvimento de quatro habilidades fundamentais: compreensão oral, leitura, produção oral e escrita. Em outras palavras, é preciso compreender, ler, falar e escrever, o que implica o uso de estratégias adequadas para aprimorar cada uma dessas competências. Oxford (1990, p. 11-13) também sistematizou um conjunto de características das estratégias de aprendizagem, as quais resumimos a seguir:

- **Orientadas para a solução de problemas:** As estratégias de aprendizagem de línguas auxiliam a resolução de problemas e possibilitam o cumprimento de metas e a memorização de informações.
- **Base para ações:** Consiste em anotar e elaborar planos de ação para melhor aprender, que são influenciados pelas características da aula e do professor.
- **Envolvimento além da mera cognição:** Inclui a prática de funções cognitivas, metacognitivas, emocionais e sociais, isto é, o aluno toma consciência de que o processo de aprendizagem também é emocional e interpessoal.
- **Apoio direto e indireto à aprendizagem:** As estratégias diretas lidam com a aprendizagem do conteúdo, enquanto as indiretas são metacognitivas e afetivas.
- **Grau de observabilidade:** As estratégias variam quanto à sua visibilidade, podendo ser mais facilmente observáveis ou menos acessíveis à observação direta em sala de aula.
- **Nível de consciência:** Refere-se à transição de estratégias que, no começo, são conscientes e, com o tempo e a prática, tornam-se automáticas.
- **Ensinabilidade:** As estratégias podem ser ensinadas de modo a tornar o aprendiz mais instrumentalizado em sua aprendizagem.
- **Flexibilidade:** Todas as estratégias são flexíveis e individuais, podendo ser alteradas, combinadas e padronizadas conforme o que for mais adequado ao aluno.

Ademais, no que se refere ao processo de aprendizagem de línguas adicionais, as estratégias de aprendizagem se dividem em duas grandes categorias: diretas e indiretas. As diretas são as usadas para lidar com a aprendizagem da nova língua e se dividem em três subcategorias: *memory* (de memória); *cognitive* (cognitivas); *compensation* (de compensação). Por sua vez, as indiretas não atuam diretamente sobre o conteúdo linguístico – como vocabulário, gramática ou pronúncia – e são usadas para planejar e gerenciar o processo de aprendizagem, sendo também

divididas em três subcategorias: *metacognitive* (metacognitivas); *affective* (afetivas) e *social* (sociais), conforme podemos observar na Figura 1.

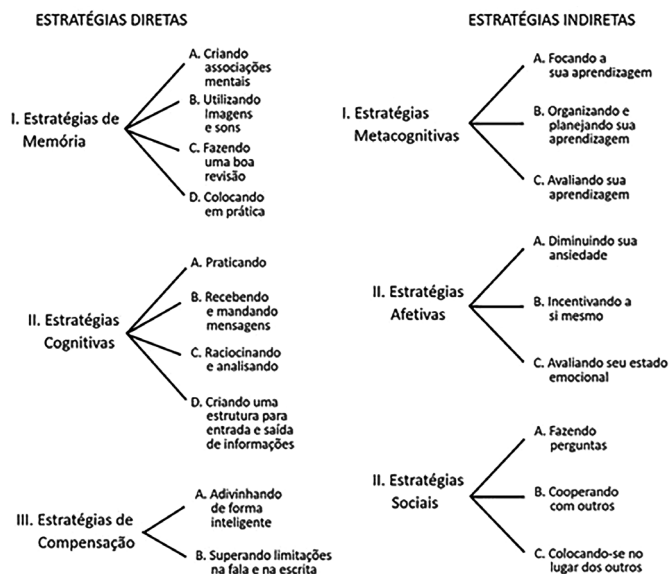
Figura 1. Diagrama que conecta as seis subcategorias de estratégias



Fonte: Oxford (1990, p. 15). Traduzida pelos autores deste estudo.

Essas seis subcategorias são divididas em outras subcategorias, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2. Diagrama das estratégias diretas e indiretas



Fonte: Oxford (1990, p. 17). Traduzida pelos autores deste estudo.

De acordo com Oxford (1990), as estratégias de memória dividem-se em quatro categorias. A primeira consiste em criar associações mentais que possibilitam agrupar, associar, elaborar e utilizar novas palavras em contextos de aprendizagem. A segunda envolve o uso de imagens e sons para estimular a imaginação, mapear semanticamente a língua, recorrer a palavras-chave e representar sons na memória. A terceira refere-se à revisão estruturada, voltada à consolidação dos conhecimentos adquiridos. Por fim, a quarta diz respeito a ações práticas que auxiliam na memorização do conteúdo, como, por exemplo, associar o verbo “pular” ao ato físico de pular (Oxford, 1990).

As estratégias cognitivas, por sua vez, iniciam-se com a prática, que compreende a repetição, o treino de sons e de escrita, o reconhecimento e o uso de padrões, a recombinação e a prática espontânea. A segunda subcategoria corresponde à capacidade de receber e enviar mensagens, que envolve gerar ideias rapidamente e utilizar recursos comunicativos, como o aplicativo *WeChat* – um aplicativo de mensagens instantâneas, semelhante ao *WhatsApp*, muito utilizado na China e também por aprendizes de mandarim –, que permite ao usuário mandar mensagens, fazer pagamentos e postar fotos, como em uma rede social, entre outros recursos. A terceira subcategoria abrange a análise e o raciocínio, englobando o raciocínio dedutivo, a análise de expressões, a tradução e a transferência. A quarta refere-se à criação de estruturas de *input* ou de *output*, ou seja, tomar notas sobre o que aprendeu, registrar expressões úteis, resumir os conteúdos e destacar informações relevantes durante o estudo (Oxford, 1990).

As estratégias de compensação, segundo Oxford (1990), dividem-se em duas subcategorias. A primeira refere-se à capacidade de inferir o significado de palavras desconhecidas a partir do contexto, utilizando não apenas pistas linguísticas, mas também outros recursos, como imagens, diagramas e o conhecimento prévio do aprendiz. A segunda subcategoria envolve superar dificuldades de comunicação, especialmente na fala e na escrita. Para isso, o aprendiz pode recorrer a diferentes recursos, como pedir ajuda, usar gestos e mímicas, evitar, momentaneamente, a comunicação, escolher temas mais familiares, reformular a mensagem, criar palavras ou utilizar sinônimos e explicações alternativas para se fazer entender (Oxford, 1990).

De acordo com Oxford (1990), as estratégias metacognitivas podem ser organizadas em três subcategorias principais. A primeira refere-se à capacidade do aprendiz de organizar e direcionar sua atenção para a aprendizagem, incluindo revisar conteúdos já estudados, manter o foco e ajustar o ritmo da produção oral para facilitar a compreensão. A segunda subcategoria envolve o planejamento da aprendizagem, ou seja, identificar a melhor forma de aprender, estabelecer metas e prazos, definir os objetivos das tarefas e buscar oportuni-

des de praticar a língua. Por fim, a terceira diz respeito à avaliação do próprio aprendizado, por meio do automonitoramento e da reflexão sobre o progresso alcançado, permitindo ao aprendiz perceber avanços e dificuldades ao longo do processo (Oxford, 1990).

As estratégias afetivas, segundo Oxford (1990), estão relacionadas ao controle das emoções durante a aprendizagem e se organizam em três subcategorias. A primeira diz respeito à redução da ansiedade, por meio de recursos como técnicas de relaxamento, respiração profunda, meditação, uso de música e atividades lúdicas. A segunda envolve o autoencorajamento, que se manifesta em atitudes como usar afirmações positivas, ter disposição para correr riscos e recompensar a si mesmo pelos avanços. A terceira refere-se à avaliação das próprias emoções, o que inclui prestar atenção às reações do corpo, utilizar listas de verificação das ações realizadas (*checklists*), escrever diários de aprendizagem e conversar com outras pessoas sobre sentimentos relacionados ao processo de aprendizagem (Oxford, 1990).

Por fim, as estratégias sociais, segundo Oxford (1990), dividem-se em três tipos principais. O primeiro consiste em fazer perguntas, seja para verificar a compreensão, esclarecer dúvidas ou solicitar correções. O segundo envolve cooperar com outros aprendizes, por meio de atividades colaborativas. O terceiro refere-se ao desenvolvimento da empatia, ou seja, à capacidade de reconhecer e respeitar os aspectos culturais, os pensamentos e os sentimentos dos interlocutores. Essas estratégias favorecem a interação e a colaboração entre os aprendizes (Bruffee, 1999; Figueiredo, 2018, 2019, 2024, 2025; Figueiredo & Silva, 2016).

Conforme afirmado anteriormente, as estratégias identificadas nos resultados deste estudo serão analisadas e catalogadas conforme a classificação proposta por Oxford (1990). É relevante destacar que as estratégias utilizadas por aprendizes podem ser ensinadas e adaptadas a outros, pois, quando bem aplicadas, tendem a beneficiar a maioria dos aprendizes (Rubin, 1987).

Considerando o papel central do aluno no processo de aprendizagem de línguas, torna-se fundamental adotar uma abordagem sociointeracionista, ancorada no dialogismo, segundo o qual o texto (ou enunciado) só adquire sentido na relação entre o indivíduo e o mundo (Bakhtin, 1986). Nessa perspectiva, o ser humano é concebido como um sujeito histórico, que se constitui por meio de suas interações com o meio, com a sociedade e consigo mesmo (Freire, 1981; Swiderski & Costa-Hübes, 2009; Vygotsky, 1998). Desse modo, a aprendizagem do mandarim envolve também a compreensão da história e da cultura chinesas, aspectos que podem favorecer o engajamento, a motivação e o interesse pela aprendizagem (Ellis, 1996; Leffa, 2016).

1.3. As motivações para a aprendizagem de línguas adicionais

Aprender uma língua adicional constitui um objetivo relevante em diversos contextos, seja pessoal, profissional ou acadêmico. As razões que levam alguém a aprender uma nova língua são múltiplas e podem ser compreendidas sob diferentes enfoques – psicológicos, sociais e cognitivos. A seguir, discutimos algumas dessas motivações.

Motivação intrínseca e extrínseca

A teoria da motivação, proposta por Deci e Ryan (1985) no contexto da *Self-Determination Theory*, distingue entre motivação intrínseca e extrínseca. Motivação intrínseca refere-se a casos em que o indivíduo atua por prazer ou interesse pela própria atividade, enquanto motivação extrínseca refere-se a ações orientadas por recompensas ou obrigações externas (Dörnyei, 1990, 1997, 1998; Morris *et al.*, 2022).

No processo de aprendizagem de uma língua adicional, a motivação pode ter diferentes origens. A motivação intrínseca surge de interesses pessoais do próprio aprendiz, como a curiosidade pela língua, o interesse por outras culturas, o desejo de vivenciar novas experiências ou o prazer de aprender. Ela se manifesta, por exemplo, quando o aluno sente satisfação ao entender um texto original, ao assistir a um filme ou ao conversar com falantes nativos. Já a motivação extrínseca está ligada a fatores externos e a objetivos mais práticos, como melhorar as oportunidades de trabalho, obter uma certificação, cumprir exigências acadêmicas ou receber reconhecimento social.

Motivação integrativa e instrumental

A distinção entre motivação integrativa e instrumental foi proposta por Gardner (1985) em seus estudos sobre aprendizagem de línguas. A motivação integrativa está relacionada ao desejo de aprender uma língua para se aproximar de uma comunidade linguística ou cultural. Nesse caso, o aprendiz valoriza a língua como forma de pertencimento, identidade e interação com outros falantes (Nunes, 2020). Já a motivação instrumental está ligada a objetivos mais práticos. O aprendiz estuda a língua para alcançar metas específicas, como conseguir um emprego, obter uma qualificação ou ter acesso a informações.

Conforme destaca Kramsch (1993), aprender uma língua não se limita ao domínio de regras gramaticais, mas também envolve compreender e participar de práticas sociais, culturais e discursivas que moldam o significado. Nesse sentido, a motivação para aprender uma língua pode emergir do desejo de se comunicar com pessoas de diferentes contextos culturais, ampliando as redes de interação e promovendo uma inserção mais efetiva em um mundo globalizado. Estudos

recentes reforçam essa perspectiva, indicando que a integração cultural e o contato intercultural positivo fortalecem o engajamento e a persistência no processo de aprendizagem de línguas (Dörnyei & Ushioda, 2021).

Além disso, a globalização e o avanço das tecnologias de comunicação têm ampliado o interesse pela aprendizagem de línguas como o espanhol, o inglês, o coreano e o mandarim, que passam a ser vistas como instrumentos essenciais de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais interconectado. Em uma perspectiva mais pragmática, a motivação para aprender uma língua adicional está associada às demandas profissionais e às exigências do contexto econômico global. A internacionalização das relações comerciais e acadêmicas requer profissionais capazes de transitar por diferentes contextos linguísticos e culturais. Cameron (2001) discute como o domínio de uma língua adicional pode ser uma vantagem competitiva significativa, proporcionando acesso a melhores oportunidades de emprego, especialmente em campos como negócios, ciência, diplomacia e tecnologia.

Cameron (2001) destaca que o domínio de uma língua adicional pode representar uma vantagem competitiva relevante, possibilitando acesso a melhores oportunidades de trabalho e ampliando as possibilidades de atuação em áreas como negócios, ciência, diplomacia e tecnologia. Estudos mais recentes reforçam essa visão, apontando que a competência linguística é cada vez mais valorizada como um diferencial estratégico no mercado global (Graddol, 2006; Meirelles & Bortoli, 2024).

Motivação cognitiva

Do ponto de vista cognitivo, aprender uma língua adicional pode ser visto como um desafio intelectual e como uma maneira de aprimorar as habilidades cognitivas (Moriguchi & Lertladaluck, 2019). Vygotsky (1998), em sua teoria socio-cultural, argumenta que a aprendizagem é um processo social e que, ao aprender uma língua, o indivíduo amplia suas capacidades cognitivas e seu entendimento do mundo. Além disso, aprender uma nova língua pode aumentar a capacidade de resolução de problemas e a flexibilidade mental, como sugerem estudos sobre o impacto do bilinguismo nas funções cognitivas (cf. Bialystok, 2015).

Estudos recentes corroboram essa visão, mostrando que o bilinguismo ou o aprendizado de uma língua adicional está associado a benefícios cognitivos em diferentes faixas etárias. Por exemplo, Moriguchi e Lertladaluck (2019) descobriram que crianças pequenas que participavam de programas de imersão em contextos de língua adicional apresentavam desempenho superior em tarefas que exigiam mudança de foco atencional, quando comparadas a crianças monolíngues. Isso sugere que a exposição linguística promove a flexibilidade do pensamento e da regulação cognitiva.

Motivação pessoal e autonomia

A motivação para aprender uma língua também pode estar ligada à busca de autonomia e de desenvolvimento pessoal. Little (2000), em seu trabalho sobre aprendizagem autônoma, destaca que aprender uma língua adicional pode proporcionar ao indivíduo uma sensação de controle sobre sua aprendizagem, permitindo-lhe definir seus próprios objetivos e ritmos de estudo. Isso é particularmente relevante no contexto de novas tecnologias e do acesso a recursos de aprendizagem *on-line*, que permitem que os alunos se tornem mais independentes no processo de aprendizagem.

Estudos psicológicos também apontam que a aprendizagem de uma língua adicional pode afetar o bem-estar emocional e a autoestima. Dörnyei e Ushioda (2021), renomados estudiosos da motivação no contexto do ensino de línguas, propõem que a aprendizagem de uma língua pode fortalecer a identidade e a autoconfiança, além de ser uma fonte de prazer e de realização pessoal. Além disso, o processo de superar as dificuldades iniciais na aprendizagem de uma nova língua pode aumentar a capacidade de lidar com desafios. Podemos, pois, perceber que as motivações para aprender uma língua adicional são multifacetadas e refletem uma combinação de fatores internos e externos, individuais e sociais.

Estudos de autores como Gardner (1985), Kramsch (1993), Dörnyei (1998), Dörnyei e Ushioda (2021), Morris *et al.* (2022), entre outros, oferecem uma compreensão abrangente das motivações, desde o desejo de integração cultural até as necessidades profissionais e cognitivas. Compreender essas motivações pode nos ajudar a criar métodos de ensino e a sugerir estratégias de aprendizagem mais eficazes, alinhadas aos objetivos e aos contextos dos alunos.

2. Metodologia – O estudo

Na condução de uma pesquisa, determinados fatores orientam os procedimentos de geração de dados, tais como os objetivos e as perguntas às quais o pesquisador pretende responder (Figueiredo, 2001). Conforme mencionado na Introdução, o objetivo principal deste estudo é compreender as estratégias adotadas por alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na UFG para aprender mandarim, bem como suas motivações para o estudo da língua.

Para a realização deste estudo de caso (Nunan, 1992), adotou-se uma abordagem de métodos mistos, isto é, uma combinação de elementos qualitativos e quantitativos que viabiliza uma compreensão mais profunda e abrangente do tema. Tal abordagem propicia análises estatísticas por meio de gráficos e a integração destes a uma análise descritiva, conforme descrito por Paranhos *et al.* (2016).

Dessa forma, a geração de dados foi realizada por meio do *Google Forms*, uma ferramenta do *Google* que permite a criação e a divulgação de formulários e pes-

quisas *on-line*. Após a elaboração do formulário, ele foi disponibilizado a todos os alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa da UFG por meio de grupos de *WhatsApp* das turmas. As respostas deveriam ser enviadas entre os dias 15 e 22 de outubro de 2024. O uso do questionário justifica-se por permitir a coleta de dados de um número maior de participantes em curto período de tempo, além de favorecer a organização e a categorização das respostas de forma eficiente (Lakatos & Marconi, 2001; Moreira & Caleffe, 2008).

A participação dos estudantes foi voluntária, mediante consentimento informado, sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade dos dados, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos³, tendo os participantes sido identificados por números.

O questionário (cf. anexo) foi respondido por 33 estudantes, de um total de 110 matriculados na instituição, o que representa aproximadamente 30% do corpo discente à época, constituindo uma amostra significativa para estudos de natureza exploratória. O instrumento continha quatorze perguntas, sendo cinco fechadas e nove abertas, permitindo que os alunos descrevessem, com suas próprias palavras, seus métodos e estratégias de aprendizagem.

Para a análise dos dados, foram considerados dois eixos principais: as estratégias utilizadas pelos estudantes no processo de aprendizagem do mandarim e as motivações que os levam a estudar a língua. Esses dois temas orientaram a organização, a categorização e a interpretação das respostas dos participantes deste estudo.

Destaca-se que nem todas as respostas foram analisadas individualmente, pois o foco do estudo é identificar as principais estratégias de aprendizagem e as motivações para o estudo do mandarim. Para isso, adotamos o critério de ocorrência dupla, amplamente utilizado em estudos qualitativos para garantir maior confiabilidade na identificação de padrões. Assim, criamos categorias apenas quando um tema ou uma ideia aparecia pelo menos duas vezes nas respostas. Esse procedimento permitiu identificar padrões recorrentes (Figueiredo, 2001) e organizar os dados de forma mais clara para a interpretação.

A seguir, apresentamos a análise dos dados obtidos.

3. Rotas de Aprendizagem: Traçando Perfis e Estratégias

Os dados gerados pelo formulário foram analisados de forma descritiva e interpretativa, o que permitiu uma compreensão mais ampla dos fenômenos investigados. A análise foi estruturada em duas etapas. Na primeira, traçamos o perfil dos

³ Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o número de protocolo CAAE 70953817.7.0000.5083.

participantes e examinamos suas motivações para estudar mandarim. Na segunda, são analisadas as estratégias empregadas pelos alunos para aprender o idioma. Cada estratégia identificada será detalhadamente descrita e discutida à luz da classificação proposta por Oxford (1990), que categorizou e explicou diferentes tipos de estratégias utilizadas por estudantes na aprendizagem de uma língua adicional.

3.1. Análise do perfil dos participantes e de suas motivações para aprender mandarim

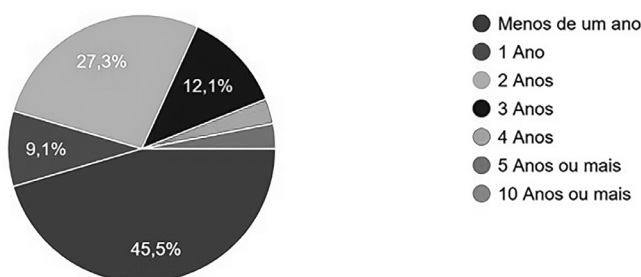
Conforme afirmado anteriormente, à época da aplicação do questionário, o Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás contava com 110 alunos. Desse total, 33 participaram da pesquisa, o que corresponde a 30% dos estudantes.

É importante destacar que quase metade dos alunos (45,5%) começou a estudar mandarim há menos de um ano, o que deve ser considerado na análise por dois motivos principais. Em primeiro lugar, esse grupo ainda está nos estágios iniciais de aprendizagem, enfrentando desafios típicos do primeiro contato com o idioma, como o sistema tonal e a escrita não alfabética. Em segundo lugar, esse dado permite comparar possíveis diferenças nas estratégias e nos métodos de estudo em relação aos alunos com um ano ou mais de experiência (54,5%). O tempo de contato dos participantes com o mandarim pode ser observado na Figura 3.

Figura 3. Gráfico referente ao tempo de estudo de mandarim

Há quanto tempo você estuda mandarim?

33 respostas



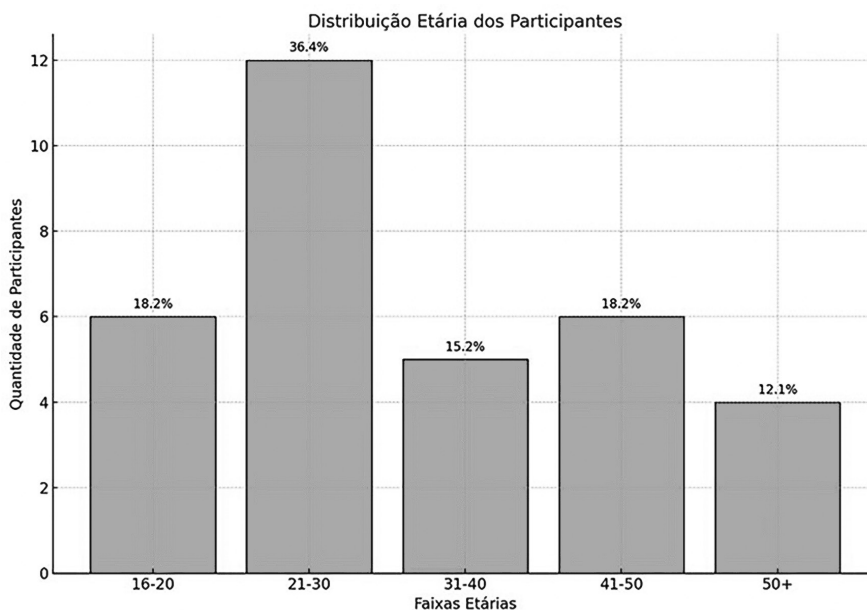
Fonte: Elaborado pelos autores deste estudo.

A Figura 3 mostra que a maioria dos alunos estuda mandarim há menos de um ano, o que indica predominância de aprendizes em estágio inicial. Em contraste, apenas uma pequena parcela estuda o idioma há 4 ou 5 anos, o que evidencia um número reduzido de estudantes com maior experiência e tempo de exposição. Além disso, nenhum participante informou estudar mandarim há mais de 10 anos.

Outro fator a ser levado em consideração é a discrepância de idade observada nos dados. Existe uma significativa heterogeneidade de idades, fato que talvez possa ser explicado pelo propósito que levou cada aluno a estudar mandarim, isto é, por motivos profissionais, acadêmicos e/ou pessoais, como o comércio exterior, o intercâmbio acadêmico e o interesse cultural.

A faixa etária dos participantes do estudo é apresentada na Figura 4.

Figura 4. Infográfico da faixa etária dos participantes



Fonte: Elaborado pelos autores deste estudo.

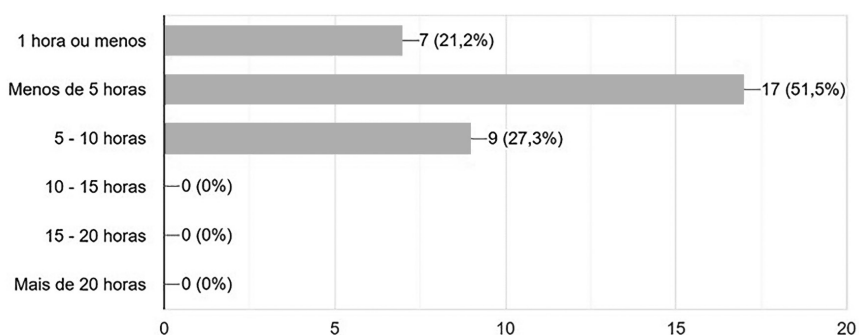
A Figura 4 mostra que os alunos estão distribuídos em diferentes faixas etárias. Nota-se que a maioria dos estudantes é jovem, com idades entre 16 e 30 anos, o que corresponde a 54,6% do total. Esse resultado sugere que, entre os participantes, os mais jovens tendem a buscar a aprendizagem de uma língua adicional para aprimorar suas competências acadêmicas e profissionais, como será ilustrado a seguir por meio de seus relatos. Por meio do infográfico, verifica-se que seis alunos têm entre 16 e 20 anos, doze entre 21 e 30 anos, cinco entre 31 e 40 anos, seis entre 41 e 50 anos e quatro com mais de 50 anos.

A dedicação semanal de estudo dos estudantes foi mensurada por meio da seguinte pergunta: “Quantas horas semanais você destina ao estudo de mandarim além das aulas no Instituto Confúcio?” O questionário ofereceu seis opções de resposta e obteve o seguinte resultado:

Figura 5: Infográfico de horas de estudo semanais dos participantes

Quantas horas semanais você destina ao estudo de mandarim além das aulas no Instituto Confúcio?

33 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores deste estudo.

O infográfico indica que mais de 50% dos alunos dedicam de 1 a 5 horas de estudo semanais fora do Instituto Confúcio. Esse dado sugere uma limitação no tempo disponível para o estudo da língua, possivelmente relacionada a compromissos profissionais, acadêmicos ou pessoais. Em seguida, os participantes foram questionados: “Você acredita que esse tempo de estudo é suficiente para acompanhar suas aulas?”. Vinte e um alunos (63,6%) responderam “Sim”, enquanto doze (36,4%) responderam “Não”.

Outro aspecto considerado foi a língua utilizada como mediadora nas aulas de mandarim do Instituto Confúcio, uma vez que o idioma de instrução pode influenciar diretamente o processo de aprendizagem e a forma como os alunos desenvolvem estratégias de aprendizagem (Oxford, 1990). Todos os participantes afirmaram que as aulas são ministradas em português, e uma minoria indicou que o inglês também é utilizado como suporte.

Além disso, a motivação dos alunos para estudar mandarim é um fator crucial para compreender suas estratégias de aprendizagem. Para investigar esse aspecto, perguntamos: “O que o(a) levou a querer aprender mandarim?”. As respostas revelaram uma variedade de motivações, sendo as mais citadas cultura, curiosidade,

educação e trabalho/carreira. Para ilustrar esses motivadores, selecionamos seis respostas representativas. Inicialmente, apresentamos uma resposta que exemplifica os motivadores relacionados à *cultura* e à *educação*:

- [1] Num projeto de pesquisa sobre Lacan e suas viagens, encontramos um texto do autor falando sobre como ele achava que o inconsciente em culturas orientais poderia funcionar em outras dinâmicas, pois, para ele, o inconsciente é estruturado em forma de linguagem. Algo assim impactaria a clínica psicanalítica. Posteriormente investigando, me deparei com a obra *Lacan chinês*, o que ampliou significativamente meu interesse pelo tema. Gosto muito de história e também comecei como *hobby* buscar sobre história da China, pulei para a filosofia e poesia. Desde a pandemia, esse interesse se consolidou em um verdadeiro envolvimento com esse universo. Dessa forma, posso definir que busquei o mandarim devido às pesquisas acadêmicas relacionadas e porque quero aprender a ler os textos em sua língua original. (15ª Participante)

Essa resposta evidencia uma busca genuína por aprendizagem relacionada à cultura, história, filosofia e poesia chinesas – motivação intrínseca –, ao mesmo tempo que reflete o interesse em interagir com a cultura chinesa sob uma perspectiva acadêmica – motivação instrumental (Dörnyei, 1990, 1997, 1998; Dörnyei & Ushioda, 2021; Kramsch, 1993; Morris *et al.*, 2022; Nunes, 2020).

Dessa forma, é possível identificar duas motivações distintas presentes nesse comentário (Deci & Ryan, 1985; Ellis, 1996; Gardner, 1985; Kramsch, 1993), que se encontram interligadas na narrativa apresentada. Outra resposta que combina mais de um motivador está relacionada à *curiosidade* e à *educação*:

- [2] Sou uma pessoa muito curiosa e uma amante da cultura chinesa. Além disso, pretendo futuramente desenvolver métodos de aplicação para ajudar pessoas a aprender mandarim, tendo o português como língua nativa. (23ª Participante)

O 23º participante demonstra interesses pessoais para a melhoria acadêmica – motivação instrumental (Cameron, 2001) –, bem como objetivos com potencial de impacto social significativo. De modo complementar, o comentário revela uma combinação de inspiração e compromisso com a educação brasileira, indicando um aluno que deseja contribuir para a aprendizagem futura de estudantes de mandarim. A seguir, apresentamos uma resposta relacionada a *educação* e *trabalho/carreira*:

- [3] Costumo viajar a cada 6 meses e como quero conhecer o mundo asiático, preciso aprender esse idioma. Também acredito que, nos próximos anos, o mandarim será tão ou mais importante que o inglês. O mandarim trabalha as duas partes do cérebro e, por isso, já estou me preparando para o envelhecimento. Além disso, quero também ser exemplo para os meus filhos, para que eles possam enxergar que eles vão precisar de um terceiro idioma para desempenhar bem as suas carreiras profissionais (pretendem fazer cursos na área de tecnologia). (7ª Participante)

Esse relato evidencia três tipos de motivação: cognitiva (preparo para o envelhecimento); integrativa; e instrumental (Dörnyei & Ushioda, 2021; Ellis, 1996;

Gardner, 1985; Kramsch, 1993; Little, 2000; Vygotsky, 1998). Esses aspectos se manifestam, respectivamente, no desejo de aprimorar a saúde mental por meio do estudo do mandarim, na vontade de se integrar à cultura chinesa e no interesse em proporcionar melhores perspectivas profissionais aos filhos.

Nesse contexto, o 16º participante declara ser “apaixonado pela cultura chinesa”, evidenciando uma motivação intrínseca – impulsionada pelo interesse pessoal e pelo prazer (Deci & Ryan, 1985). Em seguida, menciona o desejo de “construir um futuro acadêmico e profissional na China”, refletindo uma motivação instrumental (Gardner, 1985), relacionada ao desenvolvimento intelectual e profissional, como pode ser observado no seguinte excerto:

[4] Sou apaixonado pela cultura chinesa e pretendo construir um futuro acadêmico e profissional na China, pois que é o polo tecnológico da área de fotônica e dispositivos ópticos. (16º Participante)

As declarações dos participantes também indicam a presença de motivação integrativa, uma vez que a paixão pela cultura chinesa reflete o interesse em se aproximar e integrar-se à sua comunidade cultural (Gardner, 1985; Kramsch, 1993). Esse tipo de motivação vai além do benefício pessoal ou profissional, envolvendo um engajamento mais profundo com os valores, as tradições e as práticas culturais de outro povo, como evidencia a resposta da 18ª participante.

[5] Interesse pela cultura popular (novels, cpop, c drama, etc.). (18ª Participante)

Essa resposta revela uma motivação exclusivamente intrínseca, ou seja, guiada pelo prazer pessoal e pelo interesse em se envolver com elementos culturais específicos da China (Deci & Ryan, 1985). A motivação intrínseca reflete um engajamento natural e genuíno com o objeto de estudo, nesse caso, aspectos culturais que despertam curiosidade e entusiasmo no participante.

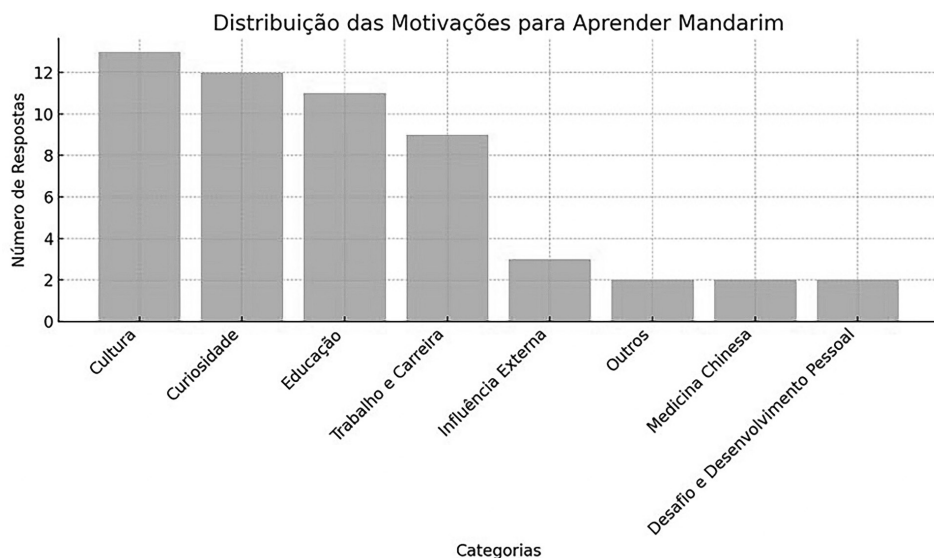
Em contraste com os casos anteriores, o 33º participante apresentou a seguinte resposta, mais diretamente vinculada a objetivos profissionais e acadêmicos.

[6] Relacionado ao meu trabalho e minha pesquisa (33º Participante)

Nesse caso, não se observam indícios claros de motivação intrínseca ou integrativa, uma vez que o foco do participante é predominantemente funcional e pragmático, voltado ao sucesso acadêmico e profissional (Deci & Ryan, 1985; Kramsch, 1993). Assim, a resposta indica a presença de motivação instrumental, ligada ao alcance de objetivos externos, e de motivação cognitiva, relacionada ao desenvolvimento de competências intelectuais necessárias à sua pesquisa (Vygotsky, 1998). Essa distinção demonstra como diferentes tipos de motivação podem coexistir entre os alunos, influenciando a escolha de estratégias de aprendizagem e

a intensidade do engajamento no estudo da língua. Com base nas respostas, é possível elaborar o seguinte infográfico.

Figura 6. Infográfico das motivações para aprender mandarim



Fonte: Elaborado pelos autores deste estudo.

A categoria “outros” foi criada para agrupar motivações muito específicas e pessoais, que se mostraram difíceis de enquadrar nas categorias previamente estabelecidas.

Observando a Figura 6, pode-se verificar que a maior parte dos respondentes é motivada a aprender mandarim por razões culturais, acadêmicas ou profissionais. Em outras palavras, o interesse pelo mandarim reflete predominantemente uma motivação instrumental, associada à possibilidade de crescimento profissional, avanço acadêmico e enriquecimento cultural (Andrade, Furnival, & Martinelli, 2024; Ellis, 1996).

Entre todas as respostas, a motivação intrínseca se mostrou a mais frequente, evidenciando o prazer pessoal e o engajamento com a cultura chinesa, enquanto a motivação extrínseca, baseada em recompensas externas diretas, não foi identificada nas respostas analisadas. Esses resultados indicam que, para os alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na UFG, a aprendizagem do mandarim é impulsionada principalmente por interesses pessoais e profissionais, mais do que por pressões ou incentivos externos.

3.2. Análise das estratégias usadas pelos participantes deste estudo para aprender mandarim

Antes de analisarmos as estratégias de aprendizagem dos alunos, consideramos relevante investigar se participavam de tutorias fora do Instituto Confúcio. Para isso, foi feita a seguinte pergunta: “Você tem aulas de mandarim em outras instituições de ensino? (Incluindo aulas particulares e *on-line*)”. A maioria dos alunos (72,7%) respondeu negativamente, enquanto nove participantes (27,3%) apresentaram resposta positiva.

Para aqueles que responderam afirmativamente, foi feita uma pergunta complementar: “Em caso afirmativo, comente o que o(a) levou a contratar esses serviços e de que forma eles contribuem para a sua aprendizagem de mandarim”. Nove alunos responderam, mencionando que frequentam aulas presenciais e/ou *on-line*, além de utilizarem aplicativos e plataformas digitais, como o *Duolingo*. Esse aplicativo foi destacado como um recurso que permite inserir o estudo do mandarim no cotidiano dos alunos, como demonstram as respostas a seguir:

[7] Contratei os serviços do *Super Duolingo* e do *Hello Chinese Premium*, pois me ajudam a praticar o mandarim para além das aulas e das tarefas de casa, sem anúncios ou restrições. (10ª Participante)

[8] Eu pratico por meio do *Duolingo*, porque acho importante treinar e vejo algumas vídeo aulas no YouTube. (11ª Participante)

Dessa forma, com base nos comentários 7 e 8, é possível afirmar que uma abordagem prática para a aprendizagem de mandarim no Brasil é a utilização de recursos disponíveis na internet, uma alternativa acessível e econômica para explorar aspectos da história e da cultura chinesa.

Uma seção central do questionário foi dedicada a investigar como os alunos estudam mandarim. Em outras palavras, o objetivo foi compreender as formas específicas de estudo, as metodologias adotadas e as estratégias que cada estudante utiliza fora da sala de aula.

Para gerar essas informações, foram elaboradas três perguntas abertas, que levaram os alunos a detalhar suas estratégias de aprendizagem:

- “Como você estuda mandarim? Descreva em detalhes o que você faz exatamente para aprender mandarim. Por exemplo, existem pessoas que utilizam *flashcards* para memorizar palavras e seus respectivos caracteres, outras pessoas optam por focar na conversação. Esta é a pergunta mais importante deste questionário, por favor, forneça o máximo de detalhes possível.”;
- “Como você ensinaria alguém a estudar mandarim? (Justifique.)”;
- “Você tem dicas de estudo de mandarim?”

Foram selecionados três exemplos de respostas para cada uma dessas perguntas. No que se refere à primeira pergunta, a 8ª participante descreve várias das estratégias que utiliza em seu processo de estudo da língua, conforme ilustrado no excerto 9.

[9] Eu gosto muito de me adentrar na cultura da língua que estou aprendendo e com o mandarim não é diferente. Estou revisitando dramas chineses que eu já assisti, ouvindo meus artistas favoritos do C-POP e montando diálogos comigo mesma nos tempos livres. Eu consigo memorizar os *hànzì* assistindo os dramas com a legenda em mandarim e em inglês/português, o que me ajuda bastante a estar sempre em contato com eles para ter familiaridade. (8ª Participante)

Neste excerto, a participante descreve uma ampla variedade de estratégias e demonstra integrá-las de forma articulada, combinando elementos culturais, cognitivos e metacognitivos para aprimorar sua aprendizagem do mandarim. Seu interesse pela cultura chinesa – incluindo C-POP, dramas, músicas e outros recursos multimídia – favorece o desenvolvimento de estratégias emocionais e interpessoais que vão além da mera aquisição cognitiva da língua. O uso de legendas ao assistir a filmes e séries evidencia a aplicação de estratégias diretas, enquanto a prática de criar monólogos reflete um planejamento metacognitivo estruturado, conforme categorizado por Oxford (1990).

No excerto 10, a 16ª participante descreve algumas estratégias que utiliza para praticar mandarim e gerir sua aprendizagem de forma autônoma (Oxford, 1990). Entre elas, destacam-se o uso do *Duolingo* e a visualização de vídeos no YouTube, que envolvem estratégias cognitivas e metacognitivas, além do planejamento da compra de um caderno para praticar a escrita dos ideogramas. A estudante também reconhece a importância das aulas ministradas no Instituto Confúcio, onde pode interagir com o(a) professor(a) e com colegas, tirar dúvidas e consolidar o aprendizado, evidenciando o uso de estratégias sociais.

[10] Eu comecei a estudar sozinha, vendo vídeos no YouTube e praticando no *Duolingo*, foi onde percebi maior evolução. Gosto das aulas do Instituto porque consigo tirar dúvidas e traz pontos que não tem nas videoaulas. Os ideogramas eu tento reproduzir em caderno, comprei tinta e pincel para praticar, o que não tenho muito tempo pra fazer. Tentei comprar um caderno de treino que dá pra desenhar com água os ideogramas, mas ele foi taxado e ficou muito caro. Não consigo encontrar esse caderno por aqui. (16ª Participante)

Nesse relato, pode-se verificar que a estudante utiliza tanto estratégias diretas (cognitivas) quanto indiretas (metacognitivas e sociais), integrando-as de modo a formar um conjunto de ferramentas para a aprendizagem autodirigida.

A interação entre diferentes tipos de estratégias é ilustrada no excerto 11.

[11] No geral, são em média 45 minutos por dia. Metade deles fico tentando realizar as tarefas de casa. Para isso, uso 1 dicionário: *Dicionário português-chinês/chinês-português*, da editora Elsevier.

Quando sobra tempo, o que é raro, pois os enunciados das tarefas são em inglês (língua que sei zero coisas e não gosto), tento ficar procurando palavras ou frases que eu gostaria de aprender a escrever ou letras de música, para ver se entendo algo (o que ainda não funciona kkkkk). Também recorro ao aplicativo *Hello Chinese* para a pronúncia, além de vídeos do YouTube. Para a escrita correta dos caracteres, uso um aplicativo: 汉字笔顺 (hànzì bǐshùn). (21ª Participante)

A 21ª participante também demonstra uma utilização eficaz da combinação de estratégias diretas e indiretas. Ela descreve a elaboração de um plano de estudos estruturado, refletindo um planejamento cognitivo voltado à compreensão aprofundada e ao comprometimento com o processo de aprendizagem do mandarim, com o auxílio de dicionários. Cabe ainda destacar que o uso do aplicativo *Hello Chinese* para praticar a pronúncia e a escrita corretas evidencia um esforço ativo para o desenvolvimento simultâneo das habilidades de produção oral e de escrita precisas.

Em relação à segunda pergunta – “Como você ensinaria alguém a estudar mandarim? (Justifique)” –, obtivemos uma gama de respostas. No excerto 12, por exemplo, a 6ª participante relata a utilização de estratégias cognitivas e metacognitivas no processo de aprendizagem do mandarim:

[12] Primeiramente, eu falaria para a pessoa ter contato com a língua todos os dias, ouvir áudios e repeti-los para que ela possa se acostumar com os movimentos musculares necessários, pois eles são bem diferentes do que estamos acostumados. Eu também falaria da importância da repetição na escrita, porque não é intuitivo e precisamos treinar para adquirirmos os movimentos. (6ª Participante)

A participante destaca que a imersão na língua adicional é fundamental, enfatizando a importância do contato diário com o mandarim, especialmente por meio da escuta de áudios e de sua repetição. Essa prática reflete estratégias cognitivas e de memória (Oxford, 1990), pois envolve repetição constante para a internalização dos conteúdos. Ademais, a participante fala da necessidade da prática da escrita em mandarim, por ser uma língua de base logográfica, com origens pictográficas (Bassetti, 2007; Boltz, 1994; DeFrancis, 1984; Ran, 2021), ressaltando a diferença em relação ao português, que utiliza um sistema fonográfico. A recomendação de “treinar para adquirirmos os movimentos” evidencia o uso de estratégias cognitivas voltadas ao desenvolvimento da escrita e à memorização dos caracteres. Por fim, a ênfase na exposição contínua ao mandarim e em produções linguísticas nessa língua está alinhada à prática de imersão e de produção escrita ou oral (*output*), bem como ao fornecimento constante de *input*, considerados essenciais para a aprendizagem de línguas (Almeida Filho, 1991; Figueiredo, 2019, 2023).

O relato da 13ª participante, no excerto 13 a seguir, evidencia a aplicação de múltiplas estratégias de aprendizagem que combinam elementos cognitivos, metacognitivos, sociais e afetivos, conforme categorizado por Oxford (1990).

- [13] Baseio-me no método popular de Paulo Freire, identificando imagens, lendo em voz alta e gravando textos, fazendo diálogos, visitando lugares com referência à língua, realizando jantares ou almoços de conversação e vivências. (13ª Participante)

Essa resposta evidencia uma perspectiva sociointeracionista e afetiva, características centrais do método de Freire (1981). A referência ao autor ressalta a valorização de uma aprendizagem dialógica e experiencial, na qual o conhecimento é construído por meio da vivência, do diálogo e da interação com o mundo. Esses princípios encontram respaldo em Swiderski e Costa-Hübes (2009), que afirmam que o sujeito se constitui por meio de suas interações com o meio em que está inserido.

As práticas mencionadas – “identificando imagens, lendo em voz alta e gravando textos” – alinham-se às estratégias cognitivas e metacognitivas descritas por Oxford (1990). A identificação de imagens permite ao estudante associar significados a formas visuais, criando conexões mentais que fortalecem a memória. Já a leitura em voz alta e a gravação de textos favorecem o monitoramento do próprio desempenho, caracterizando estratégias cognitivas e metacognitivas que promovem maior consciência sobre pronúncia, ritmo e fluência.

As atividades de “diálogos”, “jantares ou almoços de conversação” e “visitas a lugares com referência à língua” refletem elementos centrais das estratégias sociais e afetivas, também identificadas por Oxford (1990). Ao engajar-se em situações interativas como essas, o estudante vivencia a língua de forma emocionalmente significativa, reduzindo ansiedade e estresse, o que caracteriza uma prática descontraída e natural. Tal abordagem aproxima-se da perspectiva freiriana, segundo a qual “[n]inguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1981, p. 44), visto que a aprendizagem ocorre por meio da troca, do diálogo e da interação com o contexto (Vygotsky, 1998).

É importante destacar que a participante reconhece a relevância de experiências concretas, como jantares e visitas culturais, o que evidencia que a imersão e o envolvimento afetivo são fundamentais para a aprendizagem de uma língua adicional. Essa percepção reforça a ideia de que o engajamento emocional e a motivação são fatores determinantes no aprendizado linguístico (Ellis, 1996; Leffa, 2016), especialmente no caso do mandarim, uma língua distante do português.

Dessa forma, a resposta analisada evidencia a integração de estratégias cognitivas, metacognitivas, sociais e afetivas, articuladas a uma abordagem freiriana e sociointeracionista, valorizando especialmente a vivência e a cultura como componentes centrais do processo de aprendizagem do mandarim.

O 17º participante demonstra, no excerto 14, uma compreensão articulada da interação entre estratégias diretas e indiretas:

- [14] Eu não saberia ensinar muito bem, mas recomendaria fortemente que buscasse implementar o mandarim no dia a dia, seja por músicas ou filmes, pois, a meu ver, é uma língua difícil que exige bastante imersão. Quanto às questões mais pragmáticas, recomendaria seguir apostilas de estudo, como as que são focadas no exame HSK⁴, e sempre praticar por meio de aplicativos como *Anki*, *Duolingo* e *Hello Chinese*. (17º Participante)

A recomendação de manter uma imersão diária na língua chinesa por meio de materiais audiovisuais – como músicas e filmes – aparece com frequência nas respostas dos participantes. Essa prática está associada a estratégias cognitivas e sociais, pois promove o contato autêntico com o idioma em contextos culturais reais. A imersão contínua contribui para o desenvolvimento da compreensão auditiva, a familiarização com diferentes sotaques e, conseqüentemente, a internalização de padrões linguísticos, evidenciando que a aprendizagem de uma língua está intrinsecamente ligada à aquisição cultural e às práticas sociais (Kramsch, 1993).

Por outro lado, o uso de recursos estruturados, como apostilas e aplicativos – incluindo *Anki*, *Duolingo* e *Hello Chinese* –, envolve estratégias cognitivas e metacognitivas, relacionadas à organização, à prática sistemática e ao monitoramento da aprendizagem (Oxford, 1990). O *Anki*, por exemplo, utiliza exercícios de repetição espaçada, por meio de *flashcards* digitais, favorecendo a memorização e a retenção do vocabulário por meio de revisões periódicas e de associações mentais.

Dessa forma, o participante demonstra uma abordagem estratégica no estudo do mandarim, combinando imersão cultural, prática autônoma e uso de recursos tecnológicos. Essa integração reflete a articulação entre as estratégias de Oxford (1990), a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1998) e a dimensão cultural da aprendizagem de línguas proposta por Kramsch (1993).

A terceira pergunta – “Você tem dicas de estudo de mandarim?” – gerou respostas relevantes, entre as quais se destaca a da 19ª participante, que evidencia sua consciência da importância da interação com falantes nativos como estratégia de aprendizagem.

- [15] Já vi vários conteúdos de pessoas que estudam mandarim e eles sempre dão um jeito de conversar com nativos para praticar. Planejo fazer isso qualquer dia desses e ver o efeito que tem no meu nível de mandarim. (19ª Participante)

Tal prática se enquadra nas estratégias sociais e afetivas descritas por Oxford (1990), pois envolve comunicação autêntica, engajamento emocional e redução da

⁴ O HSK é um exame de proficiência em mandarim.

ansiedade em contextos reais de uso da língua. Mesmo ainda não implementada, a intenção de conversar com nativos demonstra planejamento metacognitivo, pois a estudante identifica uma ação específica que pode potencializar seu processo de aprendizagem e monitora os efeitos esperados dessa prática. Essa recomendação reforça a relevância da dimensão cultural na aprendizagem do mandarim, alinhando-se à perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1998) e à visão de Kramsch (1993), segundo a qual o domínio de uma língua está intrinsecamente ligado à interação com a cultura e com as práticas sociais do contexto.

O 15º participante sugere algumas estratégias de aprendizagem que refletem uma abordagem integrada e prática, envolvendo estratégias sociais, afetivas, cognitivas e metacognitivas (Oxford, 1990).

[16] Formar grupo de estudos, praticar com o *workbook* e folha de caligrafia ajudam muito. (15º Participante)

A formação de grupos de estudo representa uma estratégia social e afetiva, permitindo a interação com colegas, a troca de conhecimentos e a prática comunicativa em um contexto colaborativo. O uso do *workbook* (livro de exercícios que acompanha o *Standard Course HSK*) e das folhas de caligrafia – que reforçam os componentes sensorial e motor da aprendizagem, construindo familiaridade com as estruturas visuais e gestuais dos caracteres – configuram estratégias cognitivas diretas, voltadas à prática, à memorização e ao automonitoramento da escrita dos caracteres chineses. Vale destacar que a escolha consciente dessas atividades indica planejamento metacognitivo, pois o participante organiza suas ações de estudo de forma estruturada e intencional, monitorando seu progresso e reforçando habilidades específicas.

A 32ª participante apresenta uma série de estratégias de estudo que evidenciam uma abordagem abrangente e integrada, evidenciando estratégias cognitivas, sociais e afetivas:

[17] Estudar e revisar todos os dias, pelo menos por uma hora. Experimentar falar com nativos, usar bate papos, pronunciar em frente ao espelho, leitura, foco, concentração e organização. Faço fichas com o ideograma e atrás coloco o significado dele. Marco o livro, sublinho, coloco anotações. O tempo passa você estando estudando ou não, então melhor aprender sempre, porque é só fazendo que as coisas vão acontecer. (32ª Participante)

O hábito sugerido de “estudar e revisar todos os dias” configura-se como uma estratégia metacognitiva, associada ao planejamento, à organização e à autorregulação do processo de aprendizagem. De acordo com Oxford (1990), esse tipo de estratégia permite ao aprendiz desenvolver autonomia, pois o engaja no monitoramento contínuo de seu próprio progresso, favorecendo a constância e o controle do ritmo e da qualidade dos estudos.

O uso de fichas com ideogramas e seus significados (*flashcards*), bem como as práticas de marcar o livro, sublinhar e fazer anotações, correspondem a estratégias cognitivas, caracterizadas pela interação direta com o material de aprendizagem. Tais ações favorecem a memorização, a repetição e a elaboração – processos essenciais para a aquisição de uma língua ideográfica como o mandarim, em que o domínio da forma escrita demanda associações visuais e motoras complexas (DeFrancis, 1984).

A recomendação de “experimentar falar com nativos” e “usar bate-papos” reflete o emprego de estratégias sociais, centradas na interação e na comunicação autêntica com outros falantes. Essa prática dialoga com a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1998), segundo a qual as trocas culturais e linguísticas constituem o espaço privilegiado para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos.

Por sua vez, a prática de “pronunciar em frente ao espelho” pode ser compreendida como uma estratégia afetiva e metacognitiva, voltada à autocorreção e ao fortalecimento da autoconfiança. Segundo Oxford (1990), estratégias dessa natureza auxiliam o aprendiz a reduzir a ansiedade, a aumentar a consciência do próprio desempenho e a manter a motivação ao longo do processo de aprendizagem.

Dessa forma, observa-se que a resposta da participante revela uma visão integrada e autônoma do processo de aprendizagem, que combina estratégias cognitivas, metacognitivas, sociais e afetivas. A ênfase na prática constante e na reflexão pessoal evidencia um compromisso ativo com o próprio desenvolvimento linguístico e uma compreensão do processo de aprendizagem do mandarim.

Considerando as análises apresentadas, observa-se que o método mais recorrente entre os participantes deste estudo baseia-se no uso de recursos audiovisuais – como filmes, séries, músicas e vídeos –, geralmente acompanhados de legendas em português ou em outra língua já dominada pelo aprendiz. Essa prática insere-se no conjunto das estratégias cognitivas e de memória (Oxford, 1990), pois envolve a associação entre som, imagem e significado, permitindo ao estudante estabelecer conexões mentais e contextuais que favorecem a retenção lexical e o desenvolvimento da compreensão auditiva.

Além dos recursos audiovisuais, o uso de aplicativos e plataformas digitais, como *Duolingo*, *Hello Chinese* e *Pleco*, foi amplamente mencionado. O *Duolingo* apoia-se na gamificação da aprendizagem (Ricardo Corrêa, 2019), estimulando o uso de estratégias cognitivas, como repetição e reforço positivo, por meio de atividades interativas. Já o *Hello Chinese* contempla as quatro habilidades linguísticas – compreensão oral, leitura, produção oral e escrita – e incorpora estratégias cognitivas e metacognitivas (Oxford, 1990), pois permite que o estudante monitore seu progresso e organize sua aprendizagem de forma sistemática, com ênfase especial na escrita de caracteres e na prática dos tons do mandarim.

O aplicativo *Pleco*, embora não se configure como uma plataforma de ensino, atua como uma ferramenta de apoio ao processo de aprendizagem da língua. Ele mobiliza estratégias de memória e de cognição ao possibilitar a prática de escrita de caracteres por meio do *pinyin*, a criação de *flashcards* e o uso de um dicionário extenso que auxilia na compreensão de novos caracteres. Essa prática reforça o papel das estratégias mnemônicas na aprendizagem do mandarim, especialmente diante da complexidade de seu sistema de escrita ideográfica (Basseti, 2007; Ran, 2021).

Outro recurso frequentemente mencionado foi a repetição da escrita de caracteres com o objetivo de memorização – prática diretamente associada às estratégias cognitivas de repetição e elaboração (Oxford, 1990). O uso de *flashcards* complementa essa abordagem, ao favorecer a recuperação ativa do conhecimento e o fortalecimento das associações entre forma, som e significado.

De modo complementar, vários participantes destacaram a imersão cultural como fator essencial para a aprendizagem da língua chinesa, mencionando o contato com *C-dramas* (séries chinesas), livros e interações sociais com falantes nativos, que podem ocorrer com professores chineses do Instituto Confúcio. Tais práticas integram estratégias sociais e afetivas, pois permitem que o aprendiz use o idioma em contextos reais, fortalecendo tanto a competência comunicativa quanto a motivação e o envolvimento emocional no processo de aprendizagem (Oxford, 1990).

Adicionalmente, métodos mais tradicionais, como o uso do livro de exercícios do HSK (*workbook*), também foram amplamente mencionados. Tais materiais são utilizados, sobretudo, para o desenvolvimento da caligrafia e para a realização de atividades estruturadas, oferecendo oportunidades sistemáticas de *input* e de *output* linguísticos, fundamentais para o processo de aprendizagem (Almeida Filho, 1991; Figueiredo, 2019, 2023), além de contribuírem para a preparação para o exame de proficiência (HSK). Essa prática envolve estratégias cognitivas, ao promover a exposição à língua (*input*) e a produção linguística (*output*), podendo ainda acionar estratégias metacognitivas, relacionadas ao planejamento, à organização e à autoavaliação do processo de aprendizagem (Oxford, 1990).

Por fim, ao serem questionados sobre como ensinariam mandarim a outras pessoas, muitos participantes enfatizaram que o ensino deve iniciar-se pelo *pinyin* e pelos tons, com introdução gradual dos caracteres. As respostas destacaram a “repetição e prática” como princípios centrais, o que reforça a importância das estratégias cognitivas e de memória (Oxford, 1990) na construção do conhecimento linguístico e no fortalecimento da autonomia do aprendiz.

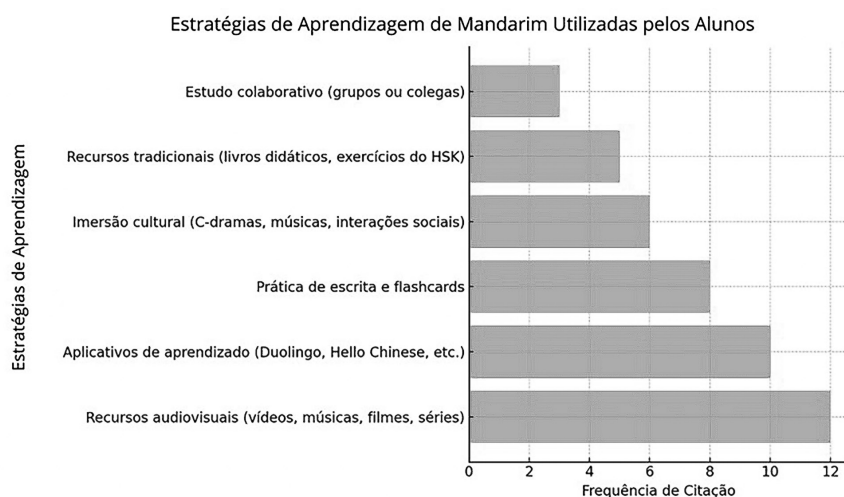
A terceira pergunta apresentou elementos que convergiram com os resultados das questões anteriores. Observou-se que a prática diária foi a estratégia mais

recorrente entre os participantes, caracterizando-se como uma estratégia cognitiva voltada à consolidação e ao reforço contínuo do aprendizado. Paralelamente, destacou-se a imersão cultural por meio de diferentes tipos de mídias – como filmes, músicas, séries e vídeos –, bem como a interação em plataformas de conversação com falantes nativos, práticas que se enquadram nas estratégias sociais (Oxford, 1990), ao promoverem o uso autêntico da língua em contextos reais.

Além do mais, o uso frequente de aplicativos de aprendizagem de idiomas foi mencionado como um meio eficaz de manter o contato constante com o mandarim, integrando estratégias cognitivas e de memória, especialmente as baseadas em repetição, associação e recuperação ativa do vocabulário.

Com base nesses dados, foi elaborado um infográfico que sintetiza, de forma numérica, a frequência e a distribuição das estratégias de aprendizagem mais utilizadas pelos participantes.

Figura 7. Infográfico de estratégias de aprendizagem utilizadas pelos participantes deste estudo



Fonte: Elaborado pelos autores deste estudo.

A análise descritiva das respostas do questionário e dos dados apresentados na Figura 7 evidencia que os alunos do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na UFG empregam estratégias variadas na aprendizagem do mandarim, com destaque para o uso de recursos *on-line*, como materiais audiovisuais, plataformas de ensino de línguas e ferramentas de conversação.

Os resultados obtidos revelam a complexidade do processo de aprendizagem de uma língua com características tão diferentes da língua portuguesa, mostrando que a motivação dos estudantes está profundamente relacionada a fatores profissionais, culturais e pessoais. Entre as principais motivações, destaca-se o interesse

pela cultura chinesa, o que confirma as reflexões de Câmara Jr. (1955), para quem a língua é, antes de tudo, uma forma de existência cultural, coexistindo e transformando-se junto com ela. Assim, o interesse pela filosofia, história e literatura chinesas – aspectos amplamente mencionados nas respostas – indica que os Institutos Confúcio não se limitam ao ensino técnico da língua, mas atuam como espaços de intercâmbio e aproximação intercultural entre o Brasil e a China, em consonância com a noção de diplomacia cultural discutida por Liu (2019).

Dessa forma, a aprendizagem do mandarim nos Institutos Confúcio transcende o domínio linguístico e assume um papel de intercâmbio cultural e acadêmico, por meio da interação com professores chineses, fortalecendo as relações entre o Brasil e a China. Essa aproximação permite o compartilhamento de diferentes visões de mundo, valores e tradições, representando um passo importante para a superação da lacuna histórica entre os dois países e promovendo uma compreensão intercultural mais profunda (Andrade, Furnival, & Martinelli, 2024).

Os estudantes também destacaram as dificuldades linguísticas próprias do mandarim, especialmente quanto à associação entre tons e ideogramas, o que reforça a singularidade dessa língua (Ran, 2021). As estratégias relatadas para lidar com tais desafios estão em consonância com as categorias propostas por Oxford (1990), evidenciando o uso de estratégias cognitivas, de memória e de compensação, como o recurso a aplicativos de aprendizagem – *Duolingo*, *Hello Chinese* e *Pleco* –, que auxiliam na fixação da pronúncia, da escrita e do vocabulário.

Além disso, as estratégias de memória aparecem com frequência nas associações mentais entre caracteres e objetos, enquanto as estratégias cognitivas envolvem repetição, prática da escrita e pronúncia dos tons. Já as estratégias de compensação manifestam-se no uso de ferramentas digitais para superar limitações de vocabulário ou dificuldades fonéticas. Tais práticas reforçam o empenho dos estudantes em desenvolver as quatro habilidades linguísticas – compreensão oral, leitura, produção oral e escrita –, reconhecidas por Oxford (1990) como os pilares da aprendizagem de uma língua adicional.

Os dados também apontam para a necessidade de uma abordagem sociointeracionista (Swiderski & Costa-Hübes, 2009), sustentada na teoria de Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem emerge das interações sociais e culturais entre alunos, professores e falantes nativos. Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas funcionam como potencializadoras da aprendizagem, promovendo maior autonomia e acesso a práticas culturais autênticas. No entanto, observou-se um baixo índice de interação direta com nativos fora do Instituto Confúcio ou com mídias chinesas, o que pode refletir a escassez de oportunidades de imersão cultural e de orientação sobre a prática da língua fora do ambiente institucional.

Os resultados reafirmam, portanto, o papel dos Institutos Confúcio como centros de convergência cultural e linguística, capazes de contribuir para o aprimoramento do ensino de línguas adicionais no Brasil. Professores podem, assim, adaptar suas práticas pedagógicas a partir de estratégias eficazes utilizadas pelos alunos – como o uso de recursos gamificados, a integração de elementos culturais e a realização de eventos interculturais, como feiras, simpósios e mostras artísticas.

Muitos estudantes também demonstraram recorrer a estratégias metacognitivas, planejando seus estudos e monitorando seu progresso na língua. Oxford (1990) ressalta a importância de incentivar o desenvolvimento da “ensinabilidade” – ensinar o aluno a usar conscientemente estratégias de aprendizagem – e da “flexibilidade”, ou seja, a capacidade de adaptar essas estratégias às necessidades e aos estilos individuais.

Por fim, os resultados indicam que a promoção de estratégias metacognitivas e sociais no ensino do mandarim é essencial para que os alunos possam medir e compreender seus próprios avanços. Essa autorregulação gera mais engajamento e motivação, atuando como um mecanismo de recompensa que evidencia o progresso alcançado ao longo da jornada de aquisição da fluência em mandarim.

Esses achados respondem diretamente ao objetivo deste estudo ao demonstrar que a aprendizagem do mandarim, no contexto investigado, é configurada pela articulação entre engajamento pessoal e finalidades pragmáticas, o que influencia a seleção e o uso das estratégias de aprendizagem. Ademais, os dados sugerem que os aprendizes tendem a adotar práticas autônomas, fortemente mediadas por tecnologias digitais, combinando diferentes estratégias de forma flexível, em função de suas necessidades e níveis de proficiência. Nesse sentido, a aprendizagem do mandarim configura-se como um processo dinâmico e sensível ao contexto, resultante da interação entre fatores individuais, culturais e situacionais. Tais evidências reforçam a necessidade de abordagens pedagógicas que reconheçam a diversidade dos aprendizes e promovam o desenvolvimento consciente de estratégias no ensino de línguas.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo identificar as estratégias de aprendizagem de mandarim utilizadas pelos estudantes do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás, Brasil, bem como suas motivações para estudar a língua.

Os dados indicam um forte comprometimento da maioria dos participantes com a língua e a cultura chinesas, incorporando-as à sua formação pessoal e humana. Em virtude desse envolvimento, não foram observadas motivações extrínsecas predominantes, mas sim uma maior incidência de motivações intrínsecas e ins-

trumentais, muitas vezes articuladas a dimensões integrativas, o que reflete uma relação de aproximação entre Brasil e China no contexto do diálogo intercultural. Constatou-se também que a motivação dos alunos está fortemente relacionada a fatores culturais, acadêmicos e profissionais, o que revela uma orientação fortemente voltada a objetivos acadêmicos e profissionais na aprendizagem da língua. Muitos estudantes demonstram interesse em adquirir competências linguísticas que lhes permitam acessar novas oportunidades de estudo e de trabalho, bem como compreender melhor os aspectos da cultura da língua-alvo. Assim, a aprendizagem não se restringe ao prazer pessoal ou à curiosidade intelectual, mas se insere em projetos de vida concretos, vinculados ao desenvolvimento acadêmico, à ascensão profissional e à ampliação das possibilidades de inserção em contextos interculturais.

Os dados indicam que os estudantes recorrem a estratégias diretas – como as de memória, cognição e compensação – e também a estratégias indiretas, entre elas as metacognitivas, afetivas e sociais. De modo geral, essas estratégias estão associadas a motivações intrínsecas, instrumentais e integrativas, que não apenas favorecem a aprendizagem da língua, mas também aproximam os alunos da cultura chinesa. Resultados semelhantes foram observados por Cumbe (2025) em seu estudo sobre as estratégias de aprendizagem de mandarim por estudantes moçambicanos, que aponta que, independentemente do contexto geográfico, os aprendizes tendem a desenvolver um comportamento autônomo e estratégico, recorrendo a diferentes recursos e métodos para potencializar sua aprendizagem da língua chinesa.

Entre as estratégias cognitivas, destacam-se práticas voltadas ao contato ativo com a língua: assistir a filmes em mandarim com legendas, ouvir músicas na língua-alvo, praticar diálogos, usar *flashcards* para ampliar e fixar o vocabulário, ler e escrever para consolidar o aprendizado e, ainda, realizar atividades com o livro de exercícios (*workbook*) e a folha de caligrafia, a fim de praticar a escrita dos ideogramas.

Alguns participantes também ressaltam a importância da dedicação e da constância nos estudos, o que evidencia o uso de estratégias metacognitivas voltadas ao planejamento e à autorregulação da aprendizagem. Além do mais, muitos afirmam recorrer com frequência a tecnologias digitais, como aplicativos, para estudar fora da sala de aula e aprimorar o aprendizado do idioma.

As interações com os professores do Instituto Confúcio também desempenham papel fundamental no processo de aprendizagem, pois configuram estratégias sociais que favorecem a troca de experiências, o esclarecimento de dúvidas e a construção conjunta do conhecimento. Além disso, essas interações possibilitam *feedback* mais imediato e contribuem para o desenvolvimento da confiança dos alunos no uso da língua.

Esses resultados oferecem uma contribuição significativa para o campo da Linguística Aplicada, ao apresentar um retrato atual das práticas e dos desafios enfrentados por aprendizes brasileiros de mandarim. Adicionalmente, evidenciam o papel dos aplicativos – como *Duolingo*, *Hello Chinese* e *Pleco* – como ferramentas eficazes de apoio às estratégias cognitivas, de memorização e de compensação.

O objetivo central deste estudo é, portanto, divulgar as estratégias utilizadas por aprendizes de mandarim, de forma que possam servir de referência e apoio a outros estudantes de Institutos Confúcio, oferecendo dicas práticas e eficazes para o aprimoramento do processo de aprendizagem.

Considerando os resultados obtidos, propomos a criação de novos meios de facilitação da aprendizagem, como clubes de prática linguística baseados em tarefas específicas – projetos extracurriculares organizados pelos Institutos Confúcio que envolvam a produção de pequenos textos jornalísticos, curtas-metragens e músicas em mandarim, desenvolvidos em grupo e ajustados ao nível dos participantes. Tais iniciativas promoveriam, de forma colaborativa, o fortalecimento dos laços culturais entre o Brasil e a China, ao mesmo tempo que favoreceriam o desenvolvimento da fluência linguística.

Defendemos, ainda, que o ensino do mandarim se beneficie de uma abordagem centrada em estratégias afetivas e sociais, que integrem aspectos emocionais, culturais e interativos ao processo de aprendizagem. Atividades como *workshops* temáticos e eventos interculturais podem ajudar os estudantes a estabelecer conexões afetivas com o conteúdo estudado e a interagir mais ativamente com falantes nativos.

Outra proposta relevante é a implementação de parcerias de aprendizagem em *teletandem* (Aranha, Souza, & Zakir, 2026; Figueiredo, 2024; Figueiredo & Silva, 2016; Telles, 2009; Vassallo & Telles, 2006, 2009). O *teletandem* constitui um contexto de aprendizagem colaborativa mediado por tecnologias digitais, em que dois participantes – cada um falante nativo de uma língua-alvo ou proficiente nela – interagem por meio de plataformas como *Skype*, *Google Meet* ou *Zoom*, desenvolvendo conjuntamente suas habilidades de produção oral e escrita, leitura e compreensão oral (Figueiredo, 2024). Essa proposta permitiria que estudantes brasileiros do Instituto Confúcio interagissem com estudantes chineses, auxiliando-se mutuamente na aprendizagem do mandarim e do português.

Por fim, embora as perguntas de pesquisa tenham sido respondidas, recomenda-se que estudos futuros investiguem as estratégias empregadas por aprendizes de alto desempenho, a fim de aprofundar a compreensão sobre práticas mais eficazes. Nesse sentido, os resultados respondem ao objetivo central do estudo ao evidenciar que a aprendizagem de mandarim, no contexto investigado, é sustentada por uma articulação entre diferentes tipos de estratégias e motivações, com destaque

para o papel da autonomia, da imersão cultural e do uso de tecnologias digitais. Apesar de seu caráter exploratório, este estudo contribui para o campo da Linguística Aplicada ao oferecer uma análise situada das práticas de aprendizagem de estudantes brasileiros, apontando caminhos para o aprimoramento de abordagens pedagógicas e para o fortalecimento da formação linguística e intercultural.

Referências

- Almeida Filho, J. C. P. de. (1991). Maneiras de compreender linguística aplicada. *Letras*, (2), 4-10. <https://doi.org/10.5902/2176148511407>
- Almeida Filho, J. C. P. de. (2025). *Glossário de termos do ensino de línguas: léxico vital para professores e aprendizes de língua*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Andrade, T. H. N., Furnival, A. C., & Martinelli, M. (2024). Mobilidade estudantil internacional como promotora de laços educacionais e institucionais: o caso dos Institutos Confúcio no Brasil. *Pro-Posições*, 35, 1-28. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8677883>
- Aranha, S., Souza, M. G. de, & Zakir, M. de A. (Orgs.). (2026). *Línguas estrangeiras para todos: teletandem do centro para o mundo. Uma homenagem para João Antonio Telles*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Arcones, P. C. (2006). *Breve história da China*. Madrid: Silex Ediciones.
- Bakhtin, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem* (M. Lahud & Y. F. Vieira, Trans.; 8ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Barros, E. B. R. de, & Pereira, S. I. A. (2023). A revisão textual em tempos de ChatGPT. *CADERNOS CESPUC de Pesquisa. Série Ensaio*, 44, 163-189. <https://doi.org/10.5752/P.2358-3231.2023n44p163-189>
- Bassetti, B. (2007). Effects of hanyu pinyin on the pronunciation of learners of Chinese as a foreign language. In A. Guder, X. Jiang, & Y. Wan (Eds.), *The cognition, learning and teaching of Chinese characters* (pp. 156–179). Beijing: Beijing Language and Culture University Press.
- Bialystok, E. (2015). Bilingualism and the development of executive function: the role of attention. *Child Development Perspectives*, 9(2), 117-121.
- Boltz, W. G. (1994). *The origin and early development of the Chinese writing system*. New Haven, Conn.: American Oriental Society.
- Bresser-Pereira, L. C. (Org.). (2012). *Depois da crise: a China no centro do mundo?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Bruffee, K. A. (1999). *Collaborative learning: higher education, interdependence, and the authority of knowledge*. London: The Johns Hopkins University Press.
- Câmara Jr., J. M. (1955). Língua e cultura. *Letras*, 4, 51-59.
- Cameron, D. (2001). *Working with spoken discourse*. New York: Sage Publications.
- Coulmas, F. (2003). *Writing systems: an introduction to their linguistic analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Confúcio. (2015). *Os analectos*. São Paulo: Folha de São Paulo.

- Cumbe, S. S. (2025). Um bom aprendiz de língua chinesa como língua adicional em Moçambique: sua autonomia e estratégias de aprendizagem. *REH – Revista Educação e Humanidades*, 6(1), 162-182.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Springer Science & Business Media.
- DeFrancis, J. (1984). *The Chinese language: fact and fantasy*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Dörnyei, Z. (1990). Conceptualizing motivation in foreign-language learning. *Language Learning*, 40(1), 45-78.
- Dörnyei, Z. (1997). Psychological process in cooperative language learning: group dynamics and motivation. *The Modern Language Journal*, 81(4), 481-493.
- Dörnyei, Z. (1998). Motivation in second and foreign language learning. *Language Teaching*, 31(3), 117-135.
- Dörnyei, Z., & Ushioda, E. (2021). *Teaching and researching motivation* (3ª ed.). New York: Routledge.
- Ellis, R. (1996). *The study of second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2001). *Correção com os pares: os efeitos do processo da correção dialogada na aprendizagem da escrita em língua inglesa*. 2001. 340 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2018). (Org.). *A aprendizagem colaborativa de línguas* (2ª ed. rev. ampl). Goiânia: Ed. UFG.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2019). *Vygotsky: a interação no ensino/aprendizagem de línguas*. São Paulo: Parábola.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2023). *Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa do ensino de línguas* (4ª ed. rev. ampl). São Paulo: Parábola.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2024). The use of project pedagogy in teletandem sessions: the points of view of Brazilian and Argentine learners. *Revista Domínios de Linguagem*, 18, 1-38.
- Figueiredo, F. J. Q. de. (2025). Abordagem colaborativa. In R. de C. Souto Maior (Org.), *Dicionário do ensino de língua portuguesa* (pp. 23-32). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Figueiredo, F. J. Q. de, & Oliveira, E. C. de. (2017). Sobre métodos, técnicas e abordagens. In F. J. Q. de Figueiredo (Org.), *Formação de professores de línguas estrangeiras: princípios e práticas* (2ª ed.) (pp. 11-41). Goiânia: Editora UFG.
- Figueiredo, F. J. Q. de, & Silva, S. V. (2016). Do tandem ao teletandem: estudos sobre o uso da telecolaboração na aprendizagem de línguas em contexto virtual. In C. M. Jordão (Org.), *A linguística aplicada no Brasil: rumos e passagens* (pp. 309-336). Campinas, SP: Pontes.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do oprimido* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Gardner, R. C. (1985). *Social psychology and second language learning: the role of attitudes and motivation*. London: Edward Arnold.
- Graddol, D. (2006). *English next: Why global English may mean the end of 'English as a foreign language'*. London: British Council.
- Hanban [Instituto Confúcio]. (2019). Constitution and by-laws of the Confucius Institutes. http://english.hanban.org/node_7880.htm

- Judd, E. L., Tan, L., & Walberg, H. J. (2001). *Teaching additional languages*. Brussels: International Academy of Education.
- Kramsch, C. (1993). *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos de metodologia científica* (4ª ed. rev. ampl.). São Paulo: Atlas.
- Leffa, V. J. (2016). *Língua estrangeira: ensino e aprendizagem*. Pelotas: EDUCAT.
- Little, D. (2000). *Autonomy in language learning*. London: Longman.
- Liu, X. (2019). So similar, so different, so Chinese: analytical comparisons of the Confucius Institute with its Western counterparts. *Asian Studies Review*, 43(2), 256-275. <https://doi.org/10.1080/10357823.2019.1584602>
- Meirelles, A., & Bortoli, M. R. (2024). O mercado de idiomas: distinções e disputas pelo “global”. *Plural*, 31(2), 324-346. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2024.222387>
- Moreira, H., & Caleffe, L. G. (2008). *Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Moriguchi, Y., & Lertlaldaluck, K. (2019). Bilingual effects on cognitive shifting and prefrontal activations in young children. *International Journal of Bilingualism*, 24(4), 729-739. <https://doi.org/10.1177/1367006919880274>
- Morris, L. S., Grehl, M. M., Rutter, S. B., Mehta, M., & Westwater, M.L. (2022). On what motivates us: a detailed review of intrinsic v. extrinsic motivation. *Psychological Medicine*, 52(10), 1801-1816. <https://doi.org/10.1017/S0033291722001611>
- Nonnenberg, M. J. B. (2010). China: estabilidade e crescimento econômico. *Revista de Economia Política*, 30(2), 201-218. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002&lng=en&nrm=iso
- Nunan, D. (1992). *Research methods in language learning*. New York: Cambridge University Press.
- Nunes, C. C. (2020). A motivação como um fator determinante do ensino e da aprendizagem de uma língua estrangeira. *Revista Intercâmbio*, 43, 18-31.
- OpenAI. (2022). *ChatGPT (versão GPT-4)*. San Francisco, CA: OpenAI. <https://chat.openai.com>
- Oxford, R. (1990). *Language learning strategies: what every teacher should know*. Boston, MA: Heinle & Heinle Publishers.
- Paiva, M. C. de. (2022). China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia. *CEBRI-Revista*, 1(2), 53-69.
- Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C. da, Silva Júnior, J. A. da, & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 18(42), 384-411.
- Pires, M. C., & Mattos, T. C. L. (2016). Reflexões sobre a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China na perspectiva do capitalismo histórico. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 5(9), 54-90.
- Qiao, J. (2020). Institutos Confúcio nos países de língua portuguesa e seu papel nos intercâmbios povo a povo. *Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural*, 10(3), 237-251. <https://doi.org/10.30620/p.i.v10i2.10902>
- Ran, M. (2021). Língua chinesa 汉语简介. *Fénix: Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro*, 1, 62-64. <https://doi.org/10.34624/fenix.v0i1.26743>

- Ricardo Corrêa, C. A. (2019). Gamificação e o ensino/aprendizagem de segunda língua: um olhar investigativo sobre o Duolingo. *Revista Linguagem & Ensino*, 22(4), 1020-1039.
- Rubin, J. (1987). Learner strategies: theoretical assumptions, research history and typology. In J. Rubin, & A. Wenden (Eds.), *Learner strategies in language learning* (pp. 15–31). New York: Prentice Hall.
- Shen, H. (2005). An investigation of Chinese-character learning strategies among non-native speakers of Chinese. *System*, 33(1), 49-68.
- Silveira, A. C., Leviski, C. E., & Camozatto, N. M. (2016). “Língua chinesa”: um estudo politicolíngüístico sobre sua presença no mundo. *ReVEL*, 14(26), 162-188.
- Strathern, P. (1994). *Confúcio em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Swiderski, R., & Costa-Hübes, T. (2009). Abordagem sociointeracionista & sequência didática: relato de uma experiência. *Línguas & Letras*, 10(18), 113-128.
- Telles, J. A. (Ed.). (2009). *Teletandem: um contexto virtual, autônomo e colaborativo para aprendizagem de línguas estrangeiras no século XXI*. Campinas: Pontes Editores.
- Vassallo, M. L., & Telles, J. A. (2006). Foreign language learning in-tandem: theoretical principles and research perspectives. *The ESPecialist*, 27(1), 83-118. <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/6117/4438>
- Vassallo, M. L., & Telles, J. A. (2009). Ensino e aprendizagem de línguas em tandem: princípios teóricos e perspectivas de pesquisa. In J. A. Telles (Ed.), *Teletandem: um contexto virtual, autônomo e colaborativo para aprendizagem de línguas estrangeiras no século XXI* (pp. 21-42). Campinas: Pontes Editores.
- Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: M. Fontes.
- Xu, B., & Yan, Q. (Eds.). (2023). *Enciclopédia da cultura chinesa*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Xu, Y., & Chen, C. (2024). Educational philosophy and educational practice in Confucianism. *Trans/Form/Ação*, 47, e02400189.
- Zhang, Y., & Moreira, A. (2020). Relevância e limitações do ensino do mandarim em Portugal: uma breve análise. *Educação*, 48(3), 378-391. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p378-392>

Data de receção: 24/10/2025

Data de aprovação: 27/3/2026

ANEXO

Perguntas do questionário aplicado aos estudantes do Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás

Primeira seção – Informações básicas dos participantes

- “Seu nome?” (resposta aberta, opcional);
- “Sua idade?” (resposta aberta);
- “Sexo?” (resposta aberta);
- “Há quanto tempo você estuda mandarim?” (fechada, com as opções: Menos de um ano; 1 ano; 2 anos; 3 anos; 4 anos; 5 anos ou mais; 10 anos ou mais).

Segunda seção – Contexto de ensino e nível de proficiência

- “Em qual língua sua aula de mandarim é ministrada?” (fechada, com as opções: português; inglês; mandarim);
- “Qual é o seu nível atual de mandarim? (Pode ser de acordo com o HSK, com o nível no Instituto Confúcio ou com ambos.)” (resposta aberta).

Terceira seção – Motivação e carga horária de estudo

- “O que o(a) levou a querer aprender mandarim?” (resposta aberta);
- “Quantas horas semanais você destina ao estudo de mandarim além das aulas no Instituto Confúcio?” (fechada, com as opções: 1 hora ou menos; menos de 5 horas; 5–10 horas; 10–15 horas; 15–20 horas; mais de 20 horas);
- “Você acredita que esse tempo de estudo é suficiente para prepará-lo(a) para acompanhar as aulas?” (pergunta fechada, com as opções: Sim; Não; Outro – sendo esta última acompanhada de espaço para resposta complementar).

Quarta seção – Outras experiências de aprendizagem

- “Você tem aulas de mandarim em outras instituições de ensino? (Isso inclui aulas particulares e *on-line*.)” (fechada, com as opções Sim e Não);
- “Em caso afirmativo, comente o que o(a) levou a contratar esses serviços e de que forma eles contribuem para a sua aprendizagem de mandarim.” (resposta aberta, complementar à questão anterior).

Quinta seção – Estratégias de aprendizagem do mandarim

- “Como você estuda mandarim? Descreva em detalhes o que você faz exatamente para aprender mandarim. Por exemplo, existem pessoas que utilizam *flashcards* para memorizar palavras e seus respectivos caracteres, outras pessoas optam por focar na conversação. Esta é a pergunta mais importante deste questionário, por favor, forneça o máximo de detalhes possível.” (resposta aberta);
- “Como você ensinaria alguém a estudar mandarim? (Justifique.)” (resposta aberta);
- “Você tem dicas de estudo de mandarim?” (resposta aberta).

Sexta seção – Comentários finais

- “Deixe aqui quaisquer comentários que você deseja fazer, incluindo seu contato ou e-mail.” (resposta aberta).

Agradecemos sua participação!

O texto-mentor e o texto-alvo, um percurso didático com gramática para falar numa língua estrangeira

Paula Cristina Ferreira

Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

Ana Vieira Barbosa

Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.50/pp.177-216>

Resumo

O ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira exigem uma tessitura harmoniosa, organizada e progressiva no sentido de apetrechar os estudantes de língua não materna com as ferramentas necessárias para serem cada vez mais capazes e proficientes. O presente artigo propõe-se expor um percurso didático e intradisciplinar que articula unidades curriculares e conteúdos programáticos (linguísticos e textuais). Desenvolve-se um estudo, expositivo e crítico, em torno de duas unidades curriculares, que trabalharam a leitura e a análise e compreensão de textos de opinião e da sinopse, em comunhão com determinados conteúdos gramaticais específicos, com vista à exposição oral de uma opinião.

O trabalho desenvolvido, sob a metodologia investigação-ação, dotou os estudantes dos conhecimentos e ferramentas necessários para empreender com eficácia um ato comunicativo, tendo por base a estrutura do texto-mentor e por objetivo a atingir a produção de textos-alvo, individuais e gradualmente mais eficientes. Dotou-os ainda da capacidade de usar o conhecimento linguístico ao serviço das suas necessidades expressivas e comunicativas, de que se destaca o recurso homogéneo a um repertório lexical mais coeso e uma maior consciência metalinguística.

Palavras-chave: Português Língua Estrangeira; interdisciplinaridade; intradisciplinaridade; percurso didático; gramática; oralidade

Abstract

Teaching and learning a foreign language requires a harmonious, organized, and progressive approach in order to equip students of a non-native language with the tools they need to become increasingly capable and proficient. This article proposes an interdisciplinary and intradisciplinary teaching approach that combines curricular units and program content (linguistic and textual). An expository and critical study is developed around two curricular units, which worked on reading, analyzing, and understanding opinion texts and synopses, in conjunction with specific grammatical content, with a view to the oral expression of an opinion.

The work developed, using the action research methodology, provided students with the knowledge and tools necessary to effectively undertake a communicative act, based on the structure of the mentor text and with the objective of producing target texts that are individual and gradually more efficient. It also equipped them with the ability to use linguistic knowledge to serve their expressive and communicative needs, notably through the consistent use of a more cohesive lexical repertoire and greater metalinguistic awareness.

Keywords: Portuguese as a Foreign Language; interdisciplinarity; intradisciplinarity; teaching approach; grammar

Introdução

O ensino e a aprendizagem de uma língua estrangeira constituem-se por múltiplos feixes entrelaçados cuja tessitura cabe ao docente estruturar para que o estudante nela lance as raízes de uma aprendizagem sólida. Coloca-se a questão de definir que feixes usar ou privilegiar nesse processo e o modo de os entrançar.

Neste trabalho, desenvolve-se uma reflexão, que incorpora também a experiência docente das autoras, em torno de dois desses feixes: a oralidade e a gramática, domínios do Português que decorrem das estratégias pedagógicas adotadas em duas unidades curriculares, a Linguística em Português III e a Conversação em Português III.

De que língua se fala – algumas considerações teóricas

No presente trabalho, assume-se o pressuposto da interação constante entre a língua e o mundo, “Meaning is not just an objective reflection of the outside world, it is a way of shaping that world.” (Geeraerts, 2006, p. 4). O conhecimento do mundo faz-se, portanto, através da língua. Aprender a língua estrangeira é aprender uma outra visão do mundo, uma outra forma de estar, viver e fazer a história de um povo e uma cultura.

Complementarmente, a língua é ainda entendida, na senda de Bakhtin, “como atividade social, fundada nas necessidades de comunicação, assim, a natureza da língua seria essencialmente dialógica” (Oliveira, 2023, p. 13). Esta conceção coloca a língua num outro patamar, não é apenas instrumento individual de relação do indivíduo com o mundo, é também o instrumento partilhado da relação entre o indivíduo e a comunidade. A língua serve a comunicação, é uma ação com um propósito. Esta ação “contiene en su fundamento dos formas de «intervención en el mundo» estrechamente asociadas o interdependientes, una de carácter no verbal (la «actividad práctica»), la otra de carácter verbal (la «actividad de lenguaje»)”, tal como corrobora Bronckart (2013, p. 40).

As conceções de língua apresentadas decorrem de reflexões sobre a língua materna, mas mantêm a sua validade se refletirmos sobre as línguas estrangeiras. “Saber uma língua estrangeira”, como comumente se afirma, implica que

“conseguimos falar essa língua, isto é, que somos capazes de nos expressar e de comunicar, por meio dela, com outros falantes, nativos ou não, que nela igualmente se comuniquem. Esta competência não implica apenas que tenhamos capacidade para compreender discursos orais produzidos na língua que se aprende, nem tampouco que saibamos produzir umas frases gramaticalmente corretas nessa língua. Pressupõe, ainda, que saibamos interagir verbal e oralmente na língua que estamos a aprender, o que não passa, apenas, por conhecermos a gramática da língua e o seu léxico” (Duarte, 2015, p. 57).

Duarte coloca como propósito final da oralidade a interação verbal oral, decorrente da compreensão do oral e do conhecimento gramatical e lexical que é con-

vocado em simultâneo para que a construção da comunicação aconteça. A capacidade de comunicar eficazmente configura-se, portanto como o objetivo último da aprendizagem de uma língua estrangeira.

Ainda no entendimento de Duarte (2015), a par do desenvolvimento das competências de interação, deve considerar-se o desenvolvimento do conhecimento gramatical do estudante. Este é, de facto, um instrumento ao serviço do aprendente e do desenvolvimento das suas competências de compreensão, produção e interação, tanto escritas como orais. A gramática está subjacente em todas as tarefas linguísticas de compreensão e de produção na medida em que contribui para um mais eficaz entendimento do discurso e é também dela que o aprendente se serve para construir a eficácia do seu discurso.

“em português como Língua segunda ou Língua estrangeira, o conhecimento gramatical realiza-e em usos e, desse modo, é uma componente da competência de comunicação: *strictu sensu*, a competência linguística é tida como um sistema complexo de regras que atuam em simultâneo, a vários níveis, para determinar a organização das formas gramaticais que irão preencher funções comunicativas, uma vez que a linguagem é, anote-se, mais bem adquirida em situações significativas.” (Querido, 2023, p. 58).

A aprendizagem gramatical da língua liga-se ao seu uso, às situações de comunicação em que as estruturas linguísticas são ativadas.

Nesta linha de pensamento, ensinar uma língua, e aprendê-la, mesmo tratando-se de uma língua estrangeira, não se limita à própria língua, à sua gramática, mas requer ensinar e aprender significados, modelos discursivos e de interação social.

“A second/foreign language teacher therefore, does not just transmit useful information in the shape of verbs, adverbs and nouns, but she negotiates and judges symbolic power, the power to interpret signs and connect them to an infinity of other signs, albeit through verbs and particles, through adverbs and adjectives, but these extending ad infinitum to form webs of meaning with symbolic power.” (Brovetto & Kaplan, 2011, p. 168).

Apenas o domínio articulado e competente da gramática e dos seus significados, dos modelos discursivos e dos jogos pragmáticos de interação social permitirá ao estudante alcançar patamares eficazes de comunicação oral. Nas palavras de Duarte (2015, p. 63) “para os estudantes conhecerem o sistema gramatical da língua que aprendem, com segurança, dever-se-á relacionar a língua com o discurso, com a sua vocação interativa.”.

Deste modo, no processo de ensino e aprendizagem, “temos de encarar a capacidade de comunicar na língua que se aprende como o principal objetivo do ensino de uma língua estrangeira.” (Duarte, 2015, p. 57). A “capacidade de comunicar” referida sai fortalecida com o conhecimento gramatical, uma vez que tal como afirma Querido (2023, p. 57) “O ensino da gramática visa o aperfeiçoamento da utilização da língua; uma melhor e mais fácil comunicação, um conhecimento crescente; e uma mais harmoniosa inserção no mundo”.

De que conhecimento gramatical se trata? Como veiculá-lo?

Assumindo a relevância da gramática no processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira, impõe-se definir que gramática ensinar, quanta gramática ensinar e como a ensinar.

Como indicado, o ensino de uma língua estrangeira visa o uso eficiente dessa língua em situações de compreensão e de interação comunicativa por parte do aprendente. Neste sentido, a gramática deve ser encarada como um instrumento para alcançar esse uso eficiente. Ela não se constitui como um objetivo em si, mas como um meio para esse fim. Daqui se infere que gramática ensinar.

Para determinar os conteúdos gramaticais deve pensar-se com que finalidade, em que contextos e interações os estudantes vão usar a língua, tal como nos exemplos contextuais seguintes:

- i) Vão aprender a estabelecer um diálogo no restaurante com o empregado?
- ii) Vão planear um fim de semana com um amigo? Vão relatar as últimas férias de verão?
- iii) Escrever uma (carta de) reclamação?

Em cada uma destas circunstâncias de comunicação, contextos comunicativos, há estruturas linguísticas que se destacam, pela sua frequência e, portanto, pela sua utilidade para a construção do enunciado a produzir. Um diálogo modelo no restaurante permitirá, ao docente e ao aprendente da língua, inferir o uso do imperfeito para veicular cortesia (porque se opta por “Queria o robalo grelhado!” em vez do também possível “Quero o robalo grelhado.”?). Planear um fim de semana com um amigo vai requerer o uso do imperfeito do indicativo de verbos com valor modal para indicar uma preferência ou fazer uma sugestão (poder, preferir,...). Para relatar as férias é necessário que se usem o pretérito perfeito e o imperfeito do indicativo e surgirão igualmente algumas preposições associadas a verbos (chegar a, ir a / para / de, ficar em,...). A carta de reclamação requer linguagem formal, bem como fórmulas de cortesia para a abertura e fecho. Caberá ao docente identificar que gramática, decorrente das necessidades de comunicação, pretende ou deve abordar em cada circunstância. Nesta tarefa deve levar-se em consideração:

- o nível de proficiência linguística dos estudantes;
- o estímulo apresentado, que necessariamente está relacionado com o que se espera que o estudante venha a fazer com a língua e que estrutura linguística deve aplicar;
- o que se pretende que o estudante consiga fazer com a língua no final do processo (estabelecer um diálogo eficiente no restaurante, passar um fim de semana fora com um amigo, contar-nos as suas férias, reclamar sobre a enco-

menda que se extraviou), utilizando as estruturas linguísticas que aprendeu (porque o auxiliam na concretização da tarefa).

A gramática seleciona-se a partir das necessidades de comunicação dos estudantes e dos textos que lhes servem de modelo ou estímulo. Intuitivamente se sabe que deve ser servida em doses profiláticas. Os estudantes têm de reconhecer as estruturas, de identificar regularidades, de de/apreender regras, de automatizar o seu uso e ainda têm de navegar em subtilezas semânticas como *quero/queria* ou *ir a/ir para*.

Falta responder à última questão colocada: como ensinar? Se, como se entende, a gramática serve a comunicação, então, deve optar-se por “formas de abordagem ativas e comunicativas, destacando a importância crucial do contexto e do uso de textos no ensino e aprendizagem da gramática, de modo a tornar esse ensino um processo global” (Xavier, 2021, p. 409). Nesta linha de pensamento, e como se tem vindo a preconizar, a gramática está ao serviço da comunicação e da interação. É a ferramenta que permite ao aprendente construir enunciados eficazes e alcançar os seus objetivos comunicacionais. Em termos de ensino e aprendizagem, isto reflete-se numa abordagem que deve observar a gramática em uso. Tão importantes como as regras da morfossintaxe e o (re)conhecimento das irregularidades morfológicas, são os sentidos veiculados, os contextos de uso, o género dos textos (orais ou escritos) produzidos. A análise de estruturas linguísticas em textos reais e dos valores semânticos e pragmáticos veiculados por essas estruturas concorre para uma melhor compreensão do funcionamento da língua. A prática de uso dessas estruturas em situações de comunicação tão próximas quanto possível de contextos de uso autênticos concorre para a consolidação deste conhecimento.

Considerando uma conclusão preliminar: a gramática serve a interação verbal, a comunicação estruturada, eficaz e eficiente, pelo que de seguida se reflete sobre o percurso didático. Uma estratégia relevante a implementar em sala de aula que permite ao docente trabalhar o contexto de comunicação, o texto e a gramática.

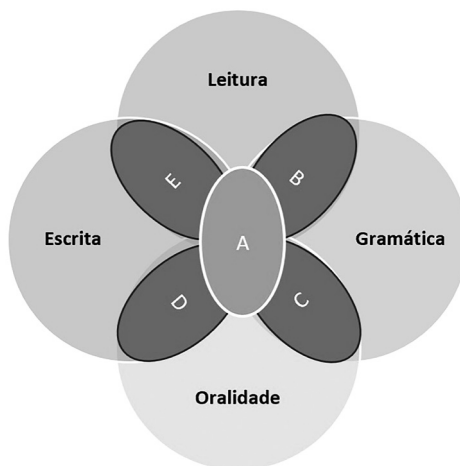
Um percurso didático estruturante

No alinhamento do exposto no ponto anterior deste texto, e no âmbito do interacionismo sociodiscursivo – ISD (Bronckart, 1997, 2008, 2017), considera-se que a linguagem concretiza as atividades humanas, ou seja, a ação pela linguagem que ocorre em contexto académico, evolutivo e promotor de competências comunicativas, sejam elas recetivas ou expressivas. E, neste contexto, o *percurso didático* (Jorge, 2019) é um exemplo de intradisciplinaridade, na medida em que integra, reúne e interliga ramificações do processo de aprendizagem de uma língua como por exemplo gramática e oralidade, em particular através da leitura de textos

e respetiva compreensão leitora, do conhecimento gramatical/metalinguístico e da expressão-interação orais. O percurso didático concretiza, aproxima e explora as ramificações do conhecimento dentro do estudo da língua (cf Figura 1).

Concretizando e exemplificando, a compreensão leitora exige e permite a exploração e compreensão de estruturas gramaticais (zona B) que são convocadas para a expressão escrita e oral (zonas C e D), garantindo que o aprimorar da aquisição da língua se efetive (zona A), graças às interseções entre os conhecimentos dos diferentes domínios da língua, conforme se esquematiza.

Figura 1. Intradisciplinaridade do percurso didático no ensino da língua



Fonte própria: os autores

Para a eficácia dos atos comunicativos, há que considerar ainda outros fatores. De acordo com o CEFRL – Companion volume (2020, p. 129), a competência comunicativa resulta da coarticulação da competência linguística, da competência sociolinguística e da competência pragmática. Neste sentido, em aula, o desenvolvimento das competências orais (a compreensão, a produção e a interação) deve acontecer com o propósito de levar a cabo uma determinada tarefa tão próxima e autêntica quanto possível das que se realizam fora da sala de aula. Efetivamente, pretende-se que a sala de aula seja um espaço de simulacro linguístico forte e passível de ser replicado.

Para as atividades de receção, o docente deve procurar expor o aprendente de língua estrangeira a textos reais, “para adquirirem destreza de expressão oral, os alunos devem ser expostos a um *input* compreensível e rico, em quantidade considerável, com registos variados e de diferentes géneros discursivos, obviamente de documentos reais” (Duarte, 2015, p. 58). Estes textos orais serão explorados não apenas na sua dimensão linguística, mas também nas dimensões pragmática

e sociolinguística, observando e analisando aspetos como as circunstâncias de comunicação, os objetivos e os intervenientes e suas relações.

No momento da produção e/ou interação orais, o docente propõe atividades de complexidade adequada à proficiência do aluno e cujos modelos de concretização terão já sido alvo de reflexão. O aprendente depara-se então com uma situação controlada e segura para exploração das aprendizagens mas que seja tão próxima quanto possível de uma situação real. As instruções da atividade devem fornecer toda a informação contextual necessária. Tal como afirmam Boléo e Dourado (2022, p. 325), “além de conhecerem os domínios nos quais vão produzir enunciados, os aprendentes devem poder praticar a oralidade em situações variadas de comunicação, fazendo uso das ferramentas do interacionismo sociodiscursivo, devendo ser-lhes dado a conhecer o que vão comunicar, com quem vão comunicar, como e para que fim.”

Metodologia

O estudo empírico que se apresenta, com recurso à metodologia de investigação-ação, foi implementado no curso de licenciatura em Língua Portuguesa Aplicada, numa instituição de ensino superior em Portugal. Os estudantes deste curso são estudantes internacionais e frequentam-no no 2.º e 3.º anos, concluindo, portanto, o 1.º nível de formação do Ensino Superior, a licenciatura.

Com vista ao sucesso académico e a uma proficiência linguística crescente e o mais elevada possível, foi estruturada uma articulação de conteúdos programáticos e de avaliação interdisciplinar entre as unidades curriculares de Linguística do Português III, Conversação em Português III e Redação em Português III.

Os recursos pedagógicos, cinco módulos temáticos (0. Eu sou...eles são; 1. Há quanto tempo; 2. Vamos ao cinema?; 3. Eu exploro...eu conheço o mundo e 4. Eu exploro...eu conheço as artes), asseguraram uma coesão temática, uma concentração semântico-lexical e de estruturas linguísticas prototípicas dos géneros textuais que se desejava fazer compreender e produzir.

Importa referir que a amostra de estudantes, nesse ano letivo, era composta por participantes de três nacionalidades, chinesa (17), timorense (2), espanhola (2) e alemã (1).

Apresenta-se, a título de exemplo, o trabalho desenvolvido no âmbito do Módulo 2. *Vamos ao cinema?* O percurso didático do módulo foi iniciado na UC de Linguística do Português III com recurso à leitura da sinopse de filmes. Os estudantes foram levados à compreensão de testemunhos orais sobre os filmes visionados e exploraram, com tarefas várias, estes textos para levantamento de estruturas lexicais, opinativas e linguísticas próprias da opinião, como os tempos verbais do passado, os verbos de opinião, a posição do adjetivo, isto é, o adjetivo

com valor restritivo, os advérbios em -mente e o plural de adjetivos terminados em -l. Em *Conversação em Português III*, simularam a análise de cartazes de filmes, a compra de bilhetes de cinema e a apresentação de opinião sobre o filme, culminando com a planificação e produção de uma sinopse em *Redação em Português III*.

A homogeneidade temática, garantida pela articulação interdisciplinar é assegurada pelo entrelaçar dos domínios do Português, isto é, pela intradisciplinaridade, o que contribuiu para os resultados e as reflexões que a seguir se expõem, em particular em relação aos parâmetros da oralidade e da gramática.

A instrução apresentada aos estudantes em *Conversação em Português III* foi a seguinte:

11. Pense em dois filmes de que se lembra muito bem: o seu filme preferido e o filme que mais o incomodou. Através dos tópicos que se seguem prepare a apresentação oral da sua opinião.

- Qualidade do filme em geral;
- Qualidade do argumento/ da intriga;
- Escolha e beleza do cenário;
- Adequação e qualidade da banda sonora;
- Escolha do elenco;
- Pormenor mais apreciado/depreciado;
- Recomendação a amigos e familiares.

Nota: É importante a aplicação de estruturas linguísticas trabalhadas em *Linguística do Português III*, tais como expressão de opinião, o uso de advérbio – mente, recurso a adjetivos.

11.1. Faça a gravação áudio com o seu telemóvel. Envie-a para o(a) professor(a).

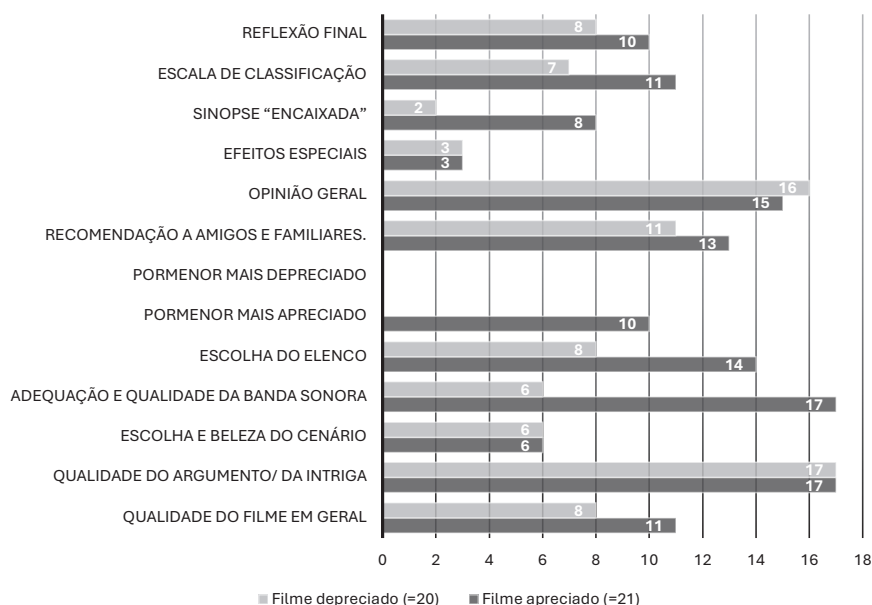
Material de apoio das Unidades Curriculares.

Os textos orais produzidos pelos estudantes foram analisados para que melhor se compreendesse o grau de concretização das tarefas e ainda para tentar identificar o que terá levado ao não cumprimento de algumas das instruções dadas.

Observar-se-á, em primeiro lugar, se os alunos cumpriram a instrução no que diz respeito aos tópicos a incluir na produção oral. Apresenta-se a informação na Tabela 1, Desenvolvimento dos tópicos de análise.

Como é visível, nem sempre todos os tópicos foram abordados pelos estudantes. Acredita-se que esta situação decorra, em alguns casos, de fatores extralinguísticos. Por exemplo, o facto de nenhum estudante ter apontado o pormenor mais depreciado pode decorrer da circunstância de efetivamente não ser capaz de identificar esse elemento do filme. Assim como a apresentação do pormenor mais apreciado ao falar sobre o filme depreciado pode parecer um contrassenso. É curioso notar que, regra geral, há um mais efetivo cumprimento das instruções

Tabela 1. Desenvolvimento dos tópicos de análise



ao falar sobre o filme apreciado. As instruções “Qualidade do filme em geral”, “Adequação e qualidade da banda sonora”, “Escolha do elenco”, “Pormenor mais apreciado”, “Recomendação a amigos e familiares”, “Escala de classificação” e “Reflexão final” apresentam índices de cumprimento superiores quando o estudante apresenta o filme de que gostou.

Alguns tópicos parecem ter causado dificuldades à generalidade dos estudantes, apresentando índices de cumprimento muito baixos, como sucede com os “Efeitos especiais”. Pode colocar-se a hipótese de o vocabulário subjacente a este tópico ser ainda de difícil acesso à maioria dos estudantes. Mais difícil de compreender é a resistência que se identifica na inclusão da “Sinopse encaixada”, uma vez que o género textual foi explorado em aula(s) e de diversas formas.

De todos os participantes no estudo (=21), registam-se oito ocorrências de encaixe da sinopse (38%) aquando da apresentação oral da opinião sobre o filme apreciado ou depreciado.

Apesar de a sinopse ser um género textual autónomo, os participantes, ao produzir a opinião, inseriram, (in)conscientemente, a sinopse. Idealmente, e de acordo com os conteúdos programáticos das unidades curriculares, os estudantes deveriam seguir a estrutura do texto de opinião mais elementar – OREO –, ou seja, um primeiro parágrafo com uma **O**pinião geral e inicial sobre o filme; depois apresentariam as **R**azões (ou argumentos) para justificar a opinião apresentada, depois encaixariam **E**xemplos das afirmações efetuadas (sobre perso-

nagens, cenários, banda sonora, entre outros aspetos); por último, reforçariam a sua perspetiva com uma **Opinião** final, aglutinadora e forte para encerrar a sua expressão de opinião.

A maior parte dos participantes (62,5%) começa o seu texto com a identificação do filme (objeto de análise), insere a sinopse, seguida de opinião sobre os elementos cinematográficos, e termina o texto apresentando a sua opinião final.

Os dados mostram que dos textos orais com sinopse encaixada, apenas três (E1, E4 e E6) optaram pela apresentação da opinião inicial e de abertura. E também houve três participantes que optaram pela inclusão das “Recomendações”, tal como se previa na instrução.

Tabela 2. Recurso à sinopse encaixada

Estudantes	Opinião geral	Identificação do filme (título, tipo, data tema)	Sinopse (uso do presente)	Opinião por elementos cinematográficos	Opinião final	Pormenor apreciado/depreciado	Recomendação
E 1	•	•	•		•	•	•
E 2		•	•		•	•	
E 3		•	•	•	•	•	
E 4	•	•	•	•	•		•
E 5		•	•	•	•	•	•
E 6	•	•	•	•	•		
E 7		•	•	•	•		
E 8		•	•	•	•		

Um outro aspeto de destaque na realização da tarefa, para além do capital lexical temático e específico, prende-se com a aplicação de determinados conteúdos gramaticais previamente observados nos textos e trabalhados em aula. A utilização destes conteúdos gramaticais em diversos textos e a sua utilidade para emitir uma opinião pessoal e para elaborar uma sinopse foi não só objeto de análise nos textos como também foi praticada pelos aprendentes na sua produção textual. No sentido de confirmar a capacidade de utilização destes recursos, a instrução da tarefa requeria, portanto, explicitamente, o uso de um conjunto de recursos linguísticos, indicados na Tabela 3. Recursos linguísticos solicitados.

Tabela 3. Recursos linguísticos solicitados

Aplicação de recursos linguísticos	N.º de ocorrências	Exemplos
Verbos de opinião (achar, crer...)	13 (9 estudantes)	“Acho que é mentira!”
Verbos “avaliativos” (gostar/ não gostar)	15	“Muito gosto do filme...”
(adorar/ detestar)	14	“Adorei este filme...”
Expressões opinativas (para mim, a meu ver)	2	“receberia um 3 para mim”
Adjetivos objetivos (cores, nacionalidade...)	5 (1 cor e 4 relacionais)	“filme japonês”
Adjetivos “avaliativos”	113 (média: 5/estudante)	
Grau normal	57	perfeito, horrível
Grau comparativo de superioridade	1	“o pior filme”
Grau superlativo analítico	53	“tão perfeito!”, “muito bonita”
Grau superlativo relativo de superioridade	2	“o mais simples/puro dos prazeres”
Uso do advérbio em -mente	15 (10 estudantes)	“realmente assustador”
Expressões fixas “avaliativas” (simples)	13	“Que espetáculo!”,
		“Que comovente!”
		“(Não) vale a pena (ver)”,
		“Sem qualidade nenhuma”,
		“Que chatice!”
Expressões fixas “avaliativas” (com recurso à força ilocutória)	3	“Uau!”
		“Tão comovente!”
		“Adooooo este filme muito muito!”

Verificou-se, com alguma surpresa, que, de um modo geral, os estudantes contornaram a utilização de verbos de opinião e de expressões que, na oralidade, surgem com frequência a acompanhar a exposição de uma opinião. Apenas nove estudantes usaram verbos de opinião (do tipo de *pensar*, *crer*), o que representa uma percentagem negativa e as expressões que enquadram a opinião do estudante (*para mim*, *a meu ver*) são apenas duas. Por oposição, verbos que, no seu significado, comportam uma apreciação (do tipo de *gostar*) surgem com bastante mais frequência, verificam-se 29 ocorrências.

Também os adjetivos foram amplamente utilizados, sobretudo aqueles que denotam a opinião do estudante, verificando-se 113 ocorrências. Este parece, aliás, ter sido o recurso de eleição para os estudantes manifestarem a sua opinião sobre o filme e os tópicos em apreço. Esta utilização foi também incentivada pela ins-

trução dada de utilizar adjetivos terminados em -l, que correspondem a cerca de 49% dos adjetivos utilizados. De realçar ainda que os estudantes demonstraram o conhecimento lexical de um conjunto variado de adjetivos e a capacidade de os utilizar em variados graus, destacando-se o grau superlativo analítico, como “*tão perfeito*”.

Curioso é notar que os estudantes fizeram um esforço para produzir uma opinião oral que revelasse espontaneidade, naturalidade e talvez por esse motivo tenham apresentado atos ilocutórios expressivos com recurso a expressões fixas avaliativas simples (n=13) como por exemplo “Que espetáculo!” ou “Que chaticê!”. As expressões fixas avaliativas com recurso à força ilocutória também foram uma realidade que revelou a tentativa dos participantes se aproximarem do registo autêntico, tal como “*Tãã* comovente!” ou “*Adoooo*ro este filme **muito** muito!”

As expressões fixas “avaliativas” ocorrem de modo simples, através da verbalização sem entusiasmo e também se registam as expressões com recurso à força ilocutória, através do arrastar da expressão ou da repetição de uma palavra.

Por sua vez, os advérbios em -mente também não surgiram com a recorrência esperada, mas foram adequadamente utilizados na expressão da opinião pessoal dos estudantes. Nos textos produzidos, encontram-se advérbios utilizados para reforçar a opinião “eu **realmente** odeio filmes de terror” ou para veicular a opinião “a banda sonora é excelente, mistura-se **perfeitamente** com o filme”, sugerindo que os estudantes desenvolveram a capacidade de se servirem deste recurso para exprimir a sua opinião.

Como referido, entre os elementos gramaticais cuja utilização foi solicitada aos estudantes, estava a utilização de adjetivos terminados em -l, o que subentendia que, em alguns contextos, os adjetivos seriam utilizados no plural. A Tabela 4. Uso de adjetivos terminados em -l apresenta os adjetivos recolhidos da produção dos estudantes nas suas formas de singular e de plural. As incorreções assinaladas a vermelho na tabela correspondem, no caso das formas de singular, a uma articulação errada. No plural, as incorreções correspondem sobretudo ao erro na formação do plural, frequentes vezes decorrente da incorreta articulação do singular. De notar ainda a utilização da forma *legal* de acordo com a norma do Brasil, com o significado de ‘bom’.

Tabela 4. Uso de adjetivos terminados em -l

Terminados em -al		Terminados em -el		Terminados em -il	
Singular	Plural	Singular	Plural	Singular	Plural
Emocional	–	Papel	Papéis	Difícil	–
Individual	–	Recomendável	–	Fácil	–
Tradicional (1+1)	–	Razoável	–	Gentil	–
Artificial	–	Saudável	–	Mil (2)	–
Real (3)	Reais	Terrível	–		
Profissional	–	Horível	Horíveis		
Principal (5)	Principais (1+1)	–	Incríveis		
Mental	–	–	Anéis		
Geral (2)	Gerais				
–	Especiais (3+1)				
–	Locais				
–	Normais (2)				
Legal (port. Br.)	–				
Final (2+1)	–				
Original (3)	–				
Total	–				
Natural	–				
–	Oficiais				

Merece ainda reflexão um aspeto gramatical que não surge explicado na Tabela 2 por a sua ocorrência ser expectável apenas na sinopse: a utilização dos tempos verbais do passado. No momento de elaboração do trabalho, o pretérito perfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do indicativo eram conteúdos consolidados, embora a sua utilização não estivesse ainda totalmente isenta de hesitações (note-se que a utilização destes dois tempos verbais é difícil de dominar pelos estudantes, nomeadamente por estudantes chineses cuja língua materna dista da língua portuguesa). Durante as aulas de Linguística do Português III, a sinopse fora utilizada para introduzir e explorar o pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo, em articulação com os anteriores tempos verbais.

Os estudantes que incluíram a sinopse no seu trabalho optaram pela utilização do presente do indicativo. Muito provavelmente por influência de uma das atividades realizadas na aula de Linguística do Português III e que consistiu na

reescrita de uma sinopse utilizando os tempos verbais do passado, uma vez que a sinopse original estava redigida no presente do indicativo. A lição que os estudantes demonstraram ter aprendido bem foi o valor histórico do presente do indicativo e não, como se pretendia, a utilização dos tempos verbais do passado. Não pode, no entanto, deixar de se notar que, estrategicamente, os estudantes optaram pela solução mais fácil e confortável no momento de produção semi-espontânea de um texto oral. Facto que não implica necessariamente que não são capazes ou que não sabem utilizar os tempos verbais do passado, mas revela claramente o seu desconforto ao produzir enunciados no passado.

Reflexão sobre os resultados

Os textos orais produzidos demonstram que a interdisciplinaridade assegurou a concentração dos temas, do léxico e das estruturas linguísticas. Esta concentração exige ao estudante um menor esforço cognitivo, pois as três unidades curriculares estavam a trabalhar em uníssono. As aprendizagens realizadas numa unidade curricular foram aplicadas nas outras, rentabilizando o esforço e o trabalho e consolidando as aprendizagens.

Em 100% dos trabalhos, os estudantes conseguiram expor a sua opinião geral, em relação aos filmes, e particular, em relação aos tópicos indicados. Verificou-se, no entanto, que os desempenhos são muito dispare, tendo-se registado nos trabalhos com menor desempenho um parco cumprimento da instrução na sua totalidade.

Salienta-se que os estudantes trabalharam, nas diferentes aulas, dois textos mentores (o texto de opinião e a sinopse) para que servissem de modelo à produção textual, oral ou escrita. Verificou-se, perante a tarefa a cumprir, que o estudante segue a instrução e chega ao final da tarefa, com o género textual desejado, ou seja tem um foco textual a atingir, o texto-alvo, que neste caso de estudo que se apresenta é produção oral de opinião, sendo que 42,8% optaram por fazer uma opinião oral com sinopse encaixada e não uma sinopse homogeneamente construída. É relevante também verificar que os estudantes manifestavam a influência do texto mentor (Cardoso, p. 2013) e que as sequências textuais, apesar de estruturas fixas prototípicas, se ajustam ao género textual em que estão integradas (Jorge & Ferreira, 2020).

A nível do vocabulário, as produções textuais manifestaram o uso de um léxico variado e adequado, ou seja, homogéneas lexicalmente. Os verbos de opinião foram pouco usados, embora os estudantes tenham encontrado uma solução autónoma de recurso aos adjetivos avaliativos “intensos”, o que não deixou de ser significativo. A fim de garantir a exposição da perspetiva sobre o filme, os estudantes recorreram, com adequação, aos advérbios em -mente.

Na instrução da tarefa surgia a utilização obrigatória de determinados elementos gramaticais porque vinham a ser explorados nas aulas das diversas unidades curriculares. A explicitação destes conteúdos surge na sequência do trabalho realizado: os estudantes devem ser capazes de analisar a língua, de saber que recursos linguísticos estão a usar e porquê. Desse modo tornam-se mais conscientes dos recursos expressivos e comunicativos que a língua coloca ao seu dispor.

“quando se fala no desenvolvimento da consciência metalinguística dos alunos chineses em relação à língua portuguesa, refere-se, precisamente, a “atenção consciente”, isto é, a assunção cognitiva dos elementos e das regras da língua nos diferentes níveis enunciados: fonético-fonológico, morfológico e sintático. Deve ainda ter-se presente que o estudo (meta)linguístico compreende igualmente os domínios da semântica e da pragmática.” (Barbosa, 2015, p. 119)

Considerações Finais

O propósito do estudo – verificar as valências do percurso didático, e da inerente intradisciplinaridade no ensino do português língua estrangeira na sua dimensão oral – foi atingido, pois ao longo da implementação do estudo percebe-se que a leitura e a análise do texto-mentor permitem o desenvolvimento e progressão da preparação e produção de textos-alvo. O trabalho em aula, tal como foi empreendido, dotou os estudantes de, em discurso oral, produzirem, ainda que com graus de eficácia distintos, os textos em foco nas unidades curriculares. Também fica claro que o docente tem de insistir no cumprimento da instrução e que é premente para o bom desempenho do estudante tornar a instrução mais explícita e detalhada para conduzir o estudante à produção textual, oral ou escrita, requerida (Ferreira, P. *et al*, 2021).

Este estudo permitiu perceber que a aprendizagem de uma língua estrangeira, neste caso particular do Português, com recurso ao percurso didático, de Jorge (2019), interdisciplinar e intradisciplinar, baseado na sistematicidade da articulação entre a leitura analítica do texto mentor, a gramática e o texto-alvo (escrito ou oral) promove não só a competência expressiva (oral e escrita) como a competência linguística. O estudo da gramática como um instrumento de que o estudante dispõe para aumentar a eficácia dos seus atos de comunicação dá-lhe flexibilidade para escolher os recursos linguísticos que melhor servem o seu propósito e aqueles que mais confortavelmente usa. Ficou igualmente claro que a transposição didática (Bronckart, 2010) do conhecimento linguístico carece de dispositivos articulados e focados, ou seja, compreendeu-se, neste estudo, a importância do cumprimento total da instrução com vista ao desempenho e resultados esperados. Foi notória a valência pedagógica da leitura analítica dos textos-mentores para preparação e produção de textos-alvo.

Referências

- Barbosa, A. V. (2015). O papel da consciência (meta)linguística no ensino da língua portuguesa a alunos chineses. *Letras & Letras*, 31(2), 111-127. <https://doi.org/10.14393/LL62-v31n2a2015-6>
- Boléo, A. & Dourado, R. (2022). Oralidade: Produção e interação no ensino de Português Europeu como Língua Estrangeira a adultos. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, 26(1), 303-342. <https://doi.org/10.34019/1982-2243.2022.v26.37980>
- Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours: Pour un interactionisme sociodiscursif*. Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genres de textes, types de discours, et «degrés» de langue. *Texto! Textes et cultures*, 13(1), 1-95. http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf
- Bronckart, J.-P. (2010). Géneros de textos, tipos de discurso e sequências. Por uma renovação do ensino da produção escrita. *Letras*, 20(40), 163-176.
- Bronckart, J.-P. (2013). En las fronteras del Interaccionismo socio-discursivo: aspectos lingüísticos, didácticos y psicológicos. In D. Riestra, S. M. Tapia & M. V. Goicoechea (Orgs.), *Terceras Jornadas Internacionales de Investigación y Prácticas en Didáctica de las lenguas y las literaturas* (pp. 39-59). Ediciones GEISE.
- Bronckart, J.-P. (2016). Que faire de la grammaire et comment en faire? *Pratiques*, 169-170. <https://doi.org/10.4000/pratiques.2959>
- Bronckart, J.-P. (2017). Développement du langage et développement psychologique. L'approche de l'interactionisme socio-discursif. *Veredas*, 21(3), 30-46.
- Brovetto C. & Kaplan, G. (2011). Language and Culture: How do Uruguayan teachers of English connect to de English speaking world? *Tercer Foro de Lenguas de ANEP* (pp. 167-176). Zona-libro S.A.
- Council of Europe (2020). Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment – Companion volume. Strasbourg: Council of Europe Publishing. www.coe.int/lang-cefr
- Duarte, I. (2015). Textos orais: análise da conversa informal e ensino do português língua estrangeira. *Todas as Letras*, 17(1), 56-72. <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v17n1p56-72>
- (Ferreira, P. et al. (2021). A instrução para a produção escrita nos manuais de Português. In, Santos, J. (coord). *2.º Encontro Nacional sobre Discurso Académico – Livro de resumos*, 34-35. CEL-GA-ILTEC; CLUP.
- Oliveira, A. (2023). A linguagem como um fato social: uma concepção de legitimidade. *Revista BTe-cLE*, 7(2), 10-16. <https://revista-cbtecle.cps.sp.gov.br/index.php/CBTecLE/article/view/1135>
- Querido, P. I. (2023). Gramática reflexiva: um avanço que tarda no ensino de PLE em Portugal. *Ñemit-yrã. Revista Multilingue de Lengua, Sociedad Y Educación*, 5(3), 56-64. <https://doi.org/10.47133/NEMITYRA20232d12-3A6>
- Xavier, L. G. (2021). O ensino da gramática do português como língua estrangeira: algumas propostas. In C. Morais, G. Zhiyan, J. A. H. Rangel, A. M. Ferreira, M. F. Brasete R. Mai & R. L. Coimbra Eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China 2*, vol.2 (pp. 409-426). Universidade de Aveiro <http://hdl.handle.net/10773/32440>.

Data de receção: 4/11/2025

Data de aprovação: 16/4/2026

AUTORES – BIOGRAFIAS

Ana Paula Duarte Gomes

Ana Paula Duarte Gomes é Professora Auxiliar no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e investigadora colaboradora no CESAM. Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente pela Universidade de Aveiro, desenvolve investigação nas áreas da gestão de resíduos, ambiente e saúde ocupacional. Coordena os programas de Engenharia do Ambiente da Universidade de Aveiro e orienta dissertações e teses nos domínios da engenharia do ambiente e gestão ambiental. (pgomes@ua.pt / <https://orcid.org/0000-0002-5190-9391>)

Ana Vieira Barbosa

Ana Vieira Barbosa é Professora Adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora do CELGA-ILTEC da Universidade de Coimbra. Doutorada em Linguística Portuguesa, desenvolve investigação nas áreas da formação de palavras, semântica lexical, terminologia médica histórica e ensino do português como língua estrangeira. (ana.barbosa@ipleiria.pt / <https://orcid.org/0000-0002-3093-6809>)

Anabela Santiago

Anabela Santiago é doutorada em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro e investigadora integrada no CEI-Iscte e investigadora externa no GOVCOPP. Tem participado em projetos científicos internacionais relacionados com investimentos chineses e relações China–Europa, desenvolvendo investigação nas áreas da governação global da saúde e políticas públicas internacionais. (anabela.santiago@ua.pt / <https://orcid.org/0000-0002-3897-0323>)

Catarina Gaspar

Catarina Gaspar é Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro do Programa em Português como Língua Estrangeira/Língua Segunda. Desenvolve investigação nas áreas da Sociolinguística, Sociolinguística Histórica, Educação Intercultural e avaliação e certificação de português língua estrangeira. É autora de artigos, capítulos e comunicações científicas em encontros nacionais e internacionais. (cgaspar1@edu.ulisboa.pt / <https://orcid.org/0000-0002-3617-7057>)

Charles Chon Neng Cheung

Charles Chon Neng Cheung é doutorando em Estudos de Tradução na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade NOVA de Lisboa. Licenciado e mestre em Tradução pela UCP, desenvolve investigação nas áreas da história da tradução, censura e imagologia, com especial enfoque nas relações culturais entre o chinês e o português. Tem publicado trabalhos sobre tradução literária chinesa em Portugal. (s-ccheung@ucp.pt / <https://orcid.org/0009-0004-6748-3382>)

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins

Filomena Cardoso Martins é Professora Associada no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e investigadora do GOVCOPP. Desenvolve investigação nas áreas da governação costeira e marinha, planeamento territorial, políticas do mar e gestão integrada de ecossistemas costeiros. Participa em projetos nacionais e internacionais ligados à UNESCO Ocean Teacher Global Academy. (filomena@ua.pt / <https://orcid.org/0000-0002-5785-6972>)

Francisco José Leandro

Francisco José Leandro é Professor Associado com Agregação em Relações Internacionais na Universidade de Macau. Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa, desenvolve investigação sobre China, Belt and Road Initiative e relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Exerceu também funções de coordenação académica e investigação em Macau. (fleandro@um.edu.mo / <https://orcid.org/0000-0002-1443-5828>)

Frederico Meco Milonga Rafael

Frederico Meco Milonga Rafael é doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas na Universidade de Aveiro e investigador estagiário no CES-UC. Desenvolve investigação nas áreas do desenvolvimento sustentável, ambiente, território e políticas públicas, sendo também docente no ensino superior em Angola. Tem participado em projetos científicos e comunicações académicas sobre sustentabilidade e desigualdade social. (frederico.rafael@ua.pt / <https://orcid.org/0009-0002-3507-4539>)

Jing Zhang

Jing Zhang é Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Macau. Desenvolve investigação nas áreas da aquisição de segunda língua, linguística contrastiva e educação intercultural. Tem apresentado comunicações em conferências internacionais e publicado artigos e capítulos em revistas científicas e obras académicas. (jingz@um.edu.mo / <https://orcid.org/0000-0003-4801-6354>)

Manuel Fidel Sonhi Manassa

Manuel Fidel Sonhi Manassa é engenheiro de minas, investigador e Professor Auxiliar na Universidade Lueji A'Nkonde. Doutorado em Engenharia de Minas, desenvolve investigação nas áreas da mineração, sustentabilidade, gestão e políticas públicas. Exerce igualmente funções de direção académica e técnica no setor mineiro angolano, sendo autor de publicações científicas e obras académicas nas áreas das geociências e desenvolvimento sustentável. (fidelmanassa@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-4985-2178>)

Paixão António José

Paixão António José é doutorando em Política Comparada na Universidade de Lisboa. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Varsóvia, desenvolve investigação sobre diplomacia africana, cooperação Sul-Sul e sistemas políticos na África Austral. É autor de livros e artigos científicos sobre política africana, relações internacionais e transições políticas. (paixaoantoniojose@gmail.com / <https://orcid.org/0009-0002-3564-7317>)

Paula Cristina Ferreira

Paula Cristina Ferreira é Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Santarém e investigadora do CI&DEI e do CELGA-ILTEC. Doutorada em Linguística Aplicada e com pós-doutoramento em Psicologia, desenvolve investigação nas áreas da literacia, leitura, escrita e dislexia. É autora e coautora de artigos científicos, capítulos de livros e obras académicas. (paula.ferreira@ipleiria.pt / <https://orcid.org/0000-0002-7258-6616>)

Pedro Anjos

Pedro Anjos é mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa e foi colaborador da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), onde prestou apoio editorial e colaborou na gestão do Programa Mobilidade AULP. Os seus interesses de investigação centram-se nas relações entre a China, Portugal e os Países de Língua Portuguesa. (pedroanjos.aulp@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-1223-3736>)

Peilin Yu

Peilin Yu é doutoranda em Literatura de Língua Portuguesa na Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Literatura Portuguesa. Desenvolve investigação nas áreas dos estudos africanos lusófonos, migrações, diásporas, pós-colonialismo, teoria decolonial e feminismos. (yueuricid@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-9172-4201>)

Rodrigo Franklin Frogeri

Rodrigo Franklin Frogeri é investigador e docente nas áreas dos sistemas de informação, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional. É professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIS-MG e Editor-in-Chief da revista científica Mythos. Desenvolve investigação interdisciplinar em gestão, tecnologia e inovação. (rodrigo.frogeri@professor.unis.edu.br / <https://orcid.org/0000-0002-7545-7529>)

Sâmi Vieira Attux

Sâmi Vieira Attux é licenciada em Letras: Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Realizou intercâmbio académico pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) na Universidade Politécnica de Macau (UPM) em 2024, onde cursou disciplinas voltadas para linguística, ensino de línguas e cultura chinesa. Atualmente,

curso o nível 4 de mandarim no Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás, Brasil, sendo detentora do certificado internacional de proficiência em língua chinesa (HSK 1) e do IELTS Academic, com nota geral 7,5 (setembro de 2025). Seus interesses de pesquisa abrangem estratégias de aprendizagem, interculturalidade, linguística aplicada e o estudo da língua e cultura chinesa, com enfoque especial no ensino e aprendizagem do mandarim no contexto brasileiro. Sua trajetória acadêmica reflete o compromisso com o diálogo intercultural e a formação de pontes entre o Brasil e a China através da educação e da pesquisa linguística. (samiattux@egresso.ufg.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8482-44149>)

Thaysa Cunha

Thaysa Cunha é economista com formação interdisciplinar. Doutoranda em Estudos Internacionais no ISCTE, investiga as relações económicas e diplomáticas entre a China e Moçambique. Possui publicações sobre megaprojetos, desenvolvimento e relações sino-moçambicanas, participando regularmente em conferências na área dos Estudos Asiáticos. (thaysacunha@outlook.com / <https://orcid.org/0009-0009-1923-3633>)

Wang Xin

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Wang Xin é doutorando no ISCSP–Universidade de Lisboa, investigador do Instituto do Oriente e coordenador de comunicação cultural no Instituto Confúcio da Universidade de Cabo Verde. Desenvolve investigação sobre migração chinesa, género, família, educação e transnacionalismo nos países africanos de língua portuguesa. (wang.xin@docente.unicv.edu.cv / <https://orcid.org/0009-0001-4227-1664>)

Yuxiong Zhang

Yuxiong Zhang é Professor Adjunto na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e investigador do CI&DEI. Doutorado em Multimédia na Educação pela Universidade de Aveiro, desenvolve investigação nas áreas do ensino do chinês como língua estrangeira, tradução cultural e comunicação intercultural. (yuxiong.zhang@ipleiria.pt / <https://orcid.org/0000-0003-0305-0110>)

